

Identities and dynamics of urban reconfiguration in the Digital Era

9th Conference of the Lusophone Network of Urban Morphology

Book of Abstracts



Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital
Book of Abstracts

9ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana
16 de Julho de 2021

Center for Innovation in Territory, Urbanism and Architecture (CiTUA)
Instituto Superior Técnico
Lisboa, Portugal

Editado por

Alexandra Alegre
António Ricardo da Costa
Daniela Arnaut
Francisco Teixeira Bastos
Jorge Gonçalves
Patrícia Lourenço
Rita Castel' Branco

IST
Lisboa, 2022

BOOK OF ABSTRACTS

Identities and dynamics of urban reconfiguration in the Digital Era

9^a Conferência da

Rede Lusófona de Morfologia Urbana

16 Julho 2021 . Instituto Superior Técnico / Universidade de Lisboa

—

Edição

Alexandra Alegre

António Ricardo da Costa

Daniela Arnaut

Francisco Teixeira Bastos

Jorge Gonçalves

Patrícia Lourenço

Rita Castel' Branco

Coordenação e Produção

António Ricardo da Costa

Rita Castel' Branco

Design Gráfico

Rita Castel' Branco

Fotografia de capa:

Rita Castel' Branco

Publicação

IST

Lisboa, 2022

—

Esta publicação deve ser citada do seguinte modo: ALEGRE, Alexandra, ARNAUT, Daniela, CASTEL'BRANCO, Rita, BASTOS, Francisco Teixeira, COSTA, António Ricardo da, GONÇALVES, Jorge, LOURENÇO, Patrícia (eds.), Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital, 9^a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, Book of Abstracts, 16 de Julho de 2021, PNUM, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Lisboa, IST Press, 2022.

—

Os editores esforçaram-se no sentido de obter as autorizações relativas à reprodução das imagens apresentadas nesta obra. No caso de existirem ainda direitos legítimos, agradecemos que as entidades visadas contactem a editora.

© dos textos, os autores

© das imagens, os autores

Comissão científica do PNUM 2021

Alexandra Alegre

Ana Tostões

António Ricardo da Costa

Daniela Arnaut

David Viana

Eneida Mendonça

Francisco Teixeira Bastos

Frederico de Holanda

João Rafael Santos

João Vieira Caldas

Jorge Gonçalves

José Álvaro Antunes Ferreira

Karin Schwabe

Manuel Correia Guedes

Patrícia Lourenço

Pedro George

Rita Castel' Branco

Stael Pereira da Costa

Teresa Heitor

Teresa Marat-Mendes

Vítor Oliveira

—

Coordenação Geral

António Ricardo da Costa

—

Comissão organizadora do PNUM 2021

Alexandra Alegre

António Ricardo da Costa

Daniela Arnaut

Francisco Teixeira Bastos

Jorge Gonçalves

Patrícia Lourenço

Rita Castel' Branco

Instituições organizadoras



Portuguese-Language Network of Urban Morphology
Rede Lusófona de Morfologia Urbana



CENTRO DE TERRITÓRIO, URBANISMO
E ARQUITECTURA



Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital

9ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana

Lisboa, 16 de Julho 2021

Apresentação

Assumindo a importância de se pensar sobre temas da morfologia urbana, propõe-se uma reflexão sobre o papel da forma urbana na construção e afirmação da identidade dos lugares em tempos de hipermobilidade e de mudança nos modos de produção, consumo e percepção do espaço construído, sob o tema geral “Identidades e Dinâmicas de Reconfiguração Urbana na Era Digital”.

O estudo da forma urbana centrado nos elementos e nos tempos que a compõem, nas relações estabelecidas entre as suas partes constituintes e nos equilíbrios e desequilíbrios criados pelas actuais dinâmicas de reconfiguração urbana que a Era digital tem impulsionado permitirá compreender qual o seu papel na construção ou na perda da identidade da cidade contemporânea.

Para a conferência são propostos quatro subtemas – ideologia e forma urbana; Equipamentos colectivos e forma urbana; O tempo e a forma urbana; Morfologias urbanas em espaços periféricos – que se consideram relevantes para aprofundar esta discussão. Permitem abordagens específicas na análise da forma urbana contemporânea e constituem-se, na verdade, como componentes fundamentais para a sua compreensão enquanto entidade em constante evolução. Espera-se que, no confronto das diversas abordagens sobre estas temáticas apresentadas e discutidas na edição 2020 do PNUM, surjam novas perspectivas de análise e de intervenção que contenham respostas eficazes no contexto das dinâmicas de transformação do espaço urbano contemporâneo.

Caros colegas,

Este Congresso PNUM 2021, sobre o tema “**Identidades e Dinâmicas de reconfiguração Urbana na Era Digital**”, organizado pelo Centro de Investigação em Território, Urbanismo e Arquitectura (CITUA) do Instituto Superior Técnico foi diversas vezes adiado pelas vicissitudes que todos conhecemos tendo sido, finalmente, possível em formato online.

O texto que de seguida vos apresentamos corresponde ao meu discurso de abertura, que aqui fica como testemunho desse dia em que nos reunimos para, em circunstâncias únicas, dar seguimento a uma prática de reflexão e discussão de ideias, dentro de uma língua comum - ideias que refletem as inquietações, perplexidades e o deslumbramento de todos nós pelo conhecimento da cidade e da morfologia urbana.

The long view

Aos meus longos e idos anos de professor de história da cidade devo uma “visão longa”, *the long view*, quando se trata de avaliar a importância de contextos pontuais nas mutações do tecido físico da cidade. É essa *long view* culpada, pelas limitações que impõem e pelos impulsos que reprime, por um ceticismo pessoal perante previsões de alterações bruscas e ruturas contundentes na estrutura e na morfologia da cidade.

O peso material da cidade impõe a sua resistência à mudança – estranho paradoxo que funda simultaneamente a sua condição poética e a sua condição distópica.

Da tendência de continuidade da forma Urbana e da mutabilidade do Espaço Urbano

É, pois, necessário sublinhar a separação entre a estrutura do território e da cidade construída, que se tende a perpetuar nas suas premissas, e o espaço público mais recetivo à mudança, à adaptação e à inovação. No entanto, vivemos tempos diferentes – a articulação das necessidades que a pandemia impôs com as possibilidades do mundo digital vem permitir inesperados milagres de desmaterialização e de comunicação à distância. A nossa presença hoje, aqui, é disso exemplo irrefutável.

O trabalho à distância permitirá, finalmente uma distribuição mais equilibrada da população sobre o território? Existirão num curto espaço de tempo, áreas centrais de escritórios tornadas desérticas pelo

trabalho à distância? Permitirá o trabalho à distância uma pulverização das áreas residenciais tais como as conhecemos hoje e um acréscimo da qualidade de vida? Libertar-nos-emos, finalmente, da dependência do carro (e do carbono...) pela diminuição da necessidade das deslocações pendulares? Teremos possibilidades de reverter finalmente, de forma clara, o espaço urbano para os peões? Serão os bairros energeticamente sustentáveis as novas estrelas da cidade? Os novos edifícios terão todos áreas de coworking? Este nosso momento, aqui e agora é um momento de dúvida por excelência!

Do ponto de vista da estrutura e da morfologia da cidade, estas transformações têm que ser pensadas com prudência: não é claro que tão profundas transformações no nosso cotidiano afetem consideravelmente uma morfologia urbana o mais das vezes estabilizada – a forma da cidade tende a permanecer perante as atribuições dos homens. E porque permanece fixa a memória, transforma-se em Lugar. A permanência é a condição do Lugar.

É expectável que os usos do edificado existente se alterem, que novos edifícios venham alterar os perfis das ruas, que novas linguagens de arquitetura nos tragam novas poéticas e enriqueçam o espaço urbano com novas relações e novas vivências, que novos espaços exteriores públicos venham enriquecer uma vida urbana o mais das vezes pobre - mas se o rosto da cidade se altera, ela manterá sob a aparência do cansaço a beleza ou a fealdade dos traços iniciais.

Do contexto atual e das ambições futuras

No estranho contexto que hoje vivemos a cruel presença da morte veio lembrar-nos as necessidades dos vivos.

Ficaram expostas as consequências sobre a vida e a saúde de espaços congestionados e sem qualidade, ficaram expostas as consequências da ausência de espaços verdes de desafogo e de área populacionais sobrelotadas. Ficaram expostas as consequências sobre a vida e a saúde mental de espaços públicos deficitários de desenho que induzem á solidão e á morte. Quantos de nós, no nosso trabalho quotidiano já tinham alertado sobre estas questões?

Um novo olhar sobre a sociedade e sobre a vida do quotidiano parece surgir desta catástrofe: mais justo, mais sustentável, mais igualitário, mais integrador, mais humano. O espaço público visto agora como bem escasso e precioso parece ganhar um protagonismo justo mas inesperado, no discurso de políticos e decisores. Os fatores de stress social entraram no dicionário das preocupações deste novo urbanismo – menos ruído, menos poluição - mais espaços de interação e integração social com polissemias narrativas capazes de integrar a diferença e a diversidade. Ou seja reescreve-se, e bem!, o ideal humanista que Marguerite Yourcenar descreve ao definir os ideais do imperador Adriano:

“Queria que as cidades fossem esplêndidas, arejadas, regadas por águas claras, povoadas por seres humanos cujo corpo não fosse deteriorado pelas marcas da miséria ou da servidão, nem pela vaidade de uma riqueza grosseira: que os escolares declamassem com voz justa lições que não fossem ineptas; (...) (...) que os ginásios fossem frequentados por jovens que não ignorassem jogos nem artes; que os pomares produzissem os mais belos frutos e os campos as mais abundantes colheitas”.

Hoje como ontem, a história reescreve-se, a partir das ambições que nos orientam. Que os trabalhos que neste congresso serão apresentados possam ser já um passo numa outra história da cidade: mais justa, mais sustentável e mais humana!

Lisboa, 21 de Novembro de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Salvador Ricardo da Costa'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the right.

António Salvador Ricardo da Costa

Programa

14:00 - 14:30						
SESSÃO DE ABERTURA Jorge de Brito e Rogério Colaço						
14:30 - 14:45 Jorge Correia						
14:30 - 14:45		IDEOLOGIA E FORMA URBANA	EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E FORMA URBANA			
		KICK OFF PEDRO GEORGE / VICTORIANO SAINZ / SIDÔNIO PARDAL	KICK OFF PAULO MARTINS BARATA			
		SALA IDEOLOGIA 1	SALA IDEOLOGIA 2			
		Título	Título			
		Moderador: António Ricardo da Costa	Moderadores: Pedro George e Rita Castel Branco			
		Moderadoras: Alexandra Alegre e Daniela Arnaut				
SESSÃO A 15:45 - 16:45	I1	A malha e o substrato: em busca de conciliações para o caso da cidade de Macapá – Amapá – Brasil.	I15	Vitalidade urbana em legislações urbanísticas de cidades médias brasileiras: uma análise comparativa	E1	El emplazamiento de un equipamiento metropolitano: el caso de la ampliación del complejo hospitalario de A Coruña
	I2	Gestão do Meio Urbano com Sensoriamento Remoto: Monitoramento da alteração da cobertura vegetal e a expansão da cidade de Campo Grande/MS, Brasil	I16	O impacto das tipologias do alojamento local nas dinâmicas de transformação do tecido urbano do Porto	E2	Territórios Educativos na Cidade do Rio de Janeiro: Linhas de fuga para reinvenção da Escola e da Cidade com as crianças
	I3	Uma proposta modesta de paisagem produtiva: O conceito de CPUL num cordão sub-regional da Região de Lisboa	I17	A influência dos investimentos públicos no estudo morfológico de dois importantes eixos da Ilha de Santa Catarina/Brasil	E3	A cidade como laboratório educativo e articulador de saberes e contextos
	I4	"Do prado ao prato": transformações espaciais e dinâmicas metropolitanas representadas por redes de distribuição alimentar	I18	A importância da paisagem para a experiência urbana: Análise dos impactos paisagísticos do Novo Plano Diretor de Belo Horizonte – Brasil	E4	A relação entre os aspectos morfológicos e as apropriações dos espaços livres públicos e coletivos na habitação social
SESSÃO B 16:45 - 17:30	I5	Caracterização da urbanidade pela morfologia urbana: uma proposta metodológica	I19	A 4ª Revolução Industrial: subdesenvolvimento, dependência e a ilusão da autonomia.	E5	Circuito Zona Verde: em busca do resgate da vida coletiva do bairro
	I6	Qualidade Socioambiental dos espaços livres de uso público: Análise das praças da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES	I20	A produção do espaço em áreas de expansão urbana: um estudo sobre Cuiabá – Mato Grosso, Brasil	E6	O impacto positivo das dinâmicas sociais e coletivas no Habitat. O caso de Caselas e o Caselas Futebol Clube
	I7	Representações morfológicas urbanas nos jogos de tabuleiro modernos: uma sistematização e os casos dos Jogos Lisboa, Coimbra e Porto	I21	Tabela Periódica dos Elementos Morfológicos: proposta para metodologia ativa de ensino e aprendizagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo	E7	Lapiseira Política: o projeto arquitetónico no processo de atenuação das desigualdades urbanas na cidade do Rio de Janeiro
PAUSA						
SESSÃO C 18:00 - 19:00	I8	Cidade Celular: uma convergência entre método, forma e questão teórica na cidade contemporânea.	I22	Porosidade: condição essencial para a vida urbana	E8	Patrimônio e paisagem: ensaio topocéptico sobre os impactos morfológicos da implantação do Shopping Center no centro antigo da cidade de Maranguape, Ceará.
	I9	Revisando o conceito de Regiões Morfológicas: uma abordagem quantitativa	I23	A urbanística moderna na morfologia urbana de conjuntos habitacionais: um estudo da rua	E9	Doação de dotes públicos e a função social da propriedade urbana
	I10	Caráter da Paisagem em Speightstown: morfologia urbana, identidade e os múltiplos tempos do antigo porto de Barbados	I24	Ideologia vs Designio : seis visões para pensar a (forma da) cidade contemporânea a partir do espaço público	E10	O patrimônio ferroviário de Colatina/ES, Brasil e sua relação com o espaço urbano na contemporaneidade
	I11	As Unidades de Paisagem da Orla da Baía de Guanabara em Niterói/RJ	I25	Uma Taxonomia para os Espaços Abertos de Macapá	E11	Cidades Instantâneas: software e hardware para eventos efêmeros.
SESSÃO D 19:00 - 19:45	I12	Made in Asia: Globalização não hegemônica e a morfologia no Centro Histórico de Belém (CHB)	I26	As festas da alegria: as festas afro-brasileiras no bairro M	T29	A narrativa como aproximação da experiência intersubjetiva do lugar
	I13	Modelagem, análise e simulação de cenários urbanos para visibilização de dinâmicas urbanas em Fortaleza, CE	I27	A narrativa da mobilidade urbana sustentável e o seu papel na conformação da forma urbana - o caso de Braga	T30	Restauração e morfologia de Place Royale em Québec
	I14	A paisagem urbana histórica da Avenida Higienópolis em Londrina (PR): continuidade e mutação da edificação de caráter histórico	I28	Entre mobilidades e "i-mobilidades": reverberações da era digital global nos espaços de vida citadinos	T30	As Unidades de Paisagem da Orla da Baía de Guanabara em Niterói/RJ
19:45 - 20:15 Homenagem a Jeremy Whitehand						
20:15 - 20:30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO						

14:00 - 14:30								
SESSÃO DE ABERTURA								
Jorge de Brito e Rogério Colaço								
14:30 - 14:45								
Jorge Correia								
O TEMPO E A FORMA			MORFOLOGIAS URBANAS EM ESPAÇOS PERIFÉRICOS					
KICK OFF CARLOS VELOSO			KICK OFF JOÃO RAFAEL SANTOS					
SALA TEMPO 1		SALA TEMPO 2		SALA PERIFÉRIAS 1	SALA PERIFÉRIAS 2			
Título		Título		Título	Título			
Moderador: Francisco Teixeira Bastos		Moderadora: Patrícia Lourenço		Moderador: Jorge Gonçalves	Moderador: Pedro Pinto			
SESSÃO A 15:45 - 16:45	T1	Morfologia urbana e informalidade: a busca da identidade local	T15	O tempo e a forma em Maruípe	P1	O (des)governo da forma urbana na Área Metropolitana de Lisboa	P15	Vazios urbanos na morfologia dos condomínios horizontais fechados nos municípios de Indaiatuba e Itatiba, de 2000-2020
	T2	Pequenas cidades do Brasil: diálogos entre forma e sociedade	T16	Tempos e perspectivas: a gênese do tecido e do traçado do sítio histórico da Prainha em Vila Velha/ES	P2	Densidade e morfologia dos projetos de expansão urbana de Brasília-Como fica a urbanidade?	P16	Distribuição socioespacial dos espaços livres de uso público para práticas sociais no contexto urbano da Grande Cobiândia, Vila Velha-ES
	T3	O chão da cidade: pequeno atlas morfológico da interface público-privada na São Paulo formal e informal	T17	O Paço dos Duques de Bragança, no contexto da evolução da morfologia urbana de Lisboa	P3	A produção do espaço urbano na cidade de Goiânia-GO: Espraíamento urbano e seus desdobramentos	17	As dinâmicas dos espaços livres públicos periféricos: reflexões acerca de praças da cidade de São Gonçalo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro
	T4	Informal rooting: um atlas aberto	T18	Os lotes burgueses- unidades básicas da paisagem urbana?	P4	A morfologia da periferia: uma análise da conformação morfológica de loteamentos periféricos em São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	P18	Impactos da Verticalização na Cidade de Goiânia/Brazil
SESSÃO B 16:45 - 17:30	T5	A Habitação pré-industrial de Lisboa – Um recurso urbano a revalorizar na era digital	T19	Investigar o habitar para melhor o planejar	P5	Transformações Configuracionais da Ocupação Urbana em Contexto Metropolitano: Leitura diacrônica de Goiânia.	P19	Distribuição Socioespacial das Áreas Verdes Urbanas de Vila Velha-ES: Análise com ênfase na Sintaxe Espacial
	T6	O bordado e a configuração urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX: costuras histórico-cartográficas	T20	Fradinhos e Maruípe-Vitória-ES: a Formação e a Transformação dos Bairros	P6	Mapeamento colaborativo com o PeopleGrid: uma possibilidade baseada em modelagem e morfologia urbana	P20	Agricultura urbana na Área Metropolitana de Lisboa: uma perspectiva morfológica.
	T7	Integração e segregação urbana na cidade colonial de Tarija, Bolívia	T21	Contração e Colmatação: análise de intervenções à escala da parcela	P7	Aspectos morfológicos do Caxambu, uma seção periférica de Petrópolis	P21	Transformações do tecido urbano em São Paulo: o caso da Vila Prudente
PAUSA								
SESSÃO C 18:00 - 19:00	T8	Análise configuracional e cartografia histórica na leitura do processo de modernização e reconstrução de Roma durante o século do Renascimento	T22	Morfometria urbana: o Atlas Morfológico de São Paulo	P8	Evolução da habitação social no Brasil e os reflexos do Programa Minha Casa Minha vida no tecido urbano das cidades brasileiras: Análise do bairro Portal da Alegria em Teresina, Piauí.	P22	A prática, o significado e a representação de um território periférico para valorização da prática de turismo: Metodologia de diagnóstico
	T9	Campo Alegre - Cidade	T23	O Campus Universitário e a Cidade: Novos Tipos Edifícios, Espaço Livre público, Espaços livres intraquadra	P9	Os sistemas de ordenação territorial da favela de Paraisópolis	P23	A Transformação da Paisagem em um Bairro Periférico do Rio de Janeiro
	T10	"Organização" dos espaços livres públicos: o caso das praças nos espaços periféricos da cidade de João Pessoa, Nordeste do Brasil	T24	lização e o espaço verde público dos Oliva	P10	De que lado você mora? Rupturas morfológicas e legislativas na zona noroeste da cidade do Recife	P24	Os subúrbios cariocas como questão simbólica: o lugar na leitura de Lima Barreto
	T11	Forma urbana e uso nas praças Costa Pereira (Vitória/ES) e da Liberdade (Belo Horizonte/MG): uma análise comparativa	T25	Efeitos da presença de edifícios altos com distintas atividades e interfaces térreas no uso de espaços abertos públicos	P11	Reestruturação urbana e fragmentação socioespacial: um estudo de caso em cidades médias brasileiras		
SESSÃO D 19:00 - 19:45	T12	A expansão urbana em Três Pontas (Minas Gerais, Brasil): uma leitura morfológica	T26	A influência da BR-163 na morfologia e desenvolvimento de cidades planejadas em Mato Grosso	P12	A Operação Urbana Consorciada - Osório de Paiva: novas regulações urbanas	P25	Acessibilidade espacial e precificação em áreas de expansão na Região Metropolitana de Natal/RN no contexto da Copa de 2014: o caso de São Gonçalo do Amarante/RN
	T13	Território, limite e transformação, elementos de análise da forma urbana	T27	Avaliação da qualidade espacial do ambiente do pedestre no centro histórico da cidade de Cesena (Itália)	P13	projeto de edificações: o Código Urbano C	P26	Mobilidade urbana na Zona Leste de São Paulo
	T14	Uma análise diacrônica para Jaraguá (Goiás, Brasil): o papel das políticas desenvolvimentistas para a transformação espacial do município	T28	Investigação morfológica e prática profissional em planejamento, desenho urbano e arquitetura	P14	Urbe amazônica entre margens e modos: gentrificação e configuração espacial em Rio Branco	P27	Palimpsesto e simultaneidade. A estrutura viária do sistema urbano de Braga. Conformações e oportunidades da rede viária micro e capilar.
19:45 - 20:15								
Homenagem a Jeremy Whitehand								
20:15 - 20:30								
SESSÃO DE ENCERRAMENTO								

Índice

Apresentação.....	7
Discurso de Abertura.....	8
Programa.....	12
Índice.....	15
Tema 1: Ideologia e forma urbana.....	17
A malha e o substrato: em busca de conciliações para o caso da cidade de Macapá – Amapá – Brasil.....	25
Uma Taxonomia para os Espaços Abertos de Macapá.....	29
O chão da cidade: pequeno atlas morfológico da interface público-privada na São Paulo formal e informal.....	33
A Narrativa da Mobilidade Urbana Sustentável e o seu papel na conformação da forma urbana. O caso de Braga.....	37
Cidade Celular: uma convergência entre método, forma e questão teórica na cidade contemporânea.....	41
Caráter da Paisagem em Speightstown: morfologia urbana, identidade e os múltiplos tempos do antigo porto de Barbados.....	45
Gestão do Meio Urbano com Sensoriamento Remoto: Monitoramento da alteração da cobertura vegetal e a expansão da cidade de Campo Grande/MS, Brasil.....	49
Ideologia vs Desígnio : seis visões para pensar a (forma da) cidade contemporânea, a partir do espaço público.....	51
Uma proposta modesta de paisagem produtiva:.....	55
O conceito de CPUL num cordão sub-regional da Região de Lisboa.....	55
Revisando o conceito de Regiões Morfológicas: uma abordagem quantitativa.....	59
Made in Asia: Globalização não hegemônica e a morfologia no Centro Histórico de Belém (CHB).....	67
A 4ª Revolução Industrial: Subdesenvolvimento e Dependência e a Ilusão da Autonomia.....	79
Cartografias da alegria: as festas afro-brasileiras no bairro Macrina.....	83
O impacto das tipologias do alojamento local nas dinâmicas de transformação do tecido urbano do Porto.....	85
Morfologia e mobilidade sustentável: investigação sobre atributos da forma que favorecem a movimentação urbana.....	89
Entre mobilidade e “i-mobilidades”: Reverberações da Era Digital Global nos Espaços de Vida Cívicos.....	91
Tabela Periódica dos Elementos Morfológicos: proposta para metodologia ativa de ensino e aprendizagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.....	103
A influência dos investimentos públicos no estudo morfológico de dois importantes eixos da Ilha de Santa Catarina/Brasil.....	107
“From farm to fork” - Spatial transformations and metropolitan dynamics read through food distribution networks.....	111
“Organização” dos espaços livres públicos: o caso das praças nos espaços periféricos da cidade de João Pessoa, Nordeste do Brasil.....	113
Vitalidade urbana em legislações urbanísticas de cidades médias brasileiras: uma análise comparativa.....	115
Tema 2: Equipamentos colectivos e forma urbana.....	119
Doação de dotes públicos e a função social da propriedade urbana.....	123
O patrimônio ferroviário de Colatina/ES, Brasil, e sua relação com o espaço urbano na contemporaneidade.....	127
Territórios Educativos na Cidade do Rio de Janeiro:.....	129
Linhas de fuga para reinvenção da Escola e da Cidade com as crianças.....	129
A cidade como laboratório educativo e articulador de saberes e contextos.....	133
A relação entre os aspectos morfológicos e as apropriações dos espaços livres públicos e coletivos na habitação social.....	135
Patrimônio e paisagem: ensaio topográfico sobre os impactos morfológicos da implantação do Shopping Center no centro antigo da cidade de Maranguape, Ceará.....	139
El emplazamiento de un equipamiento metropolitano: el caso de la ampliación del complejo hospitalario de A Coruña.....	141
Circuito Zona Verde: em busca do resgate da vida coletiva do bairro.....	145
Cidades Instantâneas: software e hardware para eventos efêmeros.....	149
O impacto positivo das dinâmicas sociais e coletivas no Habitat. O caso de Caselas e o Caselas Futebol Clube.....	153
Lapiseira Política: o projeto arquitetônico no processo de atenuação das desigualdades urbanas na cidade do Rio de Janeiro.....	157
Tema 3: O tempo e a forma.....	161
A Habitação pré-industrial de Lisboa – Um recurso urbano a revalorizar na era digital.....	165
Função, imagem e forma do espaço público: o caso da Praça da Figueira.....	167
Pequenas cidades do Brasil: diálogos entre forma e sociedade.....	171
Uma análise diacrônica para Jaraguá (Goiás, Brasil): o papel das políticas desenvolvimentistas para a transformação espacial do município.....	175
A expansão urbana em Três Pontas (Minas Gerais, Brasil):.....	179
uma leitura morfológica.....	179
Análise Configuracional e cartografia histórica na leitura do processo de modernização e reconstrução de Roma durante o século do Renascimento.....	181

Efeitos da presença de edifícios altos com distintas atividades e interfaces térreas no uso de espaços abertos públicos.....	185
Território, limite e transformação, elementos de análise da forma urbana.....	189
Campo Alegre Cidade.....	193
Morfologia urbana e informalidade: a busca da identidade local.....	197
A narrativa como aproximação da experiência intersubjetiva do lugar.....	201
A verticalização e o espaço verde público dos Olivais Sul.....	205
Tempos e perspectivas: a gênese do tecido e do traçado do sítio histórico da Prainha em Vila Velha/ES.....	209
Informal rooting: um atlas aberto.....	215
Fradinhos e Maruípe - Vitória - ES: a Formação e a Transformação dos Bairros.....	219
Investigar o habitar para melhor o planejar.....	221
O Paço dos Duques de Bragança, no contexto da evolução da morfologia urbana de Lisboa.....	225
Investigação morfológica e prática profissional em planejamento, desenho urbano e arquitetura.....	229
Contração e Colmatação: análise de intervenções à escala da parcela.....	231
Usos comerciais no centro de Vitória: indexação e georeferenciamento histórico da base de dados da década de 1940.....	235
O bordado e a configuração urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX: costuras historio-cartográficas.....	239
Restauração e morfologia de Place Royale em Québec.....	243
Forma urbana e uso nas praças Costa Pereira (Vitória/ES) e da Liberdade.....	247
(Belo Horizonte/MG): uma análise comparativa.....	247
A influência da BR-163 na morfologia e desenvolvimento de cidades planejadas em Mato Grosso Gabriella Oliveira, Deyvilla Arantes, Gisele Carignani.....	251
O Campus Universitário e a Cidade: Novos Tipos Edifícios, Espaço Livre público, Espaços livres intraquada.....	257
Integração e segregação urbana na cidade colonial de Tarija, Bolívia.....	261
Avaliação da qualidade espacial do ambiente do pedestre.....	263
no centro histórico da cidade de Cesena (Itália).....	263
Tema 4: Morfologias urbanas em espaços periféricos.....	267
Urbe amazônica entre margens e modos:.....	270
gentrificação e configuração espacial em Rio Branco.....	270
Os sistemas de ordenação territorial da favela de Paraisópolis.....	276
Distribuição socioespacial dos espaços livres de uso público para práticas sociais no contexto urbano da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES.....	281
Transformações Configuracionais da Ocupação Urbana em Contexto Metropolitano: Leitura diacrônica de Goianira.....	289
Mobilidade urbana na Zona Leste de São Paulo.....	293
Palimpsesto e simultaneidade: A estrutura viária do sistema urbano de Braga. Conformações e oportunidades da rede viária micro e capilar.....	295
Mapeamento colaborativo com o PeopleGrid: uma possibilidade baseada em modelagem e morfologia urbana.....	299
Agricultura urbana na Área Metropolitana de Lisboa: uma perspectiva morfológica.....	301
Um futuro para o projeto de edificações: o Código Urbano Contextualizado.....	303
Acessibilidade espacial e precificação em áreas de expansão na Região Metropolitana de Natal/RN no contexto da Copa de 2014: o caso de São Gonçalo do Amarante/RN.....	307
Aspectos morfológicos do Caxambu, uma seção periférica de Petrópolis.....	311
De que lado você mora? Rupturas morfológicas e legislativas na zona noroeste da cidade do Recife.....	315
Impactos da Verticalização na Cidade de Goiânia/Brazil.....	319
A produção do espaço urbano na cidade de Goiânia-GO: espraiamento urbano e seus desdobramentos.....	323
Railway territories in metropolitan contexts – two case studies.....	331
Transformações do tecido urbano em São Paulo: o caso da Vila Prudente.....	333
O (des)governo da forma urbana na Área Metropolitana de Lisboa.....	337
Reflexões sobre forma urbana e natureza: estudo de caso municipais na Bacia do Rio Verde/ MG.....	339
Densidade e morfologia dos projetos de expansão urbana de Brasília: Como fica a urbanidade?.....	341
A prática, o significado e a representação de um território periférico para valorização da prática de turismo: Metodologia de diagnóstico.....	343
A Transformação da Paisagem em um Bairro Periférico do Rio de Janeiro.....	347
A construção do Espaço Público no assentamento amazônicos.....	351
Reestruturação urbana e fragmentação socioespacial: um estudo de caso em cidades médias brasileiras.....	355
Reinventar a cidade informal: modelos de intervenção em assentamentos informais para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	359
A morfologia da periferia: uma análise da conformação morfológica de loteamentos periféricos em São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	363
As dinâmicas dos espaços livres públicos periféricos: reflexões acerca de praças da cidade de São Gonçalo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.....	367
Os subúrbios cariocas como questão simbólica: o lugar na leitura de Lima Barreto.....	371

"A cidade que vimos (...) não é um fenómeno natural. Não é orgânica. Não é um acidente. Não foi esculpida pelo desejo de cidadãos operando num mercado livre. Ela foi modelada por poderosos incentivos financeiros, investimento público massivo e leis estritas definindo de que forma o solo e as vias deveriam ser desenvolvidas e usadas."

Charles Montgomery in *Happy City*

Abstracts

Tema 1: Ideologia e forma urbana

"A cidade que vimos (...) não é um fenómeno natural. Não é orgânica. Não é um acidente. Não foi esculpida pelo desejo de cidadãos operando num mercado livre. Ela foi modelada por poderosos incentivos financeiros, investimento público massivo e leis estritas definindo de que forma o solo e as vias deveriam ser desenvolvidas e usadas."

Charles Montgomery in *Happy City*

Abstracts

Tema 1: Ideologia e forma urbana

Tema 1: Ideologia e Forma Urbana

A forma material da cidade e o espaço que configura constituem uma estrutura significativa relativamente estável sobre a qual se constroem-se narrativas ideológicas mutáveis no tempo.

Na linha temática IDEOLOGIA E FORMA URBANA pretende-se discutir de que modo as diferentes morfologias urbanas se vão adequando aos distintos discursos ideológicos que delas se apoderam, de que modo os condicionam ou os fomentam.

Esta questão não é obviamente independente das políticas de solos e dos diferentes sistemas de produção do espaço urbano, operacionalizados através dos instrumentos de gestão territorial, que usualmente produzem morfologias específicas, que virão a conter discursos ideológicos subjacentes de modo mais ou menos explícito.

O espaço que daqui resulta, mais ou menos urbano, produz modos de vida distintos, sendo importante analisar a relação causa-efeito entre as ideologias e políticas de produção do espaço e a qualidade de vida de quem o habita, em termos de identidade, saúde, inclusão e sentido de pertença.

António Ricardo da Costa

Rita Castel' Branco

A porosidade enquanto premissa para a qualidade (da vida) urbana

Rita Castel' Branco, António Ricardo da Costa

CiTUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Av. Rovisco Pais, Telefone: 00 351 968065300

rita.castelbranco@tecnico.ulisboa.pt; arcosta@civil.ist.utl.pt

O modernismo, veio alterar profundamente a produção do espaço urbano, constituindo a mais radical alteração na forma de fazer cidade. Conceptualizado entre-guerras, impôs-se no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, numa Europa em reconstrução e que aspirava por uma sociedade mais justa. Avessos à desordem e ao inacabado, os modernistas definiram estritamente lugares e funções, determinaram a densidade em altura como desejável e promoveram a libertação do solo, propondo inclusive que o edificado passasse a assentar sobre estacas, desfazendo intencionalmente aquilo que consideravam ser “a tirania da rua”. Estes e outros princípios viriam a ser difundidos internacionalmente através da Carta de Atenas e adoptados na legislação urbanística e edificatória um pouco por todo o mundo, servindo de base ao moderno planeamento urbano. Não obstante as vozes críticas - dissonantes nos anos 60 (Rossi, 2001; Jacobs, 2014; Ghel, 2017) mas hoje grandemente consensuais - que têm vindo a chamar a atenção para os malefícios desta forma de construir cidade, a lógica modernista continua grandemente impregnada no sistema de planeamento urbano, o qual tem tido dificuldade em se afastar da sua origem.

Entre outros aspectos, os princípios modernistas revelaram-se contrários àquilo que Benjamin e Laci primeiramente associaram à ideia de porosidade urbana, ao descreverem Nápoles em 1865: a sobreposição constante entre as esferas pública e privada. Segundo os autores, o facto dos espaços se fundirem uns nos outros criava um cenário propício ao inesperado, tornando o improvisado num modo de vida. Recentemente, o termo “porosidade” tem-se tornado mais recorrente nos domínios da arquitectura, do planeamento e do desenho urbano, sendo relacionado com a ideia de uma cidade habitável e que propicia o sentido de comunidade e a vivência da rua. Wolfrum et al. (2018, *Porous City*) associa-o à mistura radical das funções urbanas, referindo que o termo invoca palavras como sobreposição, interpenetração e integração, transmitindo a ideia de um espaço entre-espaços, com fronteiras ambíguas, desfocado, ambivalente e de coexistência.¹ É nesse espaço intermédio que a vida urbana acontece - seja porque o privado extravasa os seus limites, se apropria e

oferece ao público, seja porque o público se torna íntimo e, deste modo, quase pessoal, seja, ainda, porque os usos públicos se estendem pelo interior dos quarteirões.

Em Viena, em 2012, um dos debates resultantes do European 12 teve a porosidade urbana como tema central. Da discussão em torno dos projectos urbanos vencedores das últimas edições resultam algumas ideias que nos parece importante reter. Antes de mais, a distinção entre: i) porosidade urbana, que resulta da escala urbana, e de tudo o que esteja relacionado com a continuidade física, redes de mobilidade, sequência de espaços públicos com diferentes caracteres e escalas e; ii) porosidade arquitectónica, que resulta do contorno edificado ao nível do olhar e do tratamento das fachadas. É a convicção de que a qualidade de um projecto depende da combinação dos dois tipos de porosidade. No debate enaltece-se também a ideia de uma porosidade cidadã, enquanto abordagem que integra diferentes actores em processos informais, garantindo projectos participados e que acomodam o inacabado.

Não obstante a importância dada ao tema por estudos e autores, um pouco por todo o mundo continuam a crescer fronteiras de todo o tipo, visíveis e invisíveis, que promovem a exclusão e inviabilizam qualquer hipótese de empatia. (Montaner, 2019) Neste contexto, é objectivo do presente estudo: i) estabelecer a porosidade enquanto premissa para a qualidade urbana; ii) compreender de que modo o modernismo veio colocar em causa a porosidade no espaço urbano; iii) encontrar soluções concretas para a recuperação da porosidade nos tecidos edificados e a edificar, sugerindo-se políticas capazes de contribuir para uma cidade aberta e propondo-se a integração de novos conceitos e parâmetros na legislação urbanística e edificatória.

Palavras-chave: Porosidade; permeabilidade; transição gradual; espaço intermédio; fragmentação urbana

Referências

- Bentley, I. et al., *Responsive environments: A manual for designers*, Nova Iorque, Architectural Press, 1985.
Carta de Atenas, Atenas, IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, 1933.
Creating Urban Fluidity Through a Porous Urban Fabric, report on the 3rd Debate 3 of "Debates of the Forum of Results European 12", Vienna, May 2012.
Gehl J., *A Vida entre edifícios*, Ed. Tigre de Papel, Lisboa, 2019.
Gehl, J., *Cities for People*, Washington DC, Island Press, 2010.
Jacobs, J., *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2014.

Jovchelovitch S., Dedios Sanguinetti M.C., Nogueira M., Priego-Hernández J., Imagination and mobility in the city: Porosity of borders and human development in divided urban environments. *Culture & Psychology*. 2020;26(4):676-696. doi:[10.1177/1354067X19899064](https://doi.org/10.1177/1354067X19899064)

Klinenberg, E., *Palaces for the People: How Social Infrastructure Can Help Fight Inequality, Polarization and the Decline of Civic Life*. London, Crown, 2018.

Le Corbusier, *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Sintra, Publicações Europa-América, 1995.

Lefebvre, H., *O Direito à Cidade*, Centauro Editora, São Paulo, 2009

Montaner, J.M. e Muxi, Z., *Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos*, São Paulo, Editorial Gustavo Gili, 2014.

Rafael Reinoso Bellido, Francisco Sergio Campos-Sánchez & Francisco Javier Abarca-Álvarez (2021) Porosity and fragmentation of the block in the city core: a Nolli's innovation perspective, *Journal of Maps*, 17:1, 55-61, DOI: 10.1080/17445647.2021.1891581

Rossi A. e Monteiro, J. C., *A Arquitetura da Cidade*. Santa Úrsula Coapa, Cosmos, 2001.

Wolfrum, S. (editor), *Porous City: From Metaphor to Urban Agenda*, Berlin; Ed. *Birkhäuser* 2018
<https://doi.org/10.1515/9783035615784>

Sendra P. e Sennett R., *Designing disorder: experiments and disruptions in the city*, Londres, 2020, Ed. Verso.

Sennet, R., *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2018.

A malha e o substrato: em busca de conciliações para o caso da cidade de Macapá – Amapá – Brasil.

Patrícia Takamatsu

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Rod. Juscelino Kubstichek 2000, Jardim Marco Zero, Macapá - AP, 68903-419, +55 (96) 3312-1700
patricia.takamatsu@outlook.com

Guilherme Lassance

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485, +55 (21) 3938-1628
guilherme.lassance@fau.ufrj.br

A realidade de inserção em uma “selva amazônica” da cidade média de Macapá, capital do Amapá, cria uma expectativa de vínculos culturais e ambientalmente harmônicos. Tal expectativa confronta a urbanização percebida, por segregações socioespaciais e inclusão na relação dicotômica entre as “áreas de terra firme” – de apropriação e expansão conceitual à geomorfologia dos ecossistemas anteriores de ocupação das florestas (Ab’Saber, 2002) – e as áreas de terras úmidas, por exemplo, as alagáveis, localmente chamadas “ressacas”, associadas à pobreza e miséria e que abriga as habitações informais. Cidade de origem na colonização portuguesa do Brasil, tem a relação da malha ortogonal e regular apoiada em um substrato natural singular, perpetuada historicamente através de ocupação, a princípio negando esse substrato natural e, posteriormente, buscando coexistência com o meio natural sob as visões progressistas e positivistas que o modelo modernista implantou (Takamatsu & Lassance, 2019; 2020) Mas, retomando a origem da fundação ocidental da malha, a mesma obtém com o traçado xadrez seu papel de controle instrumental, regulando a organização social, de ampliação de tomada de territórios e seguindo as regras aperfeiçoadas tecnicamente por meio da agrimensura e, posteriormente, aprimoradas pelo próprio engajamento militar (Rykwert, 2006). Del Rio (1990) relembra que é por meio do “tecido urbano (...) [que a] lógica conformadora e estruturas básicas ainda são distinguíveis”, a malha agora como parte integrando do tecido, atodada a partir do fim dos anos sessenta, visava abandonar os preceitos do Movimento Moderno. Irving (1993) que “tentar estabelecer conexões entre humanidades e planejamento urbano é explorar alguns dos significados do planejamento nos contextos filosóficos e culturais da modernidade e pós-modernidade. Os modernistas chamam isso de planejamento urbano; os pós-modernistas chamam isso de design urbano” A urbanização, contudo, segue “naturalista, a-histórica e empirista” desconsiderando que um mundo majoritariamente urbano não é uma realidade evidente

(Brenner, 2016) Para o caso de Macapá, as alterações posteriores a 1960 na urbanização, encontram-se em um terceiro momento histórico, ainda sob efeitos da implantação modernista, com novas acepções advindas da aplicação do planejamento urbano do Plano da Fundação João Pinheiro (1973), mas também das alterações legislações ambientais que ocorreram na década de 1970. Os efeitos conciliatórios buscados pelas aplicações legais, acabaram por induzir as formas urbanas à coexistência mais oprimida do que existiu no início do modernismo, onde, frente à aproximação da pós-modernidade, avançou para conduzi-las a uma implosão e explosão da malha, já com vieses de completa autonomia da malha frente ao meio (Aureli, 2011). Adotando-se técnicas de geoprocessamento sobre as bases disponibilizadas pelo Exército e Prefeitura de Macapá, foi possível reconstruir a dimensão cartográfica, espacial e planialtimétrica, aplicando-se sensoriamento remoto para representação da cidade e utilizando-se, tanto uma base em MDT, quanto em MDS, voltadas para aprofundamentos da percepção geomorfológica (cf. Caseti, 1991; Blaschke & Kux, 2007) em confrontação com o tecido formal implementado. Dessa forma, a abordagem objetivou abarcar os campos do desenho, morfologia e geomorfologia urbanos, visando comparar os resultados entre si e confrontar a lógica de hierarquização, fragmentação e homogeneização do espaço urbano (Viganò, 2008), pois até hoje, os planejamentos lançados não promoveram o desenvolvimento esperado e, a crescente formação de tecidos urbanos abertos acaba por produzir formas essencialmente fechadas e exclusivas (Pope, 2015), mantendo o substrato natural descolado do processo de urbanização.

Emergiram-se análises contra senso comuns do planejamento urbano da cidade exemplificados como: 1) a cidade é plana; 2) a cidade foi aterrada 3) a relação com a água não é possível ou quando possível apenas considerando a dimensão de rios canalizados. Portanto, destacou-se os principais aspectos e agentes relacionados com a conciliação da malha urbana frente ao substrato, e o resultado preliminar é que, resgatando a perspectiva analítica ambiental frente a realidade histórico-social para o estudo de caso, amplia-se o entendimento do funcionamento das formas herdadas, recriadas e ordinárias (Habraken, 2000), assumindo-se suas consequências para tecido urbano e contribuindo com novos entendimentos para a concepção de projetos urbanos e planejamento das cidades. A renovação do ambiente urbano na Amazônia ocorreu parcialmente, mesmo com a malha isotrópica ressignificada. A conciliação avançou na gestão ambiental, mas manteve a malha

ainda como instrumento de dominação do meio, incrementando a dicotomia entre urbano versus rural, e ao mesmo tempo, isolando e protegendo áreas urbanizadas das áreas ambientais, premiadas a serem preservadas renegando as potenciais relações com as águas, inclusive ao lateral e imponente rio Amazonas.

Palavras-chave: Amazônia, malha urbana, forma urbana, processo de urbanização e, substrato natural.

Referências

- Ab'Saber, A (2002). Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, 16(45), 7–30.
- Aureli, P (2011). *The Possibility of an Absolute Architecture*. The MIT Press.
- Blaschke, T, & Kux, H (2007). *Sensoriamento Remoto e SIG Avançados: Novos sistemas sensores, métodos inovadores* (2º ed). Oficina de Textos.
- Brenner, N (2016). A hinterlândia, urbanizada? *e-metropolis*, nº 25(ano 7), 6–11.
- Cassetti, V (1991). *Ambiente e apropriação do relevo*. Editora Contexto.
- Del Rio, V (1990). *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. Editora Pini.
- Habraken, N (2000). *The Structure of the Ordinary: Form and Control in the Built Environment* (J. Teicher, Org.; Revised edition). The MIT Press.
- Irving, A (1993). The Modern/Postmodern Divide and Urban Planning. *University of Toronto Quarterly*, 62(4), 474–487.
- Pope, A (2015). *Ladders* (2 edition). Princeton Architectural Press.
- Rykwert, J (2006). *A Ideia de Cidade* (Edição: 1ª). Perspectiva.
- Takamatsu, P, & Lassance, G (2019). O tecido urbano de malha ortogonal no contexto Amazônico: O caso da cidade de Macapá – Amapá. *Anais do Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América del Sur - XXIII Congreso e XXXVIII Encontro ARQUISUR*, 19.
- _____ The grid and the ground: an analysis of planning logics and agents in Macapá, Brazil. *The 19th International Planning History Society Conference - Moscow*, July of 2020 (manuscrito)
- Viganò, P (2008). Water and Asphalt The Projection of Isotropy in the Metropolitan Region of Venice. *Architectural Design*, 78(1), 34–39.

Uma Taxonomia para os Espaços Abertos de Macapá

Ivie Martins, Louise Pontes

Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá
Campus Marco Zero do Equador, Telefone: + 55 91 982285035
louise.pontes@unifap.br

A revisão do campo do urbanismo, em curso desde a segunda metade do século XX, deixou evidente que há mais formas, espaços e modos de habitar o mundo do que pode comportar uma lista de categorias pré-definidas. Na cidade contemporânea, em contexto amazônico, o acúmulo de experiências e racionalidades, hibridizações culturais ao longo do tempo sobre sítios muito particulares se espacializou em tramas urbanas e paisagens complexas. Nesse cenário, os espaços abertos se apresentam com um laboratório para entrever usos, formas e relações socioespaciais ainda hoje negadas e/ou invisibilizadas pela literatura disponível ou pela política pública vigente.

Ainda que se entenda a sistematização de novas categorias de espaços e experiências existentes enquanto parte da incompletude é fundamental que a multiplicidade se torne cientificamente visível. Esta pesquisa objetiva apresentar uma primeira aproximação de uma taxonomia dos espaços abertos de uma cidade na Amazônia brasileira, Macapá, identificando padrões morfológicos e construindo uma cartografia dos espaços abertos invisibilizados com o intuito de evidenciar a complexidade do tema, ampliando o debate e a busca por modos de projetar, gerir, pensar a cidade de forma mais ampla, gregária, diversa e congruente com o seu contexto socioespacial.

O trabalho se situa no campo do urbanismo, mais especificamente da morfologia urbana, entendida como ciência que analisa a urbe por meio de sua forma assimilando a formação, evolução, tipologias e as inter-relações dos elementos urbanos que a compõem e servem como documento de sua história (DEL RIO, 1990).

O objeto de estudo da pesquisa são os espaços abertos nas dimensões biofísica e relativa à vivência. Os espaços abertos são tão antigos quanto as cidades e por isso reúnem a multiplicidade de sobreposições de tempo e cultura, além disso, é através desses que se garantem as possibilidades de interação dos diferentes grupos sociais, mas também a manutenção da vida em seu sentido mais amplo. Adota-se no trabalho a concepção de espaços abertos de Lynch (1965), que os entende não apenas por um prisma morfológico,

pois compreende que as aberturas são também sociais, cognitivas e devem contemplar as categoriais ainda desconhecidas.

A cidade de Macapá, adotada como estudo de caso, é a capital do Estado do Amapá, situada às margens do Rio Amazonas e entrecortada por furos, rios, igarapés e uma grande diversidade de espaços abertos que se configuram na convergência do sítio e da cultura.

A análise documental em sobreposição à cartografia contemporânea elaborada na pesquisa deixou evidente que existe uma quantidade significativa de espaços abertos de uso coletivo que não foram reconhecidos na história e que continuam ignorados pelo Plano Diretor vigente.

Além da revisão bibliográfica, das estratégias interpretativas de iconografia e historiografia, foram utilizadas estratégias classificatórias dos espaços analisados em categorias de acordo com suas peculiaridades, semelhanças e diferenças. A taxonomia foi utilizada como forma de distribuir essas categorias seguindo uma hierarquia, considerando as particularidades mais gerais e conforme estas vão se especificando, a quantidade de espaços por categoria se afunila (DEMING; SWAFFIELD, 2011).

A cartografia contemporânea da cidade foi utilizada como molde para a criação de novas representações que permitissem a visualização da variedade, distribuição e quantidade dos espaços abertos de Macapá formalmente identificados e aqueles frutos dos dados levantados na pesquisa.

A partir da análise das categorias de espaços abertos existentes e invisibilizados foi possível identificar outras categorias diferentes das previstas pelos planos, entender suas lógicas de distribuição na cidade e refletir sobre a qualidade do conjunto em perspectiva biofísica e da vivência.

O resultado da pesquisa aponta para uma quantidade considerável de espaços abertos que se integram e compõem uma rede de ambientes muito maior que aquela identificada nos planos e estudos disponíveis. A condição de invisibilização dos espaços contribui para que parte deles e usos que garantem a satisfação da população sejam negligenciados e que modelos estereotipados de espaços públicos sejam multiplicados sem critério pelo poder público. Além disso, a rede de espaços identificada na taxonomia e na cartografia ampliam as possibilidades de cenários socioambientais melhores para a cidade. Os espaços abertos devem ser objetos de interesse da população, da academia e da gestão pública para que

sejam valorizados, mantidos e projetados adequadamente, com o intuito de promover a diversidade de ambientes e atividades sociais na cidade de Macapá.

Palavras-chave: Espaços Abertos; Amazônia; Morfologia Urbana; Urbanismo.

Referências

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DEMING, M. Elen; SWAFFIELD, Simon. Landscape Architecture Research: inquiry, strategy, design. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2011. 256 p.

LYNCH, Kevin. City sense and City Design Writings and projects of Kevin Lynch: The Openness of Open Space. 1965. Cambridge, Massachusetts: Mit Press, 1964. (p. 389 - 412)

O chão da cidade: pequeno atlas morfológico da interface público-privada na São Paulo formal e informal

Heraldo Borges, Valter Luis Caldana Júnior

Laboratório de Projetos e Políticas Públicas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Rua Maria Antônia, 358 6º andar 01222-010 São Paulo/SP, +55 27 981371477
heraldo.borges@mackenzie.br,

Partindo da premissa de que o chão da cidade – o desenho das ruas, dos alinhamentos e dos térreos dos edifícios – é uma das principais chaves para o projeto de uma cidade mais sustentável, indaga-se quais e como são as interfaces entre as configurações formais, espaciais e ambientais dos espaços públicos e privados ao nível do térreo e as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que as afetam e que são geradas a partir delas. A partir de uma metodologia que inclui observações de campo, entrevistas, fotografias, redesenho e análises via software CAD e GIS, o principal objetivo desta pesquisa é analisar e entender o chão da cidade em cerca de 30 casos de estudo (ruas-tipo) dos diversos tecidos urbanos formais e informais que caracterizam a forma urbana de São Paulo. O objetivo específico é a produção e a publicação de um Atlas Morfológico do Chão da Cidade de São Paulo que poderá servir como orientação para a concepção de futuros(as) políticas públicas, planos e projetos.

Ambiciona-se, como justificativa, fornecer uma visão multi/trans/interdisciplinar sobre as condições da crescente urbanização das metrópoles atuais a fim de impulsionar o seu tecido para uma maior resiliência e sustentabilidade. Experiências e conhecimentos adquiridos a partir de investigações de campo alimentarão uma visão prospectiva sobre a espacialidade do chão da cidade.

A hipótese que alimenta esta pesquisa é que tanto nos tecidos formais como nos informais há uma emergência e uma latência de uma diversidade de configurações do chão da cidade mais ativos e mais flexíveis. Neste contexto, a questão então que se coloca é: E se a construção de cidades compactas, caminháveis, densas, diversas e, em última instância, sustentáveis fosse menos sobre "desenhar telhados" e mais sobre "transformar o solo"?

Le Corbusier (1930) ao decretar a morte da rua-corredor – elemento chave da forma da cidade tradicional pré-industrial – decretou, por conseguinte, a morte do chão da cidade (o andar térreo dos edifícios). A adoção do térreo livre (o pilotis) como forma de resolução da interface entre o edifício e a cidade e a dissolução da quadra (Panerai, 2013) a partir da implantação

dos edifícios “soltos” das amarras dos limites dos alinhamentos dos lotes e quadras – a miríade do edifício no parque – foram a pá de cal à experiência urbana ao nível do pedestre. A partir da década de 60 surgem, na esteira das críticas ao movimento moderno, várias publicações onde a escala do pedestre volta ao centro do debate: Jacobs (1961) com os conceitos de “olhos na rua” e “balé das calçadas”, Gehl (1971, 1987) com a “vida entre os edifícios”, Secchi (1988) com o “projeto do solo”, Hertzberger (1991) com o “*in-between*”, Karssenber (2012) com o “*plinth*”, o PDE de São Paulo (2014) com a “fachada ativa” e finalmente Mangin (2018) com o “rés-da-cidade”.

O recorte espacial é o município de São Paulo. Foram selecionados cerca de 30 casos de estudo dos mais diversos tipos de ruas típicas de tecidos urbanos formais e informais característicos da cidade de São Paulo como, por exemplo, do centro fundacional, dos bairros residenciais de alta (Campos Elísios e Higienópolis) e baixa (Bixiga, Liberdade e Glicério) renda da primeira coroa suburbana, dos bairros industriais/operários do século XIX (Mooca, Bom Retiro e Brás), bairro-jardim de alta (Pacaembu e Jardim Europa) e baixa (Jardim Japão e Vila Guilhermina) renda, loteamentos residenciais do século XX (há vários exemplos de diferentes formas, tempos e padrões sócio-econômicos), vilas, cortiços, favelas, conjuntos habitacionais, etc.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, os procedimentos metodológicos adotados assentam-se em grande medida em práticas de campo apoiadas em atividades remotas de gabinete com auxílio de softwares CAD e GIS a partir de casos de estudos típicos das diversas configurações sócio-econômicas dos tecidos urbanos formais e informais de São Paulo. Neste contexto, a pesquisa será desenvolvida a partir de quatro atividades principais: 1) Atividades de campo; 2) Atividades de gabinete; 3) Viagens internacionais e seminários/oficinas com os parceiros; e 4) Produção e publicação do Atlas.

A contribuição imediata é a compilação, na forma da publicação de um Atlas, de uma diversidade de situações de interface entre o espaço público e o espaço privado ao nível do térreo e ao longo de ruas típicas de tecidos urbanos formais e informais característicos de São Paulo mostrando as interações entre estas configurações formais, espaciais e ambientais com as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que as afetam e que são geradas a partir delas.

Além da possibilidade de compreender melhor como se dão estas interações, essa compilação possibilitará a orientação da concepção de políticas públicas, planos e projetos mais flexíveis, ativos e administráveis na busca de cidades mais densas, diversas, compactas, caminháveis e, em última instância, sustentáveis tanto do ponto de vista ambiental como também social e econômico.

Uma provável contribuição futura será a possibilidade de extrapolação e generalização tanto dos protocolos e procedimentos metodológicos desenvolvidos e utilizados como dos resultados obtidos em outras cidades dentro do âmbito nacional.

Palavras-chave: chão da cidade, morfologia urbana, interface público-privada, atlas morfológico, São Paulo.

Referências

- Gehl, J. (1971, 1987) *Life between buildings: using public space*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- Hertzberger, H. (1991) *Lessons for students in architecture*, Rotterdam, Uitgeverij 010 Publishers.
- Jacobs, J. (1961) *The Death and Life of Great American Cities*, New York, Random House.
- Karssenberg, et al. (ed.) (2012) *The City at Eye Level: lessons for street plinths*, Rotterdam, STIPO.
- Le Corbusier (1930) *Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme*, Paris, sle.
- Mangin, D. (2018) *Formel/Informel Atlas Comparé des Rez-de-Ville, Recherche exploratoire 2018-2019, Rendu intermédiaire*, Paris, Éav&t.
- Panerai, P. (2013) *Formas urbanas: a dissolução da quadra*, Porto Alegre, Bookman.
- São Paulo (2014) (cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal n° 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado*, São Paulo, PMSP.
- Secchi, B. (1988) *Progetto di suolo*, Casabella, 520, 19-23.

A Narrativa da Mobilidade Urbana Sustentável e o seu papel na conformação da forma urbana. O caso de Braga.

Filipa Corais

Lab2PT, Escola de Arquitetura, Universidade do Minho

Campus de azurém, Guimarães

fcorais@gmail.com

Pretende-se abordar neste documento de que modo a morfologia urbana condiciona as políticas de mobilidade, por um lado, e, por outro, qual o papel destas políticas nas transformações do espaço público, na organização espacial e na identidade das cidades.

A contemporaneidade das políticas e das ações de mobilidade são suscetíveis de interferir com as formas urbanas da cidade, no entanto, o desafio consiste na perceção das características intrínsecas à sua identidade urbana e ao respeito pela génese da urbe.

Braga, e as dinâmicas urbanas inerentes, assume características muito específicas no contexto territorial em que se insere. Se por um lado, tem a particularidade de se assumir como um território centrípeto, num contexto de território disperso e difuso. Por outro lado, as dinâmicas e políticas de habitação conformaram um crescimento urbano desenfreado nas décadas de 80 e 90, do século XX, relegando o espaço público e as continuidades urbanas em função desse desígnio. Estas duas especificidades tiveram consequências, também elas antagónicas, nas condições de mobilidade da cidade.

A escala urbana da cidade, pela concentração e proximidade das várias funções estimula o recurso a boas práticas de mobilidade. No entanto, o espaço público/domínio público disponível condiciona a transformação e a requerida mudança de paradigma da mobilidade urbana sustentável, que invoca a primazia do peão face aos modos motorizados.

A cidade de Braga patenteia várias “cicatrices” que dificultam a conectividade dos percursos pedonais e cicláveis, devido às barreiras urbanas definidas nos tempos em que o transporte individual era a prioridade nas políticas de engenharia de tráfego. Ladeiam, estas barreiras, espaços urbanos interdependentes e indissociáveis cujas vivências reclamam intervenções que não se compaginam com os orçamentos anuais disponibilizados aos municípios. O desafio é, pois, definir novas continuidades urbanas para Todos (sobretudo para os peões e pessoas de mobilidade reduzida). Cerca de 30% da população, segundo dados do INE 2011, apresenta pelo menos uma dificuldade de mobilidade. A cidade ao responder às necessidades de deslocação destes grupos está a garantir as condições de circulação de

Todos. E a este desígnio funcional para a estruturação da cidade alia-se a qualificação do espaço público e a promoção da qualidade de vida.

Qual o papel do tempo atual?

A União Europeia realça a importância da Promoção da Mobilidade Sustentável e atribui fundos para a consumação deste desiderato. É fundamental que o planeamento da mobilidade (e.g. PMUS) antecipe e organize a definição dos projetos sujeitos a candidaturas. Temos, pois, as ferramentas para atuar em prol da mobilidade urbana sustentável e redistribuir o espaço público de forma mais equitativa pelos vários modos e tipos de utilizadores. Dando, assim, oportunidade para quem está recetivo a aderir a modos de deslocação mais sustentáveis o possa fazer com segurança e conforto. Pelo conhecimento do histórico da cidade e da sua morfologia urbana estas mutações dos padrões de mobilidade com interferência ao nível do desenho urbano do espaço público podem e devem assentar num respeito e continuidade pelas características identitárias da cidade potenciando-as. De facto, a primeira matriz urbana assentava em modos de deslocação sustentável e toda a urbe funcionava com base nesse pressuposto. O estágio atual consiste na avaliação da evolução da cidade e dos tempos e modos de estar devolvendo à cidade e ao peão o seu papel endógeno.

O planeamento previsto e os projetos em curso em prol da Mobilidade Urbana Sustentável em Braga alicerçam-se na configuração ancestral da urbe e na proeminência da morfologia urbana existente conformada nos diversos ciclos urbanos. De facto, o planeamento da mobilidade operado recorreu à hierarquização viária patente no território, adaptando as funcionalidades das vias e redistribuindo o espaço público. A definição do interior de quarteirões como áreas de coexistência e de velocidades mais reduzidas privilegia os modos suaves e a vivência urbana desses espaços, garantindo as conexões viárias na rede envolvente desses quarteirões. Trata-se de uma estratégia de atuação minimalista, mas muito impactante nos hábitos de deslocação da população e na qualidade de vida. Esta metodologia decorreu da valorização das características morfotípicas da cidade e a seleção e valorização desta condicionante garante e confere coerência e identidade ao processo de transformação urbana em curso.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana Sustentável; Morfologia Urbana; Transformações do Espaço Público; Braga.

Referências

- Amante, A. (2017). Medidas de Acessibilidade no Sistema de Planeamento Urbano Português. Thesis PhD. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Universidade do Porto.
- Amante, A. (2008). Os efeitos da macro-estrutura viária nos usos do solo. Thesis MSc. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Universidade do Porto.
- Babo, A. (2006). O Papel das Infra-estruturas Viárias na Evolução das Formas Urbanas. In Á. (coord. . Domingues (Ed.), "Cidade e Democracia. 30 anos de Transformação Urbana em Portugal". Lisboa: Argumentum.
- Carvalho, J. (2010). Mercado, Ideologia e Ordenamento do Território. Seara Nova N.o 1711, pp 20–22.
- Cervero, R. (2013). Linking urban transport and land use in developing countries. *The Journal of Transport and Land Use*, 6 (1). pp 7-24.
- Clarke, G., Moir, E. (2015). Density: drivers, dividends and debates. Urban Land Institute. London
- Comissão Europeia (2010). White paper - European transport policy for 2010: time to time, COM (2001) 370 final C.F.R. (2001). Bruxelas.
- Comissão Europeia (2010). Europe 2020 - A strategy for smart, sustainable and inclusive growth, COM (2010) 2020 final C.F.R. (2010). Bruxelas.
- Direcção-Geral do ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), (2011). Guia dos Programas de Acção Territorial: Documentos de Orientação DGOTDU 01/2011. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. ISBN 9789728569570
- Levine, J., Grengs, J., Shen, Q. (2012). Does Accessibility Require Density or Speed? *Journal of the American Planning Association*, 78, No. 2, pp. 157-172.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE). Cidades Sustentáveis 2020, do Programa Portugal 2020. Governo de Portugal. Abril 2015.
- Oliveira, V. M. A. de, Marat-Mendes, T. M., & Pinho, P. M. N. da C. (2015). O Estudo da Forma Urbana em Portugal. (I. Pacheco, Ed.) (1a ed.). Porto: Universidade do Porto.
- Pinho, P., Silva, C. (2015). Mobility patterns and urban structure. (1 ed.). Aldershot: Ashgate. pp. 252.
- Vale, D., Saraiva, M., Pereira, M. (2016). Active Accessibility: a review of operational measures of walking and cycling accessibility. *The Journal of Transport and Land Use*, 9 (1), pp. 1-27.
- PMUS de Braga (2020). Câmara Municipal de Braga.
- PDM de Braga (2015). Câmara Municipal de Braga.

Cidade Celular: uma convergência entre método, forma e questão teórica na cidade contemporânea

Peres, Otavio M.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Pelota
otavio.peres@ufpel.edu.br; otmperes@gmail.com

Contemporaneamente, envolvendo morfologia do crescimento periférico, análises da estrutura socioespacial e as geotecnologias, sustenta o presente trabalho, que emerge uma convergência no estudo da forma urbana, a qual livremente propõe denominar "cidade celular". A cidade tem produzido espaços dispersos cuja resultante acaba por engendrar questões sociais, funcionais e os impactos ambientais associados ao crescimento urbano. Com apoio das geotecnologias são crescentes as possibilidades de representação, aquisição de dados e análise do ambiente urbano. Como está no enunciado científico do presente congresso, citando Calvino em Cidades Invisíveis, "não se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve, mas, contudo, entre eles há uma relação". A "cidade celular" seria, portanto, um ponto de convergência à ciência urbana, onde questões sobre a realidade observada e teorias enunciadas são reforçadas pelas condições de discurso e representação, no qual o trabalho realiza um conjunto de revisões - teórica, empírica e metodológica, provocando reflexões e uma proposta de continuidade de pesquisa sobre a cidade contemporânea.

Na modelagem urbana são conhecidas as possibilidades e diferenças da geometria vetorial e matricial, onde o ambiente é representado por matriz de células regulares, assim como pixels, cuja geometria "carrega" atributos. A representação raster tem sido recorrente para geociência, a partir de modelos digitais de elevação e do conjunto de imagens de satélite, onde decorrem possibilidades mapeamento, inclusive séries históricas sobre a forma do crescimento urbano, no caso brasileiro com destaque ao programa Mapbiomas. A unidade celular atua como uma espécie de repositório que assume atributos diversos e camadas coincidentes, o processamento dos dados celulares possibilita análises horizontais (geométricas) e verticais, correlacionando dados de naturezas disciplinares distintas, como a forma das cidades, a estrutura socioespacial e atributos naturais. A representação celular urbana é convergente com análises espaciais avançadas, dos autômatos celulares e estudos de simulação de crescimento urbano, como CityCell (Polidori e Peres, 2018), assim como, pela simplicidade e capacidade de abstração da representação urbana, permite explorar

mapeamentos participativos e colaborativos, como aplicado no Peoplegrid (Polidori, Peres e Tomiello, 2020).

A forma urbana configura extensas áreas edificadas onde se observam ocorrências de vazios urbanos, associados à falhas na forma compacta e econômica ou coincidentes com espaços de interesse ambiental que resistem no processo de expansão urbana. A fragmentação e dispersão das cidades têm sido objeto recorrente em estudos realizados nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, cujo fenômeno está associado à produção urbana da alta renda e a cidade formal, assim como à estruturação da cidade informal, dos locais de pobreza e a promoção de habitação social pelo Estado. Ao longo do século XX, modelos e teorias se complementam e se sucedem para compreensão da forma urbana, desde modelos concêntricos, passando pelas multicentralidades, com crescente interesse na produção periférica e a formação de núcleos dispersos e segregados. Em termos da economia urbana, os vazios estão associados à produção capitalista do espaço, da especulação imobiliária e da ineficiência da cidade fragmentada resultante. Por outro lado, a formação de vazios na área urbana estão indicados como uma possibilidade de ocorrerem associados às áreas de interesse ambiental e paisagístico, promovendo qualidade dos processos naturais e ambiência urbana. A cidade policêntrica parece ser um desafio para o planejamento regional, como alternativa à cidade celular e fragmentada (Hall, 1975).

A base da teoria social do espaço urbano busca a compreensão da produção capitalista do espaço e a estrutura da segregação socioeconômica, observando o processo de localização residencial e a tendência de predomínio de distintas classes sociais em determinadas regiões. O espaço urbano é intrinsecamente desigual. A segregação ocorre desde o padrão centro-periferia e é resultante do entrelaçamento das estruturas sociais que atuam com motivações e forças distintas, disputando o mesmo espaço finito, onde a expansão urbana é resultante de movimentos de concentração e separação. O espaço intraurbano é morfologicamente diferenciado, lhe é atribuído valor, onde as funções e as populações de alta e baixa renda localizam-se em espaços definidos (Villaça, 1998). A resultante urbana é simultaneamente concentrada e difusa. Segregada e, por vezes, justaposta. A cidade contemporânea é composta por um conjunto de células, integradas ou isoladas, cuja estratificação é reflexo da estratificação social capitalista. Segregação e ideologia guardam similaridades, como mecanismos para ocultar a realidade da estruturação e exploração capitalista, onde discurso

e realidade convergem para minimizar a luta de classes e garantir os privilégios para classes dominantes (Chauí, 1979).

Segregação socioespacial e a produção da cidade dispersa são fenômenos convergentes, inerentes à disputa pelo espaço finito e à cidade desigual. A “cidade celular” propõe aproximar possibilidades contemporâneas para construir um contradiscurso, evidenciar os processos e formas da produção da cidade dispersa. Dizer o que não está dito, deixando ver o que estava escondido, a desigualdade social, a dominação do discurso e a exclusão da forma. Colocar todos sujeitos na história, a cidade real, o ambiente todo. Morfologia urbana é a luta de classes (Holanda, 2011).

Palavras-chave: crescimento urbano, segregação socioespacial, fragmentação urbana.

Referências

- Chauí, M (1979) *O que é ideologia*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Hall (1975) *Urban and Regional Planning*. Routledge, London, 4a ed.
- Holanda, F (2011) É a luta de classes, Estúpido! *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*.
- Villaça, Flávio (1998) *Espaço intraurbano no Brasil*. Estúdio Nobel, São Paulo.
- Polidori M, Peres, O (2018) Autômatos celulares e simulação de crescimento urbano, in Oliveira V (org) *Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros*, Urban Form, Porto.
- Polidori M, Peres, O, Tomiello, F (2018) Modelagem e morfologia urbana com o PeopleGrid, *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12.

Caráter da Paisagem em Speightstown: morfologia urbana, identidade e os múltiplos tempos do antigo porto de Barbados

Tiffany Yarde, Alex Lamounier

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, Telefone/fax: 55 21 983801770 - 55 21 979450605

tsyarde@live.com - alexlamounier@id.uff.br

Este trabalho objetiva analisar os componentes morfológicos que definem o caráter da paisagem de Speightstown, cidade localizada na Paróquia de Saint Peter, em Barbados, América Central.

Com cerca de 3.600 habitantes, Speightstown é a segunda maior cidade do país, atrás apenas da capital, Bridgetown. Colonizada na primeira metade do século XVII, chegou a ser o porto mais movimentado de Barbados. Sua localização litorânea estratégica configurava a cidade como ponto importante nas atividades comerciais da ilha, especialmente com Inglaterra e América do Norte. O nome homenageia William Speight, antigo proprietário das terras onde se desenvolveu a cidade. Speightstown também era conhecida como Little Bristol, devido ao intenso comércio com Bristol, na Inglaterra. Começou a prosperar como porto após a chegada dos britânicos a Barbados em 1625, devido ao fácil acesso a outros países e ao grande volume de comércio de açúcar e melado. Refletindo a importância da função portuária, o núcleo urbano inicial se desenvolveu irradiando-se a partir da costa.

As invasões inglesas, no século XVII, eram repelidas pelos fortes de defesa ao longo da costa. Entretanto, após tomada da fortaleza principal, cerca de um terço da cidade foi incendiada. Como resultado, as atividades de exportação foram desviadas para Bridgetown. Anos depois, com a construção da Rodovia 1B, a ligação entre Speightstown e Bridgetown foi enfraquecida e o porto da cidade encerrou suas atividades (PDP, 2017). Tendo perdido sua importância como cidade portuária, Speightstown passou por longo período de decadência e abandono, com muitos edifícios transformando-se em ruínas.

Atualmente Speightstown encontra-se num dos eixos de expansão turística de Barbados e passa por diversas iniciativas de revitalização, com novas atividades e mercadorias. A promissora atividade turística é exemplificada, especialmente, pelas duas marinas construídas recentemente: Port Saint Charles e Port Ferninand. O turismo tem gerado pressões que, como ocorre na vizinha Holetown, ameaçam a permanência de conjuntos significativos à definição do caráter da paisagem. O desafio de definir a “Imagem de

Speightstown” é preocupação constante nos planos de governo – os chamados Physical Development Plans (BARBADOS, 2017; 2003) – e publicações sobre a cidade. A valorização de uma imagem de cidade histórica turística tem sido promovida como algo que trará melhorias para Speightstown. Esse contexto ressalta a importância de ferramentas para analisar sistematicamente o que define o caráter de determinadas cidades e, a partir disso, elaborar diretrizes para preservar componentes de suas paisagens, tais como os guias de design de paisagem – landscape design guide (SCHWEIG et al, 2005).

Na paisagem da cidade destacam-se conjuntos de edificações que refletem diferentes períodos do desenvolvimento de Speightstown, desde os tempos da colônia, até a perda da importância como porto. A estruturação espacial guarda, a despeito de novas áreas, eixos e espaços significativos da época como principal cidade portuária de Barbados. Um artigo no jornal New York Times descrevia que “a maioria das características desta cidade pode ser encontrada em sua arquitetura – edifícios históricos que datam do início da colonização de Barbados, ao lado de edifícios modernos que refletem uma nação em desenvolvimento e seu povo” (in: BARBADOS, SCP draft, 2017, p. 8-5). O conjunto morfológico e sua permanência ao longo do tempo, resistindo a transformações relacionadas tanto a momentos de pujança econômica como de enfraquecimento e quase abandono, conduz a reflexões sobre sua força, em termos de durabilidade e identidade, e sua importância como definidor do caráter da paisagem de Speightstown. Tal aspecto remete às reflexões de Meinig (1979) sobre o simbolismo de determinados tipos de paisagem.

Considerando tais questões, este trabalho pretende identificar e analisar configurações morfológicas, conjuntos de espaços, elementos e suas múltiplas relações, significativos à configuração do caráter da paisagem de Speightstown. Integra estudo maior, que visa elaborar um guia de design de paisagem com diretrizes que possibilitem a permanência de configurações identificadas como significativas ao caráter da paisagem, frente à tendencial renovação da cidade como ponto turístico de Barbados e inevitáveis transformações associadas.

Palavras-chave: Caráter da Paisagem; Identidade; Morfologia Urbana; Patrimônio; Speightstown.

Referências

- Barbados (2017) *Speightstown Community Plan draft. Physical Development Plan draft*, Government of Barbados, Bridgetown.
- Barbados (2003) *Speightstown Community Plan. Physical Development Plan Amended*, Government of Barbados, Speightstown.
- Schweig A, Yamaki H, Lamounier A, Sakuma S (2005) Guia de *Design* de Paisagens Históricas – os exemplos de cidades americanas. In: XIV EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica, 2005, Guarapuava-PR. Encontro Anual de Iniciação Científica ... Encontro de Pesquisa da UEPG (CD-Rom).
- Meinig D (org.) (1979) *The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays*, Oxford University Press, Oxford.

Gestão do Meio Urbano com Sensoriamento Remoto: Monitoramento da alteração da cobertura vegetal e a expansão da cidade de Campo Grande/MS, Brasil

Jéssica Rabito Chaves¹, Dhonatan Diego Pessi¹, Allan Rios Bezerra¹, Camila Leonardo Miotto², Normandes Matos da Silva², Antonio Conceição Paranhos Filho¹

¹Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), Univ. Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, Telefone/fax: 55 67 3345-7495

jessica-jrc@hotmail.com; dhonatan.pessi@gmail.com; allan_rb@hotmail.com; antonio.paranhos@ufms.br

²Instituto de Ciências Agrárias e Tecnológicas (ICAT), Universidade Federal de Rondonópolis
Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, Telefone/fax: 55 66 3410-4098
ea.miotto@gmail.com; normandes32@gmail.com

A construção do espaço urbano sem uma boa gestão por parte dos órgãos públicos pode representar um aumento nos impactos das ações antrópicas sobre os recursos naturais. As cidades tem como desafio atender ao crescente aumento populacional, adaptando-se às transformações da sociedade em suas atividades de produção e consumo, comportamentos, modos de vida e tipos de relações (Martins e Cândido, 2013). Tais demandas correspondem à capacidade de resposta das cidades e a necessidade de uma análise ecossistêmica que são possíveis por meio do uso de indicadores de desempenho a partir do conceito de metabolismo urbano Wolman (1965). A expansão urbana pode proporcionar vários problemas que refletem no bem estar da qualidade de vida da comunidade (Londe e Mendes, 2014). Um dos desafios mais comuns é a falta de arborização planejada, que tem como consequência o surgimento de ilhas de calor e o super aquecimento das áreas centrais que padecem de arborização, bem como interfere na poluição e no escoamento superficial da água (GAO, et. Al, 2013). Visando entender a expansão da malha urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, e sua relação com a vegetação, este trabalho teve como objetivo realizar uma análise multitemporal (1985-2020) do crescimento urbano e se houve uma relação positiva entre a expansão da cidade com a expansão da cobertura vegetal. Foram adquiridas imagens de satélite dos anos de 1985 (Landsat-5) e de 2020 (Landsat-8) no site da USGS (United States Geological Survey) e a partir dessas imagens foi aplicado o índice de vegetação NDVI para mensurar a quantidade de vegetação em área por metros quadrados entre os anos de análise. Esse procedimento foi realizado no *software* QGIS 3.10 (QGIS Development Team, 2021). Foi realizado um teste de correlação de Spearman entre o crescimento em área da malha urbana e o crescimento em área da cobertura vegetal, além de que também foi aplicado um teste de Wilcoxon para verificar se houve diferenças estatisticamente significativas. Os testes estatísticos foram realizados no *software* R (R Core Team, 2021). Os resultados

esperados são de que houve uma relação positiva entre o crescimento da malha urbana de Campo Grande com a expansão da cobertura vegetal, visualizada no teste de NDVI e nos testes estatísticos. É importante realizar esse tipo de análise integrada (Pinheiro, 2021) para se ter dados temporais da dinâmica da expansão urbana e a relação com a cobertura vegetal, pois com informações como essas é possível desenvolver políticas mais assertivas numa gestão mais sustentável para o bem estar da comunidade local.

Palavras-chave: NDVI, crescimento urbano, vegetação urbana, gestão urbana.

Referências

- GAO, C. et al. (2013). Review of current research on urban low-impact development practices. *Research Journal of Chemistry and Environment, Agra*, v. 17, n. S1, p. 209-214.
- LONDE, P. R.; MENDES, P. C. (2014). A INFLUÊNCIA DAS ÁREAS VERDES NA QUALIDADE DE VIDA URBANA. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 10, n. 18, p. 264 - 272, 25 jul.
- Landsat-5 image courtesy of the U.S. (2021). Geological Survey.
- Landsat-8 image courtesy of the U.S. (2021). Geological Survey.
- Pinheiro, C. de A. (2021). Detecção remota: possibilidades para uma abordagem dinâmica e integrada do ecossistema urbano. *Revista de Morfologia Urbana*, 9(1), e00155-e00155.
- QGIS.org, (2021). QGIS Geographic Information System. QGIS Association. Disponível em: <http://www.qgis.org>.
- R Core Team (2021). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.
- WOLMAN, Abel. (1965) The Metabolism of Cities. *Scientific American*, 213, 179-190.

Ideologia vs Desígnio : seis visões para pensar a (forma da) cidade contemporânea, a partir do espaço público

Rodrigo Coelho

CEAU – Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Centro,
Faculdade, Universidade
Rua do Gólgota 215, 4150-755 Porto PORTUGAL telf +351 22 042 54 64
rodrigo.coelho@arq.up.pt

O estudo das “formas” e dos “desígnios” do espaço público na cidade contemporânea tornam incontornável indagar e recuperar a evolução e importância da noção urbanística de espaço público num passado mais recente, bem como aferir o sentido e o papel que lhe é atribuído na construção da cidade contemporânea. Mesmo sabendo que as “formas” e os “significados” que procuramos para o espaço público não podem e não devem ser indiferentes ao saber que outras disciplinas ou áreas científicas produzem sobre o tema, a abordagem que nos interessa para o estudo do espaço público refere-se, fundamentalmente, à visão do arquitecto, que decorre essencialmente da condição espacial e morfológica que o conceito de “espaço público urbano” pressupõe, e que reconhece a sua importância na construção da cidade contemporânea. Procuraremos nesta comunicação questionar e clarificar, num primeiro momento, no âmbito disciplinar da arquitectura e do urbanismo, as principais abordagens teóricas que orientaram a reflexão sobre o espaço público desde a segunda metade do século XX. Interessam-nos sobretudo aquelas que valorizam a dimensão formal e o contributo do espaço público para o desenho da cidade e que, simultaneamente, tenham em conta a expressão e a manifestação de valores e necessidades colectivas e o sentido de uso e de apropriação que historicamente caracterizam a noção de espaço público. Procuraremos, assim, reconhecer de que modo diferentes visões sobre o espaço público e as formas que lhe correspondem, são resultados de ideologias urbanas claramente distintas e que produziram formas e padrões urbanos com características próprias e que marcaram a transformação recente da cidade europeia. Na base desta reflexão está, portanto, a convicção de que o discurso sobre o espaço público urbano está claramente vinculado ao discurso sobre a cidade, sobre o urbano, e que é, na verdade, este diferente entendimento de base sobre o que é a cidade, que orienta em boa medida o discurso e a prática projectual no que ao espaço público diz respeito. Pretendemos que esta selecção de diferentes autores e diferentes ideologias permita também estabelecer um diagnóstico acerca das principais transformações que afectaram mais recentemente a prática disciplinar em relação ao projecto, e à recente

“produção arquitectónica” do espaço público”.¹ Situaremos o início do debate sobre esta questão nas reflexões e discussões que têm lugar no CIAM VIII em Hoddesdon (Inglaterra) no ano de 1951. Este congresso, que tem como tema central o Coração da Cidade (“The Heart of the City”), ao assumir as limitações e a falência do “ideário” e dos modelos preconizados pelo urbanismo do Movimento Moderno na construção da cidade e mais especificamente dos seus “espaços públicos”, constitui, a nosso ver, um marco essencial da reflexão sobre o significado e as formas projectadas do espaço cívico e social. A este debate, que se inicia nos anos 50, com a tomada de consciência da necessidade de recuperação e de incorporação no espaço (público) urbano dos valores cívicos, comunitários e patrimoniais, dentro das disciplinas que desenham a cidade, juntam-se nos anos 60 e 70 os contributos das ciências humanas e sociais. Neste debate assumem um papel de destaque Jürgen Habermas e Richard Sennett, cujos estudos incidem sobre as transformações de uso e de significado que se operam no “espaço público”. E se é verdade que ainda nos anos finais dos anos sessenta vários autores (como Aldo Rossi, Robert e Léon Krier, ou Jan Ghel) trouxeram para o debate disciplinar da arquitectura, é de facto nos anos 80 e 90 que se inicia um debate mais sistemático e disciplinar sobre os diferentes conceitos, formas e estratégias de intervenção na cidade a partir do espaço público. É no início da década de 80 onde podemos encontrar os contributos teóricos (de onde se destacam em particular dois textos a que faremos referência - um de Ignasi de Solà-Morales, de 1983¹, e outro de Oriol Bohigas, de 1986²), que explicitam as diferentes visões relativamente ao modo de enquadrar a questão do (projecto do) espaço público na cidade contemporânea, e que ainda hoje se mantêm relevantes. Partindo destes dois textos, procuraremos decantar um conjunto mais vasto de referências e posições teóricas que se podem identificar sobre o estudo do espaço público nas últimas três décadas, que permitirão sistematizar seis dimensões ou acepções, que julgamos expressarem mais claramente os principais ideologias ou abordagens teóricas ao problema da configuração e projecto do espaço público no nosso campo disciplinar.

Palavras-chave: Cidade, Ideologia Urbana, Espaço Público, Forma Urbana, Desenho Urbano

Referências

¹ SOLÀ-MORALES, I (1983) Arte Cívica contro Città Funcionale (di nuovo): Problematiche attuali dello Spazio Pubblico. Lotus. No 39 , 4-19

² BOHIGAS, O (1986) La plaza y la calle. El espacio público reivindicado in La reconstrucción de Barcelona. Madrid: MOPU, 83-101.

**Uma proposta modesta de paisagem produtiva:
O conceito de CPUL num cordão sub-regional da Região de Lisboa
Teresa Marat-Mendes, João Cunha Borges, Sara Silva Lopes, Mafalda Pereira**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA' CET-IUL
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal, Telefone/fax: 00 351 217903000
teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt
joao_cunha_borges@iscte-iul.pt
sara_alexandra_lopes@iscte-iul.pt
mmpas1@iscte-iul.pt

A presente comunicação baseia-se numa investigação em curso pelo Projeto SPLACH – Spatial Planning for Change, que procura informar políticas públicas na promoção de transições sustentáveis para a Região de Lisboa, tendo no sistema alimentar interesse especial. Por sistema alimentar, entendemos o padrão através do qual a comida é produzida, transformada, distribuída, comercializada, consumida e despojada, mas também as instituições e práticas envolvidas neste padrão. A necessidade de uma transição sustentável tem particular urgência nos assentamentos urbanos, dado que as cidades têm crescido exponencialmente e tudo indica que continuarão a crescer nas próximas décadas. Entre as diversas possibilidades para a melhoria da sustentabilidade das cidades, está a garantia da reserva de espaços urbanos para atividades tradicionalmente rurais, como a agricultura. Esta solução é particularmente desafiante para arquitetos e planeadores, exigindo um repensar de conceções profundamente enraizadas na cultura moderna, incluindo a polarização entre territórios urbanos e rurais.

O modelo paradigmático de *Continuous Productive Urban Landscape* (CPUL), proposto por Viljoen et al (2005), converte o espaço livre urbano num sistema de corredores agrícolas contínuos, ligando as cidades às suas cinturas rurais. Sendo a agricultura prática privilegiada no contexto das *nature-based solutions* (NBS), propomos aqui aferir se podem as restantes fases do sistema alimentar, para além da fase produtiva, ser melhor integradas nesta mesma perspetiva. Identificamos possíveis implicações espaciais dessas mesmas soluções, partindo da definição de NBS, atribuída pela Comissão Europeia, segundo a qual as NBS “direcionam o poder e sofisticação da natureza para transformar desafios ambientais, sociais e económicos em oportunidades de inovação. Resolvem desafios sociais de forma sustentável, com potenciais contributos para o crescimento verde, o ‘future-proofing’ social, a promoção do bem-estar civil, as oportunidades de negócio e o posicionamento da Europa como um líder nos mercados europeus.” (ECDG, 2015, p.4). Finalmente, as NBS consideram os seres

humanos e o ambiente como centrais na criação de novas soluções para a adaptação e a mitigação das alterações climáticas, podendo centrar-se nas problemáticas da agricultura e da construção de espaços verdes e azuis nas áreas urbanas (Eggermont, et al, 2015, pp.243-244). Estas soluções poderão informar futuras políticas urbanas e espaciais para uma transição sustentável do território.

A análise do potencial do modelo de CPUL num cordão sub-regional da Região de Lisboa, a saber, o eixo Lisboa - Vila Franca de Xira foi já iniciada no Projeto SPLACH (Marat-Mendes et al, 2020). A presente comunicação desenvolve esse mesmo trabalho, procurando uma sistematização dos resultados identificados. Historicamente, este cordão inclui áreas altamente produtivas, mas também indústrias de transformação alimentar e assentamentos urbanos que cresceram consistentemente no século XX na frente ribeirinha. Todavia, alguns dos territórios agrícolas encontram-se atualmente pouco explorados, e muitos complexos industriais encontram-se em situação de progressivo abandono e até degradação. Pode o sistema alimentar contribuir para uma resolução destes mesmos problemas, incentivando um uso sustentável e equilibrado do território?

Nesta apresentação, cruzamos a história do planeamento deste cordão sub-regional com uma análise morfológica da relação entre espaços produtivos e dos assentamentos urbanos. Mais ainda, mostramos um inquérito aos elementos de forma urbana ligados à alimentação, demonstrando onde se impõe uma intervenção qualificada ao nível dos espaços vazios e das massas edificadas. Mais ainda, através de entrevistas junto de vários atores, identifica-se a importância das atividades relacionadas com alimentação na vida destes territórios.

Propomos três resultados: a) uma crítica ao paradigma de CPUL, propondo o sistema alimentar integral, e não só a sua fase produtiva, como elemento de renovação e transformação do território; b) uma 'proposta modesta' de aplicação deste sistema alimentar contínuo a um território específico, o cordão sub-regional em análise; e c) uma perspetiva sobre o sistema alimentar enquanto NBS.

Palavras-chave: Sistema alimentar, paisagens urbanas produtivas contínuas, planeamento regional, cidades sustentáveis, planeamento urbano.

Referências

Marat-Mendes T, Lopes SS, Borges, JC (2020a) Designing for productive urban landscapes – Applying the CPUL concept in the Lisbon Metropolitan Area, *International Seminar on Urban Form – Italy*, Rome.

ECDG (2015) Towards an EU research and innovation policy agenda for nature-based solutions & re-naturing cities final report of the horizon 2020 expert group on “Nature-based solutions and re-naturing cities”: (Full Version). Publications Office of the European Union, Luxembourg.
<http://dx.publications.europa.eu/10.2777/765301>

Eggermont, H., Balian, E., Azevedo, J. M. N., Beumer, V., Brodin, T., Claudet, J., ... Le Roux, X. (2015). Nature-based Solutions: New Influence for Environmental Management and Research in *Europe*. *GAIA – Ecological Perspectives for Science and Society*.

Viljoen A, Bohn K, Howe J. (2005), *CPULs Continuous Productive Landscapes - Designing Agriculture for Sustainable Cities*, Routledge, London.

Revisando o conceito de Regiões Morfológicas: uma abordagem quantitativa

Mariana Diniz, Miguel Serra

Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente,
Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto
Rua Roberto Frias 4200-465 Porto, Portugal + 351 912005838
mpdarquitetura@gmail.com

A forma urbana é o resultado de um processo cumulativo de estratificação histórica, no qual as entidades urbanas adquirem aspectos formais e físicos que refletem os códigos de funcionamento cultural e social dos períodos precedentes no processo formativo da cidade. Nessa perspectiva, o conceito de região morfológica e o método de regionalização morfológica, destacam-se como contribuições fundamentais para o estudo da estrutura histórico-geográfica da paisagem urbana (Conzen, 1960, 1988, 1975). Um aspecto central para o método de regionalização morfológica é a compreensão do processo pelo qual a forma urbana se estrutura: a existência de áreas unitárias que compreendem uma combinação individualizada dos três complexos do modelo tripartido de Conzen - a saber: o plano urbano, o tecido urbano e o uso e ocupação do solo - delimitada por seu grau de semelhança morfológica interna (J. W.R. Whitehand, 2009; J. W.R. Whitehand & Gu, 2010; Jeremy W.R. Whitehand et al., 2011). O método de regionalização morfológica constitui a abordagem mais integrativa do repertório da Escola Conzeniana (Gu, 2019; Oliveira & Yaygin, 2020), pois o principal aspecto na delimitação de regiões morfológicas é a ênfase na integração dos elementos da forma urbana e em como estas entidades constituem um padrão espacial, em vez de fragmentos locais e edifícios individuais. É sobretudo, uma questão do conjunto de tipos formais que representam os diferentes períodos evolutivos da cidade. Portanto, o método de regionalização morfológica articula uma abordagem analítica que integra a forma urbana e a sua consolidação no tempo. Com base nos estudos desenvolvidos por Conzen sobre Ludlow (1988, 2004), o método tradicional de regionalização morfológica foi replicado e adaptado para novos estudos e contextos geográficos. Alguns desses estudos contemporâneos exploraram o conceito de região morfológica e as contribuições que o mesmo pode fornecer ao planejamento, gestão das cidades e conservação urbana, estabelecendo, por exemplo, diretrizes para a incorporação de novas formas em antigas paisagens (Barret, 1996; Bienstman, 2007; Jeremy W.R. Whitehand & Gu, 2007). No entanto, do ponto de vista metodológico, a identificação destas áreas (ou regiões morfológicas)

permanece baseada na análise visual qualitativa e na experiência pessoal do analista e, embora alguns desses estudos possam recorrer a programas computacionais para a elaboração de mapas, o processo analítico *per se* ainda é subjetivo. Diante disso, esta investigação visa contribuir para a estruturação de um método de regionalização mais robusto. O presente trabalho propõe-se a abordar o método de regionalização morfológica de uma perspectiva quantitativa, com base em descrições tipológicas de componentes da forma urbana derivados por meios algorítmicos (Berghauser Pont et al., 2019; J. Dibble et al., 2019; Jacob Dibble et al., 2015; Gil et al., 2012; Larkham, 2019; Serra et al., 2017). Ao traduzir o método em parâmetros quantitativos, as informações codificadas e descrições quantitativas de padrões morfológicos tornam-se uma ferramenta útil para operar no tecido urbano. A aplicação de tais métodos de classificação permite ao pesquisador lidar com descrições formais em diferentes ambientes, desde tecidos históricos até formas urbanas fragmentadas e complexas. Além disso, tais abordagens analíticas baseadas em dados, oferecem o suporte para o estudo de extensas áreas em contextos geográficos diferentes com uma capacidade de detalhamento aprofundada, inserindo múltiplas variáveis conjuntamente. Nesta perspectiva, a operacionalização do método de regionalização morfológica proporciona uma ferramenta empírica aprimorada para a identificação de atributos historicamente significativos da paisagem urbana em variados contextos. O artigo identifica e aborda as premissas subjacentes ao método de regionalização, argumentando que seus procedimentos qualitativos podem ser traduzidos em parâmetros quantitativos e objetivos, por meio de descrições geométricas multivariadas da forma urbana em SIG e por meio de técnicas estatísticas de *clustering*. Diante disso, objetiva-se contribuir para a construção de um método mais robusto de regionalização morfológica, apoiado numa abordagem sistemática e quantitativa, aplicável a análises comparativas em larga escala de formas urbanas contemporâneas, que muitas vezes escapam a tipologias históricas anteriores.

Palavras-chave: região morfológica, abordagem histórico-geográfica, classificação, tipomorfologias, GIS.

Referências

- Barret, H. J. (1996). *Townscape change and local planning management in city centre conservation areas: the example of Birmingham and Bristol*. A thesis submitted to the Faculty of Arts of The University of Birmingham for the degree of Doctor of Philosophy.
- Berghauser Pont, M., Stavroulaki, G., Bobkova, E., Gil, J., Marcus, L., Olsson, J., Sun, K., Serra, M., Hausleitner,

- B., Dhanani, A., & Legeby, A. (2019). The spatial distribution and frequency of street, plot and building types across five European cities. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 46(7), 1226–1242. <https://doi.org/10.1177/2399808319857450>
- Bienstman, H. (2007). *Morphological Concepts in Urban Landscape Management: The Cases of Alkmaar and Bromsgrove*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy School of Geography, Earth and Environmental Sciences University of Birmingham.
- Conzen, M. R. G. (1960). Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. In *Institute of British Geographers*. Orge Philip & Son. <https://doi.org/10.2307/1790293>
- Conzen, M. R. G. (1988). Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'. In D. Denecke & G. Shaw (Eds.), *Urban historical geography* (pp. 253–272). Cambridge University Press.
- Conzen, M. R. G. (2004). Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'. In M. P. Conzen (Ed.), *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932–1998* (pp. 116–142). Peter Lang, Oxford.
- Conzen, M. R. G. (1975). Geography and townscape conservation. In H. Uhlig & C. Lienau (Eds.), *Anglo-German symposium in applied geography, Giessen-Würzburg- München, 1973' Giessener Geographische Schriften 1975*.
- Dibble, J., Prelorndjos, A., Romice, O., Zanella, M., Strano, E., Pagel, M., & Porta, S. (2019). Foundations of Urban Form. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 46(4), 707–730.
- Dibble, Jacob, Prelorndjos, A., Romice, O., Zanella, M., Strano, E., Pagel, M., & Porta, S. (2015). *Urban Morphometrics: Towards a Science of Urban Evolution*. August. <http://arxiv.org/abs/1506.04875>
- Gil, J., Beirão, J. N., Montenegro, N., & Duarte, J. P. (2012). On the discovery of urban typologies: Data mining the many dimensions of urban form. *Urban Morphology*, 16(1), 27–40.
- Gu, K. (2019). Urban Morphological Regions: Development of an Idea. In V. Oliveira (Ed.), *and the Historico-geographical Approach to Urban Morphology*.
- Larkham, P. J. (2019). Extending Urban Morphology: Drawing Together Quantitative and Qualitative Approaches. In L. D'Acci (Ed.), *The Mathematics of Urban Morphology. Modeling and Simulation in Science, Engineering and Technology*. (pp. 1–564). Springer Nature Switzerland. http://www.springer.com/series/4960%0Ahttp://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-12381-9_21
- Oliveira, V., & Yaygin, M. A. (2020). The concept of the morphological region: Developments and prospects. *Urban Morphology*, 24(1), 35–52.
- Serra, M., Gil, J., & Pinho, P. (2017). Towards an understanding of morphogenesis in metropolitan street-networks. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 44(2), 272–293. <https://doi.org/10.1177/0265813516684136>
- Whitehand, J. W.R. (2009). The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. *Urban Morphology*, 13(1), 5–27.
- Whitehand, J. W.R., & Gu, K. (2010). Conserving urban landscape heritage: A geographical approach. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2(5), 6948–6953. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.05.047>
- Whitehand, Jeremy W.R., & Gu, K. (2007). Extending the compass of plan analysis: A Chinese exploration. *Urban Morphology*, 11(2), 91–109.
- Whitehand, Jeremy W.R., Gu, K., Whitehand, S. M., & Zhang, J. (2011). Urban morphology and conservation in China. *Cities*, 28, 171–85.

Qualidade Socioambiental dos espaços livres de uso público: Análise das praças da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES

Amanda Passamani, Larissa Ramos, Luciana de Jesus e Karla Konde

Arquitetura e Urbanismo - Universidade Vila Velha

Rua Humberto Pereira, 11, Praia de Itaparica, Vila Velha - ES, Telefone: 27 981058392

amandajeveauxp@gmail.com

Os espaços livres públicos, especialmente aqueles destinados a práticas sociais, possuem função de destaque nas cidades pois favorecem a vitalidade urbana, o enriquecimento sociocultural, bem como, propiciam o exercício da cidadania e da manutenção da esfera pública. Queiroga (2011) ressalta que são nos espaços livres que a vida pública tem seu maior suporte, constituídos por locais que deveriam apresentar acessibilidade, diversidade e pluralidade, respeitando as especificidades de cada contexto. Dentre os espaços públicos, a praça ganha destaque por seu papel social, econômico e ambiental. Robba e Macedo (2002) afirmam que as praças podem amenizar as condições climáticas, representar uma das principais opções de lazer em determinados bairros ou servir como referência e embelezamento urbano. Entretanto, ainda imperam, na maioria das cidades brasileiras, problemas relacionados à manutenção e ao gerenciamento desses espaços livres públicos. Posto isto, dando continuidade aos estudos sobre a qualidade socioambiental e urbana dos espaços livres de Vila Velha-ES, o presente artigo expõe uma análise qualitativa e reflexiva dos aspectos socioambientais que caracterizam as praças da Regional Grande Cobilândia, com ênfase na contribuição destas áreas para a qualidade ambiental e urbana do município e na construção de cidades mais inclusivas.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória e descritiva, e de abordagem quanti-qualitativa. Após a revisão bibliográfica, em uma segunda etapa, as praças da Grande Cobilândia foram identificadas e mapeadas no programa de geoprocessamento ArcGis, com o auxílio de imagens de satélite e visitas aos locais. Na sequência, a qualidade socioambiental das praças foi analisada, a partir da aplicação da ferramenta de avaliação e classificação - desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa "XXX", vinculado a duas Universidades do Espírito Santo - que considera aspectos no âmbito da "Proteção e Segurança", "Acessos e Conexões", "Conforto e Imagem" e "Usos e Atividades" dos espaços públicos das praças.

A Grande Cobilândia é a quarta regional de Vila Velha a ser analisada pelo Grupo de Pesquisa e ganha destaque tendo em vista seu contexto de vulnerabilidade social e ambiental. É

composta por 14 bairros, sendo o bairro “Rio Marinho” o mais populoso e o bairro “Cobi de Cima” o menos populoso (IBGE, 2010). A Regional é conhecida por apresentar, em grande parte do seu território, constantes ocorrências de inundações e alagamentos, além de fragilidades no campo da segurança pública e da mobilidade urbana. Os mapeamentos produzidos evidenciam a presença de rios e canais na região, bem como ocupações espontâneas situadas em áreas de relevo acentuado.

Em relação à distribuição socioespacial das praças, das doze Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs) identificadas pelo Plano Diretor Municipal, apenas cinco possuem infraestrutura de praça. Observa-se uma concentração de praças entre os bairros centrais de Cobilândia, Jardim Marilândia e Rio Marinho. Bairros mais periféricos e em regiões elevadas não apresentam espaços livres públicos e também não são contemplados dentro de um raio de abrangência de 400 metros das praças mapeadas, o que reforça a carência de espaços de convívio social para os moradores da Grande Cobilândia.

Na ferramenta de avaliação da qualidade socioambiental, as praças podem ser classificadas como ótima, boa, regular e insuficiente. Entretanto, na Grande Cobilândia, nenhuma delas foi classificada como ótima. Duas delas, as praças dos bairros Vale Encantado e Cobilândia foram classificadas como boas. As Praças “Getúlio Vargas” e a “Aráriu”, respectivamente pertencentes aos bairros São Torquato e Jardim Marilândia, receberam classificação regular; e, por último, a praça do bairro de Nova América foi classificada como insuficiente, não apresentando infraestrutura adequada para o uso e apropriação por parte dos moradores.

As avaliações evidenciam aspectos potenciais mas também as principais fragilidades das praças analisadas, servindo, assim, de referência para propostas de requalificação e manutenção desses espaços. A manutenção regular é de extrema importância para a preservação das praças já consolidadas, a fim de garantir longevidade e vitalidade para esses ambientes. Ao criar locais inclusivos, a esfera da vida pública é enriquecida e os espaços urbanos passam a exercer sua função social, o que permite a apropriação por parte da comunidade local e beneficia a vida pública.

Palavras-chave: espaços públicos; praça; avaliação; vitalidade urbana.

Referências

- QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. *Resgate*, v. XIX, n.21, p.25-25, 2011. Disponível em: <www.cmu.unicamp.br/br/seer/index.php/resgate/article/download/.../264>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- ROBBA, F; MACEDO, S.S. Praças Brasileiras: *public squares in Brazil*. São Paulo. Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002.

Made in Asia: Globalização não hegemônica e a morfologia no Centro Histórico de Belém (CHB)

Ana Beatriz Macedo 1, Helena Tourinho 2

Universidade da Amazônia - UNAMA

Travessa Quintino Boucaiúva, nº1145, apto 603, Ed. Liverpool (Belém – Pará), Telefone: 00 55 91 991199995

anabeatrizfmacedo@gmail.com, helenazt@uol.com.br

Desde o final do século XX, observa-se o aprofundamento da chamada “globalização não hegemônica” (Ribeiro, 2006), vista como oportunidade de ampliação do mercado de consumo e de realização de negócios. Países asiáticos que estavam à margem dos centros de capitalismo mais avançado, como a China, passaram a produzir e exportar produtos de baixo custo. Articulam-se, assim, agentes poderosos com as camadas desfavorecidas da sociedade via fluxo de mercadorias populares, formando uma rede complexa e interconectada de cooperação entre produtores, fornecedores, distribuidores e vendedores asiáticos, em cuja ponta da cadeia se efetiva a relação de compra e venda entre transmigrante asiático e consumidor local.

Segundo Tourinho et al. (2019), a quantidade de imóveis ocupados para comercializar produtos vinculados a essa rede já totalizava 394 unidades, em 2019, no Centro Histórico de Belém (CHB), o que correspondia a 5,37% do total de imóveis dessa área tombada pela municipalidade. Logo, os processos e agentes contemporâneos globais exercem papel fundamental na construção e na configuração das cidades (Lois, González & Escudero, 2012).

Para Zoido et al. (2000), a morfologia urbana, para além do estudo estrito da forma urbana, pode ser estendida para investigar, também, as ações e atores urbanos que colaboram para modelar essas formas. O presente trabalho, não está direcionado para o exame dos atores e práticas espaciais envolvidas nesse processo, mas os considera relevantes para a compreensão de transformações da cidade contemporânea. Portanto, parte da constatação de que: (i) há um processo em curso de globalização não hegemônica da economia mundial; (ii) esse processo tem atingido os centros tradicionais de comércio e serviços das cidades brasileiras, onde encontram-se os centros históricos tombados; (iii) nos centros históricos, se manifesta mediante o uso e/ou a adequação de imóveis para comercialização de produtos populares. Com isso, pergunta “se” e “como” tais transformações impactam na morfologia urbana de centros históricos.

A partir do estudo de caso no CHB, o trabalho objetiva responder a pergunta, considerando as escalas do bairro e da rua, e utilizando procedimentos apoiados na abordagem histórico-geográfica (escola Cozeniana). Inicialmente, identifica e caracteriza quatro períodos morfológicos no processo de evolução do CHB, sendo o último deles vinculado às mudanças recentes no perfil de mercadorias e serviços instalados na área, conforme expõe Lacerda et al. (2018).

O segundo passo mensurou e especializou a ocupação imobiliária pelos asiáticos no CHB, utilizando levantamentos de campo realizados, entre outubro/2018 e fevereiro/2019, no âmbito do grupo de pesquisa MICH da Universidade da Amazônia (UNAMA). Tais levantamentos classificaram os imóveis em: os gerenciados por transmigrantes asiáticos, identificados por terem transmigrantes no controle dos fluxos de vendas nas caixas registradoras; e aqueles cujas caixas registradoras não eram monitoradas diretamente pelos transmigrantes citados. Mostraram que, em 2019, haviam 394 imóveis do CHB comercializando quase que exclusivamente artigos asiáticos, estando 392 desse total concentrados no bairro da Campina e sendo 77 controlados diretamente por transmigrantes asiáticos (Tourinho et al, 2019).

Posteriormente, investigaram-se as mudanças morfológicas no plano urbano, no tecido edificado e no uso do solo, elementos que compõe a análise tripartida da paisagem urbana proposta por Cozen (1960). Para isso, analisaram-se informações obtidas em: imagens satélites do *Google Earth* capturadas entre os anos de 2005 e 2019; fichas integrantes do Cadastro de Imóveis da Fundação Cultural do Município de Belém; dados do banco de informações georreferenciadas da Pesquisa MICH; e, observações em visitas aos imóveis, na condição de compradores de produtos, face a resistência dos comerciantes em participar da pesquisa.

O trabalho mostra que a comercialização de produtos asiáticos populares, associados ao circuito não hegemônico da globalização não transformou, expressivamente, os elementos morfológicos do CHB que compõem a divisão tripartida da paisagem, pois, a ocupação anterior já havia estendido as edificações, ocupado afastamentos e quintais na maioria dos lotes e também, porque a legislação de proteção ao patrimônio histórico, instaurada na década de 1980, criou vários limites para as alterações nas formas dos imóveis do CHB.

Ao caracterizar os imóveis usados para comercialização de produtos populares asiáticos no CHB, observou-se que a maioria: possui até três pavimentos, estilo arquitetônico eclético e estão sujeitos às restrições legais menos rígidas para modificações. Ficou evidente também, que às alterações morfológicas mais significativas ocorreram nos espaços internos dos edifícios – com a retirada/acréscimo de paredes e vãos – e/ou a inserção de elementos parasitários nas fachadas, ocultando a deterioração física do edifício e impedindo/dificultando a leitura do plano marginal e da paisagem urbana.

Por fim, reconhece que essa ocupação colabora para a reocupação de imóveis vazios e dinamização do centro, entretanto, não tem sido acompanhada dos cuidados com a preservação patrimonial. As inadequações desse tipo de uso e ocupação parecem estar associadas, ao descaso dos novos inquilinos/compradores, vinculados às redes de globalização não hegemônica, com a conservação do patrimônio edificado e com a cultura local, às dificuldades de fiscalização e ao desinteresse dos gestores públicos.

Palavras-chave: Morfologia Urbana; Globalização Não Hegemônica; Centro Histórico de Belém; Abordagem Histórico-Geográfica.

Referências

- Conzen M (1960) *Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London.
- Larceda et al. (2018) Dinâmica do mercado imobiliário nos centros históricos em tempos de globalização: os casos do Recife, Belém e São Luís (Brasil). *Cadernos Metrôpole*. 20 (42), 443-469.
- Lois R, Pérez J & Gómez L (2012) *Los Espacios Urbanos: el estudio geográfico de la ciudad y la urbanización*, Madrid, Ed. Biblioteca Nueva.
- Ribeiro G (2006) *Economic globalization from below*. *Etnográfica*. 10 (2), 233-249.
- Tourinho et al. (2019) Os Asiáticos e a Ocupação dos Imóveis do Centro Histórico de Belém (CHB). 21 Congresso Brasileiro de Arquitetos, CBA 2019, 9–12 Out 2019, Porto Alegre.
- Zoido F, De la Vega S, Morales G, Mas R & Lois R (2000) *Diccionario de Geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio*, Barcelona, Ed. Ariel.

Modelagem, análise e simulação de cenários urbanos para visibilização de dinâmicas urbanas em Fortaleza, CE
Ana Barros, Daniel Cardoso, Ana Roldan, Carolina Guimarães, Hosana Fernandes, Avelino Souza

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, Benfica, 2890 Fortaleza, Brasil, Telefone: +50 85 33667491
carolbarros@arquitetura.ufc.br; danielcardoso@ufc.br; anaroldan@arquitetura.ufc.br;
carolina.jorge.guimaraes@gmail.com; hosanafernandes@arquitetura.ufc.br; avelinosouza@arquitetura.ufc.br

O presente artigo se pauta na modelagem da informação, análise e simulação de cenários urbanos para visibilização de dinâmicas urbanas e tem como recorte espacial a cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. O recorte empírico leva também em consideração a implantação de um Distrito de Inovação em Saúde – DIS, no município. As cidades evoluem como o resultado de inúmeras interações não lineares entre instâncias físicas e sociais (Alexander, 1965 apud Lima, 2011; Jacobs, 2019; Ascher, 2010; Corrêa, 1995; Hillier, 1996; Villaça, 2001). A natureza cada vez mais complexa e interconectada dessa relação e a aceitação da cidade enquanto um problema de complexidade organizada (Weaver, 1948 apud Lima, 2011; Jacobs, 2019) apontam a necessidade de se pensar em novos instrumentos de análise e simulação que possibilitem uma abordagem sistêmica e não reducionista dos problemas urbanos (Ascher, 2010; Lima, 2011; Lima, Freitas, Cardoso, 2019; Netto e Saboya, 2010) a fim de desenvolver dispositivos de negociação e gerenciamento mais transparentes e menos excludentes. No planejamento urbano, o zoneamento, enquanto tradicional e principal instrumento normativo, por exemplo, é alvo de críticas quanto à sua abordagem estática e simplista que envolveria apenas um número limitado de agentes produtores do espaço urbano (Netto e Saboya, 2010; ETH, 201-). Em Fortaleza, no litoral nordeste do Brasil, as normativas de zoneamento que incidem sobre o uso e ocupação do solo se superpõem a uma realidade que, em muitos casos, se contrapõe substancialmente às dinâmicas da cidade factual (Pequeno, 2015; Brasil, Cavalcanti, Capasso, 2017). O atual direcionamento das gestões em torno do planejamento estratégico (Vainer, 2000) se traduzem, na prática, como a esperança de que projetos pontuais à nível de bairro possam “trazer desenvolvimento” a uma área a partir da atração de grandes investimentos e da cessão de facilidades à investidores. Essa abordagem principalmente influenciada por fatores econômicos falha em compreender as consequências reais desse ideal de desenvolvimento sobre a parcela mais vulnerável da população. Nesse sentido, o planejamento urbano parece, por vezes, admitir em si mesmo a existência de processos excludentes (Angotti e Morse, 2016). A hipótese aqui levantada é a

de que a modelagem da informação tem papel estratégico para a construção de modelos passíveis de representar sistemas urbanos (Pereira, Silva, 2009) que potencializem a visibilidade de processos e dinâmicas de formação do espaço urbano e possibilitem maior transparência dos instrumentos de planejamento e regulação do uso e ocupação do solo, oferecendo suporte à processos mais democráticos de gestão da cidade. Diante dessa problemática, o presente trabalho objetiva simular a hipótese de cidade permitida pela legislação urbana incidente, no recorte espacial definido pela poligonal de implantação do DIS, e contrapô-la ao cenário real a fim de investigar as convergências e divergências entre as duas situações tornando visível as diferenças morfológicas entre a cidade existente e a cidade permitida. A construção metodológica do artigo seguiu a construção de dois cenários principais como nó central de reflexão e de análise: um correspondente à cidade factual, com sua atual estrutura socioeconômica e física; e um outro correspondente à cidade formal, modelo da cidade permitida a partir das normativas incidentes no recorte (dentre elas o Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDP, o plano Fortaleza 2040 e Operações Urbanas Consorciadas – OUC – em desenvolvimento). Para construção do primeiro cenário, a modelagem se utilizou de dados coletados através do acesso a um banco de dados estruturado com informações censitárias e geográficas disponíveis para o recorte, as informações foram posteriormente manipuladas por um modelador algorítmico. O segundo cenário, construído segundo os índices da cidade formalmente permitida, foi modelado a partir da base geométrica das quadras e lotes reais da área selecionada e os índices urbanísticos do zoneamento incidente, aplicados em seus valores limítrofes. Os cenários foram então contrapostos segundo os indicadores de densidade propostos por Berghauser Pont e Haupt (2009) a fim de discutir de maneira mais assertiva sobre o tipo de cidade que está sendo planejada e estimulada, visibilizando interesses e atores, mas, fundamentalmente, sinalizando pontos fundamentais para potencial inflexão desse contexto.

Palavras-chave: Modelagem da informação. Regulação urbana. Planejamento urbano. Densidade

Referências

- Angotti T, Morse S (2016) *Zoned Out! Race, Displacement and city planning in New York City*, Terreform Inc., New York.
- Ascher F (2010) *Os novos princípios do Urbanismo*, Romano Guerra, São Paulo.

- Berghauer Pont M, Haupt P (2009) *Space, Density and Urban Form*, Technische Universiteit Delft, Delft.
- Brasil A, Cavalcanti E, Capasso M (2017) A mercantilização do espaço urbano em Fortaleza: instrumentos urbanísticos como meio de promoção de negócios imobiliários em detrimento da democratização do espaço urbano, XVII ENANPUR, São Paulo.
- Corrêa R (1995) *O Espaço Urbano*, Ática, São Paulo.
- ETH Future Cities Laboratory (201-) *Big Data Informed Urban Design and Governance*. [online] Disponível em: <https://fcl.ethz.ch/research/fcl-phase2/responsive-cities/big-data-informed-urban-design.html> [Acesso 15 Dec. 2020]
- Hillier B (2007) *Space is the Machine*, Cambridge University Press, London.
- Jacobs J (2019) *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Editora WMF Martins Fontes, São Paulo.
- Lima M (2011) *Visual Complexity: mapping patterns of information*, Princeton architectural press, New York.
- Pequeno R (2015) Projetos e obras da Copa 2014 diante da política urbana de Fortaleza, in M Costa, R Pequeno, V Pinheiro (org.) *Fortaleza: os impactos da copa do mundo 2014*, Expressão Gráfica e Editora, Fortaleza, 17-55.
- Pereira G, Silva B (2009) Geoprocessamento e Urbanismo, in L Gerardi, I Mendes (org) *Temas da Geografia Contemporânea*, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, AGETEO, Rio Claro.
- Quezado M, Figueiredo C, Cardoso D (2019) Modelagem da informação para a regulação urbanística dos assentamentos precários em Fortaleza. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [online] 11. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/25797> [Acesso 21 Nov. 2019].
- Netto V, Saboya R (2010) A urgência do planejamento. A revisão dos instrumentos normativos de ocupação urbana. *Arquitextos Vitruvius*, [online] 125(02). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqui-textos/10.125/3624> [Acesso 15 Out. 2019].
- Vainer C (2000) Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano, in O Arantes, C Vainer, E Maricato (eds) *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*, Vozes, Rio de Janeiro, Petrópolis, 75-103.
- Villaça F (2001) *Espaço intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, São Paulo.

A paisagem urbana histórica da Avenida Higienópolis em Londrina (PR): continuidade e mutação da edificação de caráter histórico

Marília L. Brandão, Eloisa R. Ribeiro

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380 | Londrina – PR | Telefone: 017 992052001
marilialombardibrandao@gmail.com, eloriebeiro@uel.br

Ao comparar a paisagem urbana histórica da Avenida Higienópolis em Londrina (PR) em dois momentos – passado e presente – este trabalho busca identificar as mutações, permanências totais e permanências parciais do tipo-base formador da paisagem urbana histórica, questionando o motivo e o período em que estas ocorrem. Considerando as modificações do tipo-base (residência unifamiliar) para se adequar às novas necessidades comerciais da zona central da cidade de Londrina, é observada a transmutação de elementos arquitetônicos cuja permanência é relevante para a identidade do caráter histórico das edificações, e por isso atua consequentemente na perda da integridade da paisagem urbana histórica. Para explicar e compreender os questionamentos apontados, utiliza-se o conceito de Morfologia Urbana como eixo, sendo o método histórico-geográfico de Conzen e da escola inglesa a principal abordagem. A partir da utilização de 14 quadras (106 lotes) dispostas às margens do trecho da avenida inserido no quadrilátero histórico de Londrina, é demonstrada a maneira com que a paisagem histórica urbana será modificada pela adaptação do uso residencial em uso comercial e quais os principais elementos que quando modificados colaboram com descaracterização do caráter histórico do espaço em questão. O estudo foi realizado até novembro de 2019 e identifica a permanência de 16 edificações do trecho considerado como histórico da Avenida Higienópolis, sendo 6 identificadas como permanências totais, 3 como permanências parciais fortes e 7 como permanências parciais fracas. A identificação das permanências se refere ao tipo-base, não considerando o uso que a edificação anteriormente residencial possui atualmente, e por isso, deve ser observado que 13 (81,25%) das edificações consideradas permanências hoje possuem uso comercial e apenas 3 (18,75%) possuem ou possuíram sua última utilização caracterizada como residencial. Com isso, observa-se que podem ser identificados 3 diferentes graus de adaptação das edificações residenciais pioneiras no estudo de caso e que a modificação do uso não será um parâmetro para identificar tal adaptação, pois não necessariamente irá interferir no tipo da edificação. Ademais, conclui-se que as necessidades políticas e econômicas da cidade de Londrina não

se basearam em suas áreas históricas e de caráter patrimonial, não se preocupando com adequação ao design pioneiro e tradicional da cidade, e como consequência deste fato, houve a perda da qualidade urbana e arquitetônica além da perda da integridade da paisagem urbana histórica. Como contribuição, coloca-se a discussão da maneira adequada de se adaptar áreas históricas em cidades jovens sem que haja a perda do caráter histórico.

Palavras-chave: Morfologia urbana; processo tipológico; residências históricas; permanências; Londrina.

Referências

- Adams, B. (2001). O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para uma preservação. 218 f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis.
- Argan, G. C. (2000). *Projeto e destino*. Tradução de Nanos Bagno. 1 ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 65-70.
- Batty, M.; Longley, P. (1994). *Fractal cities: a geometry of form and function*. London : Academic Press.
- Boni, P. C. (2014). Retratos da Cidade: O uso de fotografia para recuperação de fragmentos históricos de Londrina. Midiograf. Londrina.
- Brandão, M. L. (2019). A paisagem urbana histórica da Avenida Higienópolis em Londrina, PR: investigações e proposições. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Burkay, H. O. (2006). *Social Policy of Urban Transformation: Social Housing Policies in Turkey from the 1980s to Present*. Master's Dissertation.
- Caniggia, G.; G. L. Maffei. (2001). *Architectural Composition and Building Typology*. Firenze: Alinea Editrice.
- Castelnou, A. M. (2002). Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira. Londrina: Atrio Art Editorial, 2002.
- Chen, F., Thwaites. K. (2013). *Chinese Urban Design: The Typomorphological Approach*. Surrey: Ashgate.
- Costa, S. A.; Netto, M. M. (2015). Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte. Editora C/Arte.
- Cozen, M. R. G. (1960). *Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis*. Inst. Br. Geogr., Londres, n.27.
- Gokce, D.; Chen, F. (2018). *A methodological framework for defining "typological process": the transformation of the residential environment in Ankara, Turkey*. *Journal of Urban Design*, DOI.
- Larkham, P.; Jones, A. (1980). *Research monograph by the Historical Geography Research Group of the Institute of British Geographers* (ISBN 1870074).
- Marsh, L.; Steadman, P. (1971). *The geometry of environment*. London. RIBA.
- Muratori, S. (1959). *Swdi Per Una Operanre Storia Urbana De Venezia*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.
- Netto, M. M.; Costa, S.; Lima, T. (2014). Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. Paisagem e Ambiente, São Paulo, v.33, p. 29-48.
- Rodrigues, E. R.; Rodrigues, B. M.; Cabrera, L. (2019). Da casa ao comércio: verificação dos graus de transformação de edificações residenciais no centro de Londrina (PR) por meio do processo tipológico. Anais da 8ª Conferência da rede lusófona de morfologia urbana – PNUM 2019, Maringá.
- Rossi, A. (1964). *Consideraciones sobre la morfologia urbana y la tipologia constructiva*. In: *Aspetti e problemi dela tipologia edilizia*. Venezia: Cluva. p.127-137.
- Yamaki, H. (2008). Caráter de edificações históricas. Londrina: Edições Humanidades.
- Yamaki, H. (2017). Terras do norte: Paisagem e morfologia. Editor Humberto Yamaki / Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

Zangirolani, A. C. G. M. (2001). A Avenida Higienópolis de Londrina nos anos de 30 e 40. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Paulo.

Zanon, E. (2014). O centro ainda é centro – formação e permanência das centralidades funcional e representativa do centro principal da cidade de Londrina, PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), UEL.

A 4ª Revolução Industrial: Subdesenvolvimento e Dependência e a Ilusão da Autonomia.

Daniel Motta, Sidney Bernardini

Arquitetura, Tecnologia e Cidades, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Rua Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas - São Paulo - Brasil

Telefone/fax: +55 (19) 3521-2307 E-mail: posfec@unicamp.br danmotta@gmail.com

Os impactos causados pelas inovações tecnológicas e pelas formas do trabalho extrapolam o âmbito das fábricas e indústrias, e atingem toda a sociedade. Klaus Schwab fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, cunhou o termo “4ª Revolução Industrial” para retratar estas mudanças. Ela se baseia na enorme quantidade de dados em constante cruzamento, com Inteligências Artificiais administrando essas informações, em áreas tão diferentes como os hábitos de consumo, seus meios de produção ou a biologia, gerando produtos, processos e serviços antes impossíveis de serem explorados. Profundamente conectada com o mundo digital e com a internet, o passo definidor desta Quarta Revolução será dado com a popularização da Internet das Coisas. (SCHWAB, 2016) De Jeremy Rifkin, presidente da Foundation on Economic Trends, com sede em Washington, deriva o conceito de Terceira Revolução Industrial ou Revolução da Inteligência, aprovado pelo Parlamento Europeu em 2007. Para Rifkin, o processo das Revoluções Industriais se completa quando as formas de comunicação, de produção de energia e de transportes, identificados por ele como os três eixos do desenvolvimento, tornam os modelos passados obsoletos. Para Rifkin a Terceira Revolução industrial não está relacionada apenas à economia ou ao mercado, mas a sobrevivência da espécie humana como seres vivos no planeta. (RIFKIN, 2016) Em seu livro *Dialética do Desenvolvimento*, Celso Furtado aponta o poder transformador que as inovações têm ao serem inseridas na sociedade à partir de uma visão cultural. Para o autor as modificações no sistema produtivo provenientes da implantação de novas tecnologias são manifestações, ou imposições, de uma dominância cultural, geradoras do subdesenvolvimento. Celso Furtado já demonstrava esse mecanismo de reorganização das técnicas de produção sob forma de “inovação” como uma maneira de aumentar os lucros. É preciso que a economia industrial reinvesta o excedente no mercado para maximizar seus lucros, seja sob a forma de novos equipamentos, novos recursos naturais, novas técnicas ou no aperfeiçoamento das tecnologias existentes. (FURTADO, 1964)

Para Tim Unwin, presidente e titular da Information Communications Technology for Development (ICT4D) da Unesco:

“Os interesses por trás da chamada Quarta Revolução Industrial são largamente os mesmos que aqueles que direcionaram econômica, social e politicamente os últimos 400 anos: expansão do mercado e redução dos custos de trabalho através do uso da tecnologia. São estes interesses, ao invés das tecnologias em si, que tem a maior importância.” (UNWIN, 2019)

A questão que se impõe a partir de agora é quem tem acesso a tal universo de possibilidades. O conceito de dependência de Furtado se aprofunda, deixando de ser a imitação de padrões externos de consumo através da importação de bens, para um contexto onde o sistema produtivo como um todo passa a estar culturalmente dependente das economias de centro. Furtado ressalta que essa mudança tecnológica é proveniente de uma dependência cultural, a partir de uma transplantação de padrões de consumo.

O impacto deste pensamento atua diretamente no desenho das cidades e a forma como enxergamos a vida em comunidade. Nosso movimento de reduzir nossas referências à índices econômicos tem como consequência um desequilíbrio no desenvolvimento das possibilidades e potencialidades de cada lugar. Para Harvey:

“A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas.” (HARVEY, 2014, p.20)

Este novo cenário passa também a moldar as relações governamentais. A questão que se levanta é se essas novas formas de vida e de organização serão incluídas ou excluídas. A noção de uma Quarta Revolução Industrial claramente atende a interesses de uma elite econômica, política, acadêmica e de negócios. Porém, ao mesmo tempo, abre espaços para

insurgências e transformações daqueles que sempre estiveram excluídos ou foram usados pelos processos históricos. Para Harvey,

“O direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem vai lhe dar significado. Os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, e tem todo o direito de fazê-lo. Mas os sem teto e os sans-papiers também o podem. Temos de enfrentar a questão de os direitos de quem estão sendo identificados” (HARVEY, 2014)

Ou ainda como conclui Furtado:

“O controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo que estão sendo permanentemente criados no centro.” (FURTADO, 1974, p.94)

Esta nova Revolução Industrial toma forma seguindo exatamente aquilo que preconiza: ela é multifacetada, fluida, líquida, transversal e absolutamente aberta. A verdadeira revolução será através daquilo que é único, diferente e característico de cada um que se propuser a trocar com o mundo. Essa sim será uma real Revolução, aquela que reflete as culturas, as singularidades, as pluralidades e diversidades de cada lugar, criando oportunidades de desenvolvimento autônomo.

Palavras-chave: 4ª Revolução Industrial; Dependência e Subdesenvolvimento; Cidades Criativas; Cultura e Desenvolvimento.

Referências

- BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira. Conceito de Cultura em Celso Furtado. Salvador: EDUFBA, 2015.
- CHAMBERS, John e ELFRINK, Win. The Future of Cities - The Internet of Everything will Change How We Live. 2016. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2014-10-31/future-cities?utm_campaign=reg_conf_email&utm_medium=newsletters&utm_source=fa_registration>. Acessado em Junho de 2019.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RIFKIN, Jeremy. A sociedade de custo marginal zero. A Internet das coisas, a comunidade de bens comuns e o eclipse do capitalismo, Lisboa, Bertrand, 2016

SCHWAB, Klaus. The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond. 2016. Disponível em <<https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-andhow-to-respond>>. Acessado em Junho de 2019.

UNWIN, Tim. Why the notion of a Fourth Industrial Revolution is so problematic. 2016. Disponível em <<https://unwin.wordpress.com/2019/03/09/why-the-notion-of-a-fourth-industrial-revolution-is-so-problematic/>> Acessado em Junho de 2019.

WECKERT, Simon. Google Maps Hacks. 2020. Performance e Instalação Artística. Disponível em <<https://simonweckert.com/googlemapshacks.html>> Acessado em 03/02/2020.

Cartografias da alegria: as festas afro-brasileiras no bairro Macrina.

Roberta Bettcher

Centro de Artes, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo
Alfredo Chaves, 55 027 999405340
betabettcher@gmail.com

A partir da imersão etnográfica no bairro Macrina, um gueto habitado por uma minoria de negros na cidade de Alfredo Chaves-ES, é possível notar que a alegria das festas é a síntese mais efetiva e construtiva de uma comunidade que resiste na manutenção dos seus saberes, visto que a cultura europeia prevalece neste contexto urbano. O cenário de onde emergem essas manifestações coletivas é um morro serpenteado por ruas sinuosas e estreitas, becos e vielas, com as casas justapostas em faixas que circulam e acompanham a topografia, é uma assimetria ao padrão arquitetônico e urbanístico hegemônico e europeu, e este padrão, segundo Sodré (2019), também é um meio de reforçar o domínio cultural em um território.

Na planta da cidade, desenhada pelo italiano Giuseppe Togneri, em 1883, nota-se o predomínio de eixos ortogonais, em ruas, quadras e praças, na região central, enquanto que o morro do bairro em questão, aparece sem referenciais de urbanização (ruas e parcelamentos), apresenta apenas a indicação do cemitério municipal. Para além da “forma do tecido urbano, estão as diferenças culturais dos seus habitantes, visto que é a chegada dos imigrantes italianos que propicia a formação da cidade. Mas como na região havia um remanescente de negros escravizados da fazenda Quatinga, que por meio de consecutivas leis, foram libertos e inseridos na cidade, a eles a periferia em área alagável e íngreme foi doada.

O distanciamento do negro pela segregação territorial, no final do século XIX, era recorrente nas cidades brasileiras, pois elas queriam afastar a sua imagem do período colonial. A própria narrativa de Pessali (2010) sobre Alfredo Chaves, ressalta uma visão branca que legitima uma única raça na cidade e inclui os negros em recortes sobre a precariedade urbana e sobre as festas que acontecem no bairro, não os apresenta como sujeitos que construíram a cidade. Muniz Sodré diz que a história da cidade parte das relações dos habitantes com a terra, o céu, a água e com os outros homens: “É o território que, à maneira do *Raum heideggeriano*, traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação do sujeito”. (SODRÉ, 2019, p.24).

O movimento promovido pela cultura afro-brasileira é do encontro de pessoas, seja nas rodas de dança e de música, ou nos rituais religiosos, o corpo faz parte do processo festivo. Sodré (2016) indica que a própria tensão corporal potencializa a alegria, e ela, torna-se o grande diferencial das expressões constituintes de um comum.

Lefebvre (2008) sugere um caminho abstrato para chegar ao conceito de forma urbana, ele considera ser necessário uma “cultura”, para se atingir as fronteiras que distinguem e simultaneamente aproximam o concreto e o abstrato, o conhecimento e a arte. E é a partir da investigação das ações culturais coletivas do bairro Macrina, que territorializam a cultura afro-brasileira em solo alfredense, que se dá a análise morfológica, por meio da cartografia das dinâmicas urbanas de três festas: a festa de São Benedito, a festa de Nossa Senhora Aparecida e o Carnaval. Elas convergem para o tema religioso, pois seguem o calendário litúrgico católico, mas o interesse principal é no protagonismo da rua nessas festividades. O limiar tênue entre o sagrado e o profano, o culto aos santos negros, o jongo e o congo de São Benedito, e os personagens mascarados do carnaval (Zé Pereiras), são características que propiciam a singularidade do bairro.

É importante frisar que o período da pesquisa empírica ocorreu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, por isso, considera o ciclo festivo que antecede o isolamento social no Brasil, devido a pandemia do Covid-19, e assim, apresenta as características anteriores às novas regras estabelecidas para o convívio social. Ao observar as dinâmicas das festas nas ruas da cidade, é possível traçar representações gráficas sobre o plano, cartografias da alegria, uma maneira de refletir sobre o papel político da cultura afro-brasileira como propulsora de territórios comuns urbanos.

Palavras-chave: Território afro-brasileiro, Cultura afro-brasileira, Dinâmicas festivas, Morfologia urbana.

Referências

- Lefebvre, H. *O direito à cidade*. 5 Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
Pessali, H. *Alfredo Chaves – uma visão histórica e política*. Alfredo Chaves: Editora Bios, 2010.
Sodré, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2019.
Sodré, M. *As estratégias do sensível: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 20

O impacto das tipologias do alojamento local nas dinâmicas de transformação do tecido urbano do Porto

Catarina Ruivo, Bruno Quelhas

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa,

Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto

915271216

catarinaruivopereira@gmail.com, b.plasenciaquelhas@gmail.com

Harvey (2012) demonstrou a atualidade da análise de Engels (1872) sobre a evolução do problema da habitação e o seu impacto no desenvolvimento das cidades. A “solução Haussmann para o problema da habitação” foi inicialmente avançada por Engels, tendo por base o plano urbano de Georges-Eugène Haussmann para Paris, como sendo a única resposta possível dentro do sistema capitalista, e consiste na abertura de brechas nas zonas operárias nos centros das grandes cidades por “um desejo de embelezamento, procura de grandes locais comerciais no centro, ou exigências da circulação”.

Harvey deteta uma aparente contradição nas cidades contemporâneas, cuja comodificação do património, muitas vezes ligada ao crescimento do turismo, depende da manutenção, se ilusória, de uma imagem de singularidade e particularidade dos centros históricos.

Nesse sentido é possível observar que, no Porto, o crescimento do turismo nas últimas décadas conseguiu, aparentemente, preservar a imagem e a morfologia urbana, ao mesmo tempo que se desencadearam processos de destruição e reconstrução do tecido social do centro da cidade através de transformações tipológicas e funcionais irreversíveis.

O discurso que sustentou a propagação do turismo na cidade do Porto não se afastou das narrativas expostas por Engels em 1872. O turismo revitalizaria uma cidade degradada e abandonada e traria vida a um centro histórico em ruínas (Moreira, 2019; Valente, 2019). Se, no imediato, foi tido como essencial o seu papel na criação de emprego, na dinamização do comércio e restauração locais e na revitalização económica da cidade, repete-se também, tanto no discurso político como arquitetónico, a possibilidade de, um dia, os fogos renovados servirem de residência permanente para as famílias da cidade.

Não é recente o processo que resultou no decréscimo populacional na cidade do Porto e, em particular, no seu casco histórico, que atingiu o seu auge em 2016. Antes, tem raízes históricas estritamente ligadas à construção de bairros camarários, então suburbanos, dos anos 1950 e 1960 de forma a permitir a terciarização do centro da cidade (Oliveira et al.,

2013), e ao processo de expansão urbana e construção de novas centralidades nos seus conselhos limítrofes.

Este trabalho procura, em primeiro lugar, situar a transformação do centro do Porto que se operou na segunda década do século XXI num processo mais amplo de desenvolvimento da cidade que, assente em sucessivos planos urbanos, políticas habitacionais e de reabilitação, e nos discursos e preocupações institucionais que os sustentam, raramente se afastou da “solução Haussmann para o problema da habitação”. Para isto, recorreremos aos dados dos censos de 1971, 1980, 1990, 2001 e 2011, em relação com as formas legais e localização geográfica da habitação pública.

De seguida, o trabalho examina as alterações causadas no tecido urbano pelo crescimento do turismo nos últimos 10 anos. Recorreremos aos dados disponíveis em [insideairbnb.com](https://www.insideairbnb.com) e no registo nacional de turismo para observar tendências gerais no alojamento local na cidade do Porto, verificando que são geralmente apartamentos inteiros, estúdios ou t0, disponíveis mais de 6 meses por ano. De seguida, analisamos a informação disponibilizada em [airbnb.com](https://www.airbnb.com) no primeiro trimestre de 2021 relativamente ao estado de renovação, tipologia e organização interna dos apartamentos, a qual cruzamos com os desenhos dos projetos originais dos edifícios, de forma a compreender a escala e o tipo das intervenções desta amostra. Correspondendo a uma altura de diminuição extrema do turismo, encontramos uma amostra significativamente mais pequena, que representará apenas aqueles que puderam manter as suas casas em arrendamento turístico durante a pandemia.

Sustentada pela idealização da revitalização urbana de uma cidade “às moscas”, conduziu-se uma *Haussmannização* do centro. As brechas abertas não se viram, as reabilitações mantiveram a imagem exterior da cidade existente, as populações locais foram sendo expulsas por processos complexos de gentrificação. Importa questionar a permanência destas alterações, não só à escala do património arquitetónico da cidade, mas sobretudo como um projeto de transformação urbana, se não totalmente assente sobre mecanismos de planeamento urbano, pelo menos concertado sobre políticas públicas.

Com a situação pandémica que vivemos desde 2020, os alojamentos locais da cidade do Porto viram a sua taxa de ocupação diminuída para 11% (Pinto, 2021), permitindo vislumbrar um cenário em que estes fogos podem vir a ser postos no arrendamento tradicional. Importa questionar como se poderá viver nestas casas? Quem serão estas famílias? A revitalização

de áreas degradadas resultou na criação de tipologias que podem, de facto, vir a ser casas para a população da cidade? O crescimento do turismo resultou numa transformação tipológica no centro do Porto capaz de ter um impacto significativo na sua morfologia social urbana?

Procura-se perceber a pertinência da análise de Harvey para o estudo da evolução recente destes lugares, confrontando o discurso com a prática arquitetónica, no sentido de examinar a não transformação da morfologia urbana como uma condicionante necessária à transformação urbana possível no centro das grandes cidades.

Palavras-chave: Porto, transformação urbana, turistificação,

Referências

- Castro A, Santos F, Cunha MA, Seixas C, (2019) Alojamento Local no Concelho do Porto, estudo elaborado para a Câmara Municipal do Porto. Relatório final, Abril de 2019. Católica Porto Business School, Centro de estudos de gestão e economia aplicada. Porto.
- Oliveira V, Marat-Mendes T, Pinho P (2013) A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX, Universidade do Porto, Porto.
- Engels F, (1975/1872) O Problema da Habitação. Editorial Estampa.
- Harvey D (2013) Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. Verso.
- Moreira R (2019) em Rui Moreira: “Este debate não se colocava há 6 anos, quando o Centro Histórico estava em ruínas”. Porto.pt. Acedido em 10 de Fevereiro de 2021, <https://www.porto.pt/pt/noticia/rui-moreira-este-debate-nao-se-colocava-ha-6-anos-quando-o-centro-historico-estava-em-ruinas>
- Valente R (2019) em Oferta de nova habitação permanente acompanhou criação de alojamento local na cidade, conclui estudo. Porto.pt. Acedido em 10 de Fevereiro de 2021, <https://www.porto.pt/pt/noticia/oferta-de-nova-habitacao-permanente-acompanhou-a-criacao-de-alojamento-local-na-cidade-conclui-estudo>
- Pinto L (2021) Alojamento local fecha 2020 com ocupação de 10% em Lisboa e 11% no Porto. Acedido em 10 de Fevereiro de 2021, <https://www.publico.pt/2021/02/08/economia/noticia/alojamento-local-fecha-2020-ocupacao-10-lisboa-11-porto-1949801>
- AA.VV. Inside Airbnb, adding data do the debate. Acedido em 5 de Janeiro de 2021. <http://insideairbnb.com/>
- AA.VV. Registo Nacional de Turismo. Acedido em 10 de Janeiro de 2021. <https://registos.turismodeportugal.pt/>

Morfologia e mobilidade sustentável: investigação sobre atributos da forma que favorecem a movimentação urbana

Ricardo Eirado, Valério de Medeiros, Maria do Carmo Bezerra

Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Telefone/fax: 55 61 31077442
eirado@me.com, valeriodemedeiros@gmail.com, mdclbezerra@gmail.com

Conhecendo os atributos da forma urbana que influenciam na sustentabilidade da mobilidade e analisando sua evolução nas cidades, será possível afirmar se há formas urbanas que favorecem a sustentabilidade da mobilidade? Calcado no atual paradigma do desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 1992), o presente artigo parte de uma revisão teórico-metodológica acerca dos elementos da forma urbana que atuam na sustentabilidade da mobilidade em suas dimensões social, ambiental e econômica. Para isso, são investigados os atributos morfológicos geométricos e topológicos que a literatura aponta como influenciadores no desempenho da mobilidade, interpretados segundo as dimensões morfológicas dos lugares, estabelecidas por Kohlsdorf & Kohlsdorf (2017). Em seguida, os atributos escolhidos são aplicados em estudo de caso sobre a expansão urbana de dois municípios de porte médio brasileiros, funcionalmente independentes e de formas opostas: Rolim de Moura (RO), de forte regularidade (tabuleiro de xadrez, malha compacta, regular e conectada) e Viçosa (MG), de expressiva irregularidade (malha orgânica, fragmentada e dispersa). As cidades foram selecionadas em razão de similaridades nas características socioeconômicas, número de habitantes, área e frota, entretanto com tempos médios de deslocamento da residência ao trabalho díspares (IBGE, 2010; Denatran, 2020). O estudo de caso foi conduzido utilizando técnicas descritivas de análise morfológica sobre os planos de uso e ocupação dos municípios, relacionando-os com a expansão da mancha urbana interpretada por meio da Teoria da Lógica Social do Espaço (Hillier e Hanson, 1984; Medeiros, Barros e Oliveira, 2011; Holanda, 2013; Medeiros, 2013). Foram analisados aspectos como o processo de deslocamento do centro ativo urbano e as variações diacrônicas nas medidas de compacidade, conectividade, integração, escolha e inteligibilidade, tendo como base de comparação o valor médio destes atributos para as cidades brasileiras de acordo com a média Brasil (Medeiros, 2020). Os resultados obtidos apontaram que Rolim de Moura, estrutura mais compacta e regular, possui maior diversidade de usos e ocupação mais regular que Viçosa, cidade com predomínio de população dependendo de tempos de deslocamentos maiores. Ao longo do tempo, Rolim de Moura se manteve num *continuum* de expansão-consolidação das áreas urbanas, em contraposição ao processo de expansão antes do preenchimento interno, experimentado por Viçosa: a cidade se manteve historicamente fragmentada, ora por condições impostas pelo sítio, ora por fenômenos como a emergência dos condomínios fechados, decisões urbanísticas e planos de

ordenamento e de ocupação que possibilitaram o avanço dos limites urbanos para longe dos territórios consolidados. Ao confrontar dados de densidade e diversidade com atributos integração, conectividade e escolha, foram percebidas diferenças quanto à mobilidade, de modo que Rolim de Moura pôde ser enquadrada como mais sustentável nos aspectos bioclimático e econômico, enquanto Viçosa obteve melhor desempenho no que diz respeito à topocépção. O ensaio traz à tona um método que combina análise descritiva e sintática aplicada à mobilidade num cenário ainda em construção e carente de levantamentos com relevância estatística, o que se espera explorar em estágio futuro. Ao que parece, a discussão da morfologia e configuração como instrumentos de planejamento da mobilidade tem grande potencial em favorecer sua sustentabilidade visto que a forma urbana, uma vez posta, não continua por si só a consumir energia ou degradar o ambiente, mas influencia na degradação gerada pelos sistemas e agentes que utilizam o meio público. É fato que forma urbana ideal não existe, entretanto é necessário ter atenção quanto à configuração e ao controle da densidade e dos usos por meio da legislação local.

Palavras-chave: Mobilidade Sustentável, Morfologia Urbana, Sintaxe Espacial, Rolim de Moura (RO/Brasil). Viçosa (MG/Brasil).

Referências:

- DENATRAN (2020) Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo os Municípios da Federação, Ministério da Infraestrutura, Brasília.
- Hillier, B., Hanson, J. (1984) *The social logic of space*, CUP, London.
- Holanda, F. de (2013) *10 mandamentos da arquitetura*, FRBH, Brasília.
- IBGE (2011) *Censo Demográfico. Características da população e dos domicílios: resultados do universo*, IBGE, Rio de Janeiro.
- Kohlsdorf G; Kohlsdorf ME (2017) *Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares*, Ed FRBH, Brasília.
- Medeiros, V. A. S. de (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*, EdUnB, Brasília.
- Medeiros, V. A. S. de (2020) *Base de dados configuracional sobre cidades brasileiras*. Base de Dados, PPG/FAU/UnB, Universidade de Brasília, Brasil.
- Medeiros V. A. S. de; Barros A; Oliveira V, (2011) *Cartografia histórica e mapas axiais: uma estratégia para a leitura da expansão urbana* in: IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Porto - Portugal. Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto - Portugal: Universidade do Porto.
- ONU (1992) *Agenda 21: Programa de ações para o desenvolvimento sustentável* in: United Nations Conference on Environment and Development (Unced), Rio de Janeiro.

Entre mobilidade e “i-mobilidades”: Reverberações da Era Digital Global nos Espaços de Vida Cívidos

Gustavo Pimenta

¹Doutorando – Projeto, Espaço e Cultura, Arquitetura e Urbanismo, Fausp

²Centro de Investigação, Faculdade, Universidade
Rua das Palmeiras, Santa Cecília, São Paulo - SP / Telefone/fax: 27 99909-6758
gustavopimenta@gmail.com

A implantação de novas tecnologias e o avançado desenvolvimento nos campos de natureza econômica, política e cultural fortaleceram o surgimento de um sistema baseado na mundialização do capital e sua conectividade, na qual atualmente, encontra-se intrínseco e fundido em grande parte das atividades urbanas. O discurso da conexão e das redes que toma conta do planeta acompanha a intensificação de nossas mobilidades e um deslocamento que parece ser cada vez mais constante e rápido, pois segundo o geógrafo Rogério Haesbaert “vivemos um tempo das múltiplas e complexas formas de i-mobilidade” (HAESBAERT, 2015, p. 84), levando-nos a questionar sobre a própria ideia do que seria então esta mobilidade atual. Desse modo, verifica-se que o efeito gerado pela globalização traz consigo um espaço preenchido pela hipermobilidade, pressa, automatismo e exclusão que juntamente com seu caráter multiescalar potencializa que os espaços cívicos sofram esgarçamentos e a perda da afetividade, uma vez que, a velocidade passa a determinar o movimento a ser conduzido. Essa cidade acelerada ao mesmo tempo em que é transformada pelas reverberações impostas por seu efeito, carrega para dentro de suas relações interpessoais características que questionam se o papel global ao qual passa a ser instituído realmente consegue atingir todas as pessoas e permitir que uma multiplicidade de inter-relações nos espaços urbanos seja alcançável. Dessa maneira, investigar como o efeito da globalização propicia que novas dinâmicas e afetamentos urbanos sejam reconstruídos dentro dos espaços de vida cívicos quando vistos a partir de suas mobilidades e i-mobilidades, uma vez que, nem todas as pessoas estão guarnecidas para fazerem parte deste sistema transnacional e informacional em rede, torna-se o objetivo deste artigo. Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que estas i-mobilidades fazem referência a essa parte da população que não se encontra diluída pelos efeitos globais, mas que, conseqüentemente, é marcada pela restrição de suas mobilidades ou forçados a uma mobilização compulsória “[...] que os obriga a deixar sua terra e muitos de seus entes queridos para alimentarem os circuitos de sem-terra, de sem-teto e de sem-pátria que vagam por rotas desconhecidas” (HAESBAERT, 2015, p. 84). Por isso, é importante compreender como essas cidades são afetadas dentro dos novos mecanismos exigidos e como ela vem transformando a forma de viver das pessoas para um modo entre as escalas global e local. Em contrapartida, fica também evidente que essa população ao não

acompanhar essa mobilidade determinada pela globalização torna-se cada vez mais invisível e encoberta pelos olhos desses corpos em constante deslocamento.

Portanto, a quantidade de impactos gerados tanto nas escalas locais quanto globais recriam novos relacionamentos entre os cidadãos e a cidade, bem como, com eles mesmos. Fatores como a mudança constante, a hipermobilidade, a conexão em rede e o consumo imediato em curto prazo potencializam essa universalização do capital e seu sistema gerador de desigualdades, sobretudo, para compreensão dos impactos gerados pelo seu efeito nos espaços citadinos.

Palavras-chave: Cidade; Redes; Global; Mobildiades; I-mobilidades

Referências

- AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9ª Edição. Papirus Editora, 2007, p. 112.
- BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 127.
- _____. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 280.
- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. P. 201
- BORJA, J.; CASTELLS, M. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Editorial Taurus, Madrid, 1997.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. 19ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1999], p. 630.
- CRESSWELL, Tim. On the Move. Nova York e Abingdon: Routledge, 2006, p. 340.
- FRASER, Marie. Do lugar ao não-lugar: da mobilidade à imobilidade. Revista Poiésis, v. 15, 2010, p. 229-241.
- GALLI, Carlos. Espacios políticos: la edad moderna y la edad global. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, p.156.
- GALLINO, Luciano. Nuevos pobres: conversación con Luciano Gallino sobre la globalización. In: CIAPPI, Silvio (Ed.). Periferias del imperio: Poderes globales y control social. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2006, p. 252.
- HAESBAERT, Rogério. Sobre As I-Mobilidades Do Nosso Tempo (E Das Nossas Cidades). Mercator (Fortaleza), v. 14, n. spe, 2015, p. 83-92.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e contras da globalização. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 107.
- HISSA, C.; WSTANE, C. Cidades incapazes. GEOgraphia, v. 11, n. 21, 2010, p. 85-100.
- IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional. In: REIS FILHO, D. A. et alli. O século XX: o tempo das dúvidas - Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 324.
- LEVY, Pierre. O que é virtual?. São Paulo: Literatura, Editora 34, 1996. P. 160.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad.: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 312.
- MARANDOLA JR. E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2011, p. 95-115.

_____. E. Narrativas calvinianas: da descrição do explorador ao percurso do andarilho. RUA, v. 12, n. 1, 2006, p. 45-58.

SA, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. Tempo Social, v. 26, n. 2, 2014, p. 209-229.

SACK, Robert D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 272.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. Tradução de: Carlos Eugênio Marcondes de Moura, p. 102.

VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro. Editora 34, 1993, p. 144.

A produção do espaço em áreas de expansão urbana: um estudo sobre Cuiabá – Mato Grosso, Brasil

Aléxia Oliveira, Sônia Romancini

Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso
Avenida Fernando Corrêa da Costa, Boa Esperança, Telefone/fax: 00215565992611766
alexiaopo@gmail.com, romancini.ufmt@gmail.com

A cidade contemporânea é vista como mercadoria assim como seu solo, em meio ao caos da cidade o espaço urbano passa a ser produzido não só pelo Estado, mas pelos empreendedores imobiliários, pelos proprietários fundiários, bem como pelos grupos socialmente e economicamente excluídos. Em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso e município sede da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), os empreendedores imobiliários e os proprietários fundiários têm intensificado nos últimos 20 anos sua atuação como agentes produtores do espaço urbano visando altos lucros em áreas antes adquiridas, tendo o estado, na esfera municipal, como parceiro. Nesse sentido, o trabalho aborda o estudo sobre a produção do espaço urbano às margens de duas rodovias pertencentes à Região Administrativa Oeste de Cuiabá, conhecidas como MT-010 e MT-251 que ligam a capital a duas cidades da região metropolitana, Acorizal e Chapada dos Guimarães, respectivamente. Essas vias transformaram a dinâmica da região nos trechos que se encontram dentro do perímetro urbano da cidade de Cuiabá uma vez que induzem o crescimento em seu entorno. Os novos empreendimentos construídos às margens dessas rodovias encontram-se na zona de expansão urbana, que fazia parte do perímetro urbano desde 1978 e que anos mais tarde, em 1994, passou por uma nova ampliação, no entanto somente no início dos anos 2000 tais áreas passam a ser ocupadas. A partir de 2001, a Ginco Urbanismo, proprietária de uma vasta área próxima à rodovia MT-010 implementa seu primeiro loteamento fechado de alto padrão: Florais Cuiabá (entregue em 2004) e posteriormente lança os loteamentos fechados: Florais dos Lagos e Florais do Vale. A empresa projetou e executou a infraestrutura urbana assim como as vias de acesso para cada loteamento, porém se valeu da infraestrutura proveniente de investimentos públicos. A presença desses empreendimentos de alto padrão valorizou a região e impulsionou a construção e implantação de novos condomínios e loteamentos, como: Saint Joseph, Unique Residence, Flores do Cerrado, Granville e Village do Bosque. Ao passo que o espaço urbano é transformado por interesses capitalistas, os

empreendedores imobiliários adquirem terras em áreas de expansão urbana pois são menos valorizadas do que as das áreas adensadas. Além disso, as áreas de expansão urbana possuem glebas que permitem a subdivisão em lotes conforme o projeto a ser implementado. Com a criação do programa de habitação federal Minha Casa Minha Vida, grandes espaços não edificadas à margem da rodovia MT-251 ganham notoriedade para os produtores imobiliários por estarem inseridas na área de expansão urbana e possuírem as características citadas anteriormente. O programa que tinha como objetivo subsidiar a construção de casas e apartamentos para a classe média e média-baixa não tardou seu início, em 2009 já estavam à venda plantas de apartamentos e casas no bairro Parque das Nações que compreende condomínios horizontais e verticais: San Marino, Mônaco, Montenegro, Lisboa, Ímola, Monte Carlo, Montreal, Valencia, Barcelona e Monza. Não obstante, há outros empreendimentos como o condomínio vertical Chapada da Costa e Forest Hill e, ainda, grandes áreas não edificadas que futuramente podem ser incorporadas pelo mercado imobiliário. Em consequência desse modelo de produção a mobilidade urbana existente tornou-se ineficiente havendo necessidade de novos investimentos públicos para suprir as necessidades dos moradores da região, ambas as rodovias foram duplicadas e o entroncamento entre elas recebeu uma trincheira e uma rotatória com heliponto. Com esses empreendimentos constata-se a valorização do subúrbio em detrimento aos vazios urbanos em áreas já consolidadas e como a presença e atuação do mercado imobiliário dita as regras na cidade em estudo. Morar em loteamento fechado ou condomínio tornou-se sinônimo de *status* social, segurança, lazer e conforto e os agentes produtores do espaço urbano utilizam estratégias e práticas que favorecem seus objetivos. O estudo evidencia que houve expansão urbana em áreas que demoraram décadas para cumprirem alguma função social e que não havia necessidade de expansão urbana, pois haviam espaços não edificadas em áreas já consolidadas e dotadas de equipamentos e infraestrutura urbana.

Palavras-chave: expansão urbana, produção do espaço, mercado imobiliário.

Referências

- Carlos, A. (2018) A tragédia urbana. In: Alvarez, I., Carlos, A., Volochko, D. (orgs.). A Cidade Como Negócio. São Paulo, 43-63.
- Corrêa, R. (2018) Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, A., Souza, M., Sposito, M. (orgs.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, 41-51.
- Padua, R. (2018) Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: Alvarez, I., Carlos, A., volochko, D. (orgs.). A Cidade Como Negócio. São Paulo, 145-163.
- Rodrigues, A. (2008) O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: Pereira, E. (org.). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó, 111-126.
- Silva, V. (2016) Produção do espaço urbano: condomínios horizontais e loteamentos fechados em Cuiabá/MT. Jundiáí.
- Sposito, M. (2018) A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Carlos, A., Souza, M., SPOSITO, M. (orgs.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, 123-145.
- Volochko, D. (2018) A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: Alvarez, I., Carlos, A., Volochko, D. (orgs.). A Cidade Como Negócio. São Paulo, 97-120.

Representações morfológicas urbanas nos jogos de tabuleiro modernos: uma sistematização e os casos dos jogos Lisboa, Coimbra e Porto

Micael Sousa

CITTA, Departamento de Engenharia Civil, FCTUC, Universidade de Coimbra, Portugal
michaelssousa@gmail.com

Estamos neste momento a viver numa era de ressurgimento do interesse global pelos jogos de tabuleiro (Sousa & Bernardo, 2019). Esta tendência pode ser enquadrada no movimento da pós-digitalização (Cramer, 2015), em que as comunidades de pertença a grupos sociais comunicam e desenvolvem a sua subcultura de modo híbrido, entre o digital e o analógico. Utilizam as ferramentas online, tais como redes sociais, fóruns e aplicações próprias para expressar e desenvolver a sua cultura, mas com expressão material e física presencial. Este fenómeno é enquadrável no conceito de sociedade em rede com manifestação presencial territorial em hubs, tal como previa Castells (2011). O fenómeno de popularização dos jogos de tabuleiro, definidos como jogos modernos ou de hobby (Woods, 2012), muito por influência dos modelos germânicos dos eurogames, estão a concretizar esta dualidade híbrida, de grupos sociais que usam as tecnologias de informação e comunicação móveis, mas que pretendem expressar-se e relacionar-se através da materialidade dos jogos e do contacto humano direto. Um dos principais temas associados aos eurogames, o subtipo mais inovador no que toca a mecânicas de jogo no seio dos jogos de hobby (Sousa & Bernardo, 2019), são as cidades. Existem dezenas de jogos que utilizam uma determinada cidade, num determinado espaço-tempo, para criar o contexto e até o próprio nome do jogo (i.e. Troyes, San Petersburg, Órleans, Le Havre, Caylus, Yokohama, etc.). O modo como os designers representam as cidades, nestes modelos físicos, com tabuleiro e inúmeros componentes, têm originado produtos muito diversificados e com diferentes formas de representar as morfologias construídas dessas cidades. Ainda que de forma indireta, estes jogos têm transmitido informação sobre morfologia urbana aos jogadores. Falta estudar o modo como as morfologias reais das cidades, enquadradas num determinado momento histórico, são transpostas para os modelos de jogo e como esses modelos de jogo podem ser transpostos para abordagens jogáveis de ensino e planeamento dos territórios urbanos. Na apresentação e posterior desenvolvimento do artigo propõem-se realizar um levantamento global dos jogos que invocam o nome de cidades reais, definindo uma metodologia inicial de classificação para o modo como a morfologia de cada cidade é expressa em contexto de jogo e como os

jogadores podem interagir com elas através das mecânicas de jogo. Para isso serão consultadas as bases de dados do website Boardgamegeek (www.boardgamegeek.com) e apresentados os 20 jogos mais populares, de acordo com os rankings atribuídos pelos utilizadores dessa plataforma, explorando os três componentes essenciais da morfologia urbana: forma, resolução e tempo (Moudon, 1997). Este levantamento permitirá, no futuro, produzir novas investigações sobre o modo como os jogadores aprendem sobre morfologia urbana, a partir destes casos particulares. Será igualmente uma forma de estabelecer conhecimento base para futuros desenvolvimentos na aplicação de processos de planeamento do território de gamification e serious games que explorem a dimensão morfológica das cidades e dos territórios, de como isso é explorado pelos jogos de tabuleiro comerciais e de como poderá ser transportado para contexto de investigação na área do planeamento espacial. De modo a aprofundar com mais detalhe os jogos sobre cidades e a sua relação com a dimensão morfológica de cidades em Portugal, será feita uma análise mais detalhada dos jogos: Lisboa (Lacerda, 2017), Coimbra (Brasini & Gigli, 2018) e Porto (Sá, 2019). Será explorado nos três jogos em estudo a representação dos edifícios, dos espaços vazios e lotes, as escalas e o contexto histórico (Moudon, 1997). Em causa estão três jogos recentes que invocam três cidades incontornáveis do território português, exploradas de forma diferente em cada contexto de jogo. O jogo Lisboa (Lacerda, 2017) situa-se durante a reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755, explorando a localização de atividades comerciais na baixa pombalina, tal como as dinâmicas sociais, políticas e culturais da época. O jogo Coimbra (Brasini & Gigli, 2018) relaciona-se com a gestão e mudanças sociais que ocorrem na cidade com a realocação da universidade em Coimbra durante o século XVI. O jogo Porto (Sá, 2019) foca-se na frente ribeirinha da cidade contemporânea, no arranjo e composição urbana. O desenvolvimento do artigo proposto pretende criar bases para futuras investigações sobre a utilização de jogos analógicos como ferramentas de apoio ao ensino do urbanismo e do planeamento urbano, tal como da sua integração dos processos de planeamento, especialmente na vertente de reforço da participação e das metodologias de criação e colaboração entre stakeholders, especialistas e representantes políticos. Para o cumprimento destes objetivos a dimensão morfológica das cidades será explorada em contexto jogável, pois materializa o lado físico e material das cidades, o principal elemento

tangível naquilo que é a percepção de um espaço urbano que necessidade de ser simplificado e contribuir para a compreensão dos contextos urbanos em ambiente de jogo.

Palavras-chave: Jogos, Jogos de tabuleiro, Morfologia urbana, Serious games

Referências

- Brasini, F & Gigli, V. Coimbra. Board game. Eggertspiele.
- Cramer, F. (2015). What is 'Post-digital'?. In *Postdigital aesthetics* (pp. 12-26). Palgrave Macmillan, London.
- Castells, M. (2011). *The rise of the network society* (Vol. 12). John Wiley & sons.
- Lacerda, V. (2017). Lisboa. Board game. Eagle-Gryphon Games.
- Moudon, A. V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban morphology*, 1(1), 3-10.
- Sá, O (2019). Porto. Board game. Mebo.
- Sousa, M., & Bernardo, E. (2019, November). Back in the Game: board games are modern. In *International Conference on Videogame Sciences and Arts* (pp. 72-85). Springer, Cham.
- Woods, S. (2012). *Eurogames: The design, culture and play of modern European board games*. McFarland.

Tabela Periódica dos Elementos Morfológicos: proposta para metodologia ativa de ensino e aprendizagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo

Ana Cláudia Dias¹, Evandro Monteiro², Isabela Bastos³

Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Rua Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas - São Paulo | Telefone/fax: +5535992218929

¹ acsadias@yahoo.com.br, ² evanzigg@g.unicamp.br, ³ isabelabastos.arq@gmail.com

Diversas são as teorias acerca das cidades e, tratando-se da percepção da paisagem e da morfologia urbanas, autores clássicos são amplamente apresentados aos alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Entre eles, evidenciamos Kevin Lynch (1997), o qual aborda as qualidades urbanas que, segundo ele, produzem uma imagem coletiva da cidade; Gordon Cullen (1993), o qual enfatiza a questão do significado do lugar, sistematizando conceitos e processos de projeto; e Christopher Alexander (2013), o qual estabelece uma linguagem de padrões aplicável à construção de cidades, bairros, jardins e casas.

Conhecer tais teorias é de fundamental importância para a formação dos discentes; no entanto, nem sempre leituras e aulas expositivas são suficientes para a concretização do processo de ensino e aprendizagem. Assim, baseando-se em metodologias ativas de ensino, os docentes de disciplinas de urbanismo na graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolveram e aplicam há alguns anos diversas atividades práticas, como análises pelo Google Earth e Street View, com intuito de possibilitar maior apreensão e aplicação dos conceitos teóricos pelos alunos.

Destacamos a atividade chamada Tabela Periódica dos Elementos Morfológicos, a qual foi aplicada também pela primeira vez em 2020 na pós-graduação da FEC, na disciplina de férias de verão “Métodos de Estudo e Ensino de Urbanismo: Análise Morfológica, Percepção da Paisagem e Construção de Repertório”, na qual os autores deste resumo participaram. Objetivamos apresentar tal experiência, e, por meio de revisão bibliográfica e análises posteriores, discutir acerca dos resultados obtidos.

A proposta da atividade foi que, à semelhança da tabela periódica dos elementos químicos, os alunos pudessem sistematizar e categorizar os diversos padrões e qualidades urbanas propostos pelos autores clássicos acima citados, considerando grandezas como escala, força, clareza e percepção. Durante a atividade, os alunos tiveram total liberdade para organizar a tabela segundo o próprio entendimento e indagações.

A dinâmica, desenvolvida em duplas, foi bastante desafiadora, uma vez que, inicialmente, houve dificuldade em agrupar e categorizar elementos tão distintos, propostos por autores com diferentes linhas de pensamento. Os conceitos precisaram ser revisitados e, após troca de conhecimentos e reflexões entre estudantes e professor, foram elaboradas as Tabelas.

As categorias que definimos foram: Traçado e Circulação, Massa Edificada, Limites, Elementos Permeáveis, Apropriações e Visadas. Para tanto, nos baseamos nos autores clássicos e em outras teorias abordadas na disciplina, como as três dimensões de Conzen (1960): malha viária, divisão fundiária e funcional e espaço construído; e os elementos morfológicos explorados por Lamas (2004): solo, lote, edifícios, quarteirão, fachada, vegetação, traçado, praça, quintal, monumento, mobiliário, grandes equipamentos e estruturas invisíveis.

Tal sistematização possibilitou visualizar melhor a contribuição de cada um dos autores para a leitura das cidades e posterior proposição de planos e projetos. Alexander (2013) preocupa-se com o cidadão, com a escala do pedestre e o que traz conforto a ele, visto que a maior parte dos itens selecionados transitaram entre as categorias Elementos Permeáveis (espaços públicos, áreas verdes) e Apropriações (como as pessoas utilizam os espaços).

Os elementos descritos por Lynch (1997) - vias, cruzamentos, marcos, limites e bairros - nos parecem ser mais gerais e concretos, abarcando todos os demais, visto que foram agrupados nas categorias Traçado, Circulação e Massa Edificada, que são mais palpáveis, e sempre no início delas. Isso evidencia a questão da imagem coletiva da cidade, proposta pelo autor.

Quanto às qualidades de Cullen (1993), percebemos que algumas são mais abstratas e de difícil compreensão em uma primeira análise. O autor destaca questões como a ótica (visão serial) e o local (posição do observador), o que ficou bastante evidente na tabela, uma vez que grande parte dos elementos foi inserida na categoria Visadas; além do conteúdo (cidade construída), perceptível pelos numerosos itens em Traçado, Massa Edificada e Limites.

Podemos concluir que a proposta do exercício foi bastante significativa e permitiu uma melhor compreensão dos conceitos, justamente pela participação ativa dos alunos. Percebemos que as teorias podem e devem ser aplicadas na realidade, tanto para análise quanto para proposição das cidades. Percebemos a necessidade de revisão e aprimoramento da tabela proposta, o que evidencia ainda mais o fato de o conhecimento ser um processo de construção no tempo. Por isso, é necessário o protagonismo dos alunos para que a aprendizagem seja eficaz, resultando não apenas em um bom desempenho acadêmico, mas na formação de um excelente futuro profissional.

Não podemos ignorar a complexidade do “material de trabalho” dos futuros arquitetos urbanistas: a cidade. Por isso, é essencial levar os alunos à ação e à reflexão (Schön, 2000; Dewey, 1959), fazendo com que o conhecimento apresentado faça sentido e possa ser compreendido e aplicado na academia e na atuação profissional. Portanto, a diversificação de metodologias se faz necessária, visando contribuir para a elevação da qualidade do ensino, aprendizagem e prática profissional.

Palavras-chave: ensino e aprendizagem, metodologias ativas, morfologia urbana, paisagem urbana.

Referências

- Alexander C et alli. (2013) Uma linguagem de padrões, Bookman, Porto Alegre.
- Conzen M (1960) *Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London.
- Cullen G (1993) Paisagem urbana, Ed. 70, Lisboa.
- Dewey J (1959) Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Lamas J M R G (2004) Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.
- Lynch K (1997) A Imagem da cidade, Martins Fontes, São Paulo.
- Schön D (2000) Educando o Profissional reflexivo- um novo design para o ensino e a aprendizagem, Editora Artmed, Porto Alegre.

A influência dos investimentos públicos no estudo morfológico de dois importantes eixos da Ilha de Santa Catarina/Brasil

Anicoli Romanini, Adriana Marques Rossetto

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC, Telefone/fax: 0 55 48 991875399
anicoliromanini@yahoo.com.br – amarquesrossetto@gmail.com

Toda a conformação, produção do espaço, se encaminha a partir dos processos e dos agentes responsáveis pelo crescimento urbano com importantes reflexos na forma urbana. Na presente pesquisa essa relação se faz necessária para que se entenda a ligação entre a atuação do Estado e como isso se reflete na forma urbana no processo de produção do espaço urbano de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina – Brasil. Influenciado por um intenso processo de investimentos públicos realizados pelo Estado em suas três esferas de poder, no recorte temporal de 2000 a 2017, o município obteve a partir de 2000 uma significativa concentração de investimentos na região administrativa Sede, em interesses voltados para as demandas sociais, como a construção de equipamentos de ensino (rede Municipal e Estadual) e saúde, revitalização de praças, além de planos de saneamento e de habitação social, e de algumas obras viárias de revitalização das ruas e rodovias existentes e implantação de ciclovias, passarelas e calçadas, na busca de melhorias sociais e ambientais. Considerando os novos investimentos realizados, conjuntamente à dinâmica imobiliária ocorrida nas áreas analisadas e aos dados socioeconômicos da população residente dos bairros, apresenta-se no decorrer do trabalho, o estudo morfológico de dois casos de estudo que contemplam em suas características elementos importantes relacionados à produção do espaço urbano através da forma urbana e que são focos específicos do presente estudo. Os critérios utilizados nesta classificação foram as regiões com maiores e menores investimentos versus maior desenvolvimento urbano.

O estudo se concentrou na identificação das parcelas que margeiam as SC-401 e SC-404, pois são estas as que fazem frente com os dois eixos definidos. Nesse sentido, foram estudados 117 lotes na SC-401 e 86 na SC-404, que obtiveram entre o período de 2000 a 2018, o uso e ou a ocupação modificados.

Os três equipamentos identificados nos eixos já estavam implantados neste período, Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina na SC-401 – Cemitério São Francisco de Assis e Campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na SC-404 – e tiveram a partir de 2000, obras de ampliações e melhorias, para se adequar aos novos usos

estabelecidos ou as novas necessidades apresentadas. Todos atendem à demandas municipais, sendo que dois deles estão relacionados ao envolvimento esporádico da população, enquanto a Universidade, para algumas parcelas populacionais, aquelas que estão em fase de estudo ou os seus funcionários, o uso é diário.

A pesquisa constatou, que a tipologia das parcelas modificadas nos eixos é compatível com os lugares onde estão localizadas. A configuração do parcelamento proposto na SC-401 tem relação direta com o uso predominante da via, comércio de grande porte, implantado em generosas parcelas fundiárias. Aqui, tanto o uso como a configuração do parcelamento lindeiro predominante na via (grandes parcelas) estão mais associados ao seu perfil de via arterial de alta velocidade (ligação do centro a bairros importantes do norte) e com um significativo grau de consolidação do tecido urbano adjacente relacionado à pouca atratividade que aquelas características possuem para a instalação de populações de maior renda. Na SC-404, a via também de perfil arterial de médio porte e velocidade, apresenta parcelas de tamanho consideravelmente menor, em uma maior mescla de usos, com a predominância do uso residencial, mas que mantém, principalmente próxima a SC-401, a sua forte característica institucional provinda do século anterior.

O tratamento da forma urbana nos dois eixos demonstra configurações espaciais compostas em partes por espaços livres (na maioria das vezes repleto de vegetação) e edificações, em que a forma e o tamanho dos lotes não configura qualquer tipo de padrão para o tecido urbano encontrado nos eixos, como por exemplo, uso específico estabelecido em lotes com áreas (tamanho) homogêneas. Entretanto, identifica-se uma tendência a necessidade de grandes áreas para abrigar edifícios, igualmente, de grandes proporções, mesmo que para usos diferentes em cada um dos eixos. Enquanto na SC-401 os grandes lotes pertencentes ao setor privado tendem a ser destinados para usos comerciais, na SC-404 os grandes lotes privados tendem a ser reservados para uso residencial.

Há também diferença na relação estabelecida entre a via e o tecido urbano do entorno, nos dois casos. O que se percebe, é que mesmo que exista uma variedade de tamanhos nos lotes do tecido urbano do entorno das vias, há uma diferença na tendência do parcelamento, com mescla de perfil maior na parcelas da SC-404 do que na SC-401 e principalmente de uso destas parcelas em cada um dos trechos.

Assim, a paisagem urbana dos dois eixos estudados revela a produção do espaço urbano desenvolvido a partir da estrutura morfológica da cidade e demonstra a interdependência do tecido urbano e do uso do solo, como resultado da interação da tomada de decisão dos agentes sociais e econômicos que a moldam/transformam, por um longo período de tempo.

Palavras-chave: Forma urbana, Produção do espaço urbano, Agentes sociais e econômicos.

Referências

- Carlos, A. F. A. (2016) Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: Carlos, A. F. A.; Souza, M. L.; Sposito, M. E. B. A produção do Espaço Urbano, São Paulo.
- _____. (1994) A (re)produção do espaço urbano, São Paulo.
- Conzen M (1960) *Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London.
- Harvey, D. (2014) *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo, São Paulo.
- Panerai, P.; Castex, J.; Depaule, J.; tradução: Alexandre Salvaterra. (2013) *Formas urbanas: a dissolução da quadra*, Porto Alegre.
- Reis, A. F. (2012) *Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações*, Florianópolis.
- Sugai, M. I. (2015) *Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*, Florianópolis.
- Villaça, F. (2001) *Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo

“From farm to fork” - Spatial transformations and metropolitan dynamics read through food distribution networks

Inês Isidoro, Joana Catela, Teresa Marat-Mendes

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA' CET-IUL, Lisboa, Portugal

Avenida das Forças Armadas 1649-026 LISBOA Portugal

+ 351 910395125

ines.azevedo.isidoro@iste-iul.pt

The COVID-19 pandemic is affecting daily lives around the world in unprecedented ways. New challenges arise to keep the operability of social and economic structures, including the globalized and industrialized food system. Since March 2020 food distribution has faced logistical changes that were partially supported by restrictions on movement, and by avoidance of big commercial areas (FAO, 2020). Vegetable and fruit box sales in a door-to-door system saw exponential growth during the Covid-19 outbreak and successive lockdowns, although this alternative commercial model is not new (Food Foundation Dr. Amber Wheeler, 2020). Several benefits derived from it: beyond offering food security, the quality of the social bond that links and strengthens producers and consumers is noteworthy in a time of social distancing. Moreover, these changes were accompanied by digital and electronic transformations that made such connections possible: the use of social media platforms to promote their products, increase of productivity associated with better or new websites, constant connection with clients by email or Whatsapp. At the same time that these changes were occurring in the digital dimension, new alternative distribution chains incorporated travel distances at a metropolitan scale in a weekly routine, or even less, thus causing a considerable impact on road infrastructures and CO2 emissions. A process of transformation has been imposed by the lock-down, through the alterations in mobility, work, and life. The spatial relations established through food have also suffered changes, however, because these are recent, they are difficult to identify. Thus, a visual and narrated register will provide a necessary identification and analysis of such spatial transformations at a metropolitan scale.

This work seeks to apprehend the dynamics at play within the food system of the Lisbon Metropolitan Area (LMA) involving organic food basket production and delivery, and the spatial and sociological impacts that this activity provoked, considering both the traditional urban components and the ones enabled by the pandemic. Who are the basket producers delivering products to consumers in Lisbon and other LMA municipalities, on a weekly base? How to spatially characterize their yields? Can this activity, marked by a constant and ever-changing

relation between rural and urban areas, which involves travelling through the metropolis, provide important information about actual morphological patterns and distribution axes within the LMA? Which spatial, economic and social transformations can be foreseen by these farmers' dwellings? Which morphological structures may emerge from the study of the food system on a metropolitan and on a local scale, focused on this group, and what can be learned from the spatial transformations caused by covid-19 pandemic?

The objective of this investigation, based on a mixed ethnographic and cartographic approach, is to understand and characterize dynamics taking place on a local scale - in urban, peri-urban and rural contexts - and on a metropolitan scale. All stages of the food system will be taken into consideration and characterized: production, transformation, distribution, commercializing and consuming and waste management. A blend of ethnographic analysis tools conducted remotely with organic food producers, based on interviews and photographic surveys of the yields collected by the same producers, will be used to produce a cartographic analysis that will combine important aspects of LMA's food system, and provide through a morphological study a characterization of 1) the places of production; 2) the distribution routes and 3) delivery sites. In addition to describing the transition and rural / peri rural and urban spaces, the analysed periods will also distinguish between the time before and after the covid-19 lockdown, in order to add the impacts of significant economic, social and behavioural changes in urban and rural contexts, through the analysis of its urban morphological components and organic food basket activities. Diagnosis of emerging activities are therefore important to guide future planning practices towards the creation of a food strategy for the LMA, which is still inexistent.

Palavras-chave: Food System, Ethnographic Research; Urban Morphology; Organic food baskets; Mixed methods

Referências

- Conzen M (1960) Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis, Institute of British Geographers, London.
- Cullen, G. (1983) Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferrara, L (2002), Design em espaços. São Paulo: Edições Rosari.
- Food Foundation Dr Amber Wheeler (2020) COVID-19 UK Veg Box Report. url: <https://foodfoundation.org.uk/wp-content/uploads/2020/05/Food-Foundation-COVID-19-Veg-Box-Scheme-report.pdf>
- Forman, R. (2008) Urban Regions: Ecology and Planning Beyond the City. Cambridge University Press.

“Organização” dos espaços livres públicos: o caso das praças nos espaços periféricos da cidade de João Pessoa, Nordeste do Brasil

Lídia Silva, Janilci Silva, Maria Karolyne Xavier

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Universidade Estadual de Campinas
lidia.pereira.arq@gmail.com, janilciserra@hotmail.com, mkgxs@hotmail.com

Embora no Brasil os espaços livres públicos sejam condicionados por legislação municipal, conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, muitos municípios não apresentam em seus dispositivos legais diretrizes para a implantação e gestão destas áreas na malha urbana. Na cidade de João Pessoa, situada na Região Nordeste do país, a situação não é diferente, visto que a legislação municipal refere-se à estes espaços apenas como pontos de convergência de vias e como áreas destinadas à estacionamento.

Entre os principais elementos que compõem o sistema de espaços livres públicos de João Pessoa estão 189 praças e 11 parques urbanos municipais. E a inexistência de orientações sobre a implantação desses espaços pode ter permitido a produção de um espaço urbano de acordo com a lógica capitalista, uma vez que, segundo Villaça (2001, p. 328), o processo de estruturação interna do espaço urbano é dominado pelos interesses de consumo das camadas mais altas e esta dominação configura-se pela “apropriação diferenciadas dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano”.

Tais considerações levam a refletir sobre a presença de diferentes classes ou camadas sociais no espaço urbano e o modo como estas se apropriam e modificam as formas espaciais que configuram a cidade. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar a espacialização dos espaços livres públicos da cidade de João Pessoa, a partir de um comparativo entre a disposição das praças na malha urbana e a distribuição de renda no território pessoense. A escolha da praça com objeto de estudo partiu da premissa que esta categoria de espaço livre público exerce um papel de vital importância na configuração da cidade e na promoção da urbanidade, possibilitando a socialização e apropriação do espaço público pelos indivíduos.

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se como método a análise geoespacial. Por intermédio do *software* SIG (Sistema de Informações Geográficas) livre QGIS 3.16.4 *Hannover*, foi elaborado mapa temático a partir do cruzamento de dados georreferenciados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e de informações sobre o

rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias residentes em João Pessoa fornecidas pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após a interpretação do mapa temático, foi possível observar que, dos 64 bairros que compõem a malha urbana da cidade de João Pessoa, 43 apresentam praças dentro de suas delimitações, e que, das 189 praças existentes, 132 estão localizadas nos setores que concentram as classes de baixa renda, cujo rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* é de até dois salários mínimos. Além disso, entre os oito bairros que conformam os espaços periféricos da cidade de João Pessoa – Barra de Gramame, Costa do Sol, Costa e Silva, Ernani Sátiro, Gramame, Mangabeira, Mucumagro e Paratibe – apenas quatro possuem praças em suas malhas.

Ainda que essas análises possibilitem visualizar que a distribuição dos espaços livres públicos não segue uma ótica de produção capitalista, fato comprovado a partir da identificação de um maior quantitativo de praças localizadas em setores com uma concentração de população com menor renda, a ausência desses espaços nas periferias continuam a desconectar os seus habitantes uns dos outros e a interferir negativamente na qualidade do espaço urbano dos bairros mais afastados do centro.

Ademais, acrescenta-se a necessidade de atualização dos arquivos da PMJP, visto que, nos últimos anos, novas praças foram inseridas na malha da cidade e essas não se encontram georreferenciadas no arquivo digital disponibilizado. Por fim, ressalta-se a importância de avançar em relação aos resultados obtidos, principalmente no que diz respeito ao uso e a apropriação dos espaços livres públicos identificados nos espaços periféricos de João Pessoa, sendo essa uma recomendação para trabalhos futuros.

Palavras-chave: espaços livres públicos; praças; morfologia urbana; espaços periféricos; João Pessoa.

Referências

- Brasil (1979) *Lei Federal n.º 6.766, de 19 dez. 1979*. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 07/03/2021.
- Villaça, F (2001) *Espaço Intra-Urbano no Brasil (2ª ed)*, Studio Nobel/Fapesp, São Paulo.

Vitalidade urbana em legislações urbanísticas de cidades médias brasileiras: uma análise comparativa

Talita Micheleti, Fábio Gonçalves

Pós-Graduação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo
Avenida do Cursino, 6475, apto. 73B, Telefone/fax: 55 11 992428668 – 55 11 999964478
tmicheleti@usp.br – fabiomgoncalves@usp.br

Apesar do poder público ser agente determinante na produção e configuração morfológica do sistema de espaços livres no cenário brasileiro, seja por ação direta através da criação e gestão de espaços livres públicos de circulação, conservação e recreação, ou indireta, em função das regulações derivadas de legislações (MACEDO, 2012), as políticas públicas pouco discorrem sobre as relações entre o sistema de espaços livres e a forma urbana nas legislações urbanísticas, criando cenários que reforçam a necessidade de qualificação da forma urbana e especialmente dos espaços livres como meio para promoção da vitalidade urbana (MACEDO, 2018). O espaço livre público, sobretudo o de uso coletivo, é por excelência o ambiente que potencializa a vida pública, caracterizando-se como o lugar das trocas e interações sociais, cenário propício para as manifestações culturais e cotidianas de uma sociedade. Portanto, a qualificação dos espaços livres públicos potencializa seu uso e apropriação, bem como favorece o desenvolvimento da vida pública e uma dimensão de comunicação mais intensa e rica (QUEIROGA, 2012).

Neste artigo, a vitalidade urbana é entendida a partir das constatações teórico-conceituais desenvolvidas por Jane Jacobs a partir da observação das práticas cotidianas de cidades norte-americanas, em sua obra célebre *Morte e Vida das Grandes Cidades*, publicada em 1961 e que segue influenciando as teorias urbanas, até os dias atuais.

Assim, interpreta-se a vitalidade urbana como o conjunto de princípios que fundamentam o bom comportamento das cidades, que valoriza a multiplicidade de experiências decorrentes da vida cotidiana a fim de promover um uso público intenso dos espaços livres públicos, garantindo a diversidade tanto de pessoas quanto de horários e motivações ao uso, a sensação de segurança necessária para essa copresença, e as condições geradoras de diversidade que associam aspectos de forma urbana ao desempenho econômico que possibilita o florescimento desse ecossistema urbano: usos principais combinados, presença de quadras curtas, presença de prédios antigos que sejam economicamente acessíveis e necessidade de concentração de pessoas pela densidade habitacional (JACOBS, 2011).

Portanto, o conceito de vitalidade urbana se aproxima da ideia de “urbanidade como a qualidade essencial do espaço urbano” (OLIVA, FONSECA, 2011) e de uma de vida pública rica.

O artigo busca investigar como a vitalidade urbana é abordada pelas legislações urbanas de cidades médias brasileiras, a partir do estudo de caso três cidades, identificando se estas leis incorporam aspectos incentivadores da vida pública e analisando comparativamente os padrões espaciais resultantes dos instrumentos de controle urbano em áreas de centralidade. Para isso, propõem-se uma leitura sistêmica dos planos diretores e leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de verificar se a atuação do poder público, enquanto agente produtor direto e indireto dos espaços livres públicos, define aspectos e ações concretas para a produção de “espaços públicos vivos e bem utilizados” (JACOBS, 2011, p. 153).

Esta análise é focada no recorte das áreas de centralidade das cidades de Maringá - Paraná, São José dos Campos – São Paulo e Uberlândia – Minas Gerais, que se caracterizam como centros urbanos de referência no interior dos respectivos Estados, apresentando alta concentração de atividades e influência intermediária em termos regionais na rede brasileira (IBGE, 2020). A eleição das cidades médias, como recorte da pesquisa, parte da importância exercida por essa categoria na rede urbana nacional tendo em vista seu papel articulador entre os centros locais de menor hierarquia e as metrópoles. Também se relaciona as potencialidades de qualificação do sistema de espaços livres e das políticas públicas desse grupo de cidades que possuem processos de produção do espaço com dinâmicas menos complexas que as observados nas metrópoles, mas ainda suficientemente embutidas da urbanidade necessária para discussão do tema. Portanto, o estudo da legislação urbanística desse grupo de cidades possibilita a ampliação da compreensão sobre o quadro nacional da política urbana e permite a comparação entre algumas dessas especificidades de processos locais.

A fim de confrontar o discurso legal com a prática construída, utiliza-se a base de dados georreferenciada e os estudos sobre forma urbana desenvolvidos, desde 2007, pelo do Laboratório de Pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (QUAPÁ – FAU USP), em especial o mapeamento dos espaços livres públicos e da volumetria construída, recuos e arborização intraquadra (MACEDO, 2018). A análise se dá a partir de técnicas de geoprocessamento, aliando a produção

cartográfica do QUAPÁ à fotointerpretação de imagens de satélite de alta resolução e fotografias do *Google Street View*.

Desta forma, procura-se compreender a lógica dos processos que produzem a forma urbana e influenciam diretamente a qualidade da vida pública dos espaços livres públicos, permitindo a extrapolação do resultado para o contexto nacional de cidades médias brasileiras.

Palavras-chave: Vida pública. Urbanidade. Espaço livre público. Plano diretor. Cidades médias.

Referências

- Jacobs J (2011) *Morte e vida de grandes cidades*. 3ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) *Regiões de influência das cidades: 2018*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IBGE, Rio de Janeiro.
- Queiroga, E. F. (2012) *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP, São Paulo.
- Macedo S (2012) *Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010*. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), São Paulo.
- Macedo S (2018) *Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), São Paulo.
- Oliva J, Fonseca F (2011) Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: o caso da metrópole de São Paulo. *Revista Geografia e Pesquisa*, 5(2), 11-38.

“Estas conclusões sugerem que, ao simplesmente se alterar a aparência e estrutura física dos 3 primeiros metros de uma fachada, é possível exercer um tremendo impacto na forma como a cidade é usada. Não apenas porque as pessoas estão mais disponíveis para andar a pé num ambiente urbano com fachadas abertas e vividas, como também porque a forma como se comportam em tais sítios se altera. Elas param, olham em volta; absorvem a sua envolvente num agradável estado de afecto positivo e com um sistema nervoso atento e desperto. Por causa deste tipo de influência, estas pessoas querem de facto estar ali.”

Collin Ellard in *Places of the Heart*

Abstracts

Tema 2: Equipamentos colectivos forma urbana

Tema 2: Equipamentos Colectivos e Forma Urbana

Os equipamentos colectivos desempenham um papel determinante na organização e forma da cidade. Constituem referências na imagem dos lugares urbanos onde se inserem e, desejavelmente transmitem memórias, criam laços sociais, valorizam a comunidade local e reforçam a identidade urbana colectiva. Outras vezes, porém, afirmam-se como rupturas no tecido urbano, desconectando a envolvente face à sua escala e oferecendo à rua fachadas cegas e monótonas, que parecem ampliar a distância entre dois pontos e desincentivam o andar a pé.

A importância da sua centralidade (topológica, funcional e simbólica) no tecido urbano assegura as necessárias relações de complementaridade e de articulação, quer entre os distintos equipamentos (educativos, de saúde, culturais, recreativos, desportivos, de consumo, etc.) quer com os espaços de habitar, e permite a sua integração a diferentes escalas de aproximação – da cidade ao bairro.

O tema EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E FORMA URBANA pretende analisar a relação estabelecida entre os equipamentos colectivos e a forma urbana, discutindo, entre outras as seguintes questões: de que modo os equipamentos colectivos contribuem para o desenvolvimento de novas formas urbanas e urbanidades? de que modo reforçam identidades locais, promovem a interacção social e contribuem para a valorização do espaço público? ou, pelo contrário, se impõem como fachadas maioritariamente impermeáveis que desincentivam a vivência urbana? qual o seu papel para a definição da identidade urbana da cidade tradicional, da cidade moderna, da cidade contemporânea, de áreas de urbanização difusa e periferias, nos seus múltiplos desafios e exigências? quais as consequências da sua instalação em locais periféricos seguindo lógicas de localização em espaço disponíveis de menor custo e de acessibilidade automóvel?

Alexandra Alegre

Daniela Arnaut

Doação de dotes públicos e a função social da propriedade urbana

Rogério Cardeman, Eduarda Sengès, Fernando Bauler

Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro, Telefone: 55 21 999611615

.cardeman@gmail.com, eduardasenges@gmail.com, fbauler@gmail.com

Para se caminhar na direção de uma cidade mais justa e coletiva é possível que parte das soluções estejam em conceitos e métodos aplicados no planejamento e desenho urbano e seus reflexos sobre a forma urbana no sentido de sua construção social. Muito se discute, no Brasil, sobre a questão da Habitação de Interesse Social (HIS) e onde poderiam ser construídas estas novas habitações dentro das cidades brasileiras. Num primeiro momento, sem muita reflexão, apontamos as áreas centrais das cidades como solução para implantar novos HIS. Mas será que existe somente este caminho? O Planejamento Urbano, para ser mais efetivo, deveria aprofundar o estudo em escalas mais próximas à escala da rua.

Este texto tem como objetivo levantar a quantidade de áreas públicas decorrentes de doação em loteamentos realizados na região da Baixada de Jacarepaguá, região oeste da cidade do Rio de Janeiro. Também aponta um novo olhar sobre a questão da doação e do uso dos lotes públicos, levantando a possibilidade de novos caminhos para a utilização destas áreas. Este trabalho faz parte da pesquisa sobre os lotes públicos de doação na cidade do Rio de Janeiro realizada dentro do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Veiga de Almeida em 2020.

A paisagem urbana das cidades é construída sobre um tabuleiro que são as quadras e lotes que formam o espaço privado dentro de um espaço urbano. Na cidade do Rio de Janeiro a divisão dos lotes e quadras se dá através de projetos de loteamento. A partir da promulgação da Lei de Terras, em 1850, o governo deixou de ser o único a disponibilizar porções do território, e surgiu a figura do proprietário particular, muitas vezes detentor de grandes glebas, que passou a desmembrar seus domínios em lotes menores e mais eficientes (MARX, 1991). Mesmo sem ser um produto, a terra torna-se assim uma peça a ser negociada no jogo do capitalismo, cujo valor passou a variar de acordo com a máxima capacidade de pagamento de seu comprador, ou seja, “o preço da terra e de moradia será determinado pela correlação de forças políticas dos diversos agentes econômicos” (FRIDMAN, 1999, p.233).

Da segunda metade do século XIX até o início do século XX o mercado imobiliário limitava-se basicamente à compra e à venda de lotes. A partir da metade do século XX passa a ser exigido, nos loteamentos, a criação de lotes públicos dentro do conjunto de lotes e ruas projetadas. Na década de 1970 começam a ser exigidos, para grupamentos residenciais, a doação de lotes públicos que atendessem a demanda de escola e outros equipamentos a serem determinados pela Prefeitura. Com a obrigação de doação sem um desenho urbano prévio, fica a cargo dos agentes imobiliários determinarem onde irá se localizar o lote a ser doado. O que resulta é a fragmentação espacial das quadras, pois os lotes doados são posicionados aleatoriamente e quase nunca se conjugam ou se integram. O desenho urbano na cidade do Rio de Janeiro, como um instrumento de planejamento, vem sendo esquecido pelos agentes públicos, queremos resgatar este processo de suma importância para o sistema de planejamento urbano.

A metodologia da pesquisa consiste em analisar todas as plantas de loteamentos da região, objeto da pesquisa, e quantificar sua área total bruta e a área de doação para uso público. Através destes dados será possível criar cenários para uma ocupação, por parte do município, que melhorem as condições de Habitações de Interesse Social em áreas formais. Nas figuras abaixo é possível ver parte do resultado deste levantamento.



Imagem 01) Mapa com o recorte da área de estudo. Fonte: Autores, 2020.



Imagem 02) Gráficos com as áreas totais de doação pesquisadas e uso dos lotes doados. Fonte: Autores, 2020.

Como podemos ver nos gráficos acima foram pesquisados 77 plantas de loteamentos com uma área total de 10.123.782,00 m² em que houveram doação de 9.7% desta área a/para algum tipo de uso público, desta parte 20%, ou seja, aproximadamente 200.000 m² poderiam ser usados para construção de HIS nesta região.

O desenho urbano, embora pontual, apresenta reflexo imediato na forma da cidade. Ao alterar um traçado urbano ou a divisão de grandes lotes em novas quadras e as edificações que surgem segundo novos padrões morfológicos, é possível distinguir a nova forma urbana em relação à anterior. Já em ações vinculadas a planejamento, essas mudanças podem levar muito mais tempo para se concretizar o que, efetivamente torna mais lenta a percepção de mudanças na constituição formal de uma cidade. Dentre os elementos do desenho urbano, cuja função básica é definir a delimitação entre o espaço público e espaço privado, figuram principalmente a quadra e o lote. O resultado das definições de traçado urbano são elementos de grande importância para a constituição morfológica da paisagem urbana e na melhoria social no espaço urbano.

A busca por uma cidade socialmente mais justa não passa somente por um caminho, são diversas ações e agentes que devem trabalhar em conjunto para dar celeridade a este processo. Mas como apresentado neste trabalho, parte da solução está bem próxima e será abordada no desdobramento desta pesquisa. A utilização de lotes públicos para construção de HIS é um caminho mais célere para iniciar a transformação da cidade e amenizar a desigualdade que tanto vemos em discursos, tanto políticos como na própria academia. O tempo para melhorar a justiça social urbana deve ser mais célere.

Palavras-chave: Desenho urbano, morfologia urbana, lotes públicos

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FRIDMAN, Fânia. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

MARX, Murillo. Cidade no Brasil. Terra de quem? São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.

VAZ, Lilian Fessler. Modernidade e moradia-habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

O patrimônio ferroviário de Colatina/ES, Brasil, e sua relação com o espaço urbano na contemporaneidade

Aline Silveira, Luana Matos

Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal do Espírito Santo
Avenida Arino Gomes Leal, 1700, Santa Margarida, Colatina, Brasil, Cep: 29700-58

Telefone/fax: 55 27 3723-1509

aline.silveira@ifes.edu.br / luanamoutinho@gmail.com

A cidade de Colatina está localizada no noroeste do estado do Espírito Santo, Brasil, a 135 km da capital Vitória. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o município em questão possui uma população estimada de 123.400 pessoas, e tem sua economia voltada para o cultivo do café, a indústria têxtil, comércio e prestações de serviços, como saúde e educação. Historicamente, devido à sua localização às margens do rio Doce e a forte influência da imigração europeia, o município prosperou economicamente, sendo emancipado em 1921. Entretanto, foi a partir do ano de 1906, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que esse desenvolvimento econômico começou a se consolidar, pois além da conexão com a capital do estado, Vitória, agora também havia a ligação com o estado de Minas Gerais, logo, os trilhos facilitaram o escoamento de mercadorias e o transporte de pessoas (ALBANI, 2012). Esse desenvolvimento, motivado pela ferrovia influenciou fortemente a morfologia urbana e a paisagem do centro da cidade, pois além dos trilhos surgiram obras significativas como a Estação de trem, o antigo terminal de cargas e a Ponte Agenor Alves, que até hoje fazem parte da cidade e apesar de não serem protegidas pela municipalidade e pelo Estado, podem ser consideradas como patrimônio histórico da cidade. Além disso, a principal avenida do centro da cidade, era cortada pelos trilhos da ferrovia até a década de 1970, gerando o desenvolvimento do comércio, que se mantém até os dias de hoje. Segundo Teixeira (1974), o crescimento urbano de Colatina foi desordenado e sem planejamento urbanístico, fato baseado nas diversas mudanças ocorridas, em razão da estrada de ferro que cortava o centro da cidade. Atualmente, as edificações provenientes da EFVM, formam um conjunto ferroviário onde a localidade em que estão inseridas se tornou um espaço de uso público, resultante de diversas transformações urbanas ao longo do tempo. O tema patrimônio cultural ferroviário vem sendo discutido e impulsionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) diante da sua atuação no cumprimento da preservação do Patrimônio Cultural do Brasil, pois o contexto industrial ferroviário trouxe para a sociedade brasileira grandes influências espaciais e

socioculturais como o desenvolvimento de cidades, o efeito na paisagem e impactos físicos, sociais e culturais (CAVALCANTI NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2012). Entende-se que Colatina detém fortemente essas referências, pelo seu histórico e pela sua conformação urbana determinada em torno da ferrovia. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto entre o conjunto ferroviário e a evolução urbana da cidade e discutir a atual situação dessas edificações junto ao entorno em que elas estão inseridas, tendo em consideração o processo de ocupação e transformação da paisagem urbana. Partindo dessa premissa, fez-se um recorte territorial do espaço urbano ligado ao conjunto ferroviário, depois um estudo temporal entre o início do século XX até a contemporaneidade, investigou-se como se deu o desenvolvimento urbano diante da inserção da ferrovia no município e as características do seu entorno. Com isso, foi possível observar as atuais características do espaço público no entorno do conjunto e as interferências que esse espaço urbano ocasiona nas relações de consciência patrimonial, na preservação dos elementos edificados, formas de uso e apropriação, na identidade e na paisagem. Portanto, através de conceitos como a conservação integrada e antropologia urbana, observa-se que discutir o contexto urbano em que o patrimônio se inclui é imprescindível na busca pela valorização social, material, cultural e econômica, tornando possível compreender a correlação entre a forma da cidade e o nascimento de novas propostas urbanas oriundas de fatores históricos e de elementos construídos.

Palavras-chave: Colatina, patrimônio ferroviário, espaço urbano.

Referências

- Albani V (2012) Trajetória do crescimento da cidade de Colatina, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Cavalcanti Neto J. R, Gibertoni Carneiro F, Giannecchini A. C (2012) Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 6^o Colóquio Latino-Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial, São Paulo.
- Teixeira F (1974) Colatina ontem e hoje, Edição promovida pela Prefeitura Municipal de Colatina e Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Colatina.

Territórios Educativos na Cidade do Rio de Janeiro:
Linhas de fuga para reinvenção da Escola e da Cidade com as crianças
Mariana Pereira

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Univ. Federal do Rio de Janeiro
Av. Pedro Calmon 550 – Cidade Universitária – Rio de Janeiro/RJ, Telefone/fax: 55 21 991642452
mariana.coviello@fau.ufrj.br

A escola, enquanto equipamento coletivo de grande influência na organização, forma e leitura das cidades, precisou delimitar novas perspectivas frente as atuais dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital. A essência da educação, como parte fundamental da construção normativa da infância, rompeu com o engendramento das subjetividades junto ao currículo, rotina e espaços vigiados intramuros, invalidando a potência da escola como laboratório de existência e resistência das crianças em seus territórios. No contexto do município do Rio de Janeiro, a construção das edificações escolares da rede municipal apoiam-se em projetos modulares padronizados, “carimbados” em terrenos frequentemente inadequados – ou até mesmo implantadas em praças e espaços públicos da cidade – e concentrados apenas no seu interior, rompendo com as dinâmicas e singularidades presentes em cada contexto cultural e socioespacial do seu entorno. É para este hiato de relações entre o intramuros da escola e o extramuros da cidade que o conceito de Território Educativo se atenta, pela ideia-motriz de reconhecimento da cidade como empiricamente educativa, estimulando o desenvolvimento integral das crianças; na tentativa de se apropriar de potencialidades criativas, identitárias e inesperadas encontradas nos seus lugares de vivência, para além da lógica institucional de aprendizagem. Na medida que o currículo escapa para a cidade (Bonafé, 2006), pulam-se os muros – físicos e abstratos – da escola para formalização de um “lugar-ponte” como “resultado do processo de reinvenção das formas, tempos e espaços de atuação da escola” (Moll, 2008). Nesse sentido, é certo que diante da imprevisibilidade que assola o cenário mundial, por causa da pandemia da Covid-19, os desafios espaço-temporais na educação formal levaram as infâncias a encontrar brechas para continuar vivendo criativamente nesse tempo de pausa. Enclausurados (em casa e em clouds), a revolução concedida a era digital vem transformando as realidades socioespaciais, e nesse movimento, a escola foi transferida em corpo e matéria para os ambientes internos da residência, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e vivências urbanas. Estas relações, agora de perto e de dentro da tela, trazem como reflexo

um novo e privilegiado imaginário de corpo, que se articula no paradoxo da presença em diversas geografias, ainda que ausente da sinestesia *in loco*. Isto rebate na prerrogativa do mundo virtual como um espaço sem fronteiras, uma vez que exclui os povos em estado de vulnerabilidade, pela falta de acesso a tais tecnologias. Talvez esse seja o momento exato para olharmos todas essas hesitações, e assim, delinear linhas de fuga e possibilidades outras, reinventando um novo paradigma socioespacial de Escola e Cidade. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo gerar reflexões sobre a importância dos Territórios Educativos para a afirmação das crianças como co-autoras e co-construtoras dos seus lugares de afeto e resistência, a partir de dinâmicas participativas que deem prioridade à interlocução. A articulação entre criança-escola-cidade acontece numa abordagem transversal, capaz de responder aos desafios de criar lugares comprometidos com a valorização e a promoção do desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas. Para tanto, foi atribuído como metodologia investigativa, a análise tipo-morfológica, em uma leitura objetiva dos elementos físicos e urbanos do território no entorno de duas Escolas municipais de Ensino Fundamental, localizadas no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A escolha do estudo de caso tem como origem a pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, com foco em territórios em expansão que não atendem as demandas básicas de infraestrutura, incitando provocações sobre o outro lado da “Cidade Maravilhosa”. Num segundo momento foi abordado o espaço sensível da criança na cidade – no recorte temporal anterior às práticas de isolamento social – a partir de relatos produzidos para a atividade Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro, com foco no trajeto cotidiano da moradia até a edificação escolar. O conjunto de categorias de análise objetivas e subjetivas, fornece uma leitura expressiva do território, destacando a capacidade de resiliência e adaptação das infâncias, ao transformar espaços que não foram pensados/projetados para elas. Os primeiros resultados permitem identificar a criança como sujeito ativo, produtora de uma ótica simbólica própria, lúdica e crítica sobre a forma urbana e suas urbanidades, podendo com isso, fornecer subsídios para elaboração e revisão de políticas públicas que valorizem a participação social e o protagonismo da infância nas decisões sobre a cidade. Por fim, compreende-se que o debate sobre a dimensão política e poética dos Territórios Educativos serve como multiplicador de ideias, que em algum sentido ajudem a delinear a reinvenção da escola no mesmo movimento que buscamos reinventar a

cidade (AZEVEDO et al. 2016, p.12). Na fragilidade de viver a pandemia, a valorização da escola como equipamento social irradiador de práticas educativas no território, é a chave que faltava para mobilizar a energia criativa em novos formatos de participação, envolvendo todos os agentes, identidades locais e centralidades educativas, ressensibilizando a rede pelas micropolíticas do cotidiano.

Palavras-chave: Territórios Educativos; Infância; Processos Participativos; Escola; Cidade.

Referências

- Azevedo, G, Tângari, V, Rheingantz, P (2016) Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. Rio Books, Rio de Janeiro.
- Bonafé, J (2006) Na escola, o futuro já não é o passado, ou é. Novos currículos, novos materiais. In: A Zabala et al (eds) *Didática Geral*, Penso, Porto Alegre.
- Moll, J (2008) La ciudad y sus caminos educativos: escuela, calle e itinerarios juveniles. In: E Bosch (Org) *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*. Barcelona, Santillana, 217-226.

A cidade como laboratório educativo e articulador de saberes e contextos

Isadora Zardo, Ana Laura Villela, Miguel Gomes Pacheco, Luana Peroza

Piaia, André Carrilho Nucci

Universidade Comunitária da Região de Chapecó Chapecó/SC, Telefone/fax: +55 49 999637947
isadorazardo@unochapeco.edu.br

Cidades educadoras é um movimento iniciado em 1990 na cidade de Barcelona, Espanha. São cidades que além das funções tradicionais (social, política, econômica e prestadora de serviços), assumem também o papel do território como educativo para seus habitantes. O enfoque principal são crianças e jovens, os quais estão iniciando suas aprendizagens, mas envolve toda a sociedade, proporcionando a todos uma formação ao longo da vida.

O movimento apresenta 20 princípios para classificar tipologicamente as cidades como educadoras. Entretanto considera que o potencial educador está em todas as cidades, desde que estas não estejam fechadas para si e que mantenham relações com outros territórios, para constante troca de experiências, a fim de enriquecer a vida dos seus moradores. Atualmente presente em 36 países, a tipologia reúne mais de 482 cidades. A Rede Brasileira de Cidades Educadoras conta com 17 municípios, de 6 estados, hoje coordenada pela cidade de Vitória - Espírito Santo, na região sudeste do país. O programa Mais Educação foi desenvolvido numa colaboração intersetorial, unindo políticas públicas educacionais e sociais, pela portaria interministerial no 17/2007. Trata-se de uma política pública brasileira, na qual o Ministério da Educação visa ampliar a jornada escolar, passando de turno parcial a turno integral, com carga horária mínima de 7 horas diárias. Sendo o principal objetivo a expansão da tarefa de educar para além das escolas, envolvendo famílias e sociedade, visando assim diminuir as desigualdades sociais e valorizar as diversidades culturais. Na reflexão para desconstruir paradigmas, o texto questiona porque, mesmo com todas as mudanças mundanas do ritmo frenético em que a tecnologia avança e a rápida evolução social, se continua a pensar o espaço e o tempo da escola como decidido em algum momento passado, num contexto diferente do que se vive atualmente. Territórios educativos tratam do lugar-escola e do lugar-cidade: as escolas não têm espaços suficientes e/ou apropriados para aplicar a educação integral, descortinando assim, a cidade como possível extensão das áreas das escolas e para a aplicação do programa Mais Educação. Entretanto, as cidades não tem se mostrado preparadas para acolher as crianças e adolescentes. Neste contexto, o trabalho se apresenta como um novo pensar para os espaços, tanto das escolas, como os espaços

livres das cidades, esboçando sua aplicação tanto em termos de planejando dos espaços para a educação integral quanto da espacialização do desenho de uma Cidade Educadora. O local utilizado para tal confluência é Chapecó - Cidade média localizada no interior do estado de Santa Catarina/Brasil, com 220 mil habitantes (IBGE, 2019), onde 42 mil são crianças de 0 a 14 anos, as quais segundo Legislação Federal no 12.796/2013 devem obrigatoriamente ter acesso a educação básica a partir dos 4 anos, sendo este direito nato e fornecido pelo Estado de modo gratuito. Olhando para a cidade, as praças e parques, locais existentes e por vezes subutilizados, apresentam-se como espaços potenciais para transformação da cidade. São espaços livres por onde as pessoas passam diariamente durante seus trajetos (MACEDO, 1993), fazendo parte do cotidiano da sociedade. Parte-se do reconhecimento dos espaços ocupados e de oportunidades, os quais para além de seu sentido de território vislumbram sua conexão educadora e articuladora de saberes e contextos. A essência da proposta dos territórios educativos está em unir escolas e sociedade, pois os conhecimentos adquiridos fora da escola possuem tanta importância no aprendizado e desenvolvimento dos seres humanos quanto os transmitidos dentro dela. A proposta de projeto de transformação da cidade em laboratório educativo prevê a ocupação e conexão desses espaços (praças e parques) entre si e com as escolas, procurando potencializar os saberes existentes e tornar a cidade rotineiramente interessante e educativa.

Palavras-chave: Cidade educadora, território educativo, espaços livres, Chapecó.

Referências

- BRUM, Juliana; HORNOS, Carol. Territórios Educativos – A Criança e a Cidade. 2017. Disponível em: <<http://cidadedasartes.rio.rj.gov.br/programacao/interna/821>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- CASTELLO, Iara Regina. Equipamentos Urbanos, Grupos Hierárquicos, Parâmetros de Localização e Características Gerais. 2013.
- DESCONHECIDO, Autor. Escolas pública e particulares de Chapecó/SC. 2018. Disponível em: <<http://www.escolas.inf.br/sc/chapeco>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Territórios Educativos para Educação Integral. 2017. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.
- LOPES, Marina. O diálogo entre arquitetura, escola e cidade. 2015. Disponível em: <<http://porvir.org/dialogo-entre-arquitetura-escola-cidade/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, urbanização e litoral: do eden à cidade. 1993. 207f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- MORIGI, Valter. Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016. 197 p.
- O que é uma Cidade Educadora? 2018. Disponível em: <<https://cidadeseducadoras.org.br/conceito/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

A relação entre os aspectos morfológicos e as apropriações dos espaços livres públicos e coletivos na habitação social

Carmem Procópio; Silvia Pina

Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas

Rua Saturnino de Brito, 224, Telefone/fax: +55 (19) 3521-2307

c211183@dac.unicamp.br; smikami@fec.unicamp.br;

O processo de construção dos espaços urbanos é influenciado por fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais que se inter-relacionam diretamente com os aspectos morfológicos desses territórios. Em São Paulo, a presença da autoconstrução, a busca por terras urbanas baratas e o emprego de técnicas construtivas acessíveis nas áreas habitacionais populares são soluções econômicas de subsistência. Essas soluções são resultado de uma sociedade com grande desigualdade social. Resulta ainda de um cenário onde o solo urbano é cada vez mais determinado pelo seu valor monetário. Visando a mercantilização imobiliária alguns agentes produtores do espaço urbano maximizam o preço dos terrenos urbanos com melhores condições topográficas e com melhor infraestrutura urbana por meio de estratégias de especulação urbana (VALLADARES, 1978; VILLAÇA, 1998). Não é de se estranhar que as áreas habitacionais sociais ocupam as periferias mais desvalorizadas, cuja solução técnica geralmente é mais onerosa. São terrenos declivosos ou próximos a corpos hídricos, que legalmente não poderiam ser ocupados. Assim, as áreas habitacionais das camadas sociais populares caracterizam-se pela alta densidade construtiva em razão do alto custo da terra urbana, resultando parcelas pequenas, com raros espaços livres públicos. Este artigo apresenta um estudo das características morfológicas de espaços livres em áreas habitacionais sociais e sua apropriação à luz de parâmetros humanizadores. Ao percorrer a trajetória das políticas públicas para habitação, se identifica duas vertentes de atuação. A primeira, caracteriza-se pela construção de novos conjuntos habitacionais, como a política pública administrada pelo Banco Nacional de Habitação (1965 até 1985) e o Programa Minha Casa Minha Vida (2009), ainda vigente. São diversos os casos que esta vertente política produziu bairros populares inóspitos em razão da sua monofuncionalidade, da pouca diversidade de tipos edifícios, predominando o bloco isolado, e de espaços públicos pouco acolhedores para a escala humana. A segunda vertente, procura intervir nas áreas habitacionais populares existentes com a intenção de assegurar sua regularização legal, qualificar seus espaços urbanos e, embora menos frequente, realizar melhorias nas edificações existentes. Nessa vertente, as escalas de intervenção são diversas, de pequenos

cortiços a grandes favelas. Nas escalas grandes e intermediárias os desafios são múltiplos, sendo frequentes os consensos e dissensos quanto à forma de intervenção. Da reconstrução total dessas áreas habitacionais até a intervenção pontual, observa-se a recorrência da concepção arquitetônica e urbanística que desconsidera a integração com o espaço urbano e as dinâmicas preexistentes, reformulando áreas urbanas monofuncionais e espaços públicos sem escala humana. No caso específico do município de São Paulo, a análise desta trajetória permite identificar alguns períodos com maior riqueza de padrões morfológicos ou tipos edilícios, como aquela vigente entre 1989 e 1992. Esta desenvolveu habitações coletivas em localidades com melhor inserção urbana, cujo edifício às vezes é contínuo ou mais próximo do domínio público e retomou a construção de vilas habitacionais, com sobrados ou casas sobrepostas do tipo geminado. Em período mais recente, fruto das políticas habitacionais entre 2001 e 2012, também é possível identificar algumas intervenções, como por exemplo o conjunto de edifícios habitacionais da gleba G em Heliópolis e as habitações coletivas no Jardim Nazaré, cuja produção habitacional é morfologicamente diferente do padrão que tem predominado. Nesses dois casos, os espaços livres públicos e coletivos fazem parte do cotidiano de seus moradores, principalmente nos momentos de descanso dos adultos e nas brincadeiras dos mais jovens. Foi registrada observação das apropriações nos espaços livres destas duas áreas habitacionais. Para a sistematização da análise foram selecionados critérios que permitem investigar a relação edifício-ser humano, como o desenho na altura dos olhos (GARCÍA-PÉREZ *et al*, 2018; GEHL, 2015), os conceitos versatilidade e aprazibilidade (BRANDÃO, 2002; BENTLEY *et al*, 1985) e os parâmetros de conectividade, legibilidade e sustentabilidade social (BARROS, 2008). Também foram selecionados critérios para análise da relação rua-edifício e edifício-parcela, como por exemplo a densidade construtiva (GARCÍA-PÉREZ *et al*, 2018) e a categorização do tipo edilício em função da posição do edifício na parcela (KRETZER, 2018) com a consequente configuração do espaço livre. Como resultado, são identificadas características da forma urbana nos casos analisados apontadas pela literatura como relevantes para as práticas sociais e para o incentivo da permanência dos habitantes nos espaços livres públicos e coletivos, contribuindo no processo de concepção arquitetônica e urbanística das áreas habitacionais, no estudo da vitalidade e obsolescência dos espaços livres e na caracterização identitária de áreas habitacionais periféricas.

Palavras-chave: Habitação Social; Morfologia urbana; Espaços livres; Apropriações; Humanização.

Referências

- Barros R (2008) *Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto*. (Tese) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Bentley I, Alcock A, Murrain P, McGlynn S, Smith G (1985) *Responsive environments*, Architectural Press, Oxford.
- Brandão P (2002) *O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*, Centro Português de Design, Lisboa.
- García-pérez S, Oliveira V, Javier M, Medina C, (2018) Diagnóstico integral de los espacios intermedios de polígonos de vivienda masiva desde la morfología urbana: planteamiento metodológico, *Ciudad y Formas Urbanas: Teoría, historia urbana y metodologías urbanísticas v1*, 145-56.
- Gehl J (2015) *Cidades para pessoas*, Perspectiva, São Paulo.
- Kretzer, G, (2018) *Diversidade de usos e tipos edilícios: dinâmicas locais em Florianópolis*. (Dissertação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Valladares L (1978) *Passa-se uma casa*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Villaça F (1998) *Espaço intraurbano no Brasil*, FAPESP, São Paulo.

Patrimônio e paisagem: ensaio topoceptivo sobre os impactos morfológicos da implantação do Shopping Center no centro antigo da cidade de Maranguape, Ceará.

Ana Vasconcelos, Inês Alves, João Alves, Maria Medeiros

Universidade de Fortaleza

Av. Washington Soares, 1321, Telefone/fax: +55 85 3477 3000 anaceciliavas@unifor.br, inaemaciel@gmail.com,
jvalves@edu.unifor.br, mariapaulaarcanjo@edu.unifor.br

O presente trabalho consiste em um estudo topoceptivo das novas dinâmicas urbanas e sociais no centro histórico da cidade de Maranguape, um município de cerca de 60 mil habitantes localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. O sítio escolhido é retrato de uma realidade comum à maior parte dos municípios brasileiros de pequeno à médio porte, característico pela resistência à preservação da morfologia urbana frente às novas configurações espaciais e econômicas enfrentadas a partir da conjuntura sócio-política desde 2005 que, segundo Rolnik e Klink (2011), estão em concomitância com o processo de disseminação da cultura dos Shoppings Centers. Maranguape, enquanto município integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), apresenta um expressivo crescimento populacional urbano (IBGE) e um fluxo diário de pessoas, mercadorias e informações, que gerou um expressivo crescimento econômico nos municípios da RMF, especialmente com a chegada de indústrias e universidades. Nesse novo cenário, foi implantado um empreendimento de grande porte no núcleo histórico do município, no terreno que antes abrigava a Maternidade Professor Olinto Oliveira, a primeira do interior do Estado do Ceará, construída no ano de 1944, posteriormente ampliada e reformada para atender o Hospital Maternidade Dr. Almir Pinto. O Maranguape Shopping Mall, foi inaugurado no ano de 2015, em um movimento de intensificação das atividades comerciais na área, trazendo o conceito de multimarcas nacionais e transnacionais. A pesquisa adotada para a escrita deste artigo consistiu em duas fases, que correspondem à visita técnica ao Centro de Maranguape e, posteriormente, à análise dos impactos morfológicos do shopping center à luz da legislação e tomando por referência Kohlsdorf (1996) nos estudos dos parâmetros de orientabilidade e identificabilidade na percepção topoceptiva. Dessa forma, a pesquisa concentrou-se na análise da transformação que esse empreendimento de grande porte causou na vida cotidiana, nas interferências visuais e da apropriação dos usuários e moradores no Centro e no entorno. Em um processo de leitura da paisagem urbana em que o novo shopping center se inseriu, Magalhães (2001) disserta que a paisagem urbana é formada pela sobreposição

de informações, onde o ambiente construído é dotado de significados e impregnado de emoções oriundas da história e vivência das pessoas. O centro da cidade de Maranguape, por sua vez, possui uma paisagem marcada por edificações antigas, a maior parte recuperada e tombada como patrimônio público, que se misturam às novas tipologias. O município de Maranguape possui noventa e três bens tombados como patrimônio histórico em nível municipal, sendo boa parte deles sobrados localizados no centro antigo. Ademais, destaca-se na paisagem natural a Serra de Maranguape, que circunda o município. O Maranguape Shopping Center está inserido na Zona de Comércio, que tem como objetivo fomentar o agrupamento de negócios associado a um retorno da moradia na zona central, destaca-se com o seu gabarito maior que o entorno imediato e caráter de pólo gerador de viagens, fere a ambiência histórica desses monumentos. Dessa forma, a principal justificativa para essa obra vem da conformidade com os parâmetros das Normas de Quito (1967), que ressaltam a importância de gerenciar o patrimônio a partir das necessidades econômicas, incorporando um potencial de geração de riqueza (NORMAS, 1967). A implantação do Maranguape Shopping Mall além de acarretar impactos econômicos para cidade, ocasionou também alterações na dinâmica social da população, uma vez que o shopping é também um equipamento de lazer e descontração, inovando o modo de vida da população local. Ademais, por possuir um gabarito superior em relação às edificações da cidade e dispor de uma arquitetura tipologicamente distinta do seu entorno, faz com que ele se torne um marco na paisagem, o que atrai usuários para o equipamento, porém ocasiona uma ruptura brusca na ambiência do Centro Histórico e na sua paisagem.

Palavras-chaves: Preservação do Patrimônio, Paisagem Cultural, Morfologia Urbana

Referências

KOHLSDORF, M. E.. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora da UNB, 1996. 253 p.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. A arquitectura paisagista: morfologia e complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. MARANGUAPE. Lei N°1.550/2000, de 26 de Maio de 2017.

NORMAS, DE QUITO. Reunião sobre Conservação e utilização de Monumentos e Lugares de interesse Histórico e Artístico. Quito: Organização dos Estados Americanos-OEA, Nov/dez de, 1967.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

El emplazamiento de un equipamiento metropolitano: el caso de la ampliación del complejo hospitalario de A Coruña.

Cándido López, María Carreiro

Grupo de investigación GAUS, ETS Arquitectura, Universidade da Coruña
C/ Posse nº 55, 5º B, A Coruña 15009. Teléfono: 00 34 981130909
candido.lopez@udc.es

En el siglo XIX, los higienistas se plantearon la creación de entornos ‘verdes’ para mejorar la salud física y mental de la ciudadanía. Con este fin, impulsaron tanto el proyecto de ‘nuevos’ parques urbanos, como la incorporación de vegetación al entorno edificado existente. Una actitud que influyó decisivamente en la edificación hospitalaria del primer tercio del siglo XX. Esta adoptó como tipo, el agregado de pabellones exentos destinados a pacientes y servicios médicos. Entre otros, caben citar el hospital Grange-Blanche (actual Édouard Herriot) de Lyon, proyectado por Tony Garnier; el hospital de Sant Pau y la Santa Creu de Barcelona, ideado por Lluís Domènech i Montaner; o el Zonnestraal, de Hilversum, obra de Duiker y Bijvoet.

Superados los principios higienistas, los enfoques teóricos aplicados a este tipo de intervenciones han ido variando. Encontraron en el taylorismo y la economía de escala la respuesta al alto coste de las instalaciones y de los equipos médico-quirúrgicos. Conforme a ello, y en la búsqueda de la mayor eficiencia económica, sanitaria y social, se optó por la concentración de servicios en un edificio. Siguiendo este argumentario, a principios de los años 70 se inauguró en el Término Municipal de A Coruña el actual Complejo Hospitalario Universitario de A Coruña -CHUAC-, en el lugar de Eirís. Una ubicación en la periferia de la ciudad consolidada que semeja responder, en plena etapa de crecimiento económico, a circunstancias sobrevenidas.

En el último año se ha explorado la idea de ampliar el hospital, o en su defecto, de construir uno nuevo. Una ampliación que, evidentemente, se desarrollaría alrededor del actual edificio, en la zona de Eirís. Mientras un complejo totalmente ex novo se ubicaría, o al menos así ha trascendido a la opinión pública, en el recinto de la antigua Fábrica de Armas, en una zona denominada Pedralonga. Finalmente, los responsables técnicos y políticos han optado por

plantear la ampliación del actual hospital, con una inversión programada de 395 millones de euros.

Una decisión cuestionable, tal como veremos, motivada en principio tanto por las propias características del emplazamiento, como por las necesidades de amplitud espacial que la pandemia provocada por la COVID ha puesto de manifiesto. Es, además, innegable la existencia de otros lugares de oportunidad, ámbitos claramente identificados, bien del T.M. de A Coruña, bien de los términos municipales adyacentes que merecen ser tenidos en cuenta.

Por otra parte, se recurre, como marco referencial para cuestionar esta nueva intervención a las decisiones tomadas sobre otros equipamientos urbanos singulares, ideados o construidos en las últimas décadas. En ocasiones, unas determinaciones poco acertadas tanto desde la perspectiva urbana, como desde la socio-económica. En esta tesitura, y considerando la importancia de este equipamiento sanitario para los habitantes, parece necesario realizar un análisis y diagnóstico del lugar elegido por los responsables públicos, tanto municipales como autonómicos, para materializarlo. Para ello, se establecen seis aspectos de análisis: el demográfico-social, la movilidad, el biofílico, el tecnológico-sanitario, el paisajístico, y el normativo.

En el primero, se aborda la equiparación del equipamiento con una infraestructura de la vida cotidiana que afecta a un elevado número de personas, tanto del ámbito metropolitano como autonómico. El segundo atiende a la accesibilidad al centro sanitario mediante los medios de transporte actuales y los previstos en futuro inmediato. El tercero aborda la introducción terapéutica de la naturaleza, un componente imprescindible para el tratamiento físico o mental de los pacientes, y el desempeño del personal laboral. El cuarto incorpora la tecnología aplicada a los cuidados administrados a los enfermos, con el desarrollo de herramientas que suponen una mutación del diseño de las instalaciones sanitarias. El quinto, el impacto paisajístico provocado por la escala de intervención, confrontada con la del contorno natural y construido, de carácter doméstico fundamentalmente. Y, por último, el sexto aborda la estrategia contemplada por la administración local en el Plan General de

Ordenación Municipal vigente, y por la administración autonómica responsable en las Directrices de Ordenación Territorial, para otras operaciones urbanísticas de amplio alcance -muelles de Batería y Calvo Sotelo, estación intermodal y ciudad de las TIC-.

Un análisis del emplazamiento elegido para la intervención que nos permitirá establecer los atributos del lugar, y valorar su idoneidad para acoger la ampliación de un equipamiento de alcance metropolitano. Una decisión que requiere, al menos, ser abordada desde un enfoque urbanístico, como una proyección de futuro, que condicionará el uso e imagen de un área del territorio durante, al menos, los próximos cincuenta años.

Palabras clave: complejo hospitalario, emplazamiento, equipamiento metropolitano.

Circuito Zona Verde: em busca do resgate da vida coletiva do bairro

Rafael Cardona, Anicoli Romanini

Escola de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional IMED

Porto Alegre/RS Telefone/fax: 0 55 51 40615622

rafaelcardona@outlook.com.br - anicoliromanini@yahoo.com.br

As restrições de circulações impostas pela COVID-19 promoveram alterações nos meios de acesso aos serviços básicos essenciais pela população, como o deslocamento até um supermercado, a uma farmácia, padaria, ou mesmo, a um equipamento coletivo de educação, saúde ou a um espaço aberto, uma praça pública, um parque. Por isso, novas propostas de planejar uma “cidade de quinze minutos” tema sugerido pelo urbanista Carlos Moreno, professor da universidade de Sorbonne, para ser aplicado na cidade de Paris, resgata um assunto há muito tempo discutido, desde a definição das unidades de vizinhanças, e que tomaram, atualmente, proporções ainda maiores com o impacto da pandemia.

É preciso aproximar as pessoas dos serviços básicos essenciais a sua sobrevivência, bem como aos seus locais de trabalho. Então, agora, muito mais do que antes, incentivos ao uso misto, redução das distâncias e da necessidade do uso do automóvel, promoção de novos modais de circulação e interação entre as pessoas, distribuição adequada de equipamentos públicos coletivos que atendam a comunidade local e resgatem o contato com a natureza, são pontos importantes que devem ser considerados no planejamento urbano.

A proposta apresentada neste artigo iniciou-se com o mapeamento dos pontos de comércios, instituições e equipamentos educacionais e de saúde locais, do bairro Tristeza, localizado na cidade de Porto Alegre – RS – Brasil. O estudo empírico foi aqui estruturado visto o potencial de ser este um bairro de transição na cidade, cuja divisão territorial se dá a partir das duas vias que o dividem. O bairro é cortado por duas vias rápidas e principais, que fazem a ligação da zona sul às demais zonas da cidade. Dentro desse contexto, foi constatado a divisão do bairro em três partes, são três diferentes usos em uma mesma região que não se compreendem, gerando contextos diferenciados de habitação entre eles, e que por si só padecem de fachadas ativas em suas vias secundárias, abandono nas calçadas e desarmonia com a identidade do bairro, seja pela falta de conexão entre essas áreas quanto em relação ao lago Guaíba que o margeia, em uma de suas extremidades.

Na busca da compreensão da relação do bairro com a malha viária, mapeando as oportunidades e locais passíveis de intervenções, a proposta elaborada para a intervenção

urbana, consiste na criação do “Circuito Zona Verde” no bairro. O circuito tem como intuito principal resgatar a conexão e a identidade entre as três porções do bairro, criando calçadas com valorização nas fachadas, implantação de parklets em regiões comerciais e praças de alimentação, espaços de lazer e de cultura.

O foco da intervenção se dá no conectivo entre habitantes do espaço e suas calçadas, ruas e visitantes que nelas circulam. O bairro, por ser instrumento de transição para demais localidades que o circundam, gera um grande fluxo concentrado nas vias que o cortam, fazendo com que a sensação de segurança aumente nessa região e ocasionando por outro lado, pouca circulação nas áreas mais afastadas a estas. Uma vez que se crie um circuito que compreenda o uso geral do bairro, introduzindo usuários a integrarem o projeto e criando novos usos, incentiva-se a utilização dos passeios. O espaço deve adequar-se ao uso permanente e transitório, considerando que se recebe uma alta demanda de visitantes ao longo do dia. Explorar atividades econômicas, sociais, culturais e esportivas, geram novas dinâmicas para o lugar, uma vez que estes espaços de uso coletivo são pensados e criados de forma associadas.

O conceito aplicado por Jan Gehl (2013) para devolver a cidade para as pessoas, fundamentou o pensamento de criar o circuito para incentivar as pessoas a circularem dentro do bairro, caminhando e pedalando, promovendo ainda melhorias que reflitam na vizinhança do bairro.

Dois pontos importantes para o projeto foram a implementação do circuito de dois mirantes para o lago Guaíba, que criam a conexão dos moradores e visitantes com a natureza exclusiva que o lago traz para a região. Para maior aderência ao projeto, o guia do circuito prevê a parceria de empresas para criar um roteiro de experiências a partir das estruturas oferecidas no bairro. A implementação do circuito se dá pela sua própria característica ao longo do seu trajeto com a padronização dos materiais, comunicação e design, priorizando o pedestre e o ciclista. Ao realizar o percurso, as experiências de uso são distintas, com possibilidades gastronômicas, de lazer, compras e serviços que serão adequados a partir das parcerias com o comércio local para integração ao projeto, somados ao próprio sentimento de pertencimento e sensação de segurança que resulta ao estar em contato com fachadas ativas. Buscou-se enfim, devolver a cidade para as pessoas, criando conexões e interações entre as porções de territórios segregados pelo sistema viário, resgatando a vida coletiva de

um bairro abundante em áreas verdes e diversas experiências, que somente apenas quem circula a pé ou pedalando, poderão ter.

Palavras-chave: Vida em comunidade, Equipamentos coletivos, Bairros, Cidade para pessoas, Circuito zona verde.

Referências

AMARAL, José Roberto Andrade, ALTAMIRANO, Gilmar, SILVA, Paulo Sérgio. Calçadas Verdes e Acessíveis. A9 Editora, São Paulo, Setembro de 2008.

GEHL, Jan. Cidade Para as Pessoas. Tradução Anitta di Marco, 2ed. São Paulo, Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider. Cavaleiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fintex, 2011.

Cidades Instantâneas: software e hardware para eventos efêmeros.

Eduardo Fernandes

LAB2PT, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho
Campus de Azurém, Guimarães, Telefone: 00 351 919679257
eduardo@arquitectura.uminho.pt

No seu projeto para o *Fun Palace* (1961-67), Cedric Price propõe uma infraestrutura de grande escala que permitiria a realização de um grande número de diferentes atividades públicas nos campos da cultura e do entretenimento. Nesta proposta as condicionantes materiais do edifício (equivalentes ao conceito de *Hardware* no campo da informática) são bastante menos desenvolvidas do que o trabalho sobre o programa, isto é, sobre as diferentes possibilidades da sua utilização (que, do mesmo modo, podemos considerar o *Software* da proposta), que foram trabalhadas em conjunto com Joan Littlewood e uma equipa de 22 especialistas de diferentes áreas (Herdt, 2008).

Esta ideia foi desenvolvida de forma ainda mais radical pelo grupo *Archigram* que, nos seus subsequentes desenhos para o projeto *Instant City* (1968-70), cria uma “cidade” (ou, mais concretamente, um catalisador de urbanidade) que não tem elementos estruturais fixos. O espírito da proposta de Price pode reconhecer-se ainda no conceito arquitetónico do Centro Georges Pompidou (Renzo Piano e Richard Rogers, 1971-77), embora neste caso o desenho do *Hardware* seja uma componente muito importante do projeto.

O equacionamento da possibilidade de existência de uma arquitetura efémera e polivalente relacionada com a duração limitada de um determinado evento não é um exclusivo do século XX: dos acampamentos do exército romano às construções de apoio a feiras e torneios da idade média e aos pavilhões de várias exposições internacionais que se sucedem ao longo do século XIX, encontramos na história da arquitetura ocidental um grande número de estruturas mais ou menos ambiciosas que transformaram um sítio durante um espaço de tempo relativamente limitado, fornecendo o necessário *Hardware* (mais ou menos diáfano) para que pudesse ter lugar um determinado *Software* de interação urbana: política, social, militar, cultural e/ou económica.

Durante os séculos XIX e XX este tipo de eventos ganha uma maior projeção, levando a uma maior aposta na materialização do seu suporte físico. Por razões relacionadas com a racionalidade económica e com novas estratégias de gestão urbana, este tipo de intervenções vai deixar de ser encarado como um investimento cujo retorno é limitado ao

impacto efêmero da ocorrência que o justifica e torna-se uma aposta na criação de identidade de um local, que se vai requalificar com um conjunto de equipamentos e espaços públicos pensados para durar muito para além da duração do certame.

No caso português destaca-se o planeamento da Expo 98, em Lisboa, onde se procurou aprender com o bom exemplo de Barcelona (Jogos Olímpicos de 1992), por oposição à experiência da Exposição Universal de Sevilha, realizada no mesmo ano, que representava um caminho que não se deveria repetir (Portas, 1993); neste vetor negativo poderia ainda ser evocada a experiência da Exposição do Mundo Português de 1940 (Pereira, 2015). O sucesso da Expo 98 parece ser inquestionável, transformando um Não Lugar (Augé, 1992) num Lugar, de forma quase instantânea.

No entanto, no século XXI há uma outra realidade que materializa de forma muito mais direta o conceito de Instant City: os recintos dos chamados “festivais de verão”, que transformam profundamente um espaço durante um curto espaço de tempo, reunindo milhares de pessoas numa *cidade da música* onde não faltam áreas especializadas em comércio, alimentação e diversos programas de lazer, bem como os diferentes recintos necessários à ocorrência de concertos alternados ou simultâneos.

A transformação ocorrida no Parque da Cidade do Porto, durante os três dias de duração do NOS Primavera Sound, por exemplo, é tão profunda que torna difícil o reconhecimento do espaço pré-existente, mesmo para os habituais frequentadores; mas, desmontada esta cidade instantânea, tudo volta a ser como dantes e surge a sensação inversa: para o frequentador do festival, é difícil reconhecer no parque os locais onde ocorreu o evento.

Em função de tudo isto, as principais questões que pretendemos desenvolver neste paper são as seguintes: esta capacidade de transformação efémera do território, própria da *Instant City*, é uma qualidade deste tipo de eventos, que se poderia repetir em espaços e eventos mais tradicionais? Ou, pelo contrário, representa um desperdício de recursos, pelo facto de não existir uma estrutura de base (*Fun Palace*) que possa ser usada noutros eventos e noutros momentos? Entre a *Instant City* e o *Fun Palace* haverá ainda lugar para um meio-termo?

Palavras-chave: Fun Palace, Instant City, Evento

Referências:

Augé M (1992) *Non-Lieux*, Paris, Éditions du Seuil.

Herdt T (2008) Fun Power and Control. The change in the idea of power in the architecture of the information age. The Fun Palace of Cedric Price. 1961-1967, in A K Gelting; Harder, E (eds) *Changes of Paradigms in the Basic Understanding of Architectural Research*, EAAE/ARCC CONFERENCE, COPENHAGEN 2008, pág. 85-93.

Pereira R (2015) *A exposição do Mundo Português '40 e a Expo 98': entre a coincidência e a divergência*. Tese de Mestrado Integrado, Guimarães, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

Portas N (1993) EXPO'98: Os Desafios e as Ideias, in *Os tempos das formas. Vol. II: escritos 1975-2012*. Guimarães, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (p. 193-208).

O impacto positivo das dinâmicas sociais e coletivas no Habitat. O caso de Caselas e o Caselas Futebol Clube

Maria Amélia Cabrita, Teresa Marat-Mendes

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL
Av. das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal, Telefone/fax: 00 351 217903000

mamelia007@gmail.com

teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

Através de um caso de estudo de equipamento coletivo específico, a coletividade existente no Bairro de Caselas em Lisboa, procede-se nesta comunicação a uma análise tipomorfológica, que visa ensaiar um cruzamento de três dimensões específicas: i) a dimensão física e espacial do objeto em análise; ii) as vontades de transformação física expressas e solicitadas pelos moradores do bairro; e iii) as determinações legais que inibiram e/ou permitiram que determinadas transformações viessem a ter lugar.

A análise sistematizada que propomos, a partir de dados de pesquisa de documentos inéditos consultados no arquivo da DGPC do Forte de Sacavém, incide sobre o processo de evolução de um bairro, Caselas, centrando-se, contudo, num edifício de cariz coletivo em particular, construído com a designação de *Centro de Recreio Popular*, atualmente o *Caselas Futebol Clube*. Investiga-se a sequência de ações que ligaram o programa e anteprojetos ao projeto e à construção, com os respetivos protagonistas e as questões que levaram à implantação final do edifício, implicando a alteração significativa de traçado urbano previsto e uma inserção urbana que continua atualmente ajustada. Testemunho também de ponderações de cariz económico, de partido arquitetónico escolhido (e aceite), de instrumentos de controle utilizados, como a *Comissão de Revisão* dos projetos. Trata-se de um equipamento – uma coletividade— que contribuiu, desde o seu início, para a construção da identidade local e da coerência urbana de um bairro com características inerentes à baixa densidade e a uma periferia desde logo assumida, no ideário do regime.

A urbanização geral do Bairro e os projetos das habitações, anexos e equipamentos coletivos, foram elaborados pelo arquiteto António Couto Martins, para a DGMNE (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), na década de 1940, no âmbito da implementação do programa das casas económicas durante o Estado Novo e respeitando o perímetro então designado, que terá tido em pouca consideração as pré-existências e a estrutura social da aldeia de Caselas, de características saloias, a qual subsiste hoje, mas de forma parcial e isolada. A FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, atualmente Fundação

INATEL), criada em [1935](#), através do Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de junho (Trindade 1951; Valente 1999; Melo 2013), no âmbito de um programa estratégico, de inspiração fascista, para demonstrar que o Estado também providenciava o lazer e a cultura aos trabalhadores e era, entre outros objetivos, responsável, a partir de 1950 (Decreto nº 37 836 de 24 de maio) pela criação dos designados *Centros de Recreio Popular* (CRP), equipamentos coletivos que não estavam previstos nas urbanizações dos agrupamentos de casas económicas, os quais eram regulados pelo decreto-lei nº 23 052 de 23 de setembro de 1933.

Pretendia-se, com estes equipamentos, promover o espírito comunitário entre os habitantes e corresponder ao interesse de cariz paternalista do Estado, tal como no caso de Caselas, “*pois trata-se e de uma obra de grande interesse e que muito vem contribuir para o desenvolvimento moral, intelectual e físico do trabalhador*”, nas palavras do responsável da FNAT, em ofício de 31 de agosto de 1954 (CE- 0128).

Tal como Fernando Rosas (1994) assinala, todas as estratégias do Estado Novo tendiam a reforçar a coerência de uma política construída para fazer durar o regime. Uma conjugação de esforços que ultrapassava por vezes os desígnios do próprio Salazar (Domingos e Pereira 2010).

No caso do CRP nº10 de Caselas, é de sublinhar que a iniciativa tenha partido dos próprios moradores, representados por uma associação designada *Ginásio Clube*, mas filiada na FNAT, a funcionar no espaço de uma das moradias do bairro. É então a partir dos pedidos feitos por escrito, a partir de 1953, dirigidos à DGEMN e interessando a colaboração da FNAT, que se vai desenvolver a ideia, o projeto e a construção do edifício, que mantém ainda hoje a mesma configuração.

Sujeitas às oscilações sociais e às circunstâncias históricas, têm as coletividades portuguesas, quase sempre, um percurso desigual e por vezes atribulado. Sendo importantes para a dinâmica social e coletiva em determinado momento, no seguinte podem já pouco significar. Contribuir para o traçar desta história, pode revelar-se importante para recuperar o sentido da identidade cultural local ou de região e atualizar o significado da vida em comunidade.

Palavras chave: coletividade, bairro, Estado Novo, análise tipo-morfológica, identidade

Referências

DGPC. Arquivo do Forte de Sacavém. Pastas CE-00128 e CE-0856/1/2/3

Domingos, N., Pereira, V. (Dir.) (2010) O Estado Novo em Questão. Lisboa: Edições 70

Melo, D. (2003) Capítulo 2. A FNAT entre conciliação e fragmentação. In Castelo –Branco, S. E. Branco, J.F. (Dir.)

Vozes do Povo. Etnográfica Press. Open Edition. Acessível em:

<https://books.openedition.org/etnograficapress/551>

Rosas, F. (1994) O Estado Novo(1926-1974). In Mattoso, J. (Dir) História de Portugal. 7º vol. Lisboa: Círculo de Leitores

Trindade, C. da (1951) Casas Económicas. Casas de renda económica. Casas de renda limitada. Casas para famílias pobres. Legislação anotada. Coimbra: Coimbra Editora, Lda

Valente, J.C. (1999) Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958). Lisboa: Colibri, INATEL. ISBN 972-772-116-8

Lapiseira Política: o projeto arquitetônico no processo de atenuação das desigualdades urbanas na cidade do Rio de Janeiro

Gabriel Fernandes, Bruno Costa

Centro de Letras e Artes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pedro Calmon, 550 – Cidade Universitária – RJ - Brasil, Telefone: +55 21 24278110 - +55 21 39381658
gabriel.ferreira@fau.ufrj.br / brunoluis@fau.ufrj.br

Em um mundo marcado por grandes guerrilhas sociais, evidenciadas e agravadas pela pandemia da COVID-19, as classes sociais menos abastadas foram as que mais sofreram no último ano, conforme aponta a reportagem da BBC News Brasil (Magenta, 2020) intitulada: “Coronavírus: como desigualdade entre ricos e pobres ajuda a explicar alta de casos de covid-19 em Manaus”. Nesse cenário contemporâneo, Montaner e Martinez (2007) afirmam em seu livro “Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos”, que os arquitetos e urbanistas devem desempenhar um papel social, estando engajados em temáticas tais como: vida comunitária, participação, igualdade de gênero e sustentabilidade. Dessa forma, o arquiteto e urbanista tem a potencialidade de contribuir significativamente para atenuar embates socioespaciais através do projeto arquitetônico, do planejamento urbano e de políticas públicas. Nesse sentido, o objetivo desse resumo é apresentar a potência do projeto arquitetônico de um centro comunitário no bairro de Curicica, na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, para a revitalização do bairro e para a redução dos conflitos de desigualdade urbana presentes na região.

O local escolhido é emblemático pois evidencia o embate que estamos salientando. Mesmo se situando a menos de dois quilômetros do principal local de eventos esportivos durante as Olimpíadas de Verão de 2016, o Parque Olímpico da Barra da Tijuca (o qual, sozinho, recebeu mais de 2,5 bilhões reais em investimentos (RNE, 2017), o bairro é caracterizado por ocupações irregulares (são nove favelas) e pela falta de infraestrutura básica urbana. A proposição de uma arquitetura de um centro comunitário para o bairro de Curicica surge de uma cupidez em reparar as limitações sociais enfrentadas por essa comunidade. Foi realizado um diagnóstico urbano do entorno, levando em consideração características relevantes para a proposta, tais como: a localização geográfica e os aspectos climáticos; a história e formação; o contexto socioeconômico; os equipamentos urbanos (in)existentes; os sistemas viário, ciclovário e pedonal; os aspectos da legislação urbana e edilícia; o planejamento urbano governamental para o local. Através das análises e estudos nota-se que a área: i) sofre grandes problemas de vulnerabilidade social e carência de equipamentos que

ofereçam oportunidades para melhoria da qualidade de vida; ii) possui habitações irregulares deficientes, em situações insalubres e de risco de vida e ambiental; e iii) possui locais com potencialidade de se tornarem espaços públicos de qualidade, através da construção de praças e parques lineares. O projeto busca, em essência, um partido que permita melhorias urbanas com a integração das pessoas da região à sociedade através da criação de espaços de uso público e de atendimento social, bem como atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer. Foram utilizadas algumas referências projetuais que notadamente contribuíram para a minimização do processo de exclusão e a desigualdade social em outros locais com características semelhantes à de Curicica.

A primeira delas é o projeto de “Parques Biblioteca” da Prefeitura de Medellín, Colômbia. Segundo o antropólogo Herman Montoya (2014), líder do projeto a proposta principal das bibliotecas parques era “usar a arquitetura pública como meio para alcançar uma reinvenção das práticas sociais”. Paralelamente à criação dos elementos arquitetônicos, foram criadas propostas de requalificações urbanas, conectando, através de teleféricos, as áreas informais à rede formal de transporte e realizando investimento em habitação e educação, combinando políticas públicas, planejamento urbano e participação popular.

Outro projeto, em um contexto brasileiro, elaborado pelo arquiteto Jorge Mario Jáuregui e equipe, tivera como ponto de partida a análise estrutural do local e um diagnóstico participativo com os moradores do bairro Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, caracterizado por possuir mais de 87% (Cavallieri F, Vial A, 2012, pg.13) da sua população morando em favelas (60.500 pessoas). Foram coletadas as vivências e as demandas da população, com a finalidade de identificar os principais problemas e anseios. A partir deste estudo, o projeto “Núcleo Habitacional Favela do Alemão” contemplou a implantação e qualificação das infraestruturas, do paisagismo e do ambiente, com a criação de habitações, bibliotecas, centro de apoio legal, salões de dança e artes cênicas, instalações comerciais, áreas de jardim externo, centro comunitário, quadras de esportes e parques infantis. As edificações habitacionais foram destinadas à população despejada por motivos de risco ambiental ou para a abertura de ruas.

Percebe-se que em ambos os casos o propósito do projeto transborda a ideia de ser apenas uma edificação isolada, mas importante, em um contexto socioespacial deficitário, mas sim busca a transformação do tecido urbano e social, e atenuação dos problemas de falta de

equipamentos através de um projeto arquitetônico e urbanístico integrado, oferecendo mais oportunidades e qualidade de vida às populações locais.

Palavras-chave: Igualdade Social; Projeto Arquitetônico; Intervenção Urbana.

Referências

- Capillé C (2017) Arquitetura como dispositivo político: introdução ao projeto de Parques Biblioteca em Medellín. *ArchDaily Brasil*. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/884133/arquitetura-como-dispositivo-politico-introducao-ao-projeto-de-parques-biblioteca-em-medellin>>. Acesso em 12 de março de 2020.
- Cavallieri F, Vial A (2012) *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*, IPP, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF>. Acesso em 12 de março de 2020.
- CEPERJ (2019) *Análise dos Aspectos Sociais da Qualidade de Vida da População do Estado do Rio de Janeiro*, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Magenta M (2020) *Coronavírus: como desigualdade entre ricos e pobres ajuda a explicar alta de casos de covid-19 em Manaus*. BBC News Brasil, Londres. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472139>>. Acesso em 12 de março de 2020.
- Montaner J, Martinez Z (2007) *Arquitetura e Política: Ensaios para Mundos Alternativos*. Gustavo Gili, Barcelona.
- Montoya H (2014) *Entrevista concedida à Cauê Capillé Costa*. Medellín.
- RNE Rede Nacional do Esporte (2017) *Sexta atualização da Matriz de Responsabilidades*. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/legado/matriz-de-responsabilidades>>. Acesso em 12 de março de 2020.
- Sampaio L (2014) *CURICICA, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”*. FGV, Rio de Janeiro.

“Ao contrário de megaprojectos, apenas com novos edifícios, que requerem um tempo específico e criam uma enorme disrupção, o projecto Barcelona Linear vai acontecendo peça a peça, ao longo dos anos, e a comunidade em volta do mesmo continua a funcionar dentro da normalidade, adaptando-se e acomodando a mudança, a nova população e as novas actividades, à medida que aparecem. Cada peça tem o seu próprio tempo e, independentemente de ser terminada mais cedo ou mais tarde, não afecta o todo. Este aspecto pode ser visto como uma tolerância ao tempo.”

David Slim in *Soft City*

Abstracts

Tema 3: O tempo e a forma urbana

Tema 3: O tempo e a forma

O tema O TEMPO E A FORMA URBANA visa abarcar uma visão geral do efeito do tempo na forma e no espaço urbano. A par das condições geográficas de um local de implantação de uma cidade e das condições económico-financeiras que condicionam o seu desenvolvimento, o tempo assume uma dimensão determinante para a atribuição da sua configuração, quer da forma do edificado, quer do espaço, quer ainda da relação entre os dois.

O objectivo é o de estabelecer a correlação entre a(s) forma(s) da cidade e os vários tempos que a afectam ao longo da sua vida, desde a fundação, até à contemporaneidade, a partir de quatro tipos de reflexão: A que versa o tempo enquanto factor determinante da morfologia original da cidade, isto é, o tempo histórico do nascimento da urbe; A que questiona as transformações da forma e do espaço urbanos, operadas pelos ciclos de expansão (que convocam e impõem novos modelos) e de retracção (que consolidam ou reinterpretam os existentes); A que analisa os tempos dos diversos momentos de feitura do urbano - parcelamento, infraestruturacção e edificacção; A que revela a importância dos momentos de ruptura na evoluçao e desenvolvimento da forma da cidade, quer por consequência de catástrofes naturais, quer pelo aparecimento de novas propostas urbanas, edificáveis ou utópicas.

O tempo é também essencial para o sentido de identidade e para a memória colectiva; é, eventualmente, o único bem que não pode ser produzido e também, o mais democrático e o mais precioso. Pela sua morfologia, a cidade empresta ou rouba tempo ao dia-a-dia de quem a habita. Este aspecto, intimamente relacionado com o tipo de mobilidade que a cidade proporciona, merece também, ser alvo de reflexão neste tema.

Francisco Teixeira Bastos

Patrícia Lourenço

A Habitação pré-industrial de Lisboa – Um recurso urbano a revalorizar na era digital

Joana Mourão; Alexandra Alegre; João Vieira Caldas

Centro de Inovação em Território, Urbanismo e Ambiente (CiTUA, IST)
Instituto Superior Técnico, Pavilhão de Civil, Av Rovisco Pais, Lisboa, Tel: +351 218 416 000

joana.mourao@tecnico.ulisboa.pt

Um dos aspetos mais relevantes de Lisboa reside nos valores arquitetónicos e urbanos presentes nos edifícios residenciais mais antigos, construídos durante o “Antigo Regime”. Estes edifícios podem designar-se por “Habitação pré-industrial”, tendo sido construídos antes da arquitetura do ferro, cimento e aço. São também genericamente designados por “edifícios de alvenaria” para se distinguirem dos edifícios com estruturas reticuladas em betão armado, que parcialmente os foram substituindo.

Nas últimas décadas, na cidade de Lisboa, estes edifícios de “Habitação pré-industrial” têm sido submetidos a demolições e alterações desinformadas, em parte impulsionadas pela pressão imobiliária relacionada com o crescimento do turismo urbano, mas também motivadas pela falta de conhecimento técnico sobre o valor e desempenho específicos destes edifícios. As consequências destas intervenções para a cidade são de índole cultural, social e ambiental, e são visíveis na perda de significado do património urbanístico, na expulsão de residentes para os subúrbios, reduzindo a coesão social em Lisboa (Seixas, 2019), e no aumento do consumo de materiais, energia e de emissões de CO₂ (Mourão, 2019).

Estes “edifícios pré-industriais” foram construídos a par da urbanização de Lisboa na “Idade Moderna” (época que termina com as revoluções liberais), expandindo a cidade e criando bairros relevante, que hoje, representam uma bolsa habitacional com potencial para realojar população diversificada, em particular novos modelos de família, podendo contrariar a tendência para o crescimento urbano contínuo.

Estes edifícios são também particularmente relevantes por ainda conservarem os materiais e as técnicas construtivas tradicionais (paredes de alvenaria de pedra ou tijolo e pavimentos de madeira, sem recurso a estruturas de ferro ou de betão armado) e apresentando também um reduzido consumo de energia e um bom desempenho ambiental (Munarim, 2016, Mourão 2019). Estes “edifícios pré-industriais” representam o testemunho de um paradigma de urbanização, construção e gestão de recursos que hoje nos pode ajudar a responder aos desafios de uma arquitetura mais sustentável, com menos carbono incorporado e contribuindo para a transição para uma economia mais circular.

Porém, apesar do reconhecimento precoce do valor da arquitetura vernácula em Portugal (SNA, 1961), a habitação urbana pré-industrial (HUPI), particularmente em Lisboa, embora alvo de um número considerável de estudos académicos (Caldas, 2014), não foi ainda sistematicamente estudada.

Encontra-se assim por realizar um estudo abrangente sobre a HUPI que compreenda, não apenas as suas especificidades técnicas e múltiplos valores, mas que avalie também as suas vulnerabilidades físicas e espaciais, que permita apoiar futuras intervenções nestes edifícios. Assim, face à perda de valores neste património edificado urbano, à falta de conhecimento sobre estes edifícios, e considerando a oportunidade revalorizar este parque habitacional, é urgente recolher e transferir conhecimentos para apoiar decisões de intervenção. Para o efeito, identificam-se três atividades de investigação a desenvolver:

- a sistematização, identificando e caracterizando este parque edificado num inquérito sistemático e ilustrado, incluindo a localização geográfica, a época de construção e a definição de tipologias;

- a avaliação dos valores culturais (artísticos, arquitetónicos, construtivos), ambientais (energéticos e materiais) e habitacionais presentes; e,
- a proposta de recomendações, que ofereçam conhecimentos técnicos para apoiar intervenções de reabilitação.

Para se avançar nesta sequência de atividades é necessário, em primeiro lugar, localizar geograficamente estes edifícios de construção pré-industrial, para os poder então caracterizar. Essa localização pode ser conseguida por cruzamento de diferentes fontes georreferenciadas e aproximações sucessivas, partindo de uma cronologia de referência, no período desde o séc. XVI aos inícios do sec. XIX.

Com o apoio da cartografia histórica georreferenciada onde se identificam as áreas de expansão da cidade entre o século XVI e o início do século XIX (eg. Fava, Folque, Silva Pinto), é possível encontrar as áreas onde foram construídos conjuntos de Habitação urbana pré-industrial e, seguidamente, por observação de fotografias e trabalho de campo, identificar aqueles que, após séculos de vida útil, ainda subsistem e mantém algum grau de originalidade e integridade. Esta cartografia encontra-se alojada em site do município de Lisboa (<https://lisboainterativa.cm-lisboa.pt>) que dispõe de uma base de dados digitais abertos que fornece informação sobre a época de construção dos edifícios. Adicionalmente, o Instituto Nacional de Estatística quantifica os edifícios anteriores a 1919 por freguesia e secção (INE, 2011). É, portanto, também possível identificar as freguesias e/ou secções estatísticas (que correspondem a bairros ou conjuntos de edifícios) onde existe uma elevada concentração destes edifícios, no corrente ano de 2021.

Deste modo, esta comunicação apresentará os resultados de um trabalho digital e de observação para o mapeamento das zonas de concentração destes edifícios antigos, identificando manchas na cartografia atual de Lisboa. A comunicação apresentada contribuirá para iniciar um trabalho de longo prazo de recolha e síntese de conhecimento sobre os impactos ambientais, económicos, sociais e culturais das intervenções neste parque edificado habitacional específico. A partir da compreensão histórica e das relações tipo-morfológicas estabelecidas entre a HUPI e a cidade, a comunicação pretende contribuir para o estudo da forma urbana e do património urbanístico de Lisboa.

Palavras-chave: Lisboa, Habitação, Edifícios antigos, Reabilitação

Referências

- Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNP) (1961) *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa.
- Caldas, João; Pinto, Maria R.; Rosado, Ana (2014) *O prédio de rendimento Joanino*. Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série, Nº 1, Janeiro-Junho 2014, pp. 130-156. LATINDEX nº 23733.
- Mourão, J. (2019) "Combining embodied and operational energy in buildings refurbishment life cycle energy assessment", *Energy & Buildings*, 2019, 197: 34–46 ISSN: 0378-7788
- Munarim U. (2016) *Environmental feasibility of heritage buildings rehabilitation*, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 58: 235–249
- Seixas J. (2019) *Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital*, Cadernos Metrópole, S. Paulo, 21, 44: 221-251.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011)
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1610

Função, imagem e forma do espaço público: o caso da Praça da Figueira

José Narciso, Mafalda Sampayo

CIES, ISCTE - IUL
Avenida das Forças Armadas 1649-026 Lisboa, Telefone: 00 351 217 903 000
znarciso@gmail.com

A cidade enquanto produto da humanidade surge como uma resposta a uma necessidade económica e social. Não se limitando a ser um conjunto edificado, a cidade merece uma leitura pela articulação entre ruas e praças.

É neste sentido que o espaço público, entendido como o espaço de livre acesso e circulação, assume especial relevância na definição da imagem e forma da cidade. Ainda que a rua seja a tipologia de espaço público com maior expressividade, a praça é por definição o espaço dedicado à sociabilização (CULLEN, 2011). A praça como espaço público marcante surge exatamente associado a uma função singular ou a um papel estruturante na cidade (LAMAS, 2010).

A presente investigação tem como objecto de estudo a Praça da Figueira inserida na Baixa de Lisboa, hoje caracterizada como um vazio de planta quadrangular adjacente ao Rossio, correspondente ao lugar do grande quarteirão onde em 1775 ainda existia o Hospital Real de Todos-os-Santos (CÂNCIO, 1962).

Ao longo da história das cidades, várias ideologias se apresentam, sendo que os investigadores da História Urbana afirmam existir uma cultura urbanística portuguesa. Os projetos levados a cabo no século XVIII (FRANÇA, 1980, ROSSA, 2002) fazem uma síntese dos modelos dos traçados urbanos portugueses, onde a praça regular de forma geometrizada é implementada no centro da malha urbana ou nas extremidades desta, polarizando núcleos distintos. O plano de reconstrução da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755 apresenta-se como um bom exemplo disto, onde duas praças (Rossio e Terreiro do Paço) estruturam um bairro. Esta tipologia foi adotada em planos urbanísticos posteriores, inclusive no desenho dos centros comerciais que surgem nos finais do século XX, quer através do desenho formal quer pelas funções que estes espaços adotam.

Na hierarquia de espaços propostos no plano da Baixa existiam as duas grandes praças, largos e adros. O surgimento da Praça da Figueira não corresponde assim a uma conceção de raiz e como tal este espaço foi sempre secundarizado, correspondendo hoje a um lugar transformado em cenário de consumo estético com memórias do passado. Uma intervenção atual nesta praça não deveria ignorar o momento histórico em foi produzida, o plano que lhe deu origem e as diversas vivências ao longo do tempo, as variadíssimas memórias que contribuíram para o sentido deste lugar.

Recorrendo a fontes coevas de projetos construídos e não construídos para a Praça da Figueira procuraremos fazer uma leitura deste espaço em torno de três definições de cidade apresentadas por Jan Gehl e Lars Gemzøe (2001): a cidade tradicional, a cidade invadida e a cidade reconquistada.

É sabido que, ao contrário das outras praças estruturantes do plano da Baixa, a atual Praça da Figueira não tem um edifício ou função singular. A sua função esteve associada ao mercado que aí se estabeleceu, após a demolição do Hospital Real de Todos-os-Santos e que foi materializado, em 1855, no edifício de ferro do Mercado da Praça da Figueira (DIAS, 2000). Em 1949, a demolição deste edifício conduziu a um período de invasão e indefinição da Praça. Primeiro com as obras de construção do Metropolitano e depois com a sua transformação em espaço de estacionamento automóvel. A reconquista desta Praça pela valorização do espaço público de permanência deve-se ao projeto anacrónico, no final da década de 1960, de praça-monumento que enquadra a estátua equestre dedicada a Dom João I.

No entanto, a fraqueza deste projeto, conduziu à apresentação de diferentes propostas não concretizadas que, nomeadamente, privilegiavam a ligação entre a Praça e o eixo da Rua da Palma-Avenida Almirante Reis. Neste processo de (in)definição importa considerar a procura por uma leitura comum deste espaço, pensado e vivido, ao longo de dois séculos, como espaço de mercado. Essa memória, foi incentivada pelas recentes dinâmicas turísticas (entretanto interrompidas) na Baixa de Lisboa que motivaram a instalação de mercados temporários de produtos “típicos” ou tradicionais, mas que recuperavam a designação de Mercado da Praça da Figueira “Desde 1855”. Aliás, as propostas para dotar este espaço público de funções de significado ou capazes de gerar atividades 24 horas por dia não tiveram correspondência no edificado que fecha a Praça da Figueira. Este facto refere-se especialmente ao quarteirão ocidental da Praça.

Os espaços urbanos são afetados por categorias estéticas, funcionais e simbólicas. O valor estético dos diferentes tipos espaciais é tão independente das implicações funcionais temporárias como das interpretações simbólicas. A tendência tem sido para a perda de simbologia e para a evolução das implicações funcionais da Praça. Perante a interdependência da função, da imagem e da forma, será a Praça da Figueira um caso de permanência da imagem? Ou de uma reconstrução de um espaço-mercado com base na memória? E, assim, que imagem e função importa preservar: a praça nobre ou a praça-mercado?

Palavras-chave: Espaço público, Praça da Figueira, Forma, Função, Imagem.

Referências

Câncio, Francisco (1962), *A Praça da Figueira: um pouco da história do desaparecido mercado* in Boletim Distrital de Lisboa, LVII-LVIII, II Série, Lisboa.

Cullen, Gordon (2011 [1961]), *Paisagem Urbana*, Edições 70, Lisboa.

Dias, Marina Tavares (2000), *Lisboa desaparecida*, Quimera Editores, Coimbra.

França, José-Augusto (1980), *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Livraria Bertrand, Lisboa.

Gehl, Jan, Gemzøe, Lars (2001), *New City Spaces*, The Danish Architectural Press, Copenhaga.

Lamas, José (2010 [1993]), *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Rossa, Walter (2002), *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Almedina, Lisboa.

Pequenas cidades do Brasil: diálogos entre forma e sociedade

Valério Medeiros

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte, Brasília, DF – Brasil, CEP: 70842-970
vaugusto@unb.br

O artigo tem por objetivo avaliar a relação entre centralidade e dinâmica urbana para um conjunto de municípios de pequeno porte no Brasil. O estudo ampara-se na leitura configuracional, tendo por base o pensamento sistêmico e as estratégias relacionais recomendadas pela Teoria da Lógica Social do Espaço (Hillier e Hanson, 1984; Holanda, 2002; Holanda, 2013; Medeiros, 2013; Loureiro e Medeiros, 2019; Oliveira et al., 2020). A amostra é composta por 153 sedes municipais, das quais 85 com população entre 3.000 e 4.000 habitantes e 68 com população entre 9.000 e 11.000, distribuídas nas 26 unidades da federação (Medeiros, 2020). Para cada uma das cidade foram elaboradas a representação linear, o mapa axial e o mapa de segmentos, o que permitiu a obtenção de um conjunto de variáveis configuracionais. Para esta análise, adotou-se exclusivamente a integração normalização (acessibilidade configuracional), denominada NAIN, medida de centralidade que indica, em um sistema, os percursos ou áreas que podem ser mais facilmente alcançados a partir de todos os demais existentes: atuam como destinos preferenciais e tendem a concentrar usos e atividades que se beneficiam desse movimento potencial, como comércio e serviços (Torres, 2017; Rocha, 2017; Rocha e Medeiros, 2019). Os valores médios de NAIN obtidos para cada uma das cidades da amostra foram confrontados com 33 variáveis não configuracionais, distribuídas em 10 categorias: a) população, b) trabalho/rendimento, c) educação, d) economia, e) saúde, f) território/ambiente, g) pobreza/desigualdade, h) vulnerabilidade social, i) tempo habitual de deslocamento e j) frota de veículos.

Os resultados obtidos fornecem um conjunto de tendências que vinculam características configuracionais e não configuracionais. Valores mais elevados de integração normalizada vinculam-se a casos de a) menor número de eixos, b) eixos maiores, c) segmentos maiores, d) maior proporção de segmentos por eixos e e) baixa densidade de eixos por Km² – os achados reforçam o quadro de que malhas em grelha ou tabuleiros de xadrez promovem uma maior articulação entre partes, o que eleva as medidas de NAIN. Quando são observados os anos de instalação dos municípios, aqueles mais recentes têm valores de NAIN mais altos, o que indica núcleos mais novos tenderem ao padrão regular, enquanto os mais antigos a uma

maior irregularidade (estrutura orgânica). No que se refere a questões de renda e distribuição, os valores mais elevados de NAIN alinham-se aos quadros de a) maior salário, b) maior IDH-M, c) maior desigualdade e d) maior percentual de pobres. Significa que os municípios mais acessíveis são aqueles mais ricos, todavia desiguais. Por fim, quando comparados a aspectos de infraestrutura urbana, maior integração vincula-se a a) menor percentual de esgotamento sanitário adequado, b) menor percentual de urbanização de vias públicas e c) maior percentual de arborização. Aparentemente são estruturas mais recentes, em que houve um descompasso entre a urbanização e a implantação da infraestrutura.

Grosso modo, os achados permitem concluir que as cidades mais acessíveis da amostra são a) mais recentes, com enriquecimento acelerado e concentrado; b) experimentam rápida urbanização, o que justifica o uso frequente da grelha reticulada (rapidez); c) a implantação de infraestrutura adequada não acompanha a urbanização; d) atraem população, entretanto sem oportunidade para todos, o que gera o paradoxo da riqueza (cidades mais ricas, entretanto com elevado percentual de pobres). Por outro lado, cidades menos acessíveis são: a) mais antigas, empobrecidas e/ou estáveis economicamente; b) experimentam urbanização lenta, o que justifica a existência de diversas composições de malha; c) a implantação de infraestrutura adequada acompanha a urbanização paulatina; e d) têm atração populacional pouco significativa, devido à ausência de surtos econômicos expressivos, o que gera pouca riqueza, entretanto há menor heterogeneidade socioeconômica.

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Configuração Urbana, Sintaxe do Espaço, Cidades Brasileiras.

Referências

- Hillier, B. (1996) *Space is the machine*, CUP, London.
- Hillier, B., Hanson, J. (1984) *The social logic of space*, CUP, London.
- Holanda, F. (2002) *O espaço de exceção*, EdUnB, Brasília.
- Holanda, F. (2013) *10 mandamentos da arquitetura*, FRBH, Brasília.
- Loureiro, V., Medeiros, V. (2019) A lógica socioespacial da favela. *RMU*. v.7, 1-20.
- Medeiros, V. (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*, EdUnB, Brasília.
- Medeiros, V. (2020) *Base de dados configuracional sobre cidades brasileiras*. Base de Dados, PPG/FAU/UnB, Brasília, Brasil.
- Oliveira, V., Medeiros, V., Corgo, J. (2020) The urban form of Portuguese cities. *Urban Morphology*. v.24.2, 145 - 166, 2020.

- Rocha, M. (2017) Quando a cidade convida: lições de urbanidade e configuração em assentamentos limitados. Dissertação, PPG/FAU/UnB, Brasília, Brasil.
- Rocha, M., Medeiros, V. (2019) Configuração e urbanidade em assentamentos da Amazônia. *Revista de Morfologia Urbana*. v.7, 1-12.
- Torres, A. (2017) *O frágil limiar entre espaços públicos e vazios urbanos*. Dissertação, PPG/FAU/UnB, Brasília, Brasil.

Uma análise diacrônica para Jaraguá (Goiás, Brasil): o papel das políticas desenvolvimentistas para a transformação espacial do município

Richardson Moraes, Valério de Medeiros

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília
R.07, N.275, Jardim das Américas 2ª Etapa, Anápolis, Goiás, Telefone/fax 62 9 91790103 – 61 9 96495795
richardson-thomas@hotmail.com, vaugusto@unb.br

A exploração aurífera no estado de Goiás (Brasil) marca uma das primeiras etapas de colonização da *hinterlândia* brasileira, ainda no século XVIII. Entretanto, foi apenas no século XX que as políticas desenvolvimentistas e de integração nacional – vinculadas, respectivamente, aos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) – propiciaram a consolidação da rede urbana do território, associada ao aceleração da urbanização no país. De modo geral foram estas ações, com efeitos na ocupação territorial, que afetaram a região do antigo Mato Grosso Goiano – o Vale do São Patrício (Moraes e Ribeiro, 2021).

Com base no enquadramento, o objetivo do artigo é investigar a dinâmica de expansão urbana de Jaraguá, um dos mais proeminentes municípios do Vale do São Patrício, por meio da análise diacrônica de sua malha viária, vinculadas a registros de história urbana. Apoiando-se nas ferramentas da Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe Espacial), conforme explorado por Hillier e Hanson (1984), Holanda (2002) e Medeiros (2013, 2020), foram investigados seis momentos históricos do município (1736, 1965, 1987, 2000, 2010 e 2020). Para cada fase, foram executadas as representações lineares, o que permitiu a obtenção dos mapas axial e de segmentos e das seguintes variáveis: área (km²), número de linhas/eixos, comprimento médio das linhas/eixos, número de segmentos, comprimento médio dos segmentos, compacidade a (número de linhas/eixos por km²), compacidade b (comprimento de linhas/eixos em km por km²), conectividade, integração global (Rn), integração local (R3), sinergia, inteligibilidade, NAIN e NACH.

Jaraguá teve sua origem vinculada ao período minerador em Goiás, experimentando saltos de crescimento resultantes das políticas nacionais de ocupação do território no século XX. Os achados permitiram observar que, após 1940, a cidade apresentou expressivo crescimento de sua malha urbana e transformação progressiva dos elementos constituintes

(tamanho e forma dos quarteirões, comprimento médio das ruas, densidade de vias, etc.), a partir da fundação de Ceres (parte da “Marcha para o Oeste”, durante o Governo Vargas), da assistência à construção da nova capital do país, Brasília (integrante do “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek), e da abertura da rodovia BR-153 (Belém-Brasília), na década de 1960. Na década de 1980 ocorreu um vertiginoso crescimento populacional, espacial e econômico no município e região devido ao avanço da industrialização vinculada à produção de roupas, o que justificou o epônimo de “capital das confecções”. A posição central da rede urbana do estado, diante da relativa proximidade de núcleos econômicos de Goiás – Anápolis (74 km), Ceres (61 km), Goianésia (52 km) e a capital do estado, Goiânia (120 km) – também podem ser entendidos como fatores que influenciaram a transformação do município. Em termos morfológicos gerais, a expansão do assentamento foi caracterizada por avanços mais intensos nos sentidos norte e noroeste da malha correspondente ao centro histórico – fato perceptível por meio da leitura diacrônica da variável de integração global (R_n) – possibilitando afirmar que a centralidade morfológica não se deslocou substancialmente de seu centro original, apenas se expandiu rumo à infraestrutura que se conecta com as principais cidades do estado. O achado é corroborado pela identificação dos trechos de maiores integrações normalizadas (NAIN): a Avenida Bernardo Sayão (antigo eixo de integração com a GO-060), a GO-427 (que leva à cidade de Goiás), a Avenida Moacir Rios e a Avenida Cel. Tubertino Rios, conectando o centro do município à rodovia BR-153. Além disso, identificou-se na composição morfológica de Jaraguá, com base nos períodos analisados, o denominado “urbanismo de adição”. O processo caracteriza-se pela presença de diversos padrões de arruamento, resultando em uma malha heterogênea chamada “colcha de retalhos”, o que parece ser uma característica típica das demais cidades do Vale do São Patrício. Ao confrontar os resultados com aqueles oriundos de Medeiros (2020), foi possível enquadrar, por fim, o município diante do cenário brasileiro: o desempenho morfológico da expansão urbana de Jaraguá, para o conjunto de variáveis analisadas, não se distancia substancialmente das médias nacionais, o que permite entender a cidade como típica do processo de transformação espacial do país.

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Sintaxe Espacial, Expansão Urbana, Vale do São Patrício (Goiás/Brasil), Jaraguá.

Referências:

- Hillier, B., Hanson, J. (1984) *The social logic of space*, CUP, London.
- Holanda, F. de (2002) *O espaço de exceção*, EdUnB, Brasília.
- Holanda, F. de (2013) *10 mandamentos da arquitetura*, FRBH, Brasília.
- Medeiros, V. A. S. de (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*, EdUnB, Brasília.
- Medeiros, V. A. S. de (2020) *Base de dados configuracional sobre cidades brasileiras*. Base de Dados, PPG/FAU/UnB, Universidade de Brasília, Brasil.
- Moraes R., Ribeiro A. (2021) Vale do São Patrício: prelúdio e inconsistências à beira da Estrada das Onças. *Anais do VI ENANPARQ, 01-05 março 2021, Brasília, Brasil*, p.1796-1812. Brasília: UnB, 2021.

A expansão urbana em Três Pontas (Minas Gerais, Brasil): uma leitura morfológica

Juliana Ozelim, Valério de Medeiros

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF, Brasil, CEP: 70842-970
juliana.ozelim@gmail.com; vaugusto@unb.br

O artigo discute a transformação diacrônica de Três Pontas, cidade localizada na região sul de Minas Gerais (Brasil), com o objetivo de explorar o diálogo entre as mudanças morfológicas expressas em sucessivas etapas de expansão urbana e questões socioeconômicas. As premissas metodológicas baseiam-se na pesquisa, coleta e sistematização de registros históricos e cartográficos da cidade. A partir desses dados, são procedidas análises configuracionais de acordo com a Teoria da Lógica Social do Espaço (Hillier e Hanson, 1984; Holanda, 2013; Medeiros, 2013). Embora os registros apontem os primeiros marcos de ocupação de Três Pontas por volta do ano de 1768, durante a revisão de literatura não foram encontradas cartografias oficiais ou passíveis de decodificação para o período, nem para o século seguinte. Desta maneira, foram estabelecidos como marcos temporais, em razão da existência de bases adequadas, seis momentos de investigação: 1934, 2003, 2010, 2015, 2018 e 2020. Para cada uma destas datas foi executada a modelagem configuracional, processada enquanto mapa axial e de segmentos, o que permitiu a obtenção de conjunto de variáveis geométricas e topológicas capazes de expressar questões de a) escala (área do sistema, quantidade de eixos/segmentos, tamanho médio dos eixos/segmentos), b) densidade (razão entre número de eixos e número de segmentos, quantidade de eixos/segmentos por unidade de área, comprimento de eixos/segmentos por unidade de área), c) legibilidade (inteligibilidade e sinergia) e c) articulação (conectividade, integração, NAIN, NACH). Parte das medidas traduz o conceito de centralidade, o que permite avaliar áreas mais acessíveis correspondentes àquelas mais fáceis de serem alcançadas a partir de qualquer origem do sistema e que tendem a coincidir com centros ativos urbanos, isto é, aqueles para onde convergem, em quantidade e diversidade, fluxos e usos distintos. Toda a base de dados foi estruturada em um ambiente georeferenciado, por meio dos softwares QGIS e Depthmap.

Os resultados obtidos apontam que, a partir da década de 1930, Três Pontas passou a crescer de forma acelerada, produto do contexto político e econômico da época. Entre 1934

e 2003, houve um aumento expressivo dos eixos/linhas do sistema e uma diminuição do comprimento médio da rua; os quarteirões, por sua vez, permaneceram com tamanhos de face estáveis. O número de segmentos também aumentou, o que indica a regularidade do sistema. No entanto, entre o início de 2000 até os dias atuais, o crescimento tornou-se lento e controlado, em decorrência das novas legislações de plano de expansão e desenvolvimento recentemente aprovadas.

Em relação às variáveis topológicas, percebeu-se que, ao longo do tempo, a malha urbana caracterizou-se por elevada conectividade, resultante da continuidade e regularidade de grande parte do sistema urbano. No entanto, devido à presença de vazios, como os destinados a zonas de proteção, houve uma progressiva quebra na articulação de eixos entre os bairros, causando, assim, redução nas medidas de centralidade (como integração global e NAIN). Por outro lado, durante vários anos, o principal núcleo de integração, isto é, o centro morfológico urbano, permaneceu coincidente com o ponto fundacional no centro histórico, local onde se assenta a igreja matriz. Mesmo após os anos 2000 o local permanece conformando o principal centro ativo da cidade. Por fim, notou-se que a maior parte das novas áreas de expansão estão destinadas para os usos residenciais de baixa e média densidade. Grosso modo, a interpretação das variáveis apontou que, apesar da expansão do tecido urbano de Três Pontas ter ocorrido em padrão predominantemente regular, houve um enfraquecimento na articulação entrepartes, produto de um planejamento localizado. Embora a conectividade média tenha se mantido, bem como a hierarquia dos caminhos potencialmente mais acessíveis, o que aponta manutenção da estrutura prioritária de deslocamentos, não parece ter havido políticas e ações capazes de agir por todo o sistema urbano.

Palavras-chave: Configuração Urbana, Expansão Urbana, Sintaxe Espacial, Três Pontas/MG/Brasil.

Referências

- Hillier, B., Hanson, J. (1984) *The social logic of space*, CUP, London.
Holanda, F. de (2013) *10 mandamentos da arquitetura*, FRBH, Brasília.
Medeiros, V. A. S. de (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*, EdUnB, Brasília.

Análise Configuracional e cartografia histórica na leitura do processo de modernização e reconstrução de Roma durante o século do Renascimento

Pedro Flora

Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Design, Univ.Federal de Minas Gerais
Rua Arturo Toscanini, 97, ap. 202, Telefone: 00 55 31 975 799 006

pgmflora@gmail.com

O movimento é o componente que permite uma cidade realizar-se nas suas potências dramática, visível, antropológica e de liberdade. Ao caminhar na cidade aprendemos como sorrir adequadamente, testamos, treinamos, nos aperfeiçoamos nos papéis sociais que escolhemos representar e encontramos-nos com o outro, reconhecendo a nós mesmos na travessia constante pela soleira entre ir e vir (BRANDÃO, 2020).

Entretanto, caminhar em uma cidade depende da configuração de sua rede de percursos, das possibilidades de espaços abertos e fechados que são ofertadas e, sobretudo das relações entre suas partes componentes com o todo; relações que por sua vez estão sujeitas à constante mutação, atreladas aos processos dialéticos da produção do espaço urbano, onde o homem é, ao mesmo tempo, agente e produto de seu tempo.

Na antiguidade todos os caminhos levavam a Roma, mas a situação no tardomedieval era bem diferente; na transição entre os séculos XIV e XV quando os papas retornam do exílio em Avignon (França), da magnífica infraestrutura viária imperial romana de outrora não restava mais do que alguns poucos caminhos esburacados, ao ponto de Vespasiano da Bisticci relatar as condições de Roma antes do retorno da corte papal de Eugênio IV, como se fosse uma “terra de vaqueiros, porque se criavam ovelhas e vacas onde hoje se encontram as bancas dos mercadores”. Certamente uma imagem não condizente com a presumida grandeza da Igreja Católica, fazendo-se imprescindível a reconstrução e modernização de uma cidade envelhecida por conta de uma dilatada idade medieval. Uma modernização que será progressivamente operada através de obras de natureza infraestrutural, como praças, estradas, aquedutos, fontes e pontes, conseguida de maneira fragmentada ao longo dos séculos subsequentes (GARGANO, 2016, p. 19).

Neste artigo, pretendo compartilhar alguns resultados da minha pesquisa de mestrado atualmente em curso, que estuda as transformações no tecido urbano de Roma durante os séculos XV e XVI, associadas ao processo de reconstrução, modernização e embelezamento da cidade, coordenado pela Câmara Apostólica (papas) e desencadeado após o retorno da corte papal a Roma, depois de cerca de 70 anos de presença em Avignon (França). Uma

parte desta pesquisa é dedicada ao estudo dos mapas históricos de Roma sob as lentes da Sintaxe Espacial, investigando a forma-espaco para além da descrição geométrica e física ao considerar também suas qualidades topológicas. Por forma-espaco entende-se o espaco vazio, o oco, resultante da interação entre componentes cheios, construídos: o espaco, de fato, da circulação de pessoas, máquinas e capitais diversos. Quando falamos em qualidade topológica de um determinado espaco, queremos descrever a qualidade de sua articulação com outros espacos dentro de um sistema, suas relações de conexão e restrição, acesso, segregação e profundidade, concavidade e convexidade (HILLIER, 1984).

Partindo da prospecção e escolha de algumas plantas históricas de Roma (Enrico Guidoni para o fim do século XV, Leonardo Bufalini para meados do século XVI e Giovan Battista Nolli para meados do século XVIII), construímos Mapas de Segmentos para cada momento histórico; o Mapa de Segmentos é uma simplificação do movimento natural, geralmente representado pelos eixos centrais das vias de circulação. Em seguida, esses mapas são analisados dentro do *software DepthmapX*, que calcula dados e variáveis (p.ex. Escolha, Profundidade e Integração) que nos permitem comparar os três sistemas entre si, identificando padrões configuracionais e a sua evolução através do tempo. Os mapas produzidos oferecem uma interface gráfica das condicionantes, deficiências e potencialidades do sistema de circulação romano de acordo com cada momento histórico.

Graças à contribuição de Simoncini (2004) pude organizar a localização topográfica de algumas funções urbanas estratégicas como mercados, edificios assistenciais, residências cardinalícias, espacos do saber e edificios de culto, além da indicação das estradas criadas, restauradas ou remanejadas durante a modernização de Roma (séc. XV e XVI). Dessa forma, à leitura impessoal e atemporal da Sintaxe Espacial soma-se uma leitura histórica transversal que permite adicionar uma camada de objetividade à revisão historiográfica ao mesmo tempo em que investiga os limites da Análise de Segmentos enquanto método acessório à cartografia histórica e à compreensão da evolução do sistema viário de Roma no âmbito da Sintaxe Espacial.

Palavras-chave: cartografia histórica, sintaxe espacial, análise configuracional

Referências

- Brandão C A L (2020) A genealogia da cidade, Editora UFMG, Belo Horizonte (no prelo).
- Bisticci V, *Vite di uomini illustri del secolo XV: stampate la prima volta da Angelo Mai e nuovamente da Adolfo Bartoli.* Barbera, Banchi e Comp., Firenze. (1859. p. 19, tradução livre).
- Gargano M, (2016) *Origini e Storia - Roma Architettura Città. Frammenti di Rinascimento. Roma nel Rinascimento,* Roma.
- Hillier B, Hanson J, (1984) *The social logic of space.* Cambridge University Press, Cambridge.
- Simoncini G (org.), (2004) *Roma. Le trasformazioni urbane nel Quattrocento, Vol. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie.* Leo S. Olschki Editore, Firenze.

Efeitos da presença de edifícios altos com distintas atividades e interfaces térreas no uso de espaços abertos públicos

Débora Gregoletto¹, Antônio Tarcísio Reis²

¹Coordenadoria Acadêmica, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria

²Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avenida Bento Gonçalves, 8083/28 - Porto Alegre, Brasil, Telefone: 00 55 51 999711031

deboragreg@gmail.com¹, tarcisio@orion.ufrgs.br²

A verticalização tem se tornado um fator predominante e influente na morfologia de muitas cidades brasileiras, introduzindo novas relações entre seus usuários e as edificações e os espaços abertos (Macedo 2015). Os edifícios altos podem afetar o uso dos espaços abertos públicos, em razão da sua altura, afastamento em relação à rua e, principalmente, das relações que são estabelecidas entre os edifícios e a calçada através das interfaces térreas. A existência de relação direta entre as interfaces térreas dos edifícios e os espaços abertos públicos, o tipo de uso nos pavimentos térreos e a quantidade de conexões visuais e funcionais das edificações com os espaços abertos públicos, tendem a contribuir para a presença de pessoas e, conseqüentemente, para a vitalidade urbana (Reis 2014; Figueiredo 2018). Alguns autores (por exemplo, Gehl 2010, 2011; Jacobs 2011) indicam que o edifício alto tende a ser nocivo para a cidade, exatamente por, frequentemente, rejeitar essa relação com o espaço aberto público, inibindo a presença de pessoas. Edifícios altos que possuem barreiras físicas e visuais entre o espaço aberto público e o privado, tais como muros, paredes cegas, que são pouco atrativas aos usuários, podem provocar efeitos negativos nos espaços abertos públicos adjacentes, inibindo o seu uso e, conseqüentemente, afetando a percepção de segurança do local (Jacobs 2011; Whyte 1980; Becker and Reis 2004). Desse modo, pavimentos térreos de edifícios altos com atividades comerciais voltadas ao público, como por exemplo, lojas ou cafeterias, tendem a atrair usuários em geral, enquanto que pavimentos térreos sem atividades e que não apresentam permeabilidade visual, com muros ou portões de garagens ou ainda afastados das vias de circulação, tendem a inibir o trânsito de pessoas. Portanto, as conexões funcionais e visuais, existentes entre as edificações e o espaço aberto público tendem a afetar o uso desses espaços (Becker and Reis 2004). Assim, embora se verifiquem diversos aspectos relativos aos efeitos das interfaces térreas das edificações nos usos dos espaços abertos adjacentes, identifica-se a necessidade de aprofundar os conhecimentos especificamente em relação aos pavimentos térreos de edifícios altos, com

distintos usos e tipos de interface com a rua, através da percepção dos usuários aos dos espaços abertos públicos e, especialmente, sobre a realidade nas cidades brasileiras. Desse modo, o objetivo deste artigo é investigar os efeitos da presença de edifícios altos com distintas atividades e interfaces térreas no uso de espaços abertos públicos. Com finalidade de atender ao objetivo do trabalho, adotou-se como estudo de caso o município de Caxias do Sul-Brasil. Os dados foram coletados através de observações de comportamento e de entrevistas com usuários de espaços abertos públicos em quatorze (14) quadras com presença de edifícios altos e com distintas interfaces térreas. As quadras selecionadas deveriam estar localizadas nos bairros mais verticalizados, possuir edifícios altos de diferentes alturas e atividades nos pavimentos térreos. Ainda, deveriam representar as quatro situações de interface da base dos edifícios altos com a rua que mais ocorrem na cidade, quais sejam: (1) no alinhamento, com presença de portas, janelas ou vitrines conectadas diretamente com a rua, com alta permeabilidade visual e funcional; (2) no alinhamento, com paredes cegas, muros ou portas de garagens, sem permeabilidade; (3) afastada da rua, através do recuo de jardim obrigatório e com presença de barreiras físicas efetivas tipo gradil; (4) afastada da rua, com presença de barreiras físicas efetivas tipo painéis com vidros. Os dados de natureza qualitativa foram analisados através de interpretações dos significados e frequências. Os principais resultados revelaram que nas quadras caracterizadas por edifícios construídos no alinhamento, cujas interfaces térreas são dotadas de diferentes tipos de atividades comerciais ou de prestação de serviços, a existência de pessoas, tanto em movimento, quanto exercendo atividades estacionárias, ocorrem com intensidade muito maior em tais quadras do que naquelas onde os edifícios, cuja atividade é predominantemente residencial, estão recuados, sem uso no pavimentos térreos e com barreiras físicas entre o lote e a calçada. Também foi revelado que nas quadras com interfaces caracterizadas pela atividade comercial, com altas taxas de permeabilidade visual e funcional, as atividades estacionárias acontecem em maior quantidade junto aos térreos dos edifícios altos do que ao longo das quadras, devido às atividades desenvolvidas tanto nos pavimentos térreos, tais como as lojas com vitrines, quanto nos andares superiores dos edifícios, tais como salas comerciais ou apartamentos. Assim, os resultados evidenciam que o tipo de uso e a conexão visual e funcional dos pavimentos térreos dos edifícios com a rua,

independentemente de sua altura, são aspectos fundamentais para a qualidade dos espaços abertos adjacentes às edificações.

Palavras-chave: Edifícios altos. Interfaces térreas. Espaços abertos.

Referências

- Becker, Debora, and Antonio Tarcísio Reis. 2004. "O Impacto Das Barreiras Físicas de Condomínios Horizontais Fechados No Espaço Urbano." In *Anais Da I Conferência Latino-Americana De Construção Sustentável; X Encontro Nacional De Tecnologia Do Ambiente Construído*. São Paulo. ftp://ip20017719.eng.uff.br/Public/AnaisEventosCientificos/ENTAC_2004/trabalhos/PAP1033d.pdf.
- Figueiredo, Caroline Arsego. 2018. *Interfaces Térreas Entre Edificações e Espaços Abertos Públicos: Efeitos Para Estética, Uso e Percepção de Segurança Urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Gehl, Jan. 2010. *Cities for People*. Washington: Island Press.
- . 2011. *Life between Buildings: Using Public Space*. Washington: Island Press.
- Jacobs, Jane. 2011. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 3a. São Paulo: Martins Fontes.
- Macedo, Silvio Soares. 2015. "A Paisagem Verticalizada de São Paulo: A Influência Do Modernismo No Desenho Urbano Contemporâneo." In *Desenho Urbano Contemporâneo No Brasil*, edited by Vicente del Rio and William J. Siembieda, 71–90. Rio de Janeiro: LTC.
- Reis, Antônio Tarcísio da Luz. 2014. "Forma Urbana Tradicional e Modernista: Uma Reflexão Sobre o Uso e Estética Dos Espaços Urbanos." *Arquisur Revista* 6: 70–87.
- Whyte, William H. 1980. *The Social Life Of Small Urban Spaces*. New York: Project for Public Spaces.

Território, limite e transformação, elementos de análise da forma urbana
Maria Isabel Imbronito, Adilson Costa Macedo, Ana Catarina Cabral Moreira, Hana
Santana de Queiroz, Mayara dos Santos

USJT, São Paulo
Telefone/fax: 5511 27991740
imbronito@gmail.com, ac.macedo@terra.com.br

Estudo do distrito da Vila Leopoldina como abordagem para a compreensão do espaço construído, organizado em três categorias de análise: o território, entendido como o espaço natural ou modificado pelo ser humano, que recebe o sistema técnico que o diferencia; o limite, entendido como as divisas do território em porções menores, e a transformação, que corresponde à modificação do território no tempo conforme as necessidades e interesses das pessoas, ocorrida sobre as estruturas já constituídas. Utilizando-se estas três abordagens (TLT), foi desenvolvida uma maneira de compreender a constituição da paisagem urbana na escala de um distrito situado na cidade de São Paulo. A Vila Leopoldina foi escolhida como estudo de caso pois nela se encontra uma diversidade de tipos de tecidos presentes na cidade, além da presença de importantes elementos de infraestrutura que moldam o território, e do acentuado processo de transformação em curso. Para a identificação de elementos da infraestrutura, de barreiras físicas e não físicas, de tipos de loteamentos e dos espaços associados aos sistemas de mobilidade, foram elaborados mapeamentos e levantamentos históricos com dados sobre a formação do distrito. Desta maneira, o estudo pôde se concentrar em uma única região da cidade segundo uma metodologia delineada para este fim.

O território é entendido não apenas como referência geográfica, com características físicas (relevo, hidrografia) e delimitações. A análise proposta busca compreender o território moldado a partir de meios e objetos técnicos, e da forma de ocupação pelas pessoas, através de quatro fatores:

- Constituição histórica relativa ao desenvolvimento entre 1930, primórdio da industrialização, até 2020.
- Atividades econômicas: o processo de urbanização relacionado à implantação das indústrias nas áreas de várzea do rio, o desenvolvimento da linha ferroviária, o assentamento da Marginal Pinheiros, entre outros. A localização estratégica da Vila Leopoldina, último ponto a noroeste do município de São Paulo ainda dentro da circunscrição dos principais rios urbanos, induziu à instalação de grandes equipamentos metropolitanos de abastecimento de

alimentos e coleta de resíduos. A transferência das grandes indústrias para outros locais e a desativação dos pólos de abastecimento e coleta liberaram grandes glebas para novos usos, o que induziu a processos de transformação e verticalização, além de gerar áreas subutilizadas e disponibilizar áreas para invasão.

- Sistemas técnicos: a relevância de elementos fixos como rios, rede ferroviária, vias públicas e linha de alta tensão, que constituem elementos de difícil modificação.
- Assentamentos humanos: parcelamento do solo, desde grandes áreas para as plantas industriais até o loteamento em pequenas porções destinadas a ocupação residencial.

O limite pode ser compreendido como as linhas ou faixas, concretas, legais ou de uso do espaço, que delimitam zonas com diferenças morfológicas, funcionais, sócio-econômicas, de fluxos ou de facilidade/permissão de acesso.

Nota-se que os países estabeleceram fronteiras, as cidades nasceram com a premissa de se proteger, criando então barreiras ou muralhas. Elementos naturais, construídos ou programados pelo homem, portam-se como obstrução ou separação entre porções do território. Além das inibições (constrains) e das barreiras físicas, a legislação de uso do solo, as divisas oficiais de separação de lotes e as diferenças sócio-espaciais constituem entraves que diferenciam o território e comprometem a livre circulação e as permissões de acesso. No distrito da Vila Leopoldina, os limites do território serão mapeados segundo as diversas premissas elencadas.

O tópico transformação trata das transformações do espaço no tempo. Está relacionado às rugosidades do território, suporte herdado que determina mais ou menos as novas configurações, que se constroem em resposta às forças conformadoras do território e à adequação às necessidades das pessoas. As transformações podem ser de iniciativa do Estado, de particulares ou de ambos, e podem ocorrer com ou sem o respaldo legal para sua viabilização. O tema da transformação se relaciona aos demais, pois ela ocorre sobre as estruturas existentes, sendo facilitada ou dificultada por ela, e rearranja as populações, os fluxos e os limites. As transformações podem ser tanto de natureza física do tecido urbano (incluindo infraestruturas, redes de acessos, edifícios) como relacionadas aos usos e comportamentos que se instalam no território. Há o interesse na verificação tanto da

adequação ou modificação de estruturas preexistentes como da substituição de padrões tipológicos anteriores por outros completamente novos, ditados por outras lógicas que se instalam no espaço. Nesta dinâmica, buscam-se elementos para a discussão das características identitárias do distrito e do apagamento de rastros relacionados à memória do espaço urbano.

Palavras-chave: transformação urbana, morfologia urbana, infraestrutura urbana, qualidade de vida urbana, áreas industriais.

Referências

- Coelho C D (2013) *Cadernos de Morfologia Urbana. Os elementos urbanos*, Argumentum, Lisboa.
- Franco F M (2011) Contrários e complementares. In: Rosa M. *Microplanejamento. Práticas urbanas criativas*. Editora de Cultura, São Paulo, p.136-146.
- Hertzberger H (2002) *Lições de Arquitetura*. Martins Fontes, São Paulo.
- Lynch K (1975) *De que tempo é este lugar?* Gustavo Gili, Barcelona.
- Lynch K (2011) *A imagem da cidade*. Martins Fontes, São Paulo.
- Santos M (2017) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos M (2008) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro.
- Solà Morales I. (2010) *Territórios*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- Stavrides S (2018) Urban porosity and the right to a shared city. In: Wolfrum S et al, *Porous city. From metaphor to urban agenda*, Birkhäuser Verlag, Basileia, p.32-36.
- Wolfrum S (2018) Porosity – Porous city. In: Wolfrum S et al. *Porous city. From metaphor to urban agenda*, Birkhäuser Verlag, Basileia, p.16-19.

Campo Alegre Cidade

Sílvia Ramos

Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto Via Panorâmica s/n,
4150-564 Porto, 226057100

sramos@arq.up.pt

Em cada instante, a forma dos lugares comuns é resultante daquela que lhe é anterior e matéria para a construção da seguinte. Entre uma e outra, as circunstâncias transportadas correspondem a aspetos essenciais do carácter dos lugares, aos seus caracteres matriciais.

“campo alegre cidade” é reflexo da condição determinante do tempo na construção do urbano: “alegre”, passível de ser associado tanto a “campo” como a “cidade”, aponta para o conjunto de caracteres indelévels na forma dos lugares; “campo” e “cidade”, mais do que referenciam estádios extremos da transformação da forma dos lugares, remetem para o longo e lento processo de metamorfose que os medeia, durante o qual o rural se vai adaptando e acomodando o urbano, nas suas diversas dimensões.

No lugar do Campo Alegre, na cidade do Porto, este processo – passível de documentar na íntegra através de um amplo conjunto de fontes de natureza arquivística – é especialmente relevante pela sua posição geográfica e situação morfológica e, simultaneamente, pela circunstância de laboratório de desenho urbano que o século XX lhe reconhece.

Sobre este lugar, então, ensaia-se um exercício regressivo que, partindo da atualidade e com base no redesenho das fontes documentais, percorre mais de seis séculos de feitura do urbano, captando sentidos possíveis para o seu fluir.

Uma destas hipóteses de leitura é aquela que relaciona os tempos de construção do urbano no Campo Alegre com os tempos de construção do Porto, especialmente com os seus ciclos de expansão.

A comunicação a apresentar considera três momentos da redefinição do limite administrativo da cidade e pensa os tempos correspondentes de feitura do urbano no Campo Alegre, relativamente ao parcelamento, à infraestruturacção e à edificacção. Revelará o Porto a aproximar-se do Campo Alegre e, simultaneamente, o Campo Alegre a acomodar os valores do urbano portuense sem abdicar da sua circunstância matricial. Através de uma longa série de práticas que destroem, modificam e constroem ex-novo, os caracteres matriciais do Campo Alegre vão encontrando forma urbana. Quando o Porto constrói a muralha medieval, o Campo Alegre fica a meia légua, para poente,

da Porta do Olival, no extremo do Termo e no caminho da estrada para S. João da Foz e Matosinhos. É lugar rural. Caracterizam-no grandes parcelas agrícolas, de desenho regulado por um princípio unitário indexado à métrica de padrões que pontua a estrada de saída da cidade. No interior destas parcelas, a edificação é reduzida a estruturas agrícolas simples, algumas com habitação. Em pleno campo, os poucos sítios de reduzido interesse agrícola e de melhor exposição à paisagem, servem a construção de propriedades de evasão para esparecimento, descanso e distração da classe mais favorecida e culta da sociedade, em momentos específicos do calendário. Em 1832/33, durante o episódio do Cerco do Porto, a cidade protege, no interior da sua linha de baterias, uma série de sítios no extremo nascente do Campo Alegre. O Campo Alegre é subúrbio residencial do Porto, com uma dimensão romântica particular. Por oposição à cidade densa e compacta, perigosa e insalubre, o Campo Alegre, dos campos e das quintas de recreio, oferece o encanto das topografias selvagens, da natureza e do mundo rural, a possibilidade de habitar com ar puro e água limpa, numa paisagem de largas vistas, a curta distância dos lugares da vida social e de lazer da cidade. Nestas condições, o município faz do Campo Alegre um dos alvos da sua atuação urbanística, melhorando a rede de estradas e caminhos, e a classe mais favorecida da sua sociedade (a “colónia inglesa”) elege-o como um dos lugares preferidos para habitação quotidiana, construindo, nas antigas quintas e campos de cultivo, casas/palacetes urbanos envolvidos por jardins luxuriantes. Quando, em 1885, o Porto integra administrativamente o Campo Alegre, já a pressão do mercado imobiliário se faz sentir sobre o subúrbio da “colónia inglesa”, tendendo a com ele se mesclarem programas, tipologias edificadas e tipos sociais caraterísticos do centro da cidade.

Aproveitando a disponibilidade de terreno e o seu baixo custo, o Estado e o Município constroem no Campo Alegre um grande bairro social e o cemitério ocidental da cidade, respetivamente. Por sua vez, os proprietários dos terrenos que permanecem agrícolas, procurando a sua máxima rentabilização económica, destinam-nos à habitação – infraestruturam e loteiam o território, individualmente ou em associações de proprietários; nos novos lotes constroem edifícios arruados ou isolados, para habitação própria ou aluguer, várias vezes com o piso térreo para comércio ou serviços.

Uma vez urbano e integrado na Porto, ao mesmo tempo que os seus lugares centrais se consolidam, uma série de arquitetos de renome ensaiam novas formas de urbanidade no Campo Alegre, desenhando-o, no extremo da Ponte da Arrábida, como porta contemporânea da cidade. Estes projetos vão encontrando materialização peça a peça, ao longo dos anos. Cada peça protagoniza o seu tempo, surpreendentemente, sem condicionar a identidade do Campo Alegre.

Palavras-chave: campo; subúrbio; cidade; centro; redesenho.

Referências

Corboz A (2001) *La research: trois apologues, Le Territoire comme palimpsesto et autres essais*, Les Éditions de L'Imprimeur, Besançon.

Jong T, Voordt D (2005) *Ways to study and research: urban, architectural and technical*, Delft University Press, Delft. Ramos L (1994) *História do Porto*, Porto Editora, Porto.

Ramos S (2017) *Campo Alegre Cidade: da sua longa metamorfose*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

Real M, Tavares R (1996) *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, Câmara Municipal do Porto, Porto.

Solà-Morales I (2002) *Territorios*, GG, Barcelona

Solà-Morales I, Rubió M (1997) *Las formas de crecimiento urbano*, Ediciones UPC, Barcelona

Verhulst A (1995) *Le paysage rural: les structures parcellaires de l'Europe du Nord-Ouest*, Brepols, Turnhout. Arquivo Geral Municipal do Porto. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Morfologia urbana e informalidade: a busca da identidade local

Silvia Spolaor, Vítor Oliveira

Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente - CITTA, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto
Rua Dr. Roberto Frias s/n, 4200-465 Porto, Portugal Telefone/fax: +351 220413701 - +351 225081514
up201711437@fe.up.pt, vitorm@fe.up.pt

A morfologia urbana é usada frequentemente em cidades históricas para traçar suas origens e contextos, identificar suas escalas e dimensões, reconhecer os agentes que as moldaram e também para planejar e traçar o futuro. Para cidades que apresentam contextos não planejados, conceitos da morfologia têm sido aplicados para desmistificar seu aparente desordenamento (Loureiro 2017) e entender como analisar assentamentos nos quais os limites entre lotes, edifícios e ruas não são precisamente demarcados e delimitados (McCartney and Krishnamurthy 2018), o tempo de evolução é pequeno para a escala da transformação (Iovene 2018), as atividades alteram diariamente o espaço (Viana 2019) e a visibilidade a partir do espaço formal condiciona as estratégias e ações do planeamento (Kamalipour and Dovey 2019).

Devido à falta de instrumentos capazes de rastrear as nuances e particularidades da espacialidade informal (Kamalipour and Dovey 2019), diversos modelos de planeamento baseados em iniciativas *top-down*, advindas de modelos importados do contexto euro-americano que não capturam a realidade local acabaram por promover a exclusão social e espacial (Watson 2009) e são vistos, portanto, como ainda colonizadores (Vainer 2017). A morfologia urbana é sugerida então como uma ferramenta para superar as dificuldades do planeamento em acompanhar e assimilar a informalidade. Com fundamento nas teorias pós-colonialista (Robinson 2006; Roy 2009, 2016) e decolonial (Patel 2016; Mignolo 2017), propõe-se uma perspectiva para o planeamento a partir da aplicação dos princípios da morfologia urbana aos territórios informais das cidades localizadas no Sul Global, em que as escalas do urbano e de suas transformações são imensas, bem como os números que representam a informalidade. No enquadramento proposto, as cidades são entendidas a partir de uma visão múltipla e composta pelas evidências das práticas e costumes dos habitantes do espaço urbano (Rokem and Boano 2018). A informalidade é compreendida como modo de viver, ultrapassando a ideia de precariedade e as dicotomias entre o formal e informal (Varley 2013; Harris 2018). Com base na evidência das formas, traçando conexões com o passado histórico do local e com o contexto social e econômico em que o assentamento

surge, se implementa e se expande (Maretto et al. 2014; V. Oliveira 2016; Strappa 2018), é proposta uma visão do espaço a partir da identidade local.

Em contraposição a modelos e projetos que pregam *smart cities*, *creativity cities* e outras fantasias urbanas (Watson 2014) como modelos essenciais de desenvolvimento e modernidade (Robinson 2006) – mesmo para cidades em que níveis (oficiais) de informalidade chegam aos 70% – argumenta-se que uma melhor compreensão da história dos assentamentos e das atividades da população analisadas e traduzidas por meio do desenho urbano e das tipologias de construção pode trazer informações sobre o modo de vida da população e contribuições para a prática de planeamento urbano. A proposta é sistematizar as práticas territoriais desses assentamentos, contribuindo para a teoria e para a atividade de planeamento, por meio de conceitos e vocabulário que reflitam a realidade dos diferentes assentamentos e de recursos de representação gráfica e de cartografia de modo a explorar a potencialidade dos mapas e da visualização para análises e tomadas de decisão (Martínez et al. 2016; Vaughan 2018). No contexto da informalidade urbana, diferentes dimensões podem ser exploradas. Em termos espaciais, as escalas do edifício, lote e rua podem ser observadas de modo a compreender como identificar os seus limites e relações entre o espaço público e privado (Perez et al. 2017). Na esfera jurídica é essencial entender como se dão os direitos de uso, ocupação e propriedade do solo urbano (Barbosa et al. 2013) e na econômica, como se articulam as atividades de acordo com a forma urbana, ou como a forma se adapta de acordo com as diferentes atividades existentes (Viana 2019).

As particularidades espaciais de cada lugar espelham a peculiaridade de suas trajetórias ao longo do tempo (Rolnik 2015). Discute-se, portanto, a possibilidade do reconhecimento da identidade local como forma de explorar o pensamento crítico para traçar estratégias de melhorias, urbanização e planeamento dos assentamentos informais. Pensar o planeamento a partir de uma teoria decolonial implica reconhecer a multiplicidade de conhecimentos que compõem um espaço urbano e incorporar os seus valores às futuras práticas, planos e desenhos urbanos. Para tanto, a morfologia urbana pode agregar conhecimento espacial para uma tomada de decisão mais bem informada, baseada nos padrões de vida, na escala de construção e no desenvolvimento da população local.

Palavras-chave: informalidade, forma urbana, decolonialidade, representação.

Referências

- Barbosa, Eliana, Patrícia Fernandes, and Nguyen Thanh Tú. 2013. "Urbanization Processes and Urban Morphology in the Periphery of Capitalism: São Paulo, Jakarta, Hanoi and Belo Horizonte." *GDN Working Paper Series*. New Delhi.
- Harris, Richard. 2018. "Modes of Informal Urban Development: A Global Phenomenon." *Journal of Planning Literature* 33 (3): 267–86.
- Iovene, Maddalena. 2018. "Understanding the Morphology of Informal Settlements." Unpublished PhD Thesis - University of Strathclyde - Glasgow.
- Kamalipour, Hesam, and Kim Dovey. 2019. "Mapping the Visibility of Informal Settlements." *Habitat International* 85: 63–75.
- Loureiro, Vânia Raquel Teles. 2017. "Quando a Gente Não Tá No Mapa': A Configuração Como Estratégia Para a Leitura Socioespacial Da Favela." Universidade de Brasília.
- Maretto, Marco, Anna Rita Amato, Nicolò Boggio, Gabriele Catanzano, and Antonio Corvigno. 2014. "Morphological Analysis of the Informal City. The 'Villa 31' in Buenos Aires, Argentina." In *International Seminar on Urban Form*, edited by Vítor Oliveira, Paulo Pinho, Luísa Mendes Batista, and Tiago Patatas. Porto.
- Martínez, Javier, Karin Pfeffer, and Isa Baud. 2016. "Factors Shaping Cartographic Representations of Inequalities. Maps as Products and Processes." *Habitat International* 51: 90–102.
- McCartney, Shelagh, and Sukanya Krishnamurthy. 2018. "Neglected? Strengthening the Morphological Study of Informal Settlements." *SAGE Open* 8 (1).
- Mignolo, Walter D. 2017. "Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade." Translated by Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (94): 01–17.
- Oliveira, Vítor. 2016. *Urban Morphology: An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities*. 1st ed. Cham: Springer.
- Patel, Sujata. 2016. "A Decolonial Lens on Cities and Urbanisms : Reflections on the System of Petty Production in India." 245. Singapore.
- Perez, Leticia Palazzi, Raphael Bischof Dos Santos, Guadalupe M.J.A. De Almeida, and Guilherme Carpintero Carvalho. 2017. "Spatial Data in the Global South: A Case Study of Alternative Land Management Tools for Cities with Limited Resources." In *Global Humanitarian Technology Conference (GHTC) IEEE*, 1–10. San Jose.
- Robinson, Jennifer. 2006. *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. 1st ed. New York: Routledge.
- Rokem, Jonathan, and Camillo Boano. 2018. *Urban Geopolitics: Rethinking Planning in Contested Cities*. Edited by Jonathan Rokem and Camillo Boano. 1st ed. New York: Routledge.
- Rolnik, Raquel. 2015. *Guerra Dos Lugares: A Colonização Da Terra e Da Moradia Na Era Das Finanças*. 1st ed. São Paulo: Boitempo.
- Roy, Ananya. 2009. "The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory." *Regional Studies* 43 (6): 819–30.
- . 2016. "Who's Afraid of Postcolonial Theory?" *International Journal of Urban and Regional Research* 40 (1): 200–209.
- Strappa, Giuseppe. 2018. "Reading the Built Environment as a Design Method." In *Teaching Urban Morphology*, edited by Vítor Oliveira, 1st ed. Cham: Springer International Publishing.
- Vainer, Carlos. 2017. "Disseminating 'Best Practice'? The Coloniality of Urban Knowledge and City Models." In

- The Routledge Handbook on Cities of the Global South*, edited by Susan Parnell and Sophie Oldfield, 1st ed., 48–56. New York.
- Varley, Ann. 2013. "Postcolonialising Informality?" *Environment and Planning D: Society and Space* 31: 4–22.
- Vaughan, Laura. 2018. *Mapping Society: The Spatial Dimensions of Social Cartography*. Mapping Society. 1st ed. London: UCL Press.
- Viana, David Leite. 2019. *Maputo: (Auto)Organização e Forma-Dinâmica Urbana*. 1st ed. Porto: U.Porto Editorial.
- Watson, Vanessa. 2009. "'The Planned City Sweeps the Poor Away...': Urban Planning and 21st Century Urbanisation." *Progress in Planning* 72: 151–93.
- . 2014. "African Urban Fantasies: Dreams or Nightmares?" *Environment and Urbanization* 26 (1): 215–31.

A narrativa como aproximação da experiência intersubjetiva do lugar

Vinícius Galvão Ramos, Martha Machado Campos

Universidade Federal do Espírito-Santo (UFES, Brasil)
Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo - NAU, Telefone: +55 27 4009-2563
vinicius.galvaor@gmail.com
marthamcampos@hotmail.com

Se, nos tempos modernos, a velocidade de deslocamento das pessoas encurtou distâncias e modificou a noção de tempo e espaço, na contemporaneidade, a hipermobilidade dos fluxos de informações estreita ainda mais o planeta no sentido espaço-temporal (AUGÉ, 1994). Atualmente, as pessoas nem sempre presenciam, mas decerto visualizam uma superabundância de acontecimentos acessíveis por meios digitais. Com essa revolução, vivemos uma mudança de escalas, que inevitavelmente afeta a escala do corpo e sua relação direta com o espaço físico por meio da percepção dos lugares.

O espaço urbano e o desenho da cidade estruturam territórios que podem configurar inúmeras narrativas acerca dos lugares no decorrer do tempo. Ainda que o campo da morfologia esteja associado à políticas instrumentalizadoras de ocupação e uso do solo, sabe-se que as dinâmicas do cotidiano e as intervenções do Estado-mercado inferem diretamente nas mudanças morfológicas das cidades e, conseqüentemente, alteram os lugares.

É factível associar velocidade à passividade do indivíduo devido à superabundância de acontecimentos na atualidade. O corpo em movimento corre o risco de perder sua conexão com outras pessoas e lugares. Assim, a apatia dos sentidos, nos leva a entender que os cidadãos com acesso à mobilidade – como meio de transporte ou acesso digital – têm sua capacidade de percepção espacial reduzida (SENNETT, 2016). Se o modo de vida cotidiano, sobretudo citadino, é capaz de dessensibilizar o corpo humano, estudos sobre a subjetividade humana originam-se na tentativa de resgatar a potência dos sentidos e despertar o corpo para, no limite, perceber e se relacionar com o mundo. Portanto, nosso objetivo é, a partir de pesquisa subjetiva de um dos autores deste trabalho, refletir sobre como se percebe e se constrói a relação entre o Centro de Vitória (Espírito Santo, Brasil) – tomado como lugar(es) – e seus habitantes. Isso a partir da identificação de elementos – fixos e móveis, naturais e construídos – no espaço que sejam capazes de co-sensibilizar o pesquisador e os habitantes do lugar e, então, gerar discurso(s) expressivo(s) acerca do mesmo. Contudo, segundo Amatzuzi (2006), pesquisar a subjetividade exige primeiro um aproximar-se

experiencialmente dela para, posteriormente, compor um discurso expressivo acerca do lugar. A subjetividade do outro deve “tocar” o pesquisador, de modo que essa outra subjetividade tenha um significado humano para ele. Logo, é necessário migrar da perspectiva tradicional da ciência objetiva para uma mobilizadora e não apenas instrumentalizadora. Ainda conforme Amatuzzi (2006) e Feijoo (2011), a pesquisa fenomenológica caracteriza este tipo de estudo que transcende a relação sujeito-objeto, afastando-se do campo empírico tradicional e permitindo que o espaço emergja num estado não teorizante.

Adotamos o discurso fenomenológico como aporte conceitual, principiado pelos filósofos Husserl e Heidegger, e posteriormente conduzido pelo também filósofo Merleau-Ponty, a partir da afirmação de que “o corpo é o mediador com o mundo” e “o mundo é aquilo que nós percebemos” (1994).

Na primeira etapa da experiência, fundamentada na aproximação do pesquisador fenomenológico imerso no bairro Centro de Vitória por sete dias, foi desenvolvida uma narrativa² em primeira pessoa que descreve a origem da relação intersubjetiva do pesquisador com o lugar e outras pessoas. Na segunda etapa, houve a análise e síntese da experiência pelos pesquisadores para identificar, a partir da narrativa dada, elementos relevantes capazes de sensibilizar e despertar o corpo como “mediador com o mundo”.

Como resultado, percebemos que no Centro de Vitória a hipermobilidade causa um desequilíbrio na experiência sensorial em diferentes níveis que acompanham a transformação do bairro. A região fundacional, lugar do centro principal da cidade e de estrutura morfológica colonial de origem portuguesa, desperta uma consciência subjetiva ampla em contatos e interações, com elementos e pessoas distintas que levam a criar vínculos com o espaço. Enquanto que nas áreas ocupadas e urbanizadas desde o final do século XIX, e mesmo nas áreas situadas às margens da Baía de Vitória, com o vislumbre elementos naturais, embarcações e equipamentos náuticos, a experiência se enfraquece pela previsibilidade advinda da morfologia composta de um traçado urbano predominantemente retilíneo, pela pressa das pessoas em se locomover ou pela repetição banalizada de elementos construídos.

² A narrativa - propriamente dita - deste estudo constitui, por ora, uma ilustração do método e será exposta na oportunidade de apresentação de proposta de artigo completo para o evento.

Não pretendemos fazer apologia à um Centro nostálgico ou direcionar o entendimento da morfologia urbana à retrotopia de um passado mitificado, no sentido dado por Bauman (2017). Ao contrário, nossa contribuição é apostar na construção do olhar sensível, que possa tensionar o método científico tradicional e se voltar para o Centro de Vitória numa leitura renovada. Não à toa, temos nos dizeres do arquiteto capixaba Paulo Mendes da Rocha, em título de palestra a ser proferida em Vitória, a seguinte sentença: “Quem tem medo do Centro tem medo da liberdade”. A narrativa que ilustra este estudo encontra no sentimento de liberdade a síntese do lugar.

Palavras-chave: Narrativa; Subjetividade; Percepção; Fenomenologia; Morfologia urbana.

Referências

- Amatuzzi M. M. (2006) A subjetividade e sua pesquisa. *Memorandum* 10, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, abr. 2006
- Augé M. (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9ª Ed. Papirus.
- Bauman Z. (2017) *Retrotopia*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Feijoo A. M. L. C. (2011) A crise da subjetividade e o despontar das psicologias fenomenológicas. *Psicologia em estudo*. Maringá, v16 n.3, jul./set. 2011
- Merleau-Ponty M. (1994) *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sennett R. (2016) *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: BestBolso.

A verticalização e o espaço verde público dos Olivais Sul

Ana Tostões, Carolina Chaves

CiTUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
Av. Rovisco Pais 1, 1049-001 Lisboa, Telefone/fax: 00 351 21 841 7000

ana.tostoes@tecnico.ulisboa.pt
carolina.chaves@tecnico.ulisboa.pt

Símbolo da rutura da década de 1960, os Olivais Sul representam o primeiro ato de ação globalmente planeada de intervenção na cidade à grande escala com um novo programa de habitação social. Historicamente, consolida a expansão oriental da cidade de Lisboa e o papel do estado no planeamento e desenvolvimento urbano. Culturalmente, materializa visões da forma de habitar a cidade expressas em morfologias que refletem os debates e as contestações sobre a forma da cidade moderna.

Neste artigo procuramos compreender como no Bairro dos Olivais Sul em Lisboa, a contribuição anglo-saxónica da Garden-City e das New-Towns foi assimilada por uma cultura meridional que não estava habituada a valorizar o espaço verde público. Argumentamos que a forma urbana do Bairro dos Olivais destinado a habitação social, ocupando uma área de 186ha estabelecida para 40.000 habitantes, anuncia uma postura crítica às propostas radicais do Movimento Moderno, designadamente as resultantes do CIAM IV (1933) prolongando formalmente o Bairro de Alvalade que fora projetado para uma área e população sensivelmente iguais. Argumentamos que a conceção dos Olivais Sul deve menos à Carta de Atenas e muito mais ao espírito das New Towns inglesas.

No Bairro dos Olivais Sul, a Carta de Atenas abstrata e a Unidade de Habitação teórica foram contornadas pela experiência da realidade vivida. José Rafael Botelho, o seu autor, confessou mais tarde que "tinha vivido em Inglaterra e interessava-me muito o que lá se estava a fazer depois da guerra. E tinha andado pela Holanda onde a terra é algo que se conquista com muito esforço e, portanto, o respeito por ela é muito grande. Sem veleidades de não se pôr a comunidade à frente". E é justamente esse sentido do interesse público, capaz de cativar área livre para arborizar e ajardinar que é ainda hoje uma das mais-valias do bairro dos Olivais. Inclusivamente a criação de uma "reserva" natural situada bem no coração do bairro, o celebrado Vale do Silêncio, constitui um equipamento único: pela dimensão, pelo valor autêntico de

"natureza". Como referiu "ao olhar Lisboa, sempre foi evidente para mim que, com este clima, o exterior é valioso porque pode ser usado durante todo o ano. O adensamento da cidade é

um processo irreversível, portanto parecia-me também importante que se pudessem pôr dificuldades a que o espaço livre deixasse rapidamente de o ser, o que acontece mais facilmente caso seja particular. Deveria, portanto, ser público, mas de forma acessível. Quando se constrói uma cidade tem de haver folga para ela crescer quando houver novas necessidades da comunidade... E já que não podíamos dar condições de habitação melhores às pessoas pelas limitações de orçamento inerentes à habitação social, pelo menos que se lhes desse espaço para andar, para correr.”

Foram criadas novas áreas residenciais, planeadas com fracas densidades, desenvolvimento misto, coordenando edifícios altos e baixos, o todo estruturado com extensos espaços verdes. Parque e natureza tiveram um importante papel, combinados com o desenho do plano e das construções cuidadosamente integradas na natureza envolvente. A natureza, a topografia foi mantida no essencial, com colinas e vales. Finalmente, com a colaboração dos mais talentosos arquitetos foram concebidas inovações significativas. Queremos perceber porque se tornou um dos melhores conjuntos residenciais do seu tempo. Finalmente esperamos que esta reflexão clarifique o processo de planeamento urbano dos Olivais e globalmente de Lisboa, e possa contribuir para a construção de um plano de conservação urbana integrada.

Palavras-chave: Olivais Sul; Verticalização; Conservação Urbana Integrada; Espaços Verdes. Referências

- FREDERICO, F. C. (2014). *Densificação vs. Retracção: que futuro para os Olivais? (Re)pensar o tecido urbano a partir do espaço público*. Tese de Mestrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura. Universidade de Lisboa.
- Heitor, T. (2004). *Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala*, in Heitor, M. Brandão de Brito, J.M. e Rolo, F. (ed), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no sec.XX*, Grandes Temas, Vol.3, Edit. D. Quixote, Lisboa, pp.152-163.
- OLIVEIRA, T. C. (2012) *A evolução do planeamento urbano de Olivais Sul a Telheiras*. In: Conceição, Luís. *Dispersos de Arquitectura*. Portimão: Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. ISBN 978-972-788-403-2.
- TOSTÕES, A. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: Faculdade de Arquitectura, 1997.
- TOSTÕES, A. (2015), *Idade Maior. Cultura e tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Porto, FAUP. ISBN: 9789898527042.
- TOSTÕES, A. (2018), "The Housing Question", in *Modern Living in Southeast Asia. The Report of mASEANa Project 2017 4th & 5th International Conference*, Tokyo, Docomomo Japan, p. 11-14.
- TOSTÕES, A., Costa, S. V. (2009), "La vivienda como laboratório moderno", in *La vivienda moderna. Registro Docomomo Ibérico 1925-1965*, Madrid, Fundacion Caja de Arquitectura, p. 35-45. ISBN: 9788493669355.
- TOSTÕES, A. (2014), "High Density and the Investigations in Collective Form", *Docomomo Journal*, n. 50 – High Density, Lisboa, Docomomo International, p. 2-4. ISSN: 1380/3204.
- TOSTOES, A. (2016) "Where the desire may live or how to love mass housing From Cold War to the revolution", *ZARCH*, no5, Zaragoza, ISSN versión impresa: 2341-0531 / ISSN versión digital: 2387-0346. Copyright © 2016 ZARCH.
- TOSTÕES, A. (2004), "Obra Aberta: entre experimentalismo e contexto", in Tostões, A. (ed.), *Arquitectura e Cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera, 2004, p. 20-41. ISBN: 9725891279.

Tempos e perspectivas: a gênese do tecido e do traçado do sítio histórico da Prainha em Vila Velha/ES

Esdras Almonfrey, Melissa Oliveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha

Vila Velha/ES, 0055279962004456, Vila Velha/ES, 005511967444302

esdras-eduardo@outlook.com, melissa.oliveira@uvv.br

O sítio histórico da Prainha de Vila Velha/ES possui remanescentes dos primórdios da colonização brasileira e caracteriza-se como um importante patrimônio capixaba pelos valores históricos, arquitetônicos e culturais que simboliza. Essa pesquisa, realiza uma investigação sobre o tecido e o traçado desse sítio histórico com objetivo de identificar os fatores que estão na gênese da estruturação da sua forma urbana. Os objetivos específicos almejam identificar as principais mudanças e resistências advindas desse processo de transformação. O método utilizado baseia-se na fundamentação teórica da morfologia urbana a partir da escola portuguesa e na apreciação crítica do tecido da cidade e dos elementos que o compõem pautada na produção gráfica elaborada a partir de uma cartografia histórica. Os resultados evidenciam que o sítio histórico da Prainha constitui um local em permanente metamorfose, no qual o tempo e a forma expressam as mudanças e a resistência às suas transformações. A pesquisa visa contribuir para o avanço de pesquisas morfologia urbana e compreender a formação desse importante sítio capixaba.

Palavras-chave: morfologia urbana, forma urbana, tecido urbano, Prainha de Vila Velha/ES.

Referências

- Allain, R (2005) *Morphologie urbaine. géographie, aménagement et architecture de la ville*, Armand Colin, Paris.
- Cullen, G (1971) Paisagem urbana, Edições 70, Coimbra.
- Coelho, C D (2015) O tecido. Leitura e interpretação, in C D Coelho (coord.) *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa - os elementos urbanos*, v. I, Argumentum, Lisboa, 12-35.
- Espírito Santo. Secretaria de Estado de Cultura. Conselho Estadual de Cultura (2009) *Arquitetura. Patrimônio cultural do Espírito Santo*. SECULT, Vitória.
- Fernandes, S P (2015) O traçado. O sítio e a forma da cidade, in C D Coelho (coord.) *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa - os elementos urbanos*, v. I, Argumentum, Lisboa, 36-57.
- Justo, R (2014) O diacronismo do tecido. 100 anos do quarteirão do Monumental, in C D Coelho (coord.) *Cadernos de morfologia urbana. Estudos da cidade portuguesa - o tempo e a forma*, v. II, Argumentum, Lisboa, 50-69.
- Lamas, J (2004) *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Porto.
- Reis Filho, N G (1970) *Quadro da arquitetura no Brasil*, Perspectiva, São Paulo.

Reis Filho, N G (1968) *Evolução urbana do Brasil. 1500-1720*, Edusp/Pioneira, São Paulo.

Santos, P F (2001) *Formação de cidades no Brasil colonial*, ed. da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Santos, J (1999) *Vila Velha. Onde começou o Estado do Espírito Santo. Fragmentos de uma história*, GM editora, Vila Velha.

Trindade, L (2015) A malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução, in C D Coelho (coord.) *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa - os elementos urbanos*, v. I, Argumentum, Lisboa, 58-81.

Ventorim, L (2016) Colonização, <https://www.es.gov.br/historia/colonizacao>.

Morfometria urbana: o Atlas Morfológico de São Paulo

Heraldo Borges

Grupo de Estudo da Forma Urbana no Brasil (FU.bá), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Rua Itambé, 143 Edifício Cristiano Stockler das Neves (Prédio 9) 01302-907 São Paulo, SP Telefone/fax: +55 27 981371477

heraldo.borges@mackenzie.br

As cidades são cruciais para os seres humanos, a sociedade e o meio ambiente na atual era da urbanização, o 'século metropolitano'. O desempenho ambiental, econômico e social das cidades, nas próximas três a quatro décadas, moldará o futuro do planeta. E, no entanto, uma compreensão rigorosa e confiável de como as cidades mudam, ou seja, uma “ciência das cidades e do planejamento urbano”, hoje está apenas começando (Batty, 2013). A Morfologia Urbana clássica é o campo disciplinar constituído de teorias, conceitos e métodos para estudar as formas urbanas (traçados, ruas, lotes, edifícios, entre outros) e os atores e processos responsáveis pela sua transformação. A Forma Urbana refere-se aos principais elementos físicos que estruturam e moldam a cidade – os traçados, as ruas, os lotes, os edifícios, entre outros (Moudon, 1997). Atualmente o ISUF reconhece quatro grandes abordagens dos estudos morfológicos: a histórico-geográfica, a processual-tipológica, a configuracional e a analítico-espacial (Kropf, 2009). As duas primeiras privilegiam o caráter qualitativo da análise morfológica e as duas últimas, o quantitativo.

A moderna disciplina da morfologia urbana nos fornece um terreno para a análise comparativa das cidades, que inclui cada vez mais elementos quantitativos específicos. Damos um passo adiante em direção à definição de um método geral para a classificação da forma urbana ao utilizar o método da "morfometria urbana", baseado na morfometria e taxonomia nas ciências biológicas e desenvolvido na Urban Design Studies Unit da Universidade de Strathclyde coordenada pelo professor Sergio Porta. Morfometria é um ramo da biologia que se define como “o estudo estatístico da covariância entre mudanças de forma e fatores causais” (Brookstein, 1993) ficando explícito que a morfometria estuda exatamente as causas das diferenças de forma entre organismos, sejam elas ecológicas ou filogenéticas. Desta forma, esta pesquisa tem como principal objetivo estudar a forma física da cidade de São Paulo (recortada pelo limite municipal) a partir do campo disciplinar da Morfologia Urbana e do método da Morfometria Urbana. São Paulo é o Leviatã da América do Sul. Fundada por jesuítas portugueses em 1554, atualmente seus 12.176.866 habitantes (IBGE, 2018) ocupam

uma área de 1.527,40 km² (densidade de 7.972 hab/km²). O seu Produto Interno Bruto (em inglês, GDP) em 2015 foi cerca de R\$ 650 bilhões, o que equivale a 167 bilhões de dólares. Se a cidade de São Paulo fosse uma nação seria a 57^a maior economia do mundo ultrapassando países como Israel, Cingapura, Egito e Chile. O mais impressionante é que tudo isso foi alcançado a partir das décadas de 60 do século passado uma vez que até então São Paulo era uma cidade de pequeno-médio porte sem grandes problemas. A investigação intitulada “Atlas Morfológico de São Paulo” coordenada por este autor e desenvolvida junto aos alunos da componente pedagógica “Forma Urbana” do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie tem como principal objetivo contribuir para o entendimento da organização e relação mútua dos elementos morfológicos urbanos por meio das suas medidas quantificáveis além de desenvolver e validar uma taxonomia urbana estatisticamente confiável e universalmente aplicável. Apesar da propalada noção de caos e falta de planejamento, a análise a partir da Morfologia Urbana identifica e revela padrões e lógicas tanto na gênese como na transformação dos tecidos urbanos. A primeira questão metodológica a ser resolvida quando se enfrenta um objeto da magnitude da cidade de São Paulo é o recorte espacial. Resolveu-se isso a partir de um conjunto de 50 excertos de 1km² ao redor da residência de cada aluno. O resultado foi uma amostra bastante abrangente do município – que corresponde a cerca de 3,3% da sua área total e 4,6 da área urbana – uma vez que os alunos estavam distribuídos de forma relativamente homogênea com uma pequena concentração na região central.

A primeira etapa do estudo foi fazer uma análise diacrônica e qualitativa dos elementos da forma urbana: edifícios, lotes, quarteirões e ruas. Recorreu-se à bibliografia sobre a história urbana dos bairros estudados e às cartografias pretéritas de 1930, 1954, 1970/80 e 2004. Na sequência, cada aluno, com o auxílio do software livre QGIS, montou a base de estudo com as camadas de quadras, lotes e edifícios. Após isso iniciou-se a etapa de análises quantitativas calculando-se entre outras variáveis: a permeabilidade horizontal (privado x público), a permeabilidade vertical (cheios e vazios), a granulometria fundiária (dimensões e área dos quarteirões e lotes), entre outras. Os primeiros resultados corroboram a hipótese de que as transformações ocorridas nas últimas cinco décadas ao invés de caóticas e sem planejamento seguiram lógicas e padrões morfológicos identificáveis.

Palavras-chave: atlas, morfologia urbana, morfometria urbana, padrões morfológicos, São Paulo.

Referências

Batty M. (2013) *The New Science of Cities*. Cambridge: MIT Press.

Bookstein, F. L. (1993) A brief history of the morphometric synthesis. In: Marcus L. F., Bello E. and Garcia Valdecasas A. (eds.) *Contributions to Morphometrics*. Madrid: GRAFICAS MAR-CAR, S. A, pp. 15–40.

IBGE. (2018). *Projeções da população: Brasil e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE.

Kropf, K. (2009). Aspects of urban form. *Urban Morphology*, 13.2, 105-120.

Moudon, A. V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, 1, 3-10.

Porta, S. et al. (2011) Plot-based urbanism and urban morphometrics: measuring the evolution of blocks, street fronts and plots in cities.

Informal rooting: um atlas aberto

Alessandro Tessari, Angelica Benatti Alvim

Alessandro Tessari: Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da Capes (PNPD/Capes),

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil

Telefone: +55 11 98403-2383; e-mail: tessarialessandro@hotmail.com

Angelica Benatti Alvim: Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq.

Telefone: +55 11 99656-7560; e-mail: angelica.alvim@mackenzie.br

A temática dos assentamentos precários - sistema espacial, econômico e sociocultural - foi se impondo nas últimas décadas no centro da atenção crítica nos estudos das cidades e das metrópoles contemporâneas. Os dados sobre demografia urbana mundial nos revelam um crescimento exponencial dos assentamentos precários, ou assentamentos informais e da população que neles vivem, que atualmente ultrapassa 1 bilhão de pessoas. Este dado suscita as questões fundamentais sobre o papel que o fenômeno da informalidade está tendo e terá no cenário global contemporâneo e, está impondo uma reflexão madura sobre a explosiva e irrefreável mutação do conceito de urbanidade que isso comporta. Os assentamentos informais foram por muito tempo pensados e tratados como um fenômeno fraco e destinado para uma evolução mais ou menos forçada para uma configuração formal. Depois das experiências desastrosas dos tabula rasa que foi praticada até os anos '70 e que tinha como objetivo a destruição desses assentamentos sob a pressão econômica de uma cidade planejada, a contemporaneidade está evidenciando - contrariamente a esta visão, uma mudança de registro nas dinâmicas de desenvolvimento e o aparecer de um processo de enraizamento informal. Os assentamentos instáveis e precários, mesmo após remoções parciais ou alterações nas suas formas e dinâmicas, calcificavam-se no espaço e, em muitos casos, se estruturavam em si mesmo e permaneciam sedimentados no imaginário coletivo produzindo uma inédita mutação física e cultural da cidade. Esta mudança de paradigma está gerando cada vez mais de forma difusa fenômenos de não-substituição: a população dos assentamentos precários - em constante e progressivo crescimento - se consolida e se torna estável. O enraizamento se expressa através de um crescente senso de pertencimento social da população e, sobretudo, através o corpo físico desta cidade que começam a mudar e assumir lógicas de estabilidade e reorganização. Os assentamentos precários, buracos negros nos mapas das cidades urbanas iniciam a interação com a cidade reivindicando o seu direito de existir; se inserem no skyline das megalópoles mudando o seu ordenamento,

revirando as hierarquias e desenhando inéditas centralidades. Enraizando-se criam novas topografias artificiais e constroem novas geografias, invadem áreas de transição e espaços residuais, urbaniza de forma imprevisível e vastos territórios naturais.

No sulco aberto desta temática se insere o trabalho. Uma ampla literatura de diferentes disciplinas que abrange as ciências sociais tem procurado examinar as modalidades de desenvolvimento e transformação dos assentamentos precários, as práticas comunitárias que neles se criam e suas dinâmicas de enraizamento identitário e cultural. Poucos estudos têm focado a sua atenção sobre as formas urbanas e espacial e espaciais produzidas, assumindo a análise morfológica como instrumento estratégico de indagação, de compreensão e de interpretação do fenômeno.

O trabalho se propõe a afrontar de modo sistemático e rigoroso a leitura do enraizamento informal, analisando de um ponto de vista morfológico o tecido urbano de quatro favelas do Rio de Janeiro, âmbito de observação privilegiado a respeito da informalidade. Estes territórios, depois de terem sido longamente atravessados, observados, levantados, mapeados e redesenhados, são analisados em escala territorial, para sondar as incidências do enraizamento nas metrópoles, e em escala espacial, para identificar e compreender as sintaxes de evolução e de micro transformação de seu tecido urbano. A ideia de base do trabalho é a de olhar estes territórios com “olhos de arquiteto”, superando o muro representado pela hipercomplexidade, marginalidade e dificuldade de acesso. O fim é o de construir um específico e inédito “catálogo informal” que reúna o patrimônio de ações, formas e espaços urbanos gerados “dentro do enraizamento”, e utilizável como instrumento de conhecimento e interpretação rigoroso da informalidade. As temáticas confrontadas neste estudo buscam dar uma significativa contribuição – se não uma resposta – a questões de particular atualidade no debate científico: quais cenários urbanos se geram a partir do enraizamento informal? Qual gramática urbana e espacial se geram? Pode a teoria urbana absover estas novas questões e traduzí-las em precisos métodos de ação de projeto?

Palavras-chave: Assentamentos precários; forma urbana; enraizamento; morfologia informal; espaço contínuo informal.

Referências

BERENSTEIN JACQUES, P. (2001). Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da arte de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da palavra.

DUARTE, C. F. (2006). Forma e movimento. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB.

JACOBS, J. (2000). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

LEFEBVRE, H. (2000). La production de l'espace. Paris: Ed. Anthropos.

PERLMAN, J. (2002). O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, M. (1999). A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

Fradinhos e Maruípe - Vitória - ES: a Formação e a Transformação dos Bairros

Luciana Nemer

TAR-PPGAU-EAU - Universidade Federal Fluminense e PPGHIS - Universidade Federal do Espírito Santo
Rua José Bonifácio nº 36 São Domingos – Niterói e Avenida Carlos Moreira Lima nº 61 ap 404 Bento Ferreira – Vitória
Telefones: 5521998068108-5527998236747
luciananemerdiniz@gmail.com

Com o pós-doutorado em andamento, realiza-se pesquisa sobre os bairros Fradinhos e Maruípe em Vitória pela sua relevância na formação da cidade. O objetivo é registrar o crescimento de ambos dando prioridade ao período de sua formação, que iniciou o desenvolvimento a partir dos anos 20 do século passado. De forma mais específica foram examinadas as plantas e demais desenhos para caracterização dos bairros segundo a influência dos atores responsáveis por sua formação, das demandas sociais e econômicas do período. Os mesmos têm sido os referenciais sobre o arruamento, desenho urbano e volumetrias. Em acervos e arquivos do município, do Estado do Espírito Santo foram realizadas pesquisas iconográficas, cartográficas e a documentos governamentais que contribuíram para o levantamento histórico. Bastante conhecido é o fato da capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, ter se expandido dentro da área insular e neste processo delineou caminhos em direção à área continental. Fradinhos e Maruípe fazem parte deste caminho natural, o primeiro tem seu nome ligado à presença dos jesuítas, donos das terras da região. A prefeitura de Vitória somente formalizou a criação do bairro nos anos 60 do século passado, no entanto, a ocupação de Maruípe remonta ao período colonial tendo em vista que a ligação da ilha com o continente era somente realizada por via marítima ou pela ponte da Passagem (1801), que ficava localizada na direção oposta à área central. O bairro herdou o nome da língua indígena onde Maruípe significa Caminho de Mosquitos. Este caminho que cruzava o bairro é considerado a primeira estrada no município. A área de ambos tem sua história ligada à ocupação de duas fazendas. A região se tratava parte de uma cidade que ficava fora dos seus limites coloniais, e, portanto, era considerada um arrabalde. Há 100 anos, no governo de Nestor Gomes (1920-1924), houve segundo Derenzi, em favor do crescimento da cidade, a desapropriação de parte dos terrenos do Barão de Monjardim para construir as estradas Fradinhos e Maruípe (DERENZI, 1995, p.155). No entanto Botechia afirma que a estrada de Maruípe antecede este período: “Na passagem do século XIX ao XX [...] as ligações entre o núcleo urbano inicial e o subúrbio se davam a partir de caminhos e estradas.” (BOTECHIA, 2018, p.37). A ocupação de Fradinhos também está ligada ao abastecimento d’água. Os

córregos Jucutuquara e Maruípe foram propulsores para o desenvolvimento da região. Conforme dados da PMV o bairro começou a ser ocupado na década de 70, quando os herdeiros da família Monjardim, Varejão e Dalma Almeida, este último proprietário da maior gleba, cerca de 100 mil m², começaram a lotear o local (PMV, 2019). O bairro de Maruípe, também formado a partir de uma fazenda - a Fazenda Maruyphe. Para Botechia a urbanização de Maruípe se deu paulatinamente a partir do desmembramento das duas principais fazendas coloniais (além de sítios) – Maruípe e Jucutuquara, e ocorreu mais intensamente durante todo o século XX, quando se mesclam ações de agentes imobiliários privados, ações individuais e do Poder Público (BOTECHIA, 2018. p.26). Em 1897, a fazenda Maruípe localizava-se ao lado da fazenda Jucutuquara, compreendendo uma área total de 4.620.000,00 m² que se estendia do atual bairro Santa Cecília até a Ponte da Passagem (MONJARDIM *apud* VIEIRA, 2019, p. 1). Vieira acrescenta que Maruípe foi formado a partir de glebas pertencentes aos herdeiros do Barão Monjardim e por outro loteamento - Nossa Senhora da Consolação, em Gurigica e ainda pelas invasões nos morros e mangues (VIEIRA, 2019, p.1). Fradinhos e Maruípe possuem paisagem natural carregada de símbolos, como a Pedra do Frade, o Parque da Fonte Grande e o Horto de Maruípe. Os rios, mesmo canalizados, retomam a questão do abastecimento e do sanitário. O eixo Maruípe, ou Avenida Maruípe, tão estudada desde caminho para as tropas, como a nomeou Saturnino de Brito, à ligação arterial municipal, é relevante nos fluxos do transporte. Neste trabalho se descreve os elementos naturais e construídos que marcam a paisagem e se analisa a ocupação humana que determinou e vem desenhando o perfil desses bairros de Vitória.

Palavras-chave: bairro, desenvolvimento, Fradinhos, Maruípe.

Referências

- BOTECHIA, Flávia Ribeiro. A forma indelével: um estudo sobre a persistência morfológica em Maruípe. Vitória: Edição do autor, 2018.
- DERENZI, Luiz Serafim. Biografia de uma Ilha. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.
- PMV - Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória em dados – Fradinhos. Disponível em: < <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao3/fradinhos.asp> > Acesso em: 20 dez. 2019.
- VIEIRA, Aguinaldo Fritoli. Maruípe - Histórico do Bairro. Disponível em: < <http://www.amomaruipe.com.br> > Acesso em: 20 dez. 2019.

Investigar o habitar para melhor o planejar

Patrícia Bento d'Almeida, Teresa Marat-Mendes, João Cunha Borges, Sara Lopes

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA' CET-IUL
Av. das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal, Telefone/fax: 00 351 210464031

patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt

teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

joao_cunha_borges@iscte-iul.pt

sara_alexandra_lopes@iscte-iul.pt

Questões relacionadas com a habitação e o seu uso conduziram desde cedo a diversos estudos e metodologias de análise do espaço urbano e edificado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Na Divisão de Construção e Habitação (1961) do Departamento de Edifícios e Pontes do LNEC, Nuno Portas (n. 1934) e a sua equipa de investigadores desenvolveram vários trabalhos de análise no âmbito da habitação e da forma urbana (Cabral, 1968), para apoio ao projeto arquitetónico. Numa primeira fase, através do *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação* (Portas e Gomes, 1963), o espaço do habitar foi investigado relacionando o seu uso e a sua forma. Através de questionários, interrogou-se a dona de casa relativamente aos anos de ocupação da respetiva habitação; ao número de pessoas que habita o alojamento; ao local das refeições; à utilização que esta dá à varanda; etc. Quanto à forma, procedeu-se ao registo gráfico da disposição do mobiliário e equipamento nas várias divisões da casa. Contudo, a transformação urbana que caracterizou o período pré-revolucionário português, exigiu o alargamento das áreas de estudo, o habitar, também ao espaço urbano. Era então necessário analisar a relação da habitação com a própria vida urbana, e não somente a doméstica. No LNEC, a arquiteta-investigadora Maria da Luz Valente Pereira (n. 1934) dedicou grande parte do seu tempo a esta temática, tendo desenvolvido o *Inquérito à utilização da cidade* (LNEC, 1970), o que permitiu identificar as rotinas diárias dos habitantes da cidade de Lisboa, e a sua relação com as formas dos espaços urbanos. Também ao nível do espaço urbano se desenvolveram entrevistas em diversos locais da cidade, incluindo diferentes classes socioeconómicas. Convidou-se o inquirido a identificar numa planta da cidade o “local onde habita” e os locais por si utilizados com maior frequência para “abastecimento”, “serviços”, “convívio” e “tempos livres”. Com estes inquéritos, aplicou-se no âmbito da arquitetura e do urbanismo uma nova linha de investigação no LNEC, com recurso a técnicas e métodos provenientes da sociologia. Os estudos do espaço do habitar e do espaço urbano conduzidos no LNEC entre 1961 e 1979, informados por metodologias e inquéritos de análise, permitiram aos arquitectos

envolvidos, nomeadamente a Maria da Luz Valente Pereira, responder às problemáticas urbanas da época através da identificação das soluções de desenho urbano que melhor respondessem a esses problemas. Hoje, passadas mais de quatro décadas, e perante o desafio da sustentabilidade, o planeamento urbano e o desenho urbano continuam sendo centrais para dar resposta a uma coerente utilização do espaço urbano e do habitar, pois estes têm implicações nas atividades humanas e na minimização dos seus impactos no ambiente. No âmbito de um projeto científico em curso, SPLACH, que visa informar futuras políticas de planeamento mais sustentáveis, foram conduzidas várias entrevistas e análises a espaços urbanos de uso agrícola na cidade de Lisboa, no sentido de se identificarem as suas morfologias. Um maior entendimento destes espaços permitirá, em nosso entender, informar opções de desenho urbano e de planeamento tendo em conta as questões do sistema alimentar e da sustentabilidade de hoje (Moorcroft, 1972; Napawan, 2016; Delgado, 2018).

Embora nos anos 60, as questões da “Sustentabilidade” não estavam na ordem do dia no LNEC, este período constituiu um momento criativo em termos de metodologias de investigação e do entendimento do espaço do habitar e do coletivo. Geraram-se novas linhas de investigação, inovadoras no âmbito da arquitectura e do urbanismo em Portugal. Na presente comunicação, face às problemáticas contemporâneas da Sustentabilidade, propomos uma revisão das metodologias de análise do espaço urbano e do habitar propostas pelo LNEC e as propostas pelo Projeto SPLACH.

Palavras-chave: Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Habitar; Metodologias de Investigação; Sustentabilidade, Maria da Luz Pereira.

Referências:

Cabral BC (1968) Racionalização de soluções de organização de fogos: Formas de agrupamentos da habitação. Lisboa: LNEC.

d’Almeida PB, Marat-Mendes T (2020) 30 anos entre engenheiros: Maria da Luz Valente Pereira, a arquitecta que estudou a Cidade e o Território no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas 5º workshop - DINAMIA’CET – IUL, Lisboa.

Delgado C (2018) Contrasting practices and perceptions of urban agriculture in Portugal, *International Journal of Urban Sustainable Development* 10 (2): 170-185.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1970) Organização e qualidade do espaço urbano – Inquérito à utilização da cidade, LNEC, Lisboa.

Moorcroft C (ed, 1972) Designing for survival, *Architectural Design*, July: 413-433.

Napawan NC (2016) Complexity in urban agriculture – the role of landscape typologies in promoting urban agriculture's growth, *Journal of Urbanism* 9 (1): 19-38.

Pereira MLV (1990) *A utilização da Cidade. Um estudo sobre a cidade de Lisboa*, LNEC, Lisboa.

Pereira MLV (1983) *A Forma Urbana no Planeamento Físico*, Lisboa, LNEC.

Portas N, Gomes R (1963) *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação*, LNEC, Lisboa.

O Paço dos Duques de Bragança, no contexto da evolução da morfologia urbana de Lisboa

Inês Lourenço Graça

Lab2PT, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho
Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães, 253 510 500
ines.lourenco.graca@gmail.com

Pouco estudado pela história da arte e da arquitetura, o Paço dos Duques de Bragança em Lisboa – compreendido no perímetro definido pela intersecção das ruas António Maria Cardoso e dos Duques de Bragança com a rua Vítor Cordon, no Chiado – terá permanecido relativamente esquecido pós-terramoto e incêndio de 1755. A investigação que desenvolvemos recorre a uma aproximação metodológica ao edifício através da análise dos trabalhos publicados sobre o Paço durante o século XX recorrendo, sempre que necessário, a obras de referência da História portuguesa e da cidade de Lisboa, à cartografia atual de Lisboa, às iconografias da cidade e ao estudo *in-situ* do palácio, verificando a existência de eventuais reminiscências no local.

Este Paço – morada dos Duques de Bragança em Lisboa até à Restauração da Independência – terá sido construído no início do século XVI por ordem de D. Jaime (n.1479–f.1532), após o seu regresso do exílio em Castela em 1496. Neste mesmo ano, o rei D. Manuel I confirma de novo todos os privilégios concedidos à Casa de Bragança, antes da sua dissolução em 1483. A sua edificação junto à cerca do Convento de S. Francisco na encosta da colina de S. Roque, hoje Faculdade de Belas Artes de Lisboa, estaria provavelmente relacionada com a proximidade do Duque D. Jaime à Ordem de S. Francisco – tendo, inclusive, patrocinado a fundação de vários conventos franciscanos observantes nas suas jurisdições – mas, principalmente, com a situação estratégica de que a encosta de S. Roque gozava na viragem do século XVI. Situado numa cota intermédia em relação ao recentemente construído Paço da Ribeira e ao Paço da Alcáçova, no Castelo, a implantação do Paço Ducal obedece a desígnios específicos que, no nosso entendimento, procuram uma situação topográfica que garanta visibilidade e domínio territorial – as vistas desfogadas sobre a foz do Tejo ainda hoje se verificam, apesar da densificação da zona do Bairro Alto.

Torna-se, portanto, pertinente enquadrar temporal e espacialmente esta área. Nos alvares do reinado de D. Manuel I observa-se uma expansão urbana em direção a ocidente – uma zona que, até à construção da cerca fernandina (1373-75), integraria os arrabaldes da cidade. O plano de reordenamento manuelino alterou significativamente a dinâmica de Lisboa através

de intervenções pontuais em locais chave conjugadas com uma reconfiguração atenta e orientada da malha urbana da zona ribeirinha, e impulsionadas por um novo entendimento de espaço urbano em função da empresa marítima. Nesse sentido, e tendo em consideração o galopante crescimento da cidade suportado tanto por iniciativas régias como de carácter privado – nomeadamente, o estabelecimento de vários bairros residenciais junto ao tramo ocidental da cerca fernandina, tais como a Vila Nova de Andrade (em 1498 e ampliada em 1513), a Vila Nova do Olival (1501) e os quarteirões de Cata-que farás (1501-02), na esteira da já urbanizada Vila Nova de Santa Catarina (1410), a primeira intervenção urbanística concertada de grande escala em Lisboa (Carita, 1999) – a escolha da encosta da colina de S. Roque, e a pertinência da construção de um novo Paço Ducal, explica-se através da conjugação dos fatores de índole política e territorial que caracterizaram o período da viragem do século XV para XVI, num ambiente de profunda mudança e com intervenções decisivas na conceção de cidade.

No entanto, este estudo ganha uma nova dimensão quando analisada a permanência da forma urbana desde a sua configuração até à atualidade. Cinco séculos volvidos, e apesar dos trágicos eventos de 1755, as dinâmicas fomentadas tanto pelas urbanizações manuelinas como pelo próprio Paço Ducal ainda são legíveis no tecido urbano. Desde a perenidade dos topónimos – como a colina de S. Roque, posteriormente bairro alto de S. Roque e, recentemente, conhecido como Bairro Alto – até à própria configuração do quarteirão que, como verificado através do redesenho, e subsequente análise, da cartografia atual em função das permanências seculares obedece ainda à matriz seiscentista levantada por Tinoco (1650). Assim, propomos uma investigação que analise, com particular enfoque, a conformação e manutenção de princípios morfológicos estruturantes ao tecido urbano que se desenvolveram em função do Paço dos Duques de Bragança.

Palavras-chave: Lisboa; Paço dos Duques de Bragança; Intervenções Manuelinas; Permanências histórica; Bairro Alto.

Referências

- Caetano, C (2004) A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII), Pandora, Lisboa
- Calado, M (2001) O Convento de S. Francisco da Cidade, Faculdade de Belas Artes, Lisboa

- Castilho, J (1937) Vol. VIII, in Lisboa Antiga. Bairros Orientais, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa
- Carita, H (1999) Lisboa Manuelina, e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521), Livros Horizonte, Lisboa
- Conceição, A (1750) Demonstração Histórica da Primeira e Real Paróquia de Lisboa, de que é Patrona e Titular N. S. dos Martyres, Officina Inácio Rodrigues, 2 vols, Lisboa
- Holanda, F (1984) Da fábrica que falece à cidade de Lisboa, (ed.) José Feliciano Alves, Livros Horizonte, Lisboa
- Moraes, I. P. (1804) Itinerario lisbonense, ou, Directorio Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc. que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa com os seus próprios nomes, principio, e termo, indicados dos lugares mais conhecidos, e gerais, para utilidade, uso, e comodidade dos estrangeiros, e nacionaes, Impressão Regia, Lisboa
- Moita, I (1994) O Livro de Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa
- Oliveira, N (1991) Livro das Grandezas de Lisboa. Vega, Lisboa
- Pacheco, M (2016) O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos, in João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo, Miguel Gomes Martins (coord) Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes, 313-352
- Pereira, P (2008) Lisboa. Porta do Mundo, in Neue Welten, Die Portuguesiesche Entdeckung bis 16 jahr-17 jahr, Deutsches Historisches Museum, Berlin
- Rossa, W (2004) Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade, in Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos (coord.) D. João III e o Império. Actas, Centro de História Além-Mar, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, 947-967
- Rossa, W (2015) Lisboa: da busca de imagem de capital, in Rossio. Estudos de Lisboa 5: 29-43
- Silva, A. V. (1942) Os Paços dos Duques de bragança em Lisboa: Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida, in Olisipo 20: 193-220
- Silva, A. V. (1943) Os Paços dos Duques de bragança em Lisboa: Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida, in Olisipo 21: 3-31
- Silva, A. V. (1950) Plantas Topográficas de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa
- Silva, A. V (1987) A Cerca Fernandina de Lisboa (1948), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa
- Senos, N (2002) O Paço da Ribeira: 1501-1581, Editorial Notícias, Lisboa
- Trindade, L (2013) Urbanismo na composição de Portugal, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra
- Trindade, L (2013) A Malha. Fazer Cidade no Portugal Medieval: agentes, programa e execução, in Carlos Dias Coelho (coord) Os Elementos Urbanos, Argumentum, Lisboa, 58-81
- Trindade, L (2015) Desenho: Discurso e Instrumento, in Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar, Walter Rossa, Margarida Calafate Ribeiro (org), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 401-452
- Trindade, L (2017) Casas da Corte nas margens do rio: o Tejo como curso e paisagem, in M^a del Mar Lozano Bartolozzi, Vicente Méndez Hernán (ed) Pasajes Culturales del agua, Servicio de Publicaciones de la Unievrnsidad de Extremadura, Cádiz

Investigação morfológica e prática profissional em planeamento, desenho urbano e arquitetura

Vítor Oliveira

Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Rua Roberto Frias 4200-465 Porto, Portugal, 00351225081903. E-mail: vitorm@fe.up.pt.

Esta apresentação, e o livro que a suporta, é sobre a relação entre investigação científica e prática profissional no ambiente construído. A forma física das cidades é estruturada em diferentes elementos de forma urbana – ruas, praças, jardins, quarteirões, parcelas, edifícios comuns e excepcionais. Cada um destes elementos, e o modo como se combinam em padrões distintos, é moldado por vários agentes e processos de transformação. O planeamento, o desenho urbano e a arquitetura são atividades orientadas para a prática que têm um impacto significativo sobre estes elementos. No entanto, esta ‘ação’ sobre a forma física das cidades tende a distanciar-se do ‘conhecimento’ científico existente sobre este objeto complexo. Na verdade, nenhuma das três atividades está fortemente relacionada com a morfologia urbana, a ciência da forma urbana. Existem várias razões para este vazio. Uma delas é a falta de exemplos significativos de como a passagem da investigação para a prática pode acontecer. A apresentação aborda este problema específico, recorrendo a uma série de casos, desenvolvidos nos últimos anos em diferentes contextos geográficos – da América Latina à Ásia Oriental – que exemplificam como passar da investigação científica à prática profissional.

Palavras-chave: relação teoria e prática, morfologia urbana, planeamento urbano, desenho urbano, arquitetura

Referências

Oliveira V (ed.) (2021) Morphological research in planning, urban design and architecture, Springer, Cham.

Contração e Colmatação: análise de intervenções à escala da parcela

Ana Mélice Dias, Vítor Oliveira

Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Rua Roberto Frias 4200-465 Porto, Portugal, 00351225081903.

E-mail: anamelicedias@fe.up.pt, viform@fe.up.pt.

Após um longo período dominado por fortes dinâmicas de expansão urbana, no início do século XXI tornou-se clara a emergência de novas tendências, incluindo a contração. De um modo geral, este fenómeno é identificado pelo declínio a nível populacional, económico e de importância a diferentes escalas geográficas. Esta tendência não é nova. Ao longo da história, ciclos de crescimento e 'decrecimento' têm sido constantes. Contudo, a cada novo ciclo torna-se importante reconhecer estas tendências e os seus catalisadores, de modo refletir sobre as suas consequências e planejar para o seu futuro. Neste caso, o novo ciclo é iniciado com " (...) uma inversão do pensamento dominante sobre a Cidade e a urbanização, que se traduz na ideia de que as cidades já não precisam crescer." (Pais, 2017, p. 258). Isto marca uma clara rutura com as preferências de expansão ininterrupta passada, e por vezes ainda dominante. Contudo, a expansão tem variados problemas, como o consumo elevado de recursos e a resposta a uma crescente procura por serviços urbanos. No entanto, sob o novo paradigma de contração, a pressão populacional é aliviada, a reserva edificatória aumenta, a procura reduz. Estas alterações proporcionam 'espaço' para refletir sobre como evitar o ressurgimento destes problemas e exigem novas intervenções que os adequem às necessidades atuais (Sousa & Pinho, 2015). É neste espaço de reflexão e experimentação que se tem desenvolvido o conceito de colmatação urbana. Definida como uma operação de expansão endógena que visa a regeneração ou requalificação urbana, a sua implementação associa-se simultaneamente à rentabilização de preexistências e à melhoria do funcionamento da cidade a partir do fortalecimento de conexões entre elementos urbanos. Assim, a sua implementação permite preencher lacunas nas cidades, tirando partido das novas dinâmicas criadas pela contração.

Aqui referimo-nos a edifícios e parcelas vagas, que proporcionam oportunidades de minimizar o consumo de solo, de reestruturar a organização das cidades e de regenerar áreas urbanas, com projetos de densificação e diversificação socioeconómica, ou espaços públicos abertos (Sousa & Pinho, 2015). É necessário considerar que, a par das vantagens da colmatação já mencionadas, existe a possibilidade de serem gerados impactos adversos, nomeadamente a

nível do congestionamento e gentrificação (Danielsen et al., 1999; Ooi & Le, 2013; Steinacker, 2003). Reduzir esta possibilidade e promover resultados positivos, está dependente do aprofundar do conhecimento sobre a Colmatação, os seus impactos e as forças que os influenciam. Neste âmbito, é importante reconhecer que as dinâmicas socioeconómicas discutidas influenciam e são influenciadas pela forma urbana (Bobkova, 2019). No caso específico da Colmatação, estas trocas desenrolam-se à escala da parcela. Deste modo, a compreensão da Colmatação e o do papel que pode vir a desempenhar neste momento transitório, passa por uma reflexão sobre alterações no sistema de parcelas. Duas dimensões surgem como cruciais neste aspeto: por um lado, a jurídica e económica, e por outro, a morfológica (Kropf, 2018). Enquanto a primeira permite entender como estas dimensões impactam a forma final (Gallagher et al., 2020; Marcus et al., 2017), a segunda contextualiza as operações e os seus impactos no espaço e na população abrangida (Bobkova, 2019; Oliveira, 2016). Assim, sugere-se que as dinâmicas que decorrem à escala da parcela estão intrinsecamente relacionadas com os ciclos de crescimento e decrescimento urbano. Para agir sobre o primeiro é necessário refletir sobre o todo. Estar ciente destas transformações permite identificar o potencial existente em cada novo ciclo e atuar sobre as necessidades concretas da população.

Em relação ao atual momento de contração, as transformações urbanas decorrentes estão a pôr em evidência a valorização e melhoria do existente. Intervenções que potenciam este ponto de vista, nomeadamente a Colmatação, devem ser privilegiadas. Contudo, estas operações não atuam num vácuo, daí a importância de compreender os seus impactos e as forças que os orientam. Este conhecimento poderá potenciar os benefícios e evitar as possíveis desvantagens e o resultante desperdício de recursos, facilitando a transformação do espaço urbano em algo que reflete os ideais e as necessidades atuais. O objetivo fundamental deste artigo é o desenvolvimento de uma reflexão sobre as diferentes alterações que ocorrem ao nível da parcela, através de operações de Colmatação, analisando o seu impacto nos ciclos de crescimento e decrescimento urbano. Pretende-se explorar a literatura relativa à parcela para identificar quais das suas dimensões proporcionam oportunidades de intervenção no sentido de regenerar o espaço urbano, de modo a melhor se adequar a este novo paradigma de contração.

Referências

- Bobkova, E. (2019). Towards a theory of natural occupation. Chalmers University of Technology, unpublished PhD thesis
- Danielsen, K. A., Lang, R. E., & Fulton, W. (1999). Retracting suburbia: Smart growth and the future of housing. *Housing Policy Debate*, 10(3), 513–540.
- Gallagher, R., Sigler, T., & Liu, Y. (2020). Targeted urban consolidation or ad hoc redevelopment? The influence of cadastral structure and change on the urban form of Brisbane, Australia. *Urban Geography*, 41(2), 183–204.
- Kropf, K. (2018). Plots, property and behaviour. *Urban Morphology*, 22(1), 5–14.
- Marcus, L. H., Bobkova, E., & Pont, M. B. (2017). Plot systems and property rights : morphological , juridical and economic aspects. XXIV International Seminar of Urban Form, Valencia, September.
- Oliveira, V. (2016). *Urban Morphology An Introduction to the study of the physical form of cities*. In Springer Cham.
- Ooi, J. T. L., & Le, T. T. T. (2013). The spillover effects of infill developments on local housing prices. *Regional Science and Urban Economics*, 43(6), 850–861.
- Pais, C. (2017). *A Colmatação Estruturante - Conceito Instrumental para o Ordenamento da Cidade*. Instituto Superior Técnico, unpublished PhD thesis
- Sousa, S., & Pinho, P. (2015). Planning for Shrinkage: Paradox or Paradigm. *European Planning Studies*, 23(1), 12–32.
- Steinacker, A. (2003). Infill development and affordable housing: patterns from 1996 to 2000. *Urban Affairs Review*, 38(4), 492–509.

Usos comerciais no centro de Vitória: indexação e georreferenciamento histórico da base de dados da década de 1940

Flavia Botechia, Amanda Ferreira, Gabrielly Vieira, Lina Leal, Vitória Barroca

Centro de Artes, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo

Avenida Fernando Ferrari, Telefone/fax: 00 51 2740092565, Vitória, Espírito Santo, Brasil

flaviabotechia@gmail.com

Para MRG Conzen, principal expoente da abordagem morfológica histórico-geográfica (Kropf, 2009), a investigação acerca das estruturas urbanas deve estar amparada na visão tripartite da paisagem considerando: aspectos bidimensionais (o plano urbano), aspectos tridimensionais (o tecido urbano) e o padrão de uso e ocupação do solo.

Os usos e atividades comerciais e/ou serviços veem identificando a cidade, e sendo por estes identificada, numa relação indissociável ao longo de séculos, estando o comércio relacionado à própria formação dos primeiros núcleos urbanos: cidades portuárias, cidades industriais, cidades mercantis (Freeman, 2019).

Uma das classificações de uso do solo mais diretamente associadas à várias áreas centrais, no contexto brasileiro, é a do comércio varejista, movimentando fluxos diários de deslocamentos de pedestres e veículos motorizados (ou não), de finanças e impostos, sendo inclusive indicador de vitalidade urbana. A atividade varejista atua ainda como polarizadora e conectora de áreas no contexto intraurbano e mesmo metropolitano. Fator este que pode vir a oferecer, quando relacionados à determinados bairros, comércios muito específicos como é o caso dos mercados municipais nos centros urbanos ou venda de pescado em bairros tradicionais e lindeiros à cursos d'água.

Pensando dessa maneira, e dando continuidade à pesquisa maior Atlas urbanístico de Vitória (Botechia, 2019), que aborda questões relacionadas aos planos urbanos, soma-se o subprojeto Usos comerciais no centro de Vitória que por sua vez tem como objetivo geral elaborar uma banco de dados acerca dos usos do solo, especialmente de perfil não residencial, no centro da cidade de Vitória, na primeira metade do século XX, a partir de documentação histórica.

Justifica-se este recorte territorial por se tratar do núcleo inicial de ocupação e o recorte temporal por abarcar período histórico pré polinucleação impulsionada na década de 1960, ou seja, quando ainda por hipótese a grande maioria das atividades de comércio e serviços da cidade localizava-se na região central histórica.

Ademais das justificativas elencadas relativas à fatores tanto de espaço quanto de tempo destaca-se a existência de documentos cartográficos, fotográficos e iconográficos que dão suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Além do acervo cartográfico conhecido também se entende que a viabilidade de execução desta pesquisa ampara-se no acervo digital da Revista Vida Capichaba, publicada entre as décadas de 1920 e 1970, totalizando cerca de 700 números atualmente digitalmente custodiados pela Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional do Brasil. Neste primeiro momento as atividades de investigação foram concentradas em documentos da década de 1930 a 1940.

Ocorre que na observação preliminar das propagandas publicadas na referida Revista há diversos anúncios que expõe dados relacionados a localização de usos comerciais e de serviços (ou seja, não residenciais) no centro de Vitória. Nota-se que a referência a localização feita aqui não é gratuita. Trata-se de fato da publicação de diversos endereços, com indicação de rua, número, tipo de atividade, telefone, dentre outras. Em que pesem especificidades mais ou menos detalhadas desses usos do solo, os dados constantes nas propagandas são suficientes para elaboração de um banco de dados.

Isto posto, um dos resultados desta pesquisa, em andamento, foi produzir uma base de dados a partir do material coletado de modo a permitir análises que derivem em concentrações, especializadas, perfil comércio/serviços. Outro resultado foi espacializar os dados obtidos recorrendo ao georreferenciamento histórico, agregando, portanto, em uma única base informações alfanuméricas a partir dos endereços coletados. Trata-se, portanto, de pesquisa que envolve, além da formação de base teórica obtida por meio de consulta a documentos textuais, os procedimentos de recolha documental, espacialização de dados em software de geoprocessamento, classificação e análise comparativa.

Como pano de fundo que dá suporte a esta iniciativa estão as noções de Humanidades Digitais e Ciência Cidadã, que visam desde a identificação e valorização documental histórica à utilização de novas tecnologias da informação para promover o acesso digital, análise e visualização de documentos (Coelho, 2019, Sampaio; Matos, 2020). No que se refere especificamente às Humanidades Digitais esta constitui-se desde sua concepção como uma transdisciplina (com interpenetração de especialidades), portadora de métodos e de perspectivas ligadas a ideia de permanência e de durabilidade incrementada pelas

ferramentas das tecnologias digitais no domínio das ciências humanas e sociais (Dacos, 2010).

Palavras-chave: morfologia urbana; rua; usos do solo; Vitória

Referências

Botechia F R (2019) Plataforma digital interativa: base de dados do atlas urbanístico de Vitória [formato digital], Funcultura/Secult, Vitória.

Busquets J et al. (2004) El centro historico de Barcelona: un pasado con futuro, Ajuntament de Barcelona, Barcelona.

Coelho C D (org.) (2013) Cadernos de morfologia urbana: estudos da cidade portuguesa. Argumentun, Lisboa.

Coelho T (2019) Ecultura, a utopia final: inteligência artificial e humanidades, Itaú Cultural, São Paulo.

Conzen M R G (1960) Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis, Institute of British Geographer, Londres.

Dacos M (2010) Manifesto das humanidades digitais [formato digital]. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/>. Acesso em: abr. 2020.

Freeman J B (2019) Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno, Todavia, São Paulo.

Morris A E J (1979) Historia de la forma urbana, Gustavo Gilli, Barcelona.

Sampaio A R, Matos G M M (2020) A cidade contemporânea é histórica: estudos morfológicos na era digital, Revista de Morfologia Urbana 8(2), ISSN 2182-7214.

O bordado e a configuração urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX: costuras historio-cartográficas.

Laise Frasão

Universidade de Brasília (UnB)

Av. Santa Isabel, Cond. Porto do Sol 102A – Vicente Fialho. São Luís-MA, Telefone/fax: +55 61 98152-6339

laisefrasao@gmail.com

A leitura da configuração urbana da cidade de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX sob a ótica do “bordado a escrita” historiográfica e cartográfica, tendo como recurso principal mapas gráficos digitais que adotam os recursos da visualidade do bordado (linearidade, pontilhado, tracejado etc) e, com isso, traduzem/ sistematizam representativamente costuras teóricas entre história, arquitetura, urbanismo, cidade e arte (aproximações entre registros e produtos documentais, bibliográficos, fotográficos e imagéticos – como as lendas, por exemplo). O bordado emerge, portanto, enquanto aporte metodológico historiográfico e eixo estruturante para realização de atravessamentos fronteiriços entre arte e ciência, por meio da cartografia. Um exercício de interpretação hipertextual (construção textual diretamente vinculada a outro bloco de informações: o gráfico-visual) da configuração urbana, pautado na tecnologia gráfica/ digital e na inventividade técnica e pujança cultural do bordado, permitindo, simultaneamente, o alcance de nuances materiais e imateriais que envolvem a configuração urbana da capital maranhense ao longo dos seus processos de produção, transformação e expansão citadinos, para além dos limites da sua traça histórica colonial. Afinal, segundo Krzysztof Pomian, mais do que nunca a história se faz por meio de fontes e, cada vez menos, essas fontes se identificam exclusivamente com os textos. “É por isso que o repertório dessas fontes, que para cada período e para cada região do espaço, há um século, parecia estático e fechado, é, na nossa opinião, não apenas aberto, literalmente inesgotável” (POMIAN, 2012: 27). A inspiração vem dos complexos bordados presentes nos objetos e indumentárias das manifestações culturais maranhenses (rendeiras, bumba-meu-boi, tambor de crioula, blocos tradicionais carnavalescos, cacuriá etc) e da produção realizada pelo Núcleo de Tapeçaria do Maranhão, em 1972. O núcleo contava com 20 artesãs tecedoras e os seguintes artistas visuais: Ado Arcângelo, Ambrósio Amorim, Antônio Almeida, Isaias Silva (Indlo Timbira), Luis Carlos Lima Santos, Luis Mendes, Nagy Lajos Endre, Péricles Rocha, Tercílio Borralho, João Ewerton, Jesus Santos e Tereza de Jesus Vale Penha. Por aqui andou Madeleine Colaço (MOREIRA FILHO, 2016. 55-56). Dessa maneira, enxergamos a configuração urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX da seguinte forma: bordado ponto e bordado

linear, respectivamente. Como o desenvolvimento urbano da cidade de São Luís restringiu sua expansão aos limites circundantes do traçado ibérico de 1615, elaborado pelo então Engenheiro-Mor do Estado do Brasil Francisco Frias de Mesquita nos padrões estabelecidos nas Ordenanzas de Descubrimiento Nueva Población y Pacificación de la Indias, de 1573, ao longo de todo século XVII até o início do século XIX (mesmo depois que o Maranhão adere a Independência do Brasil, em 28 de Julho de 1823, e São Luís é declarada capital da província), por uma analogia simbólica, podemos aproximar essa concentrada espacialidade com o “ponto cruz” típico do bordado. Tal concentração do tecido urbano, acaba tendo reflexos, inclusive, na própria construção da famosa lenda ludovicense da “Serpente Encantada”. Segundo essa quimera, há, supostamente, partes de uma serpente circundando a cidade e, a medida que o réptil crescer e suas extremidades se encontrarem, a ilha afundará e sucumbirá. Nessa descrição difundida oralmente, as partes da serpente são localizadas precisamente na tessitura urbana: a cabeça estaria na Fonte do Ribeirão; a barriga estaria na Igreja do Carmo; e a cauda estaria na Igreja de São Pantaleão. Quando mapeadas, esses pontos nos demonstram uma ligação direta com os setores “Urbano” e “Suburbano” e centralidades (o Palácio dos Leões, marco fundacional francês/ forte, e o Largo do Carmo) da malha urbana da São Luís do século XIX. Já no século XX, como a expansão urbana se dá por meio da instalação de unidades fabris ao longo da extensão de uma via de circulação comercial, denominada Caminho Grande, localizada à leste, denominamos este período de bordado linear em analogia a essa expansão por meio de um eixo contínuo e linear. Nesse sentido, os imóveis de outra figura lendária (Ana Jansen - Donana), quando mapeados, nos fornecem mais dados sobre a consolidação desse eixo de expansão. Ana Jansen, que deteve por anos o monopólio de distribuição de água na capital maranhense e, ao falecer, virou personagem central de uma lenda ludovicense que envolve carruagens mal-assombradas, surpreendentemente direciona estrategicamente, ainda no século XIX, suas aquisições e investimentos imobiliários para áreas da cidade que só foram densamente ocupadas na centúria seguinte (São Francisco, Alto esperança, Sá Viana e Vila Nova e Pindorama).

Palavras-chave: Historiografia – Cidade – Arte

Referências

ARGAN, Giulio Carlo (1993). História da arte como história da cidade. 5a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins (2004). A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista brasileira estudos urbanos e regionais, São Paulo, v.6, n.2.
- BURKE, Peter (2004). Testemunha ocular: história e imagem. Bauru. EDUSC.
- BURNETT, Frederico Lago (2012). São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais. São Luís: EdUEMA.
- _____ (2008). Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA.
- CALVINO, Ítalo (2006). As cidades invisíveis. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (2012). Quando as imagens tocam o real. Pós, Belo Horizonte, v.2, n.4, 204-219, Novembro.
- FELDMAN, Sarah. Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930. São Carlos: USP, 2008.
- _____. Anhaia Mello e a Comissão do Plano da Cidade: o plano para além da esfera técnica. In: Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. PUCAMP, 1998.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996. MEDEIROS,
- LEITE, Adriana Salles G. (2017). São Luís do Maranhão: uma leitura da cidade à luz da sintaxe espacial. Estudos Especiais em Desenho Urbano I e II.
- LYNCH, Kevin (2011). A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes.
- LIMA, Euges (2017). Desvendando São Luís, a planta da cidade de 1858. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís, 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.com/2017/12/desvendando-sao-luis-planta-da-cidade.html>. Acesso em 11 de agosto de 2020.
- LOPES, José Antonio Viana [org.]. 2013. São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense. São Luís: Fundação municipal de Cultura; Ed. Aquarela.
- _____ (2008). São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de Arquitectura e Paisaje. Sevilha: Consejería de Obras.
- _____ (2016). São Luís, Cidade Radiante: O Plano de Expansão da Cidade de São Luís do eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958). São Luís: FAPEMA, Gráfica e Editora Sete Cores.
- MARANHÃO. Plano Diretor de São Luís 1977. São Luís: SIOGE, 1977.
- MEDEIROS, Valério (2013). Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: Ed. UnB.
- MEIRELES, Mário M (2001). História do Maranhão. 3ed. São Paulo: Ed. Siciliano, 2001.
- _____ (2017). História de São Luís. Mário Meireles revista por Jomar Moraes. 3 ed. São Luís: Edições AML, 2017.
- MOREIRA FILHO, Eliézer (2016). Arte plástica no Maranhão: panorama da arte plástica no Maranhão séculos XX e XXI. São Luís: AML.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991. São Luís: Edições FUNC.
- POMIAN, Krzysztof (2012). Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes: um século de mutações da história. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.25, n.1, 15-34, jan/jun.
- PFLUEGER, Grete Soares e SALGADO NETO, José Bello [org.]. 2012. Aspectos urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar. São Luís: EdUEMA, 2012.
- SANTOS, Milton (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.

_____ (1994). Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec.

TIBERGHIEU, Gilles (2013). Imaginário cartográfico na arte contemporânea: sonhar o mapa nos dias de hoje. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 57, 233-252, dez.

VIEIRA FILHO, Domingos (2017). Breve história das ruas e praças de São Luís. 3 ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos (2011). São Luís 1840 a 1912: “a construção de uma capital”: notas para a história urbana. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro; Univ. Estadual do Maranhão.

Restauração e morfologia de Place Royale em Québec

Luiza Santos, François Dufaux

Escola de Arquitetura, FAAD, Universidade Laval
1, Côte de la Fabrique Québec, QC G1R 3V6, Canada | Telefone: 418 455 8309
luiza.santos.1@ulaval.ca

Situada na parte baixa da cidade de Québec, a Place Royale é um espaço urbano histórico que passou por um grande projeto de restauração entre os anos de 1970 a 1985. Na origem, este lugar acolheu o primeiro estabelecimento francês permanente na América do Norte, servindo de entreposto comercial: residência, armazém e uma praia para desembarcar. Um dos resquícios desta implantação colonial ainda se encontra, hoje em dia na sua estrutura viária. As dimensões e os padrões das ruas aproximam-se dos traços originais, tendo sofrido mínimas evoluções desde 1685. Em função das duas barreiras urbanas naturais de importância, sendo o rio São Lourenço e uma colina, aconteceu uma densificação vertical do bairro nos XVII° e XVIII° séculos. Na primeira metade do século XX°, o bairro a volta de Place Royale estava em estado de declínio, com condições precárias ao nível económico e social afetando a manutenção predial. Em 1950, começou um movimento político para a preservação deste património urbano histórico, com o intuito de restabelecer o seu carácter arquitetónico original, mas que resulta numa interpretação idealizada dos seus caracteres franceses. Duas casas foram assim restauradas e reconstruídas, suprimindo todas as modificações arquiteturais introduzidas depois do fim do regime colonial francês, acabado em 1763. Portanto, todas as partes dos séculos XIX° e XX° desapareceram o que deu o “tom” para todo o trabalho de reconstrução de uma imagem histórica de uma arquitetura nacional “canadiano francês”.

As diferentes investigações desenvolvidas neste período se orientaram principalmente sobre a questão da evolução do espaço urbano. As escavações arqueológicas foram nesta área de pesquisa, o domínio que mais recolheu informações, como por exemplo, as antigas estruturas de maçonaria, o antigo nível e datação das fundações das caves e das casas, entre outros. Infelizmente, boa parte dessas informações foram negligenciadas para compreender os caracteres morfológicos desta arquitetura, comprometendo o projeto de restauração. Ao nível da construção, certas casas foram literalmente reconstruídas num estilo colonial francês, outras demolidas. No geral, é possível constatar através da leitura das plantas baixas que determinados prédios não respeitam os atributos essenciais do tipo morfológico original e

nem as técnicas tradicionais do estilo de construção, removendo completamente os traços construídos de outros períodos históricos.

Hoje, 40 anos depois do canteiro original deste projeto, este conjunto urbano, gerenciado pela SODEC - uma agência do governo do Québec - enfrenta importantes trabalhos de manutenção. Esta oportunidade torna-se uma ocasião de revisar a restauração começada há 50 anos atrás.

Neste caso, o estudo das abóbodas presentes nos subsolos das casas permite uma leitura nova desse património. Essa revela tanto sobre as fundações dos edifícios como as verdadeiras funções e logicas construtivas deste ambiente urbano. Depois da consultação de 18 relatórios de arqueologia, realizados em 9 anos de investigação, foi possível constatar que não houve nenhum plano global realizado dos resíduos do substrato de camadas históricas de cada época. Esta apresentação explora as características morfológicas das caves abobadadas presentes no tecido residencial urbano da Place Royale. Ela ilustra as diferentes características fundamentais desses artefactos arqueológicos, retrçando a sua evolução no tempo e a sua importância na tipologia do edificado urbano. As abóbodas, segundo as suas relações entre a topografia e o edificado, confirmam que o nível do chão atual se situa à 1 metro acima do nível histórico. Essa variação de topografia permite de compreender o caráter original residencial deste meio urbano, o que recoloca em questão a vocação comercial atual e imposta, com pouco sucesso neste bairro histórico desde 1980.

Em conclusão, no caso deste ambiente urbano histórico e moderno, o equilíbrio entre a vocação comemorativa destinada ao turismo e a vocação residencial, continua até hoje sem solução. Esta apresentação abre uma nova perspectiva sobre a realidade destes trabalhos de restauração inacabados. Ela permite revelar aos historiadores as provas materiais existentes, esclarece aos arquitetos e aos administradores da SODEC o caráter urbano e morfológico, assim como as funções pertinentes à serem instauradas. O desejo desta pesquisa de mestrado é de iniciar o que pode ser feito ou não com esse património histórico, antigo e moderno, baseado na leitura e análise do meio morfológico urbano e arquitetónico.

Palavras-chave: arqueologia, abobadas, geomorfologia, património, tipo-morfologia

Referências

- Belouet, G. (no date) 'PLACES ROYALES'. *Encyclopædia Universalis*. (<http://www.universalis-edu.com/acces.bibl.ulaval.ca/encyclopedie/places-royales/>) accessed 29 January 2019.
- Bourdieu, P. and Nice, R. (1977) *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge Core.
- Castelli, M. (1975) 'L'habitation urbaine en Nouvelle-France', *Les Cahiers de droit*, 16(2), pp. 403–430.
- Caniggia, G. & Maffei (1979). 'Composition architecturale et typologie du bâti : Lecture du milieu bâti de base'. Venise : Marsilio Ed. (traduit par Pierre Larochelle, 2014). 218 pages.
- Caniggia, G. (1983). 'Dialectique entre type et tissu dans les rapports préexistence-actualité, formation-transformation, synchronie-diachronie'. Traduit de l'italien par Christina Iamandi et Pierre Larochelle.
- Cimon, J. (1991) *Promoteurs et patrimoine urbain*. Montréal: Éditions du Méridien.
- Côté, R. (1992) *Portraits du site et de l'habitat de Place-Royale sous le Régime français: Synthèse*. Gouvernement du Québec, Ministère des affaires culturelles.
- Côté, R. and Musée de la civilisation (Québec) (2000) *Place-Royale : quatre siècles d'histoire*. [Québec]: Musée de la civilisation.
- Dufaux, F. and Klein, A. (2018) *Place Royale : cinquante ans de patrimoine vivant 1967-2017*.
- Faure, I. (1992) 'La reconstruction de Place-Royale à Québec', *Cahiers de géographie du Québec*, 36(98), p. 321.
- Faure, I. (2013) 'Critique du projet de Place Royale à travers les valeurs investies dans sa politique de conservation', *Urban History Review*, 25(1), pp. 43–55.
- Lapointe, C. (1991) 'Les secrets enfouis des vieilles maisons', *Continuité*, (51), pp. 41–43.
- Léonidoff, G.-P. (1996) *La construction à Place-Royale sous le Régime français*. Québec: Publications Québec.
- Mondial, U. C. du patrimoine (no date) *Arrondissement historique du Vieux-Québec*, UNESCO Centre du patrimoine mondial. (<https://whc.unesco.org/fr/list/300/>) accessed 29 January 2019.
- Morisset, L. and Noppen, L. (2003) 'De la ville idéale à la ville idéale : l'invention de la place royale à Québec', *Revue d'histoire de l'Amérique française*, 56(4), pp. 453–479.
- Noppen, L. and Morisset, L. K. (1998) *Québec de roc et de pierres : la capitale en architecture*. Sainte-Foy, Québec: Éditions Multimondes.
- Noppen, L. and urbain, Q. (Québec) C. de développement (1995) *Architecture, forme urbaine et identité collective*. Les éditions du Septentrion.
- Muratori, S. (1946). 'Saggi di critica di metodo nello studio dell'architettura'. Opera postuma a cura G. Mainucci, Centro Studi di Storia Urbanistica (C.S.S.U.) Roma 1980. Traduit par Pierre Larochelle.
- Picard, F.-D. (1979). *Évaluation des recherches archéologiques exécutées et à exécuter à (la) Place-Royale*. Québec: MAC.
- Piccinato, G. (1990). *Contre les centres historiques*. Leuven. Conférence donnée à l'institut de conservation Raymond Lemaire. 5 pages.
- Raymond, H. (1968) 'Analyse de contenu et entretien non-directif : application au symbolisme de l'habitat', *Revue française de sociologie*, 9(2), pp. 167–179.
- Strappa, G., Carlotti, P., Camiz, A. and Ramazzotti, L. (2016) *Morfologia urbana e tessuti storici : il progetto contemporaneo dei centri minori del Lazio = Urban morphology and historical fabrics : contemporary design of small towns in Latium*. Roma: Gangemi editore SpA international publishing.
- Vallières, A. (1999) *Processus de transformation typologique du bâti résidentiel dans l'arrondissement historique du Vieux-Québec*. Mémoire (M. A.). Université Laval.

**Forma urbana e uso nas praças Costa Pereira (Vitória/ES) e da Liberdade
(Belo Horizonte/MG): uma análise comparativa
Cecília Torezani, Michela Pegoretti, Eneida Mendonça**

Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo
Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, 29.075-910, Vitória, Espírito Santo, Brasil, Telefone/fax: 55027 4009 2565
ceciliatorezani@gmail.com, michelasagrillo@yahoo.com.br, eneidamendonca@gmail.com

Praças constituem-se em espaços livres de importante valor para a esfera de vida pública, tanto no sentido político de Arendt (2001), quanto no sentido comunicativo de Habermas (2003), como aponta Queiroga (2012). Trata-se de espaço coletivo por excelência e de elevada significação morfológica e cultural, podendo acolher variadas possibilidades de apropriações, desde as mais cotidianas ligadas a local de permanência e interações sociais, àquelas cujas práticas se relacionam a eventos e manifestações da vida urbana e comunitária (LAMAS, 2011; ROBBA e MACEDO, 2003). As praças localizadas em centros históricos adquirem especial condição, visto que fazem parte de processos evolutivos de maior duração, se comparado a praças localizadas em bairros de ocupação mais recente. Esses processos permitem o acúmulo de camadas constituídas de modo sucessivo e cumulativo, superpostas ou em substituição ao formato de ocupação original, podendo resultar em permanências ou alterações da forma urbana e dos usos ali presentes. Considerando-se que a condição urbana e sócio-espacial das praças localizadas em centros urbanos reflete e estimula a reflexão sobre a própria dinâmica das cidades e que sua inserção possa corresponder a determinados usos e apropriações, o presente artigo objetiva identificar, mapear e analisar, para fins comparativos, apropriações de duas praças de caráter histórico localizadas em duas capitais da região sudeste brasileira: a praça Costa Pereira, em Vitória (ES) e a praça da Liberdade, em Belo Horizonte (MG). Foram estudados a forma urbana do seu entorno em perspectiva histórica e aspectos ligados ao uso do solo e à hierarquia viária do entorno no qual estão inseridas. Optou-se por trabalhar com dois objetos de estudo que compartilham o caráter público e a expressividade simbólica de centros históricos, de tempos distintos, sendo Vitória uma cidade do período colonial português do século XVI e Belo Horizonte do período republicano brasileiro do final do século XIX.

A estratégia metodológica se baseou no estudo de conceitos de espaços livres e apropriações (TANGARI, ANDRADE e SCHLEE, 2009; MACEDO et al., 2018), morfologia urbana (COSTA

e NETTO, 2015, OLIVEIRA, 2016), praça pública (LAMAS, 2011) e formação e evolução das praças no Brasil (ROBBA e MACEDO, 2003; MARX, 1980). Estudou-se também a contextualização histórica das áreas objetos de estudo por meio de bibliografia, cartografia histórica e iconografia, pesquisados em acervos públicos e privados, embasando a confecção de perspectivas isométricas da evolução histórica das praças e entorno. Visitas de campo em período matutino, vespertino e noturno permitiram mapeamento de apropriações, fluxos de pedestres, uso do solo, hierarquia viária e identificação de edificações singulares e representativas como potencial de atratividade de pessoas. O estudo comprovou que as praças Costa Pereira e da Liberdade se localizam em contextos urbanos que diferem desde a sua concepção, já que Belo Horizonte se configura como cidade planejada do final do século XIX (BARRETO, 1995), enquanto Vitória formou-se a partir do processo de palimpsesto (CONZEN, 1962, apud COSTA e NETTO, 2015), passando por diversas etapas de expansão e transformação desde o início da colonização portuguesa em 1551 (OLIVEIRA, 1975). As praças analisadas acompanham portanto, as características de formação e evolução das cidades nas quais estão inseridas.

A praça da Liberdade, de grande dimensão, manteve sua conformação morfológica semelhante à original, com entorno caracterizado por construções singulares, mesmo com alteração de usos. A praça Costa Pereira, de menor dimensão, originou-se de um largo no período colonial, tornando-se praça, só a partir do início do século XX. Esta conta também, com construções singulares no entorno, tendo experimentado maior alteração do que a Praça da Liberdade, especialmente quanto ao uso e verticalização de construções. Ambas as praças possuem destaque e prestígio social, atratividade e apropriações diversificadas, configurando-se ainda, como ambiente de intenso fluxo de passagem de pessoas. Isso pode ser explicado pela localização dessas praças em áreas centrais, pela proximidade de importantes avenidas, pela notoriedade sociocultural de edificações do entorno e pelo uso do solo diversificado. Em termos específicos, a Praça da Liberdade apresenta maior variedade de apropriações e a Praça Costa Pereira conta com apropriação significativa de pessoas em situação de rua, intensificada no horário noturno, suprimindo a necessidade de abrigo dessa população para o sono. Observa-se então, com o tempo, a presença de apropriações não previstas na ocasião do projeto, relacionada, porém, ao contexto social e econômico de determinada época.

Assim, pode-se concluir que, além de compartilhar a expressividade urbana, as praças objeto de estudo apesar de apresentarem conformações morfológicas distintas quanto ao entorno e algumas especificidades quanto à apropriação, têm em comum, a estreita relação de atratividade e uma diversidade de apropriações, se inserindo de forma positiva no contexto urbano do qual participam.

Palavras-chave: praça; forma urbana; apropriação; Vitória; Belo Horizonte.

Referências

- ARENTH (2001) A condição humana, Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- BARRETO A (1995) Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. História antiga e história média, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Belo Horizonte.
- HABERMAS J (2003) Mudança estrutural da esfera pública, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- LAMAS J (2011) Morfologia urbana e desenho da cidade, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa.
- MACEDO S, QUEIROGA E, CAMPOS A, et al (2018) Os sistemas de espaços livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil, Edusp, São Paulo.
- MARX M (1980) Cidade brasileira, Melhoramentos, Edusp, São Paulo.
- OLIVEIRA J (1975) História do Estado do Espírito Santo, 2a ed. Vitória.
- OLIVEIRA V (2016) Urban Morphology. An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities, Springer.
- COSTA S, NETTO M (2015) Fundamentos de Morfologia Urbana, C/Arte, Belo Horizonte.
- QUEIROGA E (2012) Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros, Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), FAUUSP, São Paulo.
- ROBBA F, MACEDO S (2003) Praças brasileiras. 2 ed. Edusp, São Paulo.
- TANGARI V, ANDRADE R de, SCHLEE M (Orgs.) (2009) Sistema de espaços livres: O cotidiano, apropriações e ausências, PROARQ/ FAU/UFRJ, Rio de Janeiro.

A influência da BR-163 na morfologia e desenvolvimento de cidades planejadas em Mato Grosso

Gabriella Oliveira, Deyvilla Arantes, Gisele Carignani

Faculdade de Arquitetura e Engenharias, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Barra do Bugres – MT, Telefone/fax: 55 (065) 9 9999-0911 - 55 (066) 9 9679-7017 - 55 (065) 9 9909-1971
deyvilla.mary@gmail.com - gabriellamotta_@hotmail.com - carignani@hotmail.com

Desde o processo de colonização do Brasil, iniciado em 1500, o homem busca explorar e reconhecer novos territórios. Juntamente com essa necessidade de exploração, veio a adoção de um meio de transporte para deslocar-se durante o reconhecimento de novas terras. O meio adotado para essa atividade foi o rodoviário, e desse modo, houveram investimentos em vias para viabilizar o deslocamento e interligar os locais. Em consequência disso, as cidades que eram cortadas por vias acabaram sendo concebidas com um crescimento sem planejamento ou elaboração de um plano, o que demonstrou que as vias passaram a ser elementos estruturadores da morfologia dessas cidades. Em Mato Grosso o processo de expansão rodoviária culminou no surgimento de cidades em pontos estratégicos que favoreciam o escoamento da produção, sendo o principal veículo no Estado de Mato Grosso a Rodovia Longitudinal 163 ou BR-163. Para a realização do projeto, houve a inevitabilidade de escolher várias cidades, pois a BR-163 liga 6 estados brasileiros, sendo eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará. Portanto, se fez necessário a elaboração de um estudo mais aprofundado sobre as cidades do Estado de Mato Grosso que estão interligadas com a BR-163, sendo elas: Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Nova Santa Helena, Itaúba e Nova Mutum. Deste modo, é imprescindível o conhecimento e um estudo de cada povoado e suas especificidades morfológicas, distinchoando desde sua origem até sua cultura atual. A Cidade de Guarantã do Norte, se localiza ao norte do estado, na microrregião de Colider, sendo que seu nome surgiu com uma árvore típica da região. É classificada como pequena, pois possui 4.713,043 km² de extensão territorial. Peixoto de Azevedo surgiu com a descoberta de ouro e assim a criação de um garimpo. Com tal achado, nasceu um aglomerado urbano e então desenvolveu-se essa microrregião de Colider, possuindo uma extensão territorial 14.398,66 km². Itaúba está situada ao norte do estado e faz divisa com municípios como Sinop, Nova Canaã do Norte e Tabaporã. Sua economia é forte em indústrias madeireiras, pois a matéria prima é muito abundante na região e seu território

abrange 6.215,35 km². Já em Terra Nova do Norte, parte da sua formação veio da migração de sem-terras. É constituída de quatro distritos, sendo eles: Terra Nova do Norte, Miraguaí do Norte, de Sinop, sendo classificada também como uma pequena urbanização devido a área de seu território de 2.627,835 km². Nova Mutum é considerado um território sucinto, porém muito desenvolvido, oferecendo uma área de 9.544,574 km² e possuindo uma forte economia na pecuária. É evidente a escassez de dissertações ligadas ao crescimento urbano das cidades mato-grossenses que surgira a partir da implantação da BR 163. Os mesmos auxiliaram a compreender o surgimento dos municípios, e dessa forma, o estudo irá tratar de obter conhecimentos sobre o processo histórico envolvendo as cidades em análise, com a finalidade de verificar a influência que a BR- 163 exerceu sobre o planejamento das cidades e suas respectivas morfologias.

Um dos objetivos do estudo é investigar como a cidade surgiu juntamente com a malha urbana que a compõe, a partir de materiais como mapas, levantamentos bibliográficos, desdobramentos dos projetos originais observando a influência da BR- 163 como elemento estruturador no surgimento e crescimento das cidades, comparativos dos traçados originais e o atuais das cidades citadas acima, as características do desenho urbano de cada uma, as histórias e cultura por trás de suas formações, o processo histórico do local e se a Br-163 realmente atuou como um elemento estruturador da malha urbana ou se houve uma formação de cunho privado. A datar de um conhecimento maior, é possível implementar políticas públicas, com o intuito de melhorar e corrigir os aspectos urbanos e morfológicos das cidades que tiveram um crescimento desordenado devido aos acontecimentos históricos de cada região e preconizar um modo de como a cidade deveria ser traçada.

Palavras-chave: BR-163; Mato Grosso; estruturador; morfologia.

Referências

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, História do Mato Grosso. Disponível em <http://www.mt.gov.br/historia>. Acesso: 22 de maio 2019.

HISTÓRIA DO BRASIL, Colonização do Brasil. Disponível em: https://www.historiadobrasil.net/resumos/colonizacao_brasil.htm. Acesso em: 22 de maio 2019.

FAUSTO, B. História do Brasil. Edusp. Publicado em 1996.

PREFEITURA DE ITAÚBA, História do Município. Disponível em: <https://www.itauba.mt.gov.br/Itauba/Historia-Municipal/>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

A Habitação pré-industrial de Lisboa: Um recurso urbano a revalorizar na era digital

Mourão, J; Alegre, A; Caldas J

Centro de Inovação em Território, Urbanismo e Ambiente (CiTUA, IST)
Instituto Superior Técnico, Pavilhão de Civil, Av Rovisco Pais, Lisboa, Tel: +351 218 416 000

joana.mourao@tecnico.ulisboa.pt

Um dos aspetos mais relevantes de Lisboa reside nos valores arquitetónicos e urbanos presentes nos edifícios residenciais mais antigos, construídos durante o “Antigo Regime”. Estes edifícios podem designar-se por “Habitação pré-industrial”, tendo sido construídos antes da arquitetura do ferro, cimento e aço. São também genericamente designados por “edifícios de alvenaria” para se distinguirem dos edifícios com estruturas reticuladas em betão armado, que parcialmente os foram substituindo.

Nas últimas décadas, na cidade de Lisboa, estes edifícios de “Habitação pré-industrial” têm sido submetidos a demolições e alterações desinformadas, em parte impulsionadas pela pressão imobiliária relacionada com o crescimento do turismo urbano, mas também motivadas pela falta de conhecimento técnico sobre o valor e desempenho específicos destes edifícios. As consequências destas intervenções para a cidade são de índole cultural, social e ambiental, e são visíveis na perda de significado do património urbanístico, na expulsão de residentes para os subúrbios, reduzindo a coesão social em Lisboa (Seixas, 2019), e no aumento do consumo de materiais, energia e de emissões de CO₂ (Mourão, 2019).

Estes “edifícios pré-industriais” foram construídos a par da urbanização de Lisboa na “Idade Moderna” (época que termina com as revoluções liberais), expandindo a cidade e criando bairros relevante, que hoje, representam uma bolsa habitacional com potencial para realojar população diversificada, em particular novos modelos de família, podendo contrariar a tendência para o crescimento urbano contínuo.

Estes edifícios são também particularmente relevantes por ainda conservarem os materiais e as técnicas construtivas tradicionais (paredes de alvenaria de pedra ou tijolo e pavimentos de madeira, sem recurso a estruturas de ferro ou de betão armado) e apresentando também um reduzido consumo de energia e um bom desempenho ambiental (Munarim, 2016, Mourão 2019). Estes “edifícios pré-industriais” representam o testemunho de um paradigma de urbanização, construção e gestão de recursos que hoje nos pode ajudar a responder aos

desafios de uma arquitetura mais sustentável, com menos carbono incorporado e contribuindo para a transição para uma economia mais circular.

Porém, apesar do reconhecimento precoce do valor da arquitetura vernácula em Portugal (SNA, 1961), a habitação urbana pré-industrial (HUPI), particularmente em Lisboa, embora alvo de um número considerável de estudos académicos (Caldas, 2014), não foi ainda sistematicamente estudada.

Encontra-se assim por realizar um estudo abrangente sobre a HUPI que compreenda, não apenas as suas especificidades técnicas e múltiplos valores, mas que avalie também as suas vulnerabilidades físicas e espaciais, que permita apoiar futuras intervenções nestes edifícios. Assim, face à perda de valores neste património edificado urbano, à falta de conhecimento sobre estes edifícios, e considerando a oportunidade revalorizar este parque habitacional, é urgente recolher e transferir conhecimentos para apoiar decisões de intervenção. Para o efeito, identificam-se três atividades de investigação a desenvolver:

- a sistematização, identificando e caracterizando este parque edificado num inquérito sistemático e ilustrado, incluindo a localização geográfica, a época de construção e a definição de tipologias;
- a avaliação dos valores culturais (artísticos, arquitetónicos, construtivos), ambientais (energéticos e materiais) e habitacionais presentes; e,
- a proposta de recomendações, que ofereçam conhecimentos técnicos para apoiar intervenções de reabilitação.

Para se avançar nesta sequência de atividades é necessário, em primeiro lugar, localizar geograficamente estes edifícios de construção pré-industrial, para os poder então caracterizar. Essa localização pode ser conseguida por cruzamento de diferentes fontes georreferenciadas e aproximações sucessivas, partindo de uma cronologia de referência, no período desde o séc. XVI aos inícios do sec. XIX.

Com o apoio da cartografia histórica georreferenciada onde se identificam as áreas de expansão da cidade entre o século XVI e o início do século XIX (eg. Fava, Folque, Silva Pinto), é possível encontrar as áreas onde foram construídos conjuntos de Habitação urbana pré-industrial e, seguidamente, por observação de fotografias e trabalho de campo, identificar aqueles que, após séculos de vida útil, ainda subsistem e mantêm algum grau de originalidade e integridade. Esta cartografia encontra-se alojada em site do município de

Lisboa (<https://lisboainterativa.cm-lisboa.pt>) que dispõe de uma base de dados digitais abertos que fornece informação sobre a época de construção dos edifícios. Adicionalmente, o Instituto Nacional de Estatística quantifica os edifícios anteriores a 1919 por freguesia e secção (INE, 2011). É, portanto, também possível identificar as freguesias e/ou secções estatísticas (que correspondem a bairros ou conjuntos de edifícios) onde existe uma elevada concentração destes edifícios, no corrente ano de 2021.

Deste modo, esta comunicação apresentará os resultados de um trabalho digital e de observação para o mapeamento das zonas de concentração destes edifícios antigos, identificando manchas na cartografia atual de Lisboa. A comunicação apresentada contribuirá para iniciar um trabalho de longo prazo de recolha e síntese de conhecimento sobre os impactos ambientais, económicos, sociais e culturais das intervenções neste parque edificado habitacional específico. A partir da compreensão histórica e das relações tipo-morfológicas estabelecidas entre a HUPI e a cidade, a comunicação pretende contribuir para o estudo da forma urbana e do património urbanístico de Lisboa.

Palavras-chave: Lisboa, Habitação, Edifícios antigos, Reabilitação

Referências

- Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNP) (1961) *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa.
- Caldas, João; Pinto, Maria R.; Rosado, Ana (2014) O prédio de rendimento Joanino. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, Nº 1, Janeiro-Junho 2014, pp. 130-156. LATINDEX nº 23733.
- Mourão, J. (2019) "Combining embodied and operational energy in buildings refurbishment life cycle energy assessment", *Energy & Buildings*, 2019, 197: 34–46 ISSN: 0378-7788
- Munarim U. (2016) Environmental feasibility of heritage buildings rehabilitation, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 58: 235–249
- Seixas J. (2019) Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital, *Cadernos Metrópole*, S. Paulo, 21, 44: 221-251.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011)
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1610

O Campus Universitário e a Cidade: Novos Tipos Edifícios, Espaço Livre público, Espaços livres intraquadra

Jonathas M. P. Silva, Rogerio G. Cardeman, Marcelo Ursini

CEATEC, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Av. Reitor Benedito José Barreto Fonseca, 355-371 - Parque dos Jacarandás, Campinas - SP, Telefone: 55 11 991545104
jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Se a cidade é invisível, mais enigmática será sua sociedade. Pensar a sociedade é também descrever sua materialização na forma da urbe. Assim imaginava Italo Calvino ao sugerir as descrições de Marco Polo (Calvino, 1990). Ou inventar uma materialização para se discutir a sociedade. Proposta de futuro. Projeto. Se no campo social os diferentes capitais e hábitos vão tecendo o mapa e a posição de cada olhar e observador, então a cidade e suas estruturas sociais materializam as relações (BOURDIEU, 1996). O presente estudo trabalha com a prática propositiva do campo da arquitetura e urbanismo considerando o enfrentamento das diversas escalas (Silva et al., 2016). O presente artigo se debruçará na escala do bairro, da quadra e do lote. Busca discutir as relações de transformação físico-espaciais em função de necessidades concretas. Se a compreensão do mundo se faz na ação (Schön, 2000) buscamos por meio da prática algumas reflexões a respeito do desenho urbano e do pensar a arquitetura.

O trabalho trata da relação de um Campus Universitário inserido de maneira integrada e orgânica à cidade. Problematiza a otimização do espaço construído por meio da troca de tipos edifícios novos por existentes. Trata do elemento morfológico da quadra como lugar que abriga os espaços construídos e os espaços livres de edificação a serem potencializados. Mostra a íntima relação entre as diretrizes estabelecidas para os térreos das novas edificações e a potencialidade de uso e fruição dos espaços livres intraquadra. Trata-se de um plano diretor que visa por meio da implantação de uma política de imóveis desenvolver projetos que reorganizem e otimizem os espaços de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde. Trata-se do Campus São Paulo da Universidade Federal de São Paulo, onde se encontram as tradicionais faculdades de Medicina e de Enfermagem. O Plano e respectivos projetos foram desenvolvidos entre 2016 e 2019.

O escopo do Plano Diretor de Infraestrutura dividiu-se em oito Produtos de natureza técnico-científica e participativa, envolvendo cinco Planos Temáticos: Política de Imóveis e Programa de Necessidades; Desenho Urbanístico e Estudo Preliminar das Edificações; Mobilidade e Acessibilidade; Plano de Regularização de Imóveis e Campus Sustentável;

Os Planos Temáticos trataram das questões específicas do território. O Plano Temático “Política de Imóveis e Programa de Necessidades” define as estratégias de organização espacial do campus estabelecendo cenários que visam qualificar os espaços de ensino, pesquisa e extensão. Toma-se

como premissa a necessidade de concentração das atividades do Campus São Paulo, atualmente dispersas pelo bairro da Vila Clementino. O estudo dos potenciais construtivos, vínculo dos imóveis, interesse de compra, venda e desapropriações de imóveis de forma a potencializar oportunidades espaciais e legislativas existentes é fundamental para que as tomadas de decisões promovam uma melhora significativa no Campus São Paulo.

Frente a esse desafio o Plano Temático “Desenho Urbanístico e Estudo Preliminar das Edificações” dialoga com a política de imóveis na busca pela qualificação da relação dos imóveis do campus com a cidade. Este plano tem como meta o desenvolvimento de estudos preliminares, o que possibilita o dimensionamento e estimativa de custo das ações planejadas, permitindo a contratação de projetos executivos com termos de referências que apontem as necessidades do Campus São Paulo.

O desenho urbanístico define ações que qualificam o espaço público, por isso relaciona-se com o Plano Temático de “Mobilidade e Acessibilidade” na medida que as hipóteses lançadas no desenho urbanístico (qualificação e aumento de calçadas, tratamento dos miolos de quadra, etc) irão potencializar a mobilidade no campus e melhorar a sua acessibilidade.

O presente artigo focará na apresentação dos resultados espaciais obtidos no Política de Imóveis do Campus São Paulo e o Plano de Desenho Urbano, considerando a adequação e ampliação dos imóveis existentes, assim como elabora proposta de implantação de novos edifícios e sua relação com os espaços intraquadra.

Quanto aos novos imóveis, os referidos planos temáticos desenvolve proposta de configuração espacial e funcional. A inserção dos novos edifícios considera o entorno urbano de forma a potencializar a integração e identidade do Campus São Paulo. Foram estudados, por meio de estudos de viabilidade, os tipos edifícios e respectivos usos predominantes planejados para os novos volumes edificadas. Portanto, esse plano visa um amplo escopo. O presente artigo ressalta os seguintes itens:

- promover a integração do Campus São Paulo com a cidade, conferindo uma identidade ao núcleo do “Complexo de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde – UNIFESP”;
- redesenhar os espaços intraquadras de forma a favorecer a circulação peatonal e gerar espaços de encontro e convivência;
- qualificar os imóveis existente por meio da indicação dos imóveis que necessitam de reformas a curto prazo;
- concentrar as atividades do campus, dispersas em diversos imóveis pela Vila Clementino, em torno das quadras principais, no perímetro do “Complexo de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde – UNIFESP”;
- estudar potencialidades de transformação espacial dos pequenos imóveis por meio da demolição e remembramento de lotes, possibilitando a implementação de novos edifícios de

médio e grande porte com melhor aproveitamento do potencial construtivo permitido pela legislação de uso e ocupação do solo vigente;

- desenvolver análises de viabilidade, com plano de massa edificado e proposto considerando o desenho urbanístico do entorno;
- avorecer que as futuras transformações espaciais potencializem a convergência das atividades;
- estabelecer, em conjunto com o Plano Temático de Desenho Urbano, Mobilidade e Acessibilidade, diretrizes espaciais e de uso dos terrenos das novas edificações de forma a favorecer a implantação de espaços de encontro e reunião, que propiciarão o intercâmbio de informações entre estudantes e professores de cursos variados, promovendo o debate e o aprendizado fora da sala de aula;

Em síntese a política de imóveis, articulada com os demais planos temáticos, objetiva promover a integração entre o espaço universitário e a cidade. A atual dispersão de imóveis utilizados pelo campus dificulta qualificar esta relação. Uma adequada política de imóveis pode a curto, médio e longo prazo ir paulatinamente qualificando a relação campus universitário e cidade.

Palavras-chave: Plano Diretor; Campus Universitário; Espaço Construído; Espaço Livre de Edificação.

Referências

Calvino, I. (1990) *As Cidades Invisíveis*. 1a edn. São Paulo: Companhia das Letras.

Schön, D. (2000) *Educando o profissional reflexivo : um novo design para o ensino e a aprendizagem*. 1st edn. São

Paulo: Armed. Available at: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mXKBDeUKc2kC&oi=fnd&pg=PA7&ots=ZAplkVnLn&sig=E5moP21RI_OFJG7C-mwoFych5jM&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false (Accessed: 10 February 2019).

Silva, J. M. P. da et al. (2016) 'Prática de ensino de planejamento urbano e regional: desenho como ferramenta de discussão e agentes como protagonistas', *Arquitextos*, 16. Available at: <https://bdpi.usp.br/item/002775582> (Accessed: 27 February 2019).

Integração e segregação urbana na cidade colonial de Tarija, Bolívia

Maria Eugenia Mansilla, Valério de Medeiros

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília Campus Universitário
Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF, Brasil, CEP: 70842-970 me.martinez.mansillal@gmail.com; vaugusto@unb.br

A configuração espacial tem frequentemente uma representação dual nos assentamentos urbanos: ao longo do tempo é resultado de uma estrutura de desenho e de muitas intenções entre uma cidade humana e uma cidade física. Neste entendimento, a sociedade deve ser descrita em termos de uma intrínseca espacialidade e o espaço, por sua vez, em termos da intrínseca sociedade (Hillier e Hanson, 1984). Decodificar as relações de espaço-tempo-sociedade, considerando que o movimento é parte essencial da vida urbana (Medeiros, 2020), leva a questionar como as implicações cotidianas que acontecem nos espaços urbanos demandam uma leitura e compreensão sobre a configuração. Além disso, parece relevante interpretar a correspondência entre a cidade de antes e a cidade de agora, e quais os efeitos do tempo no espaço urbano enquanto um trajeto em que se identificam diferenças e similaridades.

Com base nestas premissas, o artigo objetiva analisar heranças espaciais diacrônicas na cidade colonial de Tarija, na Bolívia, e avaliar a dinâmica segregação/integração desde o primeiro núcleo fundacional, em 1606, até 2020, com base em dados comparados para cidades brasileiras (Medeiros, 2020). Pretende-se discutir a existência de alterações significativas na configuração espacial para compreender a cidade morfológicamente e funcionalmente enquanto expressão do processo social.

O método é baseado na Sintaxe Espacial (Hillier e Hanson, 1984; Holanda, 2002), abordagem que propõe o entendimento da realidade urbana por meio da leitura das articulações existentes entre os elementos constituintes da estrutura física (Medeiros, 2013). A investigação é desenvolvida em três etapas sucessivas: a primeira é dedicada ao histórico da cidade sob a interpretação morfológica, a segunda compreende a análise diacrônica da expansão urbana – em quatro procedimentos: a) modelagem configuracional, b) representação linear da rede viária (1606, 1967, 1977, 1984, 1997, 2002, 2006, 2020); c) processamento, em ambiente georeferenciado (por meio dos softwares QGIS e Depthmap), enquanto mapas axial e de segmentos; e d) obtenção de variáveis geométricas e topológicas – e a terceira compreende a correlação entre as variáveis obtidas e registros de história urbana.

Os resultados oriundos da leitura configuracional diacrônica apontam a existência de uma dinâmica do tecido urbano em Tarija em torno de centralidades locais e a presença de área de elevada segregação espacial, produto de uma ausência de planejamento, principalmente no quadrante noroeste do

assentamento. Os padrões mais segregados se articulam ao processo de fragmentação progressiva a partir do núcleo fundacional o que, por outro lado, resulta em um centro morfológico que historicamente coincide com o centro histórico. Além disso, percebe-se que os principais efeitos da expansão urbana ao longo dos séculos são a consolidação de um tecido em padrão de colcha de retalhos, similar àquele identificado por Medeiros (2013, 2020) para as cidades brasileiras, caracterizado pela falta de costura entre partes. O cenário é particularmente mais acentuado a partir dos anos 1990, principalmente no setor noroeste.

Identificou-se que os eixos configuracionalmente de maior potencial hierárquico (mais escolhidos) coincidem com aqueles percursos historicamente mais utilizados, a exemplo do anel que circunvala o centro da cidade, um histórico eixo comercial. Foi possível perceber ainda, para vários momentos e regiões, a sincronia entre as transformações de uso do solo e as correspondentes mudanças nos potenciais das vias. Verificou-se, também, que o grau de segregação do tecido urbano à margem esquerdo do rio Guadalquivir se aprofunda com passar do tempo, mas não compete com a consolidação que ocorre no lado oposto. Os resultados, em perspectiva futura, não permitem antecipar um cenário urbano, entretanto observa-se que os níveis de conectividade e acessibilidade podem piorar, mantidas as tendências.

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Sintaxe Espacial, Expansão Urbana, Tarija/Bolívia.

Referências

- Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The Social Logic of Space*. Londres: Cambridge University Press.
- Holanda, F. (2002). *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UnB.
- Medeiros, V. (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UnB.
- Medeiros, V. (2020). *Disciplina: Estudos Especiais em Desenho Urbano I e II*. PPG-FAU/UnB

Avaliação da qualidade espacial do ambiente do pedestre no centro histórico da cidade de Cesena (Itália)

Larissa Ismanhoto, Renata Magagnin

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Bauru - São Paulo – Brasil , Telefone/fax: +55 (14) 99687-8870 larissa.ismanhoto@unesp.br, renata.magagnin@unesp.br

A qualidade espacial de um espaço urbano interfere diretamente na escolha dos caminhos pelos pedestres e com o seu tempo de permanência nesse local. E, essa escolha está diretamente associada com suas características dos indivíduos, como a faixa etária, e o objetivo da caminhada, além das próprias condições dos itinerários (GEHL, 2013). As características da área determinam a qualidade do percurso e incentiva o pedestre a olhar o espaço em detalhes, no entanto, a vivência e a apropriação espacial de cada pessoa é a característica que mais interfere na leitura do lugar (SCHELLE, 2001; BARRETO; GILSON, 2013; PUTKONEN, 2015). Em uma cidade turística, a qualidade espacial ofertada está relacionada, dentre outros aspectos, à qualidade das calçadas ou passeios, das fachadas e da segurança oferecida. Os dois primeiros elementos interferem diretamente na atratividade do espaço. Fachadas ativas em ruas com maior número de pessoas influenciam o pedestre a andar mais devagar, parar e realizar atividades. Este espaço de transição entre o público e o privado é uma forma de incorporar um edifício na cidade e assegurar que este faça parte da rua (GEHL; KAEFER; REIGSTAD, 2015; PÉREZ, 2015; ROHMER, 2015). A segurança de um espaço público pode ser associada com a presença de pessoas nas ruas, a diversidade de funções das edificações e o cuidado dos moradores com o espaço comum (JACOBS, 2007). Diante deste contexto, este artigo objetiva apresentar o resultado da aplicação de um instrumento de avaliação da qualidade espacial do ambiente de pedestres que incorpora indicadores relacionados a quatro planos bidimensionais (calçada, fachada, cobertura e rua, - e interseções viárias). O instrumento é aplicado no centro histórico da cidade de Cesena (Itália) por meio de auditoria técnica. A metodologia incorporou a aplicação de um índice, denominado IQEAP (Índice de Qualidade Espacial do Ambiente do Pedestre), desenvolvido por Tonon (2019). Este instrumento é composto por 41 indicadores que avaliam aspectos relacionados ao Conforto, Segurança, Seguridade, Atratividade, Acessibilidade, Diversidade espacial e Legibilidade, que podem impactar positiva e negativamente no ambiente do pedestre. O método de Tonon (2019) foi elaborado para características urbanísticas (morfológicas - malha xadrez e tipologias edilícias) encontradas em cidades brasileiras, assim

o instrumento sofreu alterações para refletir as características encontradas em uma cidade cujos edifícios e malha urbana datam do século V A.C. Foi adotada uma forma híbrida para a coleta de dados, com alguns indicadores avaliados por meio de ferramenta

digital (utilização de Google Maps e Google Earth) e in locu (antes e após estado crítico da Pandemia SARS-CoV-2, na Itália). Os resultados permitiram hierarquizar os problemas mais críticos em relação aos aspectos relacionados ao Conforto, Segurança, Seguridade, Atratividade, Acessibilidade, Diversidade espacial e Legibilidade que envolvem as calçadas, fachada, cobertura, rua e interseção viária do do centro histórico de Cesena (Itália), e assim, apontam para a efetividade do instrumento em identificar os aspectos positivos e negativos no local avaliado. Os indicadores mostraram que a qualidade espacial do recorte espacial analisado no centro histórico de Cesena é média-alta. Alguns indicadores apresentaram baixa pontuação em função dos seguintes motivos: quadras cujas edificações possuem uso do solo predominantemente residencial, ou de comercial ou de serviços cujos horários de funcionamento são predominantemente comerciais (manhã e tarde), locais com pouca iluminação, o que pode interferir na segurança do espaço, compartilhamento entre os fluxos de pedestres e veículos e homogeneidade das fachadas (diversidade tipológica e de cores das edificações). Em função de parte recorte espacial analisado ser tombado pelo patrimônio histórico, alguns aspectos com baixa pontuação não podem ser alterados, como a homogeneidade de fachadas, no entanto outros aspectos como melhoria na sinalização, separação entre os fluxos de veículos e pedestres, aumento da permeabilidade visual em alguns edifícios, implementação de mais áreas sombreadas (de forma temporária no verão e com equipamentos não permanentes) e melhoria da iluminação pública, são elementos que ampliam a qualidade espacial deste local. Em síntese, os resultados mostram que os indicadores utilizados permitem identificar aspectos positivos e negativos de um recorte espacial, independente de sua formação urbana, e podem auxiliar os gestores locais nas etapas de diagnóstico, planejamento e monitoramento e implementação de políticas municipais para ampliar a qualidade espacial deste espaço.

Palavras-chave: Qualidade espacial. Centro Histórico. Pedestre.

Referências

Barretto, M.; Gilson, J. M. O flâneur revisitado: processos de revitalização urbana e caminhabilidade. Revista Hospitalidade, v. 10, n. 1, p. 54-77, 2013.

- Gehl, J. Cidades para Pessoas. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2013.
- Gehl, J; Kaefer, L. J; Reigstad, S. Encontros imediatos com prédios. In: Karssenber, H. et al. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. 2. ed. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do RS, 2015. v. 2.
- Jacobs, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Pérez, F. P. Imaginar que um espaço pode ser diferente. In: KARSSENBERG, H. et al. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. 2. ed. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do RS, 2015. v. 2.
- Putkonen, R. Introdução de Helsinque para pedestres. In: Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). Cidades a Pé. Série Cadernos Técnicos. Volume 16. Novembro, 2015.
- Monteiro, E. Z.; Toricelli, R. C (2017). Caminhabilidade: consolidando atributos de análise qualitativa, ago. 2017, PNUM 2017 - Portuguese Network of Urban Morphology, Vol. 1, pp.1-10, Vitória, ES, Brasil, 2017.
- Rohmer, M. Incorporando prédios. In: Karssenber, H. et al. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. 2. ed. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do RS, 2015. v. 2.
- Sastre, R. M. Qualidade espacial urbana: o ponto de vista do pedestre. 227 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- Schelle, K. G. A arte de passear. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- Tonon, B. F. Instrumento para avaliação da qualidade espacial do ambiente de pedestres. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019.

*"Ao contrário de megaprojectos, apenas com novos edifícios, que requerem um
"Os grandes projectos de edificação precisam de mais ruas e praças com
uma estrutura diferenciada que inclua ruas principais e secundárias, bem
como largos principais e secundários - tal como se observa nas antigas
cidades. Por vezes encontra-se este princípio nas áreas suburbanas e nos
projectos de edificação funcionalistas. Geralmente, contudo, está de tal
modo diluído e espalhado, que as "ruas" tornam-se estradas e as "praças"
tornam-se enormes e indefinidas áreas abertas desprovidas de pessoas"*

Jan Gehl in *A Vida Entre Edifícios*

Abstracts

Tema 4: Morfologias urbanas em espaços periféricos

Tema 4: Morfologias urbanas em espaços periféricos

O tema MORFOLOGIAS URBANAS EM ESPAÇOS PERIFÉRICOS pretende recolher contributos sobre a construção (processo e forma) do espaço urbano feita em territórios que serviram de bacia receptora para os neo-urbanos, vindos quer de universos rurais, quer de universos urbanos centrais quer ainda dos próprios espaços periféricos.

O objetivo é procurar obter no final a sistematização possível para as múltiplas realidades escondidas no que genericamente se designa como periferias. Esse destapar das realidades periféricas, sejam elas de autoconstrução ou não, sejam elas recentes ou não, sejam elas atrativas ou não, deverão sempre que possível sublinhar a relação íntima ou indireta entre a morfologia (sub)urbana e a sua condição identitária e os esforços que têm, ao longo dos tempos, vindo a ser desenvolvidos no sentido da sua reconstrução (quando negativa) ou da sua promoção (quando virtuosa).

Neste tema, valerá a pena avaliar de que modo periferias, demasiadas vezes monofuncionais, repetitivas e assentes em espaços públicos excessivamente amplos e sem escala humana, desconectam os seus habitantes - uns dos outros e da cidade central. E analisar o modo como o realojamento social quebra, tantas vezes, o sentido de comunidade existente nos bairros clandestinos que substitui.

Jorge Gonçalves

Pedro Pinto

**Urbe amazônica entre margens e modos:
gentrificação e configuração espacial em Rio Branco**

Leonardo Freire, Frederico Holanda, Valério Medeiros

Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília
Setor de Hotéis e Turismo Norte, Trecho 1, Lote 2, Bloco I – 4, Apartamento 19, CEP: 70.800-210, Asa Norte, Plano Piloto,
Brasília-DF, Brasil, Telefone/fax: 55 068 992348338 - 55 068 999834406
lecofreire@uol.com.br

A rede de cidades amazônicas tem sido objeto de pesquisas que abordam soluções plurais. Estas implicam a simbiose entre os ribeirinhos e o meio ambiente, com apropriações urbanas fluviais tradicionais, de menor impacto ambiental, mas também um sistema suscetível a efeitos adversos de certos enfoques: ambientes urbanos insalubres e inseguros localizados não nas margens, mas nos leitos dos rios acabam legitimados enquanto idiosincrasias culturais. Ao contrário de ocupações marginais pouco adensadas, seguras e adaptadas ao meio ambiente mediante saberes tradicionais, poderia ocorrer uma chancela à expulsão de grupos de baixa renda para áreas de risco, demasiadamente densas, sob o efeito de enchentes recorrentes e sobre solos muitas vezes instáveis. É uma situação de transitoriedade perene em que a infraestrutura, os equipamentos públicos e os serviços em geral não são instalados, mas também não é ofertada outra solução. Objetivando-se aprimorar a compreensão desse contexto, o artigo analisa a estrutura espacial diacrônica de Rio Branco (Acre, Brasil) e a influência da configuração urbana nos potenciais de desenvolvimento e na distribuição dos estratos socioeconômicos desta urbe e de seus ambientes ribeirinhos. Para tanto, adota-se os aparatos teóricos, metodológicos e ferramentais da Teoria da Lógica Social do Espaço (ou Teoria da Sintaxe Espacial), por meio de variáveis que procuram expressar questões de segregação e de integração socioespacial. É intenção compreender Rio Branco enquanto cidade média amazônica, contrapondo o potencial morfológico das referidas ocupações ribeirinhas com um novo e grande setor urbano periférico construído para o reassentamento de significativa parcela desta população – o bairro Cidade do Povo. O estudo é norteado por duas questões de pesquisa: 1 – Como se desenvolveu a influência do bairro na retomada e na intensificação do movimento de adensamento e expansão do Segundo Distrito diante das mudanças do sistema urbano completo? e 2 – Há indícios de gentrificação das áreas incorporadas pela ampliação das áreas mais acessíveis do sistema? São prospectados cenários relacionados 1) às alternativas de equacionamento de deficiências estruturais e 2) à possibilidade de ocorrência de

segregação nas novas centralidades. Exemplos amostrais dos Setores Censitários (IBGE) foram vistos à luz de variáveis topológicas e da renda, esta última compreendendo o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento). Foram ainda contrastadas as medidas das áreas institucionais e comerciais do bairro, comparativamente às medidas gerais deste, além de haver sido simulado o desempenho resultante de conexões propostas originalmente no *MasterPlan*; analisa-se se outras ligações previstas e ainda não executadas estariam situadas de forma adequada e se o local propiciaria a constituição de uma subcentralidade. Os resultados obtidos apontam que Rio Branco enfrenta atualmente um decréscimo nas medidas sintáticas, por decorrência de restrições naturais, do modo fragmentado e desintegrado de produção do espaço e da escassez de conexões globais; há também a ampliação de sua centralidade no sentido Leste, o que impactou o aparente retorno aos vetores de expansão e consolidação originais da capital, criando um movimento “de Volta para o Futuro”, protagonizado pela região do Segundo Distrito, na qual se situa o empreendimento. Esta ampliação se apresenta nitidamente nos mapas e nas medidas sintáticas, em que há um progressivo fortalecimento das Vias Chico Mendes e Amadeo Barbosa, espinhas dorsais da região, a partir de 1996; isto significa que a potencialização do núcleo de integração estava em curso anteriormente à Cidade do Povo e que este projeto não teria implicado a retomada do processo em questão, mas o empreendimento teria protagonizado um conjunto de intervenções que influiu na intensificação da evolução desta dinâmica após o ano de 2012. No que se refere às questões de gentrificação, o potencial de diagnóstico e prognóstico das estratégias aplicadas permitiu prever a ocorrência do referido processo nas regiões abrangidas pelo núcleo expandido, considerando o comportamento observado na estrutura social da cidade de Rio Branco quanto à evolução urbana da sua configuração até o presente momento, pois a correlação amostral entre os aspectos morfológicos e socioeconômicos se revelou significativamente elevada. Esta projeção se coadunada com a definição de parte desta região enquanto única Área de Promoção de Comércio e Serviços instituída pelo Plano Diretor atual, Lei nº 2.222, de 26 de dezembro de 2016, o que reforça a ocorrência de gentrificação comercial. Complementarmente, a investigação explicitou que há potencial sintático na Cidade do Povo, como as elevadas medidas de integração local e de conectividade, conforme atesta a comparação entre os valores relativos a este bairro e os referentes às ocupações que

originaram os reassentamentos, sendo que as apropriações urbanas ribeirinhas obtiveram médias inferiores para a maioria das medidas configuracionais.

Palavras Chave: Cidades Amazônicas, Configuração Urbana, Risco Ambiental, Reassentamentos Urbanos, Programa Habitacional.

Referências Bibliográficas:

- Hillier B, Hanson J (1984) *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holanda F (2013) *10 Mandamentos da Arquitetura*. Brasília: FRBH.
- Holanda F (2002) *O espaço de exceção*. Brasília: Editora UNB, 2002.
- Medeiros V (2013) *Urbis brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Campos Filho C (2003) *Reinvente seu bairro. Caminhos para você participar do planejamento da sua cidade*, São Paulo, Ed. 34.
- Choay F (1979) *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Franca S (2013) *Padrões ribeirinhos de ocupação: cidades amazônicas e Rio Branco*, Brasília, UNB.
- Cardoso A, Miranda T (2018) *Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em belém*. Seminário APPUrbana – 2014, São Paulo: Revista Paisagem e Ambiente, USP, N° 41.
- Trindade Júnior S C (2015) *Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa*, Belém, UFPA.

Vazios urbanos na morfologia dos condomínios horizontais fechados nos municípios de Indaiatiba e Itatiba, de 2000-2020

Tomás Antonio Moreira, Gabrielle Gomes Coelho, Agno Lucas Pereira de Mello

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo
Rua Olavo Bilac 419, apto 121 - Campinas, Telefone: 55 19 998.98.96.69
tomas_moreira@sc.usp.br

Os estudos sobre os condomínios horizontais fechados no Brasil já foram temas de diversos estudos. Dentre estes se destaca, em especial, uma abordagem fortemente pesquisada e discutida: o impacto das formas e localidades dos condomínios horizontais fechados em diversos municípios brasileiros, bem com os impactos do crescimento destes condomínios no processo de expansão urbana. Entretanto rara ênfase foi produzida aos estudos da relação do impacto da morfologia urbana interna aos condomínios horizontais fechados com a morfologia externa, relativa ao impacto nas cidades. Este artigo tem como objetivo abordar a relação morfológica interna-externa de condomínios horizontais fechados nos municípios de Indaiatiba e Itatiba, pertencentes à Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo. Para a compreensão morfológica interna dos condomínios horizontais fechados deu-se ênfase à análise dos vazios urbanos fundiários condominiais, de 2000 à 2020, e posteriormente sua relação no conjunto da produção da cidade. Tem-se como objetivos específicos (i) conhecer o processo de crescimento dos condomínios horizontais fechados; (ii) identificar os imóveis que permanecem desocupados; (iii) compreender a taxa de terrenos vazios no tempo; e (iv) verificar o impacto para o processo de formação de condomínios nas cidades de Indaiatiba e Itatiba.

O artigo estrutura-se em quatro partes. A primeira parte discorre sobre os condomínios horizontais fechados, suas formas, produções e impactos na cidade no bojo da compreensão das desigualdades sócioespaciais e das desigualdades fundiárias (FERREIA, 2005; MOREIRA e RIBEIRO, 2016). Nesta parte destaca-se a produção urbana segundo a lógica do mercado imobiliário, uma lógica de privatização do acesso a bens coletivamente produzidos e que ganham visibilidade máxima na constituição dos condomínios horizontais fechados. Nesta primeira parte destaca-se também a compreensão dos agentes públicos, promotores da valorização do solo, submissos à ação desenfreada do mercado imobiliário, à medida que protagonizam a feitura de uma legislação permissiva e dão suporte à incorporação de áreas rurais ao perímetro urbano, à reanimação de infraestrutura e revitalização

nos pontos de maior interesse especulativo (MASSARETTO, 2020). Esses condomínios são fundamentais no entendimento da “urbanização privada”.

A segunda parte apresenta a constituição dos condomínios horizontais fechados na morfologia da Região Metropolitana de Campinas, com destaque para os municípios de Indaiatuba e Itatiba. Nesta parte aponta-se a estruturação urbana por meio da urbanização espraiada, da expansão urbana e da ocupação dispersa, apoiados pelo desenvolvimento de núcleos isolados de condomínios e interligados pelos eixos rodoviários. Esse contexto de urbanização espraiada é repleto de vazios fundiários e imobiliários, reflexo da urbanização privada por meio do estabelecimento de condomínios horizontais fechados.

A terceira parte do artigo apresenta que a discussão de vazios fundiários urbanos não apenas dizem respeito à compreensão da morfologia dos condomínios horizontais fechados da estrutura urbana das cidades, mas, sobretudo, demonstra o papel dos vazios fundiários na composição morfológica interna desse tipo de condomínio, vacâncias essas muitas vezes invisibilizadas pela leitura integrada desta formação do processo de urbanização privada.

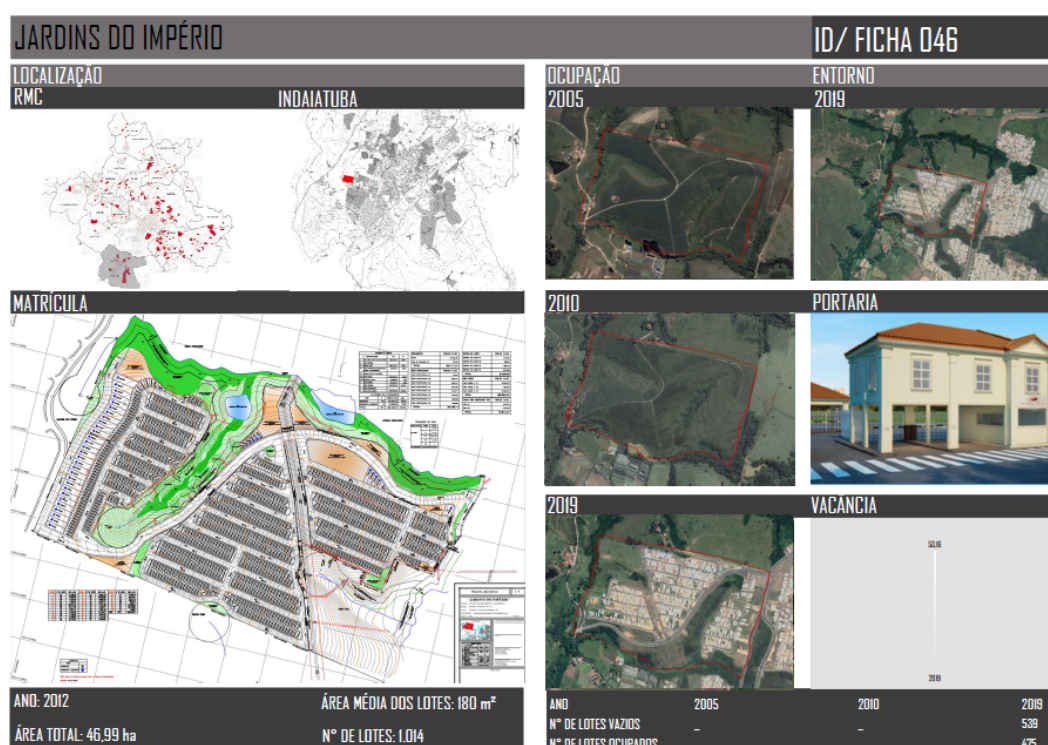


Figura 1: Condomínio horizontal fechado Jardim do Imperio, município de Indaiatuba.

A quarta parte expõe a realidade dos condomínios horizontais fechados, entre 2000 e 2020, dos municípios de Indaiatuba e Itatiba. Esta parte é iniciada com a apresentação da leitura morfológica interna dos empreendimentos fechados ao longo de três anos: 2000, 2010 e 2020, a partir da produção de vazios urbanos. Desta forma, busca-se demonstrar o processo de ocupação deste condomínios e a identificação do papel dos vazios ao longo do tempo, como exemplo da figura 1. Posteriormente, é apresentado as taxas de vacância ao longo do tempo e o papel da produção de vazios fundiários na formação do espaço condominial nas cidades.

Como conclusão destaca-se que ao longo das últimas duas décadas há a manutenção da predominância das áreas vacantes na morfologia internas dos condomínios horizontais fechados, tanto em Indaiatuba como de Itatiba, que impactam o processo de produção da urbanização privada. Como exemplo do município de Itatiba, a área ocupada dos diversos empreendimentos criados desde 2010 corresponde a 13% da área vacante de apenas um dos loteamentos. Em 2020, Itatiba somou um total de 4.071 vazios fundiários, valor que representa 89% do número total de lotes ocupados nos condomínios. Ressalta-se a situação de vacância dos condomínios horizontais fechados criados a partir de 2000, cujo dado representativo é o total de área ocupada nos mesmos, valor estipulado em menos que 2% do valor da área vazia de apenas um dos empreendimentos no ano de 2010, sendo que em 2019 essa porcentagem não chega nem a 50%. Complementaremente destaca-se que a produção massiva de vazios fundiários, estratégica da urbanização privada nas últimas duas décadas, evidencia a existência de vazios fundiários correspondente a cinco dos maiores condomínios horizontais fechados em ambos os municípios. A produção de vazios fundiários interna aos condomínios horizontais fechados demonstra o enorme risco e o impacto negativo para a forma das cidades.

Palavras-chave: Produção do Espaço, Vazios Fundiários; Condomínios Horizontais Fechados.

Referências

- Asami Y, Istek C, Kubat A (2001) Characterization of the street networks in the traditional Turkish urban form, *Environment and Planning B: Planning and Design*, 28(5), 777-95.
- Baker N, Slater T (1992) Morphological regions in English medieval towns, in J Whitehand, P Larkham (eds) *Urban landscapes: international perspectives*, Routledge, London, 43-68.

- Cataldi G, Maffei G, Marzot N, Strappa G, Vaccaro P (2005) A contribution of the Italian School of processual typology to the disciplinary foundation of urban morphology, *10th International Seminar on Urban Form*, London.
- Conzen M (1960) *Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London.
- AGEMCAMP, Agência Metropolitana de Campinas. Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social de Campinas. São Paulo: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento/ Agemcamp/ Emplasa, 2009. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/images/stories/arquivos/plano_metropolitano_habitacao-2010.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- ALFONSIN, J. T. A função social da cidade e da propriedade privada urbana como propriedades de funções. In: ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. (Org.). *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. 2 tiragem. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006, p. 41-79.
- BARCELLOS, T. M. de; MAMMARELLA, R. O Significado dos Condomínios Fechados no Processo de Segregação Espacial nas Metrôpoles. *Anais do ENANPUR*, 2007.
- BELTRAME, G. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 113-138, jun. 2013.
- CLEMENTE, J. C; SILVEIRA, J. A. R. Vazio urbano ou subutilizado? Entre Conceitos e classificações. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. [online]. 2011, v. 11. n. 2, p. 40-70. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/issue/view/Cadernos%202011.2>. Acesso 07 jun 2020.
- FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: *Simpósio Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização*, 1, 2005. Bauru. Anais. Bauru: UNESP 2005. Disponível em <http://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2005/8/21/acidadepara-poucos-breve-historia-da-propriedade-urbana-no-brasil>. Acesso: 07 maio 2020.
- MOREIRA, T.; RIBEIRO, J. Z. M. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. *Cadernos Metrôpoles*, 2016. Disponível em: http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/331/original/cm35_332.pdf?1474650664. Acesso: 15 set. 2020.
- MASSARETTO, N. Quando a cidade vira muro: os Condomínios Residenciais Fechados de Itatiba-SP. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- RIBEIRO, L. B. Análise da instalação, organização espacial e expansão dos condomínios fechados horizontais de alto padrão no município de Indaiatuba (SP). 2015. 119 f. Tese (Graduação em geografia) Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Os sistemas de ordenação territorial da favela de Paraisópolis

Willian Santiago, Denise Antonucci

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Rua Melchior Giola 5ª, São Paulo, Brasil, Telefone/fax: 55 11 966597075
willian_santiago1994@hotmail.com

Apesar de geralmente associadas à paisagem do Rio de Janeiro, as favelas estão presentes em todos os principais centros urbanos do Brasil. Sua presença é marcada por conflitos e, muitas vezes, vista como objeto a ser eliminado. Quando se torna grande demais para que seja completamente removida, a favela recebe obras do poder público visando a melhoria de suas condições urbanas e ambientais, além da construção eventual de novas moradias. Nestas intervenções, o poder público não considera a área pré-existente, destruindo tudo e reconstruindo, tal como estabelece o movimento modernista. O resultado pode ser, muitas vezes, a desconexão dos habitantes com os novos conjuntos habitacionais sociais recém-criados. A favela de Paraisópolis, localizada no setor sul da cidade de São Paulo, não foge à esta regra, apresentando não apenas um grande contraste de sua forma urbana em relação ao rico bairro que a circunda, mas também em relação aos novos conjuntos habitacionais sociais implantados em suas bordas, junto à avenida perimetral, hoje conhecida como Avenida Hebe Camargo. Para o contraste apresentado (e sua desconexão com o tecido e identidade da favela), se faz necessário analisar quais foram as lógicas que moldaram Paraisópolis. O olhar desatento poderia classificá-la caótica e sem sentido. Entretanto, a decomposição de seu tecido revela a historicidade de seu traçado e sua lógica de ocupação no território. Antes que pudesse ser denominada favela, a ocupação da área que viria a se chamar Paraisópolis era rural, com plantações de chá na Fazenda Morumbi. O que acabaria por colocar a região nos mapas produzidos a partir de 1921 foi a estrada que ligava os bairros do Butantan e Pinheiros da capital paulista ao município de Santo Amaro (hoje um bairro de São Paulo). Também neste ano foi criado o loteamento sobre o qual viria a se implantar a futura favela, o loteamento Jardim Paraisópolis. Dado o processo de formação de favelas não ser fruto direto de planejamento urbano, cada indivíduo é livre para ocupar e construir sua casa. Sendo assim, as principais restrições que se encontra são as orçamentárias e as condições do terreno. Guerreiro (2011), ao analisar as cidades não planejadas de Portugal afirma que se não há um projeto de ocupação ordenado do território, a forma que o tecido urbano tomará será fortemente influenciada pelas forças da natureza. Tal como uma árvore em crescimento em uma densa floresta que se contorce para melhor aproveitar o 'caminho' até os raios solares não obstruídos, as cidades não planejadas se moldariam de acordo com

os melhores caminhos³, apresentando formas orgânicas de denotam este processo. Em Paraisópolis, as linhas de cumeeada e talvegue se tornaram elementos modeladores do território, pois dada sua característica de menor inclinação, foram selecionadas para serem os caminhos mais utilizados na região, transpondo o território com o menor esforço. Estes trajetos rurais de mais de 100 anos foram tão importantes para a população que foi se instalando ali, que seus traçados persistem até hoje sob a forma de vielas em Paraisópolis. Apesar de já apresentar traçados adequados para a topografia, o que se viu no loteamento oficial não foi a sedimentação destas estradas de terra como as vias oficiais. Na verdade o que ocorreu no parcelamento foi a aplicação de uma quadrícula sem qualquer relação com a topografia de morros do Morumbi, em um movimento de sobrepor um traçado sobre o outro, como apresenta Dias Coelho (2018). Tal movimento não foi capaz de substituir a utilização do traçado anterior, gerando mais uma forma de organização do território. Criou-se um sistema misto de ocupação, com eixos de alinhamento de casas que ora se baseavam em traçados orgânicos, ora se baseavam em traçado cartesiano, a depender da localização da casa a se construir. Em locais planos, o sistema cartesiano é o mais utilizado, com casas respeitando os limites do lote original, estando elas de frente para as ruas ou no interior das quadras. Em locais de terreno acidentado, o sistema de traçados orgânicos é mais presente, com casas implantadas de acordo com a melhor orientação da topografia, principalmente no interior das quadras. Este sistema duplo de ordenação permite a identificação de tipologias de ocupação, possibilitando uma aproximação com as regiões morfogenéticas propostas por Cozen (1960), ainda que as regiões encontradas tenham fronteiras mais complexas e menos evidentes. Fica evidente também que a coexistência e permanência dos traçados até os dias atuais coincide com o que afirma Rubió (1977), sobre o traçado ser o elemento mais duradouro do território.

Dada a orientação mista de Paraisópolis, fica evidente que a desconexão dos conjuntos habitacionais sociais construídos no seu entorno se dá em parte às grandes quadras com edifícios distantes da rua e isolados no centro, que não seguem com nenhuma das duas formas que definem a identidade daquele tipo ocupação.

³ O que a autora chama de 'lei de menor esforço'.

Palavras-chave: Favela; Paraisópolis, Conjunto habitacional; Tecido urbano; Morfologia Urbana.

Referências:

- Coelho C (2018) Cadernos de Morfologia Urbana: Estudos da Cidade Portuguesa - O Tempo e a Forma, Argumentum, Lisboa, 13-31.
- Conzen M (1960) *Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London.
- Guerreiro M (2011) Urbanismo orgânico e a ordem implícita: Uma Leitura Através das Geometrias da natureza, Instituto universitário de Lisboa, Lisboa, 96-131.
- Rubió S (1997) Manuel de. Las formas de crecimiento urbano. Edicions UPC, Barcelona.

Distribuição socioespacial dos espaços livres de uso público para práticas sociais no contexto urbano da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES

Amanda Matos, Larissa Ramos, Luciana de Jesus e Karla Conde

Arquitetura e Urbanismo, Universidade Vila Velha

Av. Estudante José Júlio de Souza, 610, apto 1102 torre Paradise – Itapoã, Vila Velha – ES, Brasil

Telefone: +55 (27) 99776-3344

amandachavesdematos@gmail.com

Os espaços livres públicos são elementos essenciais na estruturação das cidades e na manutenção da qualidade de vida, responsáveis por estimular interações sociais, práticas esportivas e de lazer, bem como a qualidade do microclima urbano. Quando bem planejados, qualificados e frequentados, possibilitam a permanência das pessoas, contribuindo para vitalidade urbana e a segurança pública (MENDONÇA, 2015). Praças espaços de interação social, pontos de encontros para diversas atividades, além de serem palcos de debates e manifestações públicas. Segundo Queiroga (2012) podem configurar-se de diferentes tipologias e dimensões e são presentes, em maior número, nos bairros de classe média e alta. Tais espaços são classificados por Kelly e Becker (2000) como “espaços de vizinhança” por atenderem a uma parcela pequena de quadras e lotes, com raios de abrangência inferiores a 400 m. Essa medida corresponde a um intervalo de tempo médio de cerca 5 minutos de caminhada, o que evita grandes deslocamentos e incentiva a presença de pessoas nos espaços. Nos últimos anos, as cidades brasileiras vêm passando por um processo constante de adensamento populacional e crescimento urbano que vem afetando a utilização do solo e contribuindo para a fragmentação do tecido urbano e modificações nas configurações espaciais. Medeiros (2013) ressalta que as cidades brasileiras são consideradas as mais dispersas e segregadas do mundo. Os espaços públicos são fragmentados e com configurações dispersas, resultando em cidades com baixa acessibilidade espacial. Essa carência de espaços livres públicos afeta tanto a saúde, quanto o meio social, uma vez que, esse adensamento, pode alterar o microclima do local e interferir na qualidade do ar. Além disso, o ambiente torna-se cada vez mais vazio e inóspito, possibilitando, assim, o sentimento de insegurança entre as pessoas. Diante desse quadro e dando sequência aos estudos sobre o sistema de espaços livres de uso público de Vila Velha/ES, o presente artigo apresenta uma análise comparativa e reflexiva da distribuição socioespacial e da abrangência das praças da Regional 04 - Grande Cobilândia. No primeiro momento foi realizada a contextualização do tema no intuito de compreender aspectos conceituais, classificatórios e qualificadores dos

espaços livres de uso público, em seguida, houve a identificação e o mapeamento desses espaços por meio do software ArcGis, com auxílio do Google Earth e visitas locais. Na sequência foram realizadas análises sobre a disponibilidade e abrangência das praças no contexto da Grande Cobilândia, considerando um raio de atendimento de 400 metros (KELLY; BECKER, 2000). Com a finalidade de compreender o cenário socioespacial e econômico no qual as praças estão situadas, houve o levantamento de dados socioeconômicos da Regional, como a densidade demográfica e a renda per capita daquela população. A Grande Cobilândia possui uma população de 65.970 (sessenta e cinco mil e novecentos e setenta) habitantes (IBGE, 2010), dividida em 14 (quatorze) bairros. Parte da região é cortada por rios e canais e, portanto, apresenta diversas áreas alagáveis, com exceção das porções de topografia acentuada. Segundo o Plano Diretor Municipal, a Regional possui 12 (doze) Zonas de Interesse Público (ZEIPs), entretanto, em visita técnica ao local, foi identificado que 7 (sete) delas não apresentam infraestrutura de praça, tendo sido construído, em uma delas, uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. Apenas 05 (cinco) das ZEIPs apresentam infraestrutura de praça, indicando que os espaços das praças estão concentrados, contemplando apenas 5 (cinco) bairros da regional, são eles: Cobilândia, Jardim Marilândia, Nova América, Vale Encantado e São Torquato. Os mapeamentos e análises revelam que a Distribuição socioespacial - no que tange a disponibilidade e abrangência das praças considerando o raio de 400 metros - não é homogênea e, portanto, insuficientes para atender toda a população da Regional 04 - Grande Cobilândia. Ademais, bairros de vulnerabilidade socioeconômica e alta densidade demográfica não apresentam nenhum espaço livre público, enquanto bairros de baixas densidades são contemplados por mais de uma praça. A exemplo do bairro “Cobi de Baixo” que apesar de apresentar alta densidade e baixa renda per capita, não possui praças em seu tecido urbano. As análises revelam ainda que núcleos urbanos situados em áreas inclinadas, não possui nenhum espaço público, confirmando a necessidade de uma melhor distribuição socioespacial dos espaços públicos na Grande Cobilândia. Espera-se com este trabalho auxiliar no planejamento urbano municipal e nas revisões dos planos diretores e estratégicos para que, assim, os espaços públicos sejam distribuídos de forma mais igualitária no espaço urbano. As análises apesar de demonstrarem a necessidade de uma melhor distribuição socioespacial das praças na Regional estudada, evidenciam áreas potenciais para novos espaços públicos nas ZEIPs que ainda não possuem

infraestrutura de praças. O trabalho visa ainda, consolidar e estimular estudos que reforcem a importância dos espaços livres de uso público no ambiente urbano, contribuindo, assim, para a construção de cidades mais inclusivas.

Palavras-chave: Espaço público; Mapeamento; Praças; Inclusão; Distribuição.

Referências

Kelly, E; Becker, B (2000). Community planning: an introduction to the comprehensive plan. Washington: Island Press.

Mendonça, E M S (2015) A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória, ES – Brasil. In: Euro Elecs 2015, Guimarães , Portugal. In Anais Euro Elecs 2015, Guimarães , Portugal.

Medeiros, V (2013) Urbis Brasiliae. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013

Queiroga, E F (2012) Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate: Revista:

Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 25-35.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística- IBGE (2010). Censo Demográfico.

A Operação Urbana Consorciada - Osório de Paiva: novas regulações urbanas em territórios precários de Fortaleza

Sara Silva

Centro de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Telefone: +55 85 996747713
sarauchaas@gmail.com

O Estatuto da Cidade (EC), de 2001, é o grande marco da legislação urbana do Brasil. Com a Lei Federal, o planejamento urbano das cidades brasileiras passou a contar com uma série de instrumentos jurídicos e urbanísticos voltados para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e, dessa forma, reverter o quadro perverso de segregação e desigualdade socioespacial. No caso da cidade de Fortaleza, apesar das inúmeras novas possibilidades, a materialização dos instrumentos voltados para a inclusão e justiça socioespacial foi aquém das expectativas geradas (MATTOS, 2017). Enquanto os instrumentos de forte teor neoliberal têm sido amplamente absorvidos pelo planejamento e pela gestão do solo (GOIS, 2018). Freitas (2017) descreve como “*undoing the right to the city*”, esse processo contraditório em que o fortalecimento institucional do direito à cidade é muitas vezes cooptado por práticas neoliberais de desenvolvimento urbano.

Regulamentada pelo EC e implementada em Fortaleza pelo Plano Diretor Participativo de 2009, documento maior da política de desenvolvimento e expansão urbana, a Operação Urbana Consorciada é definida como o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Sua premissa participativa - no envolvimento da sociedade na manutenção e no controle urbanístico da OUC – e redistributiva – já que os recursos obtidos pelas contrapartidas financeiras devem ser aplicados exclusivamente no próprio perímetro - lhe conferiram um caráter de efetivação do direito à cidade. Tais transformações se dão a partir das contrapartidas, financeiras ou não, obtidas pela modificação dos índices do parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como de alterações das normas edilícias. As experiências de implementação do instrumento nas cidades brasileiras têm demonstrado sua concentração em porções já privilegiadas da cidade e pouco avanço em direção a uma gestão democrática da cidade.

O deslocamento desse instrumento para uma área precária da cidade de Fortaleza, como o caso da OUC Osório de Paiva, parece ir na contramão dessa tendência e dar um passo além na garantia do direito à cidade aos moradores da área, tanto pelo acesso às melhorias promovidas pelas reestruturações urbanas como pela gestão participativa. A OUC Osório de Paiva se localiza na porção Sudoeste de Fortaleza, mais especificamente nos bairros Canindezinho e Siqueira, onde se

concentram as áreas da cidade com os piores serviços de infraestrutura urbana e com os mais graves problemas socioambientais. De acordo com o Censo 2010, é onde se localizam as piores taxas de atendimento dos domicílios com rede de esgoto e drenagem. Além dos preocupantes dados sociodemográficos, que apontam os mais baixos níveis de renda e o de alfabetização da cidade. Segundo levantamento do Plano de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor), é também onde se localizam a maioria dos assentamentos precários e onde os moradores estão mais vulneráveis à violência. Sendo assim, é importante se questionar qual impacto da aplicação dos novos parâmetros urbanísticos propostos pela OUC sobre as áreas periféricas. Dessa forma, objetiva-se avançar um pouco na análise desse modelo de políticas urbanas, se de fato se configuram como desenvolvimento econômico para esses territórios ou se beneficiariam apenas os grandes interesses privados.

Existem muitas perspectivas pelas quais é possível analisar o espaço. O presente trabalho propõe olhar através do estudo da morfologia urbana. Primeiramente, por entender que é no tecido urbano onde se estabelecem as formas de desigualdade na apropriação e no uso dos espaços e onde se evidenciam as formas de segregação social (REIS, 2006). Mas também pela própria natureza da OUC: novos parâmetros que configuram novas formas urbanas específicas. Estudar a morfologia urbana, ou seja, “olhar a cidade a partir da sua materialidade” (COSTA LIMA, 2017, p. 61) permite prospectar sobre os efeitos da justaposição do modelo proposto pelo planejamento oficial com a realidade urbana vivida.

Por um lado, a aproximação ao território se deu a partir da sistematização de dados coletados em fontes oficiais diversas e também levantadas *in loco*, para o reconhecimento e a visualização da morfologia urbana e dos indicadores locais. Por outro lado, partiu-se do entendimento que, através do estudo das normas de planejamento, de uso e ocupação do solo, compreende-se como o Estado molda a cidade desejada. A partir dessa metodologia busca-se, inicialmente, não só entender, mas também visualizar, a partir do uso de tecnologias de geoprocessamento, os efeitos práticos das regulações urbanísticas propostas pela OUC Osório de Paiva, e conseqüentemente o modelo de cidade proposto pelos seus novos parâmetros, sobre a realidade dos territórios precários e periféricos nos quais se inserem. Permitindo, dessa forma, posterior apontamento dos potenciais e das falhas nessas políticas urbanas e econômicas para que sejam reavaliadas e reconstruídas de forma que possam atingir sua efetivação em direção a uma cidade mais justa para todos.

Palavras-chave: Operação Urbana Consorciada –regulação urbana – precariedade urbanística

Referências

Costa Lima, Mariana Quezado (2017) Ver a cidade: modelagem da informação para regulação de assentamentos informais. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.*

Gois, Rodolfo Anderson Damascen (2018) Planejamento e participação: o caso da LUOS 2016 e do Fortaleza 2040. *Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.*

Mattos, Fernanda Cavalcante (2017) Zeis de papel: a especificidade da ZEIS de vazio em Fortaleza/CE e seus entraves como instrumento de democratização do acesso à terra urbana. *Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo.*

Freitas, Clarissa F. Sampaio (2017): Undoing the right to the city: World Cup investments and informal settlements in Fortaleza, Brazil, *Journal of Urban Affairs.*

Reis, N. G (2006) Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. *São Paulo: Via das Artes.*

Transformações Configuracionais da Ocupação Urbana em Contexto

Metropolitano: Leitura diacrônica de Goianira.

Ana Carolina Pires, Rômulo Ribeiro, Valério Medeiros

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Caixa Postal 4431

Brasília, Telefone: + 55 (61) 3107-7441 / 7442

E-mail: ppg-fau@unb.br

O mundo está passando por um processo de rápida urbanização. Atualmente, 55% da população global reside em áreas urbanas, nas quais o valor deverá aumentar para 70% até 2050. Este crescimento tem ocorrido principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, e prioritariamente em regiões metropolitanas. Em 2020, foram identificadas 1.934 metrópoles com mais de 300.000 habitantes no mundo. Em tais metrópoles vivem 2,59 bilhões de pessoas, que constituem aproximadamente 60% da população mundial urbana e um terço da população global (United Nations, 2020). Impactos sociais, econômicos e ambientais estão associados à forma de acomodar a população no território e, por esta razão, é preciso maximizar os benefícios deste processo de urbanização e minimizar os custos deste crescimento (Litman, 2016).

No Brasil, as regiões metropolitanas estão submetidas a um processo de urbanização insustentável, marcado por intensa polarização e dependência entre seus municípios. Enquanto a cidade núcleo concentra atividades econômicas, oportunidades, equipamentos de saúde, educação e lazer, grande parte da população mora em periferias distantes, completamente desprovidas de oportunidades e urbanidade, com ocupações urbanas de baixa densidade e expandidas no território (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010).

Dentre as regiões metropolitanas brasileiras, destaca-se a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), composta atualmente por 21 municípios, localizada no estado de Goiás. A partir de informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), verifica-se o crescimento da população na região por meio dos municípios periféricos, os quais apresentam taxa de crescimento populacional superiores à Goiânia. No entanto, o aumento deste contingente migratório parece estar associado à atração exercida por Goiânia, onde as pessoas procuram trabalho e estudo, enquanto procuram residência nos municípios do entorno.

Esse entendimento é corroborado pelos dados do IBGE (2010) que demonstram que, dentre os deslocamentos diários entre municípios distintos nas regiões metropolitanas brasileiras, a RMG se destaca com 78,1% do fluxo direcionado à Goiânia. Os maiores fluxos para a capital são originários de Aparecida de Goiânia (62,67%), Senador Canedo (13,51%), Trindade (10,45%) e Goianira (4,59%) (IBGE, 2016), municípios conurbados ou em processo de conurbação com Goiânia.

Esta investigação constitui uma análise diacrônica da configuração espacial da ocupação urbana em Goianira, município integrante da Região Metropolitana de Goiânia, no qual o processo de expansão urbana se insere neste contexto. A justificativa para esta investigação refere-se à necessidade de compreender a lógica e o desempenho configuracional relacionado a este espaço e contribuir para o planejamento urbano integrado da metrópole. Como objetivo, pretende-se avançar na compreensão do espaço metropolitano e entender como as relações metropolitanas influenciam na conformação da cidade periférica em relação a sua configuração.

A metodologia para alcançar este objetivo é proveniente da Teoria da Lógica Social do Espaço. Esta teoria, também denominada Sintaxe Espacial, propõe o estudo da relação entre a lógica social dos assentamentos humanos e sua forma. Trata-se do entendimento da sociedade enquanto produtora do espaço urbano, segundo expectativas específicas, e do espaço urbano como condicionante (não determinante) das relações sociais, as quais podem ser investigadas por meio das possibilidades de movimento neste espaço, ou seja, possibilidades de interação social que permitem a própria reprodução da sociedade (Holanda, 2018; Hillier e Hanson, 1984).

O processo metodológico adotado consiste na elaboração de mapas axiais e de segmentos em diversos espaços temporais cujo processamento gera variáveis capazes de expressar, em dimensões geométricas e topológicas, o quanto o sistema é propício ou não às interações sociais e acesso aos lugares e oportunidades a partir da facilidade de deslocamento oferecida pelo sistema de ruas da cidade.

Os resultados demonstram a queda nos valores de acessibilidade à medida que a cidade foi se integrando na dinâmica metropolitana. A estrutura de cheios e vazios do município analisado não é consequência de uma costura efetiva do tecido urbano ao longo dos anos. Diferentemente do que se espera em termos de desempenho de uma cidade em relação a

sua configuração, Goianira apresenta um sistema de ruas que se associa a uma lógica cuja maior expectativa é a integração com Goiânia. É possível observar que poucos são os trajetos que permitem a circulação de pessoas e veículos entre bairros, por meio de anéis; poucos são os bairros cujo tecido é contínuo a outros bairros, poucas são as possibilidades de circulação cujo trajeto não é constituído pela Rodovia GO-070, rodovia que liga Goianira à Goiânia.

Destaca-se a necessidade de tornar a malha do município mais integrada. É importante que as políticas de gestão do território não fortaleçam o modelo centro/periferia de expansão das cidades. É necessário que os municípios do entorno metropolitano consigam se tornar mais independentes, por meio do incentivo a sua economia, centralidades municipais e a melhor distribuição de infra-estrutura e serviços, de modo que a população possa trabalhar, estudar e se relacionar de maneira efetiva no lugar em que reside.

Palavras-chave: Expansão Urbana, Urbanização, Metropolização, Sintaxe Espacial, Desempenho Morfológico.

Referências

- Hillier B, Hanson J (1984) *The Social Logic of Space*. Cambridge University Press, New York.
- Holanda F (2018) *O Espaço de Exceção*, FRBG, Brasília.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) *Censo Demográfico 2010*, IBGE, Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*, IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010) *Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*, Livro 6, Vol. 2, IPEA, Brasília.
- Litman T (2016) Determining Optimal Urban Expansion, Population and Vehicle Density, and Housing Types for Rapidly Growing Cities, *World Conference on Transport Research - WCTR 2016*, Victoria Transport Policy Institute, Shanghai.
- United Nations (2020) *Governance Assessment Framework for Metropolitan, Territorial and Regional Management*, UN-Habitat, Nairobi.

Mobilidade urbana na Zona Leste de São Paulo

Biagio Antonio Barletta Junior, Maria Isabel Imbronito, Adilson Costa Macedo

PGAUR, Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, Telefone/fax: 55 11 27991740
imbronito@gmail.com, ac.macedo@terra.com.br

O trabalho reporta a investigação e análise da mobilidade urbana em um trecho específico da Zona Leste do município de São Paulo, que fica compreendido entre as linhas 11 e 12 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. Trata-se de uma extensa faixa que apresenta cerca de 6Km de largura, e cujo início está situado a 12Km de distância do Centro de São Paulo. A faixa em estudo prolonga-se por 22 Km na direção Leste até o limite do município, abarcando trechos dos municípios de Poá, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcellos. Dentro do município, a área delimitada pelo estudo é parte das Subprefeituras da Penha, Ermelino Matarazo, Itaquera, Itaim Paulista e Guaianazes. Alguns dados preliminares esclarecem a motivação inicial da pesquisa. A região, que é parte da Zona Leste do município, tem população estimada em cerca de 2,5 milhões de pessoas, sendo reconhecidamente uma área de concentração de moradias. Da totalidade do município, a Zona Leste oferece apenas 15,3% dos postos de trabalho, mas detém 35,9% do total de trabalhadores com vínculo formal, o que significa que esta população economicamente ativa exerce suas atividades em outras regiões da cidade (SEADE, s/d). Neste cenário, as alternativas de transporte para deslocamento, e as longas distâncias a serem percorridas, fazem com que o tempo gasto no deslocamento até o trabalho por moradores da Zona Leste seja o maior dentre todas as regiões do município de São Paulo. Segundo dados da Rede Nossa São Paulo, o tempo médio gasto por deslocamento por dia pelo morador da Zona Leste é de 2h39min. Outro dado importante disponível no mesmo centro de pesquisa revela que, devido à renda mais baixa, a Zona Leste é a única região que relata o preço da tarifa de transporte como o principal problema ligado ao transporte citado pelos moradores, à frente da lotação e demora dos ônibus, citados nas demais regiões da cidade. Ou seja, além do tempo gasto, o custo do transporte pesa proporcionalmente mais no bolso do morador da Zona Leste de São Paulo, devido à sua renda mais baixa, tornando importante buscar alternativas de transporte que sejam mais econômicas. A pesquisa buscou analisar o território situado entre as linhas 11 e 12 da CPTM com vistas a compreender o deslocamento,

considerando as vias e ligações existentes (automóveis, ônibus e demais sistemas de mobilidade) até as estações de trem que compõem o transporte de massa para a ligação rápida com a área central e com as demais regiões da cidade. O objetivo do estudo é verificar como estão estruturados os corredores e as ligações transversais deste trecho da cidade, uma vez que a conexão longitudinal até o centro é atendida pelo transporte sobre trilhos e algumas vias: a rodovia Airton Senna, a Avenida São Miguel / Marechal Tito e a Estrada Mogi das Cruzes / Avenida do Imperador. Busca-se compreender como ocorre a estruturação do território a partir desta lógica de conexão transversal X longitudinal. Paralelamente, busca-se investigar hipóteses sobre a implementação de sistemas de conexão transversais que complementem os sistemas já estabelecidos - composto por vias de automóveis e linhas de ônibus -, de modo a promover as dinâmicas locais e melhorar a ligação entre os bairros, além de constituir alternativas de mobilidade mais sustentáveis e econômicas para a população atingir o transporte de massa. Uma alternativa que se investiga é o sistema ciclovitário. A distância constante de aproximadamente 6Km entre as linhas 11 e 12 de trem da CPTM define percursos cuja extensão é favorável ao uso da bicicleta (compartilhada ou própria, motorizada ou não motorizada). Para isso, além de mapear o sistema de ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas implantado, é feita uma leitura do Novo Plano Ciclovitário do Município de São Paulo, atualmente em fase de consulta, analisando-se as propostas oficiais que foram elaboradas para a região em estudo.

Palavras-chave: mobilidade urbana, ciclovias, cidades sustentáveis, qualidade de vida.

Referências

- Golub A, Hoffmann L, Lugo A, Sandoval G (2016) *Bicycle Justice and Urban Transformation: Biking for All?* London and New York, Routledge.
- Maglio L M (2019) Transporte urbano de baixo carbono na cidade de São Paulo: análise das políticas públicas locais. Universidade Nove de Julho, Dissertação de Mestrado (Gestão Ambiental e Sustentabilidade), São Paulo.
- Pucher J, Buehler R (2012) *City Cycling*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts; London, England.
- Secretaria de Planejamento e Gestão, Governo do Estado de São Paulo (s/d) Município de São Paulo e o mercado de trabalho. Disponível em:
<https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/01/MSP_Indicadores_25jan_2.pdf
- Stehlin J G (2019) *Cyclescapes of the unequal city. Bicycle infrastructure and uneven development*, University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Tatto, J A (2015) *Mobilidade Urbana em São Paulo: aplicações de soluções imediatas e eficazes*. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado (Ciências), São Paulo.

**Palimpsesto e simultaneidade: A estrutura viária do sistema urbano de Braga.
Conformações e oportunidades da rede viária micro e capilar.**

Sandra Brito, Filipa Corais, Madalena Silva, Helena Carvalho, Marta Labastida

Lab2PT, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
UM-ICS Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal, Telefone/fax: 00 351 253510526
sandrabrito.arq@gmail.com

Entre os tecidos consolidados dos núcleos urbanos dos aglomerados mais expressivos do Vale do Cávado, o território polarizado pela cidade de Braga, integra uma unidade de paisagem que tem sido amplamente definida por diversos autores (Ribeiro, 1991; Cancela d'Abreu *et al*, 2004). É no enquadramento da região do Entre-Douro-e-Minho, que se vão afirmando uma série de atributos que podem fundamentar sobre originalidade da sua condição geográfica. A identificação de formas de povoamento mais antigas e, portanto, mais consolidadas, estabelecem um determinado quadro que tem sido compreendido como estruturante. A conformação de um povoamento denso e disperso, que acompanha a grande divisão da propriedade, foi amplamente explicada pelos autores da geografia moderna como resultado de uma combinação particular entre factores naturais e antrópicos, onde a predominância dos caracteres atlânticos passa a justificar a permanência de um determinado quadro populacional, associado à fertilidade da terra, à abundância da água e à cultura intensiva do solo. Da geografia da região em análise fica a ideia de uma paisagem diversificada, mas estruturalmente coesa. Neste contexto, Braga assume-se como um objecto de estudo particularmente relevante, pela singularidade dos atributos que decorrem da sua condição histórica. As circunstâncias excepcionais que desde cedo favoreceram a territorialização do povoamento, a continuidade dos processos de ocupação reforçados pela permanência do estatuto de capitalidade da cidade e das ligações à história eclesiástica, imprimiram marcas e significados que são ainda legíveis na paisagem. Neste território é ainda visível a estrutura do povoamento de génese rural, a malha fina das sedes de freguesias e das antigas paróquias e lugares, estruturados pelo retalhamento do minifúndio, que nos chega das descrições da geografia histórica. A retícula de estradas nacionais, municipais e caminhos, que caracteriza a porosidade do território, vai agregando formas com diferentes escalas, densidades e temporalidades. Mais do que o "palimpsesto" (Corboz, 2001), ou a sucessão, reconhecemos neste território uma certa "condição de simultaneidade" (Soja, 1993). Este espaço, heterogéneo e relacional, encontra o seu sentido no conceito de "heterotopia" do filósofo francês Michel Foucault (Foucault, 1994). Ancorados neste conceito,

reflectimos sobre as noções de "permanência" e "persistência", definidas por Alain Léveillé; sobre a questão da "resistência" de determinados dispositivos (Léveillé, 1993). No enquadramento de um processo de "acumulação", necessariamente selectivo, concordamos com Gérard Chouquer quando afirma que mais importante do que o vestígio arqueológico ou do que a reconstituição histórica, são as dinâmicas de "transmissão" do antigo, ou seja, a ideia de "herança" (Chouquer, 2007). Posicionados no eixo de pensamento das abordagens morfológicas, aprofundamos uma perspectiva próxima do entendimento de Manuel Solà-Morales designadamente, no reconhecimento da importância das infra-estruturas e do interesse de projectar a partir do desenho dos traçados; de compreender o território como um processo de construção que articula espaço e tempo (Solà-Morales, 2003). No território da urbanização extensiva a importância estrutural da rede viária é evidente. No caso de Braga é muito impressiva a observação da cartografia pelo impacto da profusão desta rede. É impressiva quando pensamos que aqui se articulam os elementos fundamentais de apoio à "construção de urbanidade", num território profundamente marcado pela ausência de espaço público. Não obstante, as dinâmicas da rede micro e macro são distintas. A rede macro, de vocação centrífuga, tem pouca conexão com o território. A rede micro, de vocação centrípeta, é uma rede anacrónica. As políticas adoptadas do âmbito das acessibilidades tendem a conferir maior relevância às determinações da escala macro, que concretiza as ligações ao nível regional e nacional. A escala micro e capilar vai sendo sobretudo objecto de intervenções pontuais, individualizadas, essencialmente no contexto de operações de loteamento. Pautadas por regras formais demasiado abstractas e condicionadas por regulamentos genéricos, estas intervenções vão progressivamente obliterando a identidade formal e geográfica dos lugares. Cortes, somatórios descontínuos e pouco hierarquizados vão anulando especificidades, continuidades e conexões entre os diversos elementos da paisagem. No âmbito desta análise vamos focar determinações relacionadas com a rede viária micro e capilar. Determinações que vamos compreender não apenas como uma consequência das políticas de ordenamento, mas sobretudo como uma expressão da condição geográfica do território. No contexto desta operação fixamos determinados agrupamentos crono-culturais, de onde vamos constituir a matéria de reflexão que consideramos pertinente no enquadramento da problemática enunciada. O objectivo é clarificar uma estrutura que nos permita ensaiar sobre a possibilidade de (re)estabelecer

conexões com os canais de circulação naturais e com a estrutura das parcelas. Operamos uma discriminação positiva que nos parece capaz relevar a questão da continuidade. Uma questão que interessa à problematização do território contemporâneo na medida em que parece capaz de abrir perspectivas sobre as oportunidades de intervenção a partir da rede viária micro e capilar.

Palavras-chave: Território, Forma, Tempo, Lugar

Referências:

- Cancela d'Abreu A, Correia T, Oliveira R (2004) Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, DGOTDU, Lisboa.
- Chouquer G (2007) Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- Corboz A (2001) Le Territoire comme palimpseste et autres essais, Les Éditions de L'Imprimeur, Paris.
- Foucault M (1994) Des espaces autres, in Dits et écrits: 1954-1988, Vol. IV, Gallimard, Paris, 270-285.
- Léveillé A, Cassan Y, Mayor M-P (1993) Atlas du territoire genevois – permanences et modifications cadastrales aux xixe et xxe siècles, Geong Editeur, Genève.
- Ribeiro O (1945) Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Coimbra Editora, Coimbra, 1991.
- Solà-Morales M (1997) Las Formas de Crecimiento Urbano, Edicions UPC, Barcelona, 2003.
- Soja E W (1993) Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

Mapeamento colaborativo com o PeopleGrid: uma possibilidade baseada em modelagem e morfologia urbana

Maurício Polidori, Otavio Peres, Fernanda Tomiello

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Católica de Pelotas, Curso de Arquitetura e Urbanismo

Rua Benjamin Constant 1359, Pelotas, RS, Brasil – 00 55 53 999450358

mauricio.polidori@gmail.com otmperes@gmail.com fermandatomiello@gmail.com

Modelagem urbana tem sido uma das maneiras para compreender a cidade, capturando parte da realidade e realizando experimentos, o que pode ser feito com sucesso em estudos em morfologia urbana. Com o uso crescente da internet, popularização e aumento da velocidade de transmissão de dados, modelos com operação *on line* representam uma alternativa interessante, o que pode trazer avanços na sua popularização, angariando participação e integrando com sistemas de informações geográficas. O objetivo deste artigo é apresentar a plataforma PeopleGrid, a qual consiste numa ferramenta para realizar perguntas e obter respostas sobre aspectos urbanos que tem como fundamento a localização, permitindo desenhar em mapas disponíveis na internet, sobre grids com células quadradas, com temas e níveis de desagregação espacial decididos pelos pesquisadores. Nos estudos de morfologia urbana, a plataforma oferece uma possibilidade de elaborar mapas mediante um processo colaborativo, os quais podem vir a representar desejos coletivos, obtidos pelo somatório das opiniões individuais.

A ideia de produzir mapas de modo participativo tem evoluído junto com o desenvolvimento de novas tecnologias, o que pode incluir os SIGs e a internet. Embora o uso dos SIGs normalmente esteja limitado a especialistas em geoprocessamento e planejamento urbano, assim como os trabalhos com cartografia social frequentemente estão distantes do uso de recursos digitais, a produção de mapas coletivos parece trazer esperança na elaboração de produtos participativos com maior qualidade e possibilidade de utilização. Nesse caminho, pode ser considerado que a plataforma PeopleGrid captura aspectos da realidade através do conhecimento parcial da cidade que cada pessoa possui, valorizando subjetividades e construindo uma nova informação, a qual pode ser reconhecida como uma intersubjetividade. Ao realizar o mapeamento diretamente em ambiente celular, essa proposta pode ser considerada inovadora e operar como ferramenta na área de planejamento urbano, proporcionando a pesquisadores, gestores e especialistas um modo de incluir pessoas no

processo de tomada de decisão. Além disso, pode disponibilizar ao pesquisador flexibilidade na construção da consulta à população, podendo ser aplicado em inúmeras cidades.

Um diferencial da ferramenta é a facilidade de compreensão por parte do usuário, que pode se situar entre leigo e especialista no assunto de planejamento urbano. Sendo assim, a expectativa é de poder alcançar diversos tipos de indivíduos, incluindo suas cognições, juízos de valores e culturas sobre o meio urbano, aspectos que parecem ser capturados com alguma dificuldade nos sistemas de informações geográficas e nos instrumentos de análise espacial convencionais.

No campo da morfologia urbana está a ideia de que as descrições que as pessoas fazem das cidades, incluindo suas interpretações e desejos, podem constituir mais uma camada para a compreensão da forma urbana, de modo interativo e carregando aspectos de complexidade, auto-organização e emergência. Nesse caminho, a ideia é produzir um mapa colaborativo que possa ser incluído em outros processos de análise espacial urbana, constituindo uma camada a mais, com informações sobre desejos ou necessidades das pessoas.

Ao cabo é importante considerar que as possibilidades criadas por novos (e velhos) instrumentos de apoio ou de suporte à decisão não substituem os embates e as lutas políticas dos movimentos urbanos, sociais e ambientais. Pelo contrário, esses instrumentos podem, como é o caso do PeopleGrid, fortalecer as pautas e a autonomia populares, fundamentais para a transformação das cidades e para o encontro de alternativas para o futuro. A intenção dos autores é de priorizar as pesquisas dedicadas à preservação ambiental, qualidade de vida e equidade espacial urbana, em detrimento de experimentos que possam concorrer para acirrar a concentração de riquezas, a supremacia do capital sobre o trabalho e a segregação socioespacial. Ao mesmo tempo que os estudos de morfologia e modelagem urbana demandam autonomia disciplinar, os movimentos socioambientais requerem qualidade de vida e valorização dos interesses coletivos, justa sêara da proposta da plataforma PeopleGrid.

Palavras-chave: Modelagem urbana. Morfologia urbana. Mapeamento colaborativo.

Agricultura urbana na Área Metropolitana de Lisboa: uma perspetiva morfológica.

Teresa Marat-Mendes, Patrícia Bento d'Almeida, Sara Silva Lopes, João Cunha Borges

DINAMIA'CET, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL

Av. das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal, Telefone/fax: 00 351 210464031

teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt; patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt; sara_alexandra_lopes@iscte-iul.pt;
joao_cunha_borges@iscte-iul.pt

A agricultura é um fenómeno em crescimento nas cidades. Mudanças de circunstâncias e de necessidades por parte das populações contribuíram para a produção de novas formas de ocupação e uso do espaço, e novas formas de relacionamento entre comunidades e decisores. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a agricultura urbana é transversal aos núcleos urbanos, localizando-se em particularmente nas áreas periféricas, predominantemente ocupadas por bairros de habitação de promoção pública (Marat-Mendes et al, 2020a e 2020b). Esta apresentação ilustra a dinâmica de expansão da agricultura urbana na AML, explorando as suas possibilidades socioeconómicas e o seu contributo positivo para uma transição sustentável do território, principalmente onde a urbanização é corolário do uso do solo (Dias, 2018; Marat-Mendes e Borges, 2019; Marat-Mendes et al, 2020a, 2020b e no prelo). No âmbito do estudo da sua forma urbana, através da análise morfológica, é pertinente e necessário investigar também a agricultura urbana. O fenómeno já foi reconhecido pelo seu impacto positivo social e ambiental, mas mais atenção é ainda necessária à sua expressão física. Recentemente, o número 23(1) da revista *Urban Morphology* promoveu um importante contributo para o estudo morfológico dos espaços verdes. Nesta comunicação, discute-se as especificidades dos espaços agrícolas como forma específica de espaço verde, ilustrando e sistematizando algumas tipo-morfologias identificadas no território da AML. A presente análise morfológica centra-se na relação entre a agricultura urbana e a sua localização e organização em alguns bairros residenciais periféricos identificados na AML, ao longo do corredor formado por Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira. Mais especificamente, referimo-nos aos bairros do Vale de Chelas (Lisboa), Bairro da Sacor (Loures) e Bairro da Quinta da Piedade (Vila Franca de Xira), que consistem em bairros residenciais de iniciativa pública, onde residem muitos hortelões que cultivam os espaços vazios próximos das suas habitações. Este tipo de espaços tem frequentemente uso de solo condicionado estando sujeito a pressões imobiliárias (Borges e Marat-Mendes, 2019

e 2020; Marat-Mendes e Borges, 2019; Borges et al, 2020; Marat-Mendes et al, 2020a). O estudo da relação da forma urbana entre espaços verdes e massa edificada procura, não só demonstrar diversidade do desenho urbano destes espaços produtivos, como também demonstrar a interação existente das massas edificadas com as atividades que nelas decorrem. Inversamente, procuramos identificar quais as necessidades espaciais de cada tipo de agricultura urbana e qual a sua viabilidade noutros espaços urbanos. Complementarmente, identifica-se a espacialidade da agricultura urbana no território da AML, incluindo para além da forma morfológica destes espaços verdes produtivos, também a sua própria materialidade. Nesse sentido expõe-se os contributos de um levantamento realizado à agricultura urbana na AML, de forma comparativa, e que permitiu a sua sistematização e identificação de parâmetros para a sua definição. Finalmente, através deste estudo propomos aferir a diversidade morfológica que é possível identificar no fenómeno da agricultura urbana, independentemente da natureza da sua iniciativa, e apontar as diferentes escalas e práticas produtivas nela incluídas, comprovando o seu impacto positivo na paisagem urbana, na qualidade ambiental e na melhoria geral das condições de vida dos bairros em que esta se localiza.

Palavras-chave: Sistema alimentar, bairro, cidades sustentáveis, agricultura urbana, forma urbana.

Referências

- Borges JC, Marat-Mendes T (2019) Walking on streets-in-the-sky: structures for democratic cities, *Journal of Aesthetics and Culture*, 11(1): 1-16.
- Borges JC, Marat-Mendes T (2020) When Lisbon met the Team 10 Cluster City. *Joelho*, 10: 86-99.
- Borges JC, Marat-Mendes T, Lopes SS (2020) Zone J revisited: urban morphology and change in a recovering neighbourhood, *International Seminar on Urban Form – Italy*, Rome.
- Dias, A (2018) *The shape of food*. Unpublished Master's Dissertation, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Lisbon.
- Marat-Mendes T, Borges JC, Dias A, Lopes R (forthcoming) Planning for a sustainable food system – The potential role of urban agriculture in the Lisbon Metropolitan Area. *Journal of urbanism*.
- Marat-Mendes T, Borges JC (2019) Urban agriculture and the social role of urbanism: Planning and ethics for communities and territories, *AESOP*, Venice.
- Marat-Mendes T, Lopes SS, Borges, JC (2020a) Designing for productive urban landscapes – Applying the CPUL concept in the Lisbon Metropolitan Area, *International Seminar on Urban Form – Italy*, Rome.
- Marat-Mendes T, d'Almeida PB, Lopes SS, Borges JC (2020b) As hortas urbanas na Área Metropolitana de Lisboa, *Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas 5º workshop - DINAMIA'CET – IUL*, Lisbon

Um futuro para o projeto de edificações: o Código Urbano Contextualizado

Bruno Costa

Centro de Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ/FAU/UFRJ

Av. Pedro Calmon, 550 – Cidade Universitária – RJ - Brasil, Telefone: +55 21 39381658

brunoluis@fau.ufrj.br

A maioria das cidades brasileiras possui normas urbanísticas e edílicas pautadas em parâmetros pré-definidos, de acordo com a divisão da cidade em zonas. Como consequência dessa lógica, as edificações tendem a não considerar o entorno do local onde estão implantadas (contexto) por conta da prática de projeto predominantemente limitada ao lote isolado e de uma conjuntura econômica de forte influência sobre ela, resultando em tipologias que ignoram as relações espaciais com a vizinhança. Isso tende a se refletir na morfologia urbana das cidades, caracterizadas, em geral, pela pluralidade e diversidade de tipos arquitetônicos de diferentes épocas que não estabelecem um diálogo entre si. Esse contexto motivou o desenvolvimento do presente artigo.

Parte-se da hipótese de que é possível elaborar um instrumento jurídico-urbanístico que permita uma interpretação flexível das suas demandas no sentido de promover projetos arquitetônicos e urbanos contextualizados, em que haja uma conexão entre a prática projetual, o lote, o edifício e a cidade. O objetivo principal é ampliar o debate sobre o papel dos arquitetos e das normas jurídicas na produção de edificações, sobretudo residenciais multifamiliares, e estabelecer novas bases para discussão sobre o futuro da produção de normas urbanas, em especial para a cidade do Rio de Janeiro, através da proposição de uma nova forma de código urbano, baseado no que denominamos Urbanismo Contextualizado: o Código Urbano Contextualizado (CUC).

O método para a criação do CUC consistiu em identificar e analisar construções normativas de diferentes casos referência que possivelmente levassem em consideração: o contexto em que os projetos estão inseridos, a valorização do projeto arquitetônico, o emprego de instrumentos que contribuem para a valorização da vida urbana e para a participação dos cidadãos. A validade do código criado foi testada a partir da aplicação em cinco lotes na cidade do Rio de Janeiro, comparando-se o projeto concebido dentro das normas atuais adotadas pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e um projeto para esses mesmos lotes de acordo com as exigências e orientações do CUC.

O CUC é uma norma que versa sobre a morfologia urbana, as edificações, o uso e a ocupação do solo de acordo com os princípios do Urbanismo Contextualizado. O princípio fundamental do CUC é o reconhecimento de que o ato de construir novas edificações, demolições ou modificações das estruturas existentes, apesar de ser um direito individual, deve ser exercido em consonância com a proteção e valorização dos espaços de uso comum, reconhecendo as pré-existências ambientais e construídas. Entende que o melhor projeto para determinado lote é aquele que melhor serve a cidade e, em especial, o entorno imediato onde está inserido. De forma ampla, o propósito do CUC é contribuir para o estabelecimento de edificações contextualizadas. Elas são consideradas como tal quando englobam as três vertentes principais de atuação do CUC, hierarquicamente classificadas: a pertinência, as pré-existências e a forma. As edificações são consideradas pertinentes caso os locais para onde são projetadas possuam as infraestruturas urbanas básicas, de acordo com determinados critérios. Elas devem reconhecer as pré-existências, não somente no sentido de continuidade com o que já está construído, mas, sobretudo, no sentido de encontrar nas particularidades e nas características específicas de cada contexto as chaves de sentido para definição e justificativa do projeto, tendo como motriz a valorização dos espaços para pedestres, tanto públicos quanto privados. Por fim, edificações contextualizadas têm a sua forma estabelecida a partir da busca pela consolidação de ruas-corredor e interação com as volumetrias do entorno, com diversidades de usos e unidades residenciais próximas dos passeios.

Complementarmente, a noção de função social da propriedade permeia o CUC. Ela é entendida como o atendimento das necessidades básicas da população, mediante pequenos deslocamentos, no que diz respeito a aspectos urbanos como o acesso à habitação, ao transporte público, ao lazer, às áreas comerciais e de serviços. Quando a propriedade, pública ou privada, não atende a sua função social, o CUC induz ou obriga a edificação ou reativação do imóvel através do emprego de dois instrumentos: a Ordem de Compra Obrigatória ou o IPTU progressivo. Igualmente, algumas edificações que estão plenamente em uso, mas subutilizadas podem ter seu potencial de atendimento à função social aumentado naturalmente através do mercado da construção civil. É o caso de construções passíveis de renovação, localizadas em áreas não protegidas, em entornos mais densos ou onde se deseja promover densidades construtivas e habitacionais maiores, e que não fazem parte de um conjunto consistente de edificações que permita identificar uma ambiência

urbana. Suas características físicas, tipológicas, volumétricas, podem ser desconsideradas no desenvolvimento de projetos, pois se admite que novas construções serão erguidas nos seus locais.

De forma geral, o que se observou a partir da aplicação do CUC em cinco lotes na cidade do Rio de Janeiro é que ele contribuiu para a eliminação ou redução de grande parte dos parâmetros edilícios existentes, negando um processo de projeto que trate do lote isoladamente de seu contexto. O CUC também possibilitou e induziu o projeto de edificações que priorizem o espaço público e se preocupem com a conformação de uma morfologia coesa, valorizando a vida na cidade e a qualidade nos deslocamentos pedonais.

Palavras-chave: Código Urbano Contextualizado; Normas Urbanas; Contexto; Morfologia Urbana.

Acessibilidade espacial e precificação em áreas de expansão na Região Metropolitana de Natal/RN no contexto da Copa de 2014: o caso de São Gonçalo do Amarante/RN

Rodrigo Nascimento, George Dantas, Edja Trigueiro

Centro Universitário de João Pessoa/PB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Paulino dos Santos Coelho, 171, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa/PB, Telefone/fax: 00 +55 83 99675-5152
ronasciarq@yahoo.com.br

Em 2014 a cidade de Natal (Rio Grande do Norte/Brasil) foi uma das cidades sedes da Copa do Mundo, o que exigiu uma série de intervenções em partes da zona urbana e metropolitana. Dentre as intervenções de maior escala e impacto destacaram-se a Arena das Dunas - no bairro de Lagoa Nova - e o Aeroporto Internacional Aluizio Alves - situado em região expandida de São Gonçalo do Amarante, município constituinte da Região Metropolitana de Natal (RMNatal). A construção dessas edificações, viabilizados por coalizões entre setores públicos e privados, exigia uma nova infraestrutura (viária principalmente) em áreas em que o setor imobiliário apresentava especial interesse em função da tendência de valorização de bairros caracterizados como núcleos ativos e/ou áreas de expansão, onde ocorrem continuamente produção, venda e revenda imobiliária e do solo (Silva, 2014 e Tinôco, 2008). Portanto, pode-se dizer que o “legado” infraestrutural (Harvey, 1996, 2005 e Vainer, 2013) intensificou um processo de precificação imobiliária que é a umas das expressões da circulação de capital (Nobre, 2017). São Gonçalo do Amarante, por exemplo, recebeu novas vias anexadas a eixos consolidados expressos que perfazem um anel metropolitano de intenso movimento na região metropolitana. Esse anel que atravessa zonas centrais em Natal, adentra a região metropolitana norte em territórios marcados por loteamentos e conjuntos habitacionais recentes (Campos, 2015) situados em São Gonçalo do Amarante, chegando até o novo aeroporto internacional (Nascimento et al, 2018). No intervalo entre 2012 e 2016 e mais exatamente nessa região, percebeu-se uma aceleração da produção imobiliária com subsequente incremento do preço fundiário. Enquanto mecanismo de geração de contato, a configuração espacial associada a atratotes (grandes equipamentos urbanos) tem sido responsáveis pelos fluxos da cidade (DeSyllas, 1997; Hillier, 1996 e Penn, 2001). Aeroportos, por exemplo, figuram como atrator que em princípio independem da acessibilidade (movimento). Entratando, esta é intensificada quando aquele gera a necessidade de abertura de vias e repartilhamento do espaço urbano (a exemplo dos

loteamentos). É nesse momento que se pode equacionar acessibilidade espacial e precificação imobiliária em territórios impactados por atratores. Tomando como premissa a de que esse é o caso de São Gonçalo do Amarante, perguntou-se nessa pesquisa: como tem se dado a dinâmica de precificação nesse contexto? A acessibilidade é aqui considerada como dimensão topológica (não dimensional) sendo propriedade fundamental da configuração espacial uma vez que é capaz de determinar níveis de movimento potencial (gerado pela configuração independente de atratores) através do sistema de barreiras e permeabilidades (Hillier, 1996 e Penn et al, 1993). Para compreender a relação acessibilidade x preço nesse estudo utilizou-se a Lógica Social do Espaço (LSE), ramo de estudos em morfologia que aproxima forma urbana e comportamento humano, sendo possível a interface com fenômenos ligados à valorização espacial (Hillier e Hanson, 1984, Kahraman et al, 2015 e Law et al, 2015). Os resultados são lidos através do ferramental da Análise Sintática do Espaço que dispõe de medidas quantitativas que traduzem níveis acessibilidade espacial, a exemplo da integração, que indica o movimentos “para lugares” (*to-movement*) e o seu caráter de centralidade, e o *choice* (ou escolha) que se refere ao movimento “entre lugares” (*through-movement*) e o seu potencial de atravessamento (Hillier et al, 2012). Essas medidas são representadas em Mapas de Segmentos - resultantes da quebra de eixos mais longos da Representação Axial (eixos contínuos) - partindo-se do pressuposto de que cada fração do eixo pode conter níveis de acessibilidade distintos considerando o intervalo entre as interconexões com os demais. As análises em torno da acessibilidade espacial foram associadas à uma pesquisa cartorial de preços de lotes em escrituras de compra e venda, categorizados segundo dimensões e posições dos lotes nas malha viária, em 4 empreendimentos da área de expansão de São Gonçalo do Amarante. Percebeu-se, de um modo geral, tendência de elevação de preços de lotes com cerca de 200 m² nos quatro empreendimentos. Porém preços médios (entre R\$ 30.000 e 40.000) à elevados (acima de R\$ 40.000) se localizam em sistemas de valores intermediários de integração e atravessamento. Ou seja, em locais onde o caráter de centralidade e escolha parecem ser uma vantagem locacional foi verificado elevação de preços. Preços mais altos foram percebidos em um dos loteamentos que se situa entre os outros três analisados e próximo ao principal acesso ao aeroporto, principalmente em vias de intenso atravessamento, o que nesse caso específico, demonstra que o potencial de escolha está associado à precificação. Em

casos em que o loteamento é mais distante da via expressa principal que leva ao aeroporto, lotes de preços intermediários estão em vias de menores níveis de integração e atravessamento. A pesquisa permite análises mais refinadas, uma vez que o local encontra-se em permanente expansão e a recomposição de preços e nem sempre a elevação dos preços eram sintoma da elevação de acessibilidade (integração e *choice*).

Palavras-chave: Acessibilidade espacial, precificação, áreas de expansão, São Gonçalo do Amarante.

Referências

- Abramo P (2001) Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Abramo P (2007) A cidade Caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana – uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Campos T (2015) *Urbanização imobiliária residencial: uma leitura da configuração espacial da Região Metropolitana de Natal/Brasil*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Desyllas J (1997) Berlin in transition. Using Space Syntax to analyse the relationship between land use, land value and urban morphology, *1st International Space Syntax Symposium*, London.
- Harvey D (1996) Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio, in: Silva L, Silva M Leme (eds) *Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos Cidades: Estratégias Gerenciais*, NERU/CNPq/FINEP, São Paulo.
- Harvey D (2005) A produção capitalista do espaço, Annablume, São Paulo.
- Hillier B (1996) *Space is the machine*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Hillier B, Hanson J (1984) *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, London.
- Hillier B, Penn, A Hanson J, Grajewski T, Xu J (1993) Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement, *Environment and Planning B: planning and design*, University College of London, London.
- Hillier B, Yang T, Turner A (2012) Normalising least angle choice in depthmap, and how it opens up new perspectives on the global and local analysis of city space, *Journal of Space Syntax*, University College of London, London.
- Kahraman E, Kubat S (2015) In the effects of accessibility factors on land values in the CBD of Izmir *10th International Space Syntax Symposium*, University College London, London.
- Law S, Karimi K, Penn A (2015). An empirical study on applying community detection methods in defining spatial housing submarkets in London. *10th International Space Syntax Symposium*, University College London, London.
- Nascimento R Dantas G Trigueiro E (2018) Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil), *PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios*, Porto.
- Nobre E (2017) Sports mega-events and urban legacies: the 2014 FIFA World Cup, Palgrave pivot, São Paulo.
- Penn Alan (2001) Space Syntax and spatial cognition: or why the axial line? *3rd International Space Syntax Symposium*, Atlanta, Georgia.

Silva A (2014) Coalisões urbanas no país do futebol: Copa do Mundo 2014 e o mercado imobiliário, *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro.

Tinoco L (2008) *Áreas de transição rural e urbana em São Gonçalo do Amarante: elementos para delimitação do planejamento territorial*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Vainer C (2013). Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira, in Cuenya B, Novais P, Vaiver C (eds), *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*, Masquatro Editora Ltda, Porto Alegre.

Aspectos morfológicos do Caxambu, uma seção periférica de Petrópolis **Isabella Bonfadini¹, Patrícia Drach^{1,2}**

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro – DAU/ESDI

Av. Ipiranga, 544 – Centro, Petrópolis – RJ, 25610-150, Brasil, +55 24 2247-2620

²PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pedro Calmon, nº 550 - 4º andar - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ Telefone/fax: 55 021 39380287

patricia.drach@gmail.com

Localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, a área do Caxambu entende-se como expansão do Centro Histórico de Petrópolis, núcleo fundacional da cidade a partir do plano urbano implementado pela Família Imperial. A área foi ocupada, principalmente, por aldeãos portugueses que se direcionaram à cidade a partir de um Projeto Migratório pela busca governamental de mão de obra específica. Este tipo de ação teve início ainda na época da implantação da cidade, com a chegada primeiros dos colonos alemães, trazidos pelo Major Julio Frederico Köeler, responsável pelo Plano Diretor da cidade de Petrópolis. Com esse panorama, não foi difícil a cidade aproveitar o cenário estrangeiro para colocar em ação o plano de embranquecimento das zonas que rodeavam a Cidade Imperial, aplicando ao contrato uma especificação de etnia, onde esses deveriam ser Portugueses, Belgas, Franceses, Italianos, Alemães, Espanhóis ou Suíços. A partir disso, foi incentivada a ascensão agrícola, das comunidades portuguesas e francesas, durante os séculos XIX e XX, no Caxambu, onde foram implementadas técnicas, antes usadas em suas terras nativas, específicas para áreas rochosas. Consequentemente, ocorreu um crescimento ocupacional, na porção mais próxima ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PARNASO, remanescente da Mata Atlântica, o qual é refletido até os dias atuais nas relações morfológicas urbanas e de identidade do bairro do Caxambu. A abordagem tem como propósito entender a morfologia urbana na borda de Petrópolis da região do Caxambu, com o intuito de descrever os entraves e aspectos sócio-urbanos-rurais que refletem diretamente na perspectiva de territorialidade dos moradores e suas devidas individualidades locais. Assim como acontece no Centro Histórico de Petrópolis, a expansão territorial do tecido urbano de Caxambu estende-se de acordo com os limites dos níveis topográficos. Apesar disso, face a complexidade de seus componentes e problemáticas, a área conta com uma apropriação local mutável e que se encontra em redefinição atualmente, ocasionando o fortalecimento de demarcações zonais as quais são delimitados por vias e barreiras naturais. De acordo com as camadas das memórias urbanísticas e arquitetônicas do recorte proposto para estudo, observam-se

características específicas que determinam um território heterogêneo, em um sistema complexo, composto por três grandes manchas, as quais são incentivadas pelos moradores, sendo essas Quarteirão Suíço, Caxambu Luzitano e Caxambu Santa Isabel. É importante salientar que o bairro contou, inicialmente, com um plano diretor de ocupação, o qual não foi respeitado pelos próprios órgãos governamentais, trazendo a abertura de uma apropriação sem vistoria. Apesar disso, o Quarteirão Suíço, também conhecido como Caminhos das Águas, conta com uma maior atenção de investimento e torna-se um alongamento do Centro Histórico Petropolitano, com os casarões históricos bem conservados e uma evolução da morfologia urbana mais controlada quando comparada ao restante do bairro. Esta foi a região do Caxambu inicialmente ocupada por moradores que desejavam estar próximos ao centro da cidade, mas que não possuíam poder aquisitivo. Por sua vez, considerado a região urbana e periférica do bairro, Caxambu Luzitano tem como maior fragilidade o déficit habitacional, que ocasiona uma constante ocupação irregular de construções em ambientes impróprios e de risco. Além disso, sofre com a falta de atribuição política acerca de sua segurança pública, causando preconceitos e estigmas, os quais fortalecem a ausência de comunicação com o entorno, a segregação dos ambientes e a ameaça do senso de comunidade. Na fronteira com o PARNASO está localizado o Caxambu Santa Isabel tendo uma esfera rural, distante do Centro Histórico, conta por sua maioria com agricultura familiar, tornando-se uma região urbana menos densa e com maior preservação da mata nativa. A divergência da sobreposição desses espaços pode ser vista como resultado de uma construção do tecido urbano moldado pelas questões culturais e socioeconômicas que marcam o território do Caxambu e causam a falta de coletividade do bairro e estimulam a não integração entre eles.

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Evolução Urbana, Caxambu - Petrópolis, Centro Histórico

Referências

- Papinutto A (2011) O território na construção do conhecimento local na Estratégia de Saúde da Família: o caso do município de Petrópolis /RJ, *Dissertação de mestrado*, 121-125.
- Monassa T (2020) Petrópolis. Desconstrução da história da cidade sob aspecto dos antecedentes e o contrato de imigração - a memória coletiva e a antropofagia do poder, *Monografia*.
- Alcântara P, Desconstrução da memória germânica em Petrópolis durante a Segunda Guerra Mundial.

Drach P, Silva G, Alves F, Martins T, Melo J, Freitas L (2020) Evolução urbana do centro histórico de Petrópolis: processo de arqueologia da paisagem 1860-2020, *Revista Morfologia Urbana*.

Acervo Gustavo Ernesto Bauer, *Museu Casa do Colono*.

Filho H (2011) A fundação de Petrópolis - Decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano, *Instituto Histórico de Petrópolis*.

De que lado você mora? Rupturas morfológicas e legislativas na zona noroeste da cidade do Recife

Beatriz Ferraz ^a, Cristiano Nascimento ^b, Lucy Donegan ^c

^a Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE, Brasil.
E-mail: biameunier@gmail.com.

^b Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: cristiano.borba@gmail.com.

^c Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, João Pessoa, PB, Brasil.
E-mail: lucy.donegan@academico.ufpb.br.

Este artigo descreve o processo das variações nos padrões da forma edílicia resultante de parâmetros legislativos e de ocupação do solo observado em ruas da zona noroeste da Cidade do Recife, estado de Pernambuco, Brasil. Questiona-se como parâmetros da legislação relacionam a forma urbana na definição de padrões de ocupação do solo e da forma edílicia, tendo como objeto empírico ruas da zona noroeste do Recife que limitam a borda do zoneamento da chamada Área de Reestruturação Urbana (ARU), onde se observa de modo mais evidente as diferenças resultantes da adoção de leis distintas em uma mesma localidade. Esta zona, localizada ao norte do principal rio que corta a cidade e delimitada por avenidas de grande porte, passou por um processo de ocupação que remonta à primeira metade do século XX, quando as margens ribeirinhas foram habitadas pelas classes de alta renda (Villaça, 2001), enquanto os bairros mais distantes foram ocupados majoritariamente pela população de classe média e baixa (Pontual, 2001).

Os bairros resultantes dessa ocupação ao longo do rio são atualmente caracterizados por edificações residenciais multifamiliares destinadas, em sua maioria, à classe média alta, consolidando o prestígio socioeconômico. Legislações municipais que, desde o final da década de 1980, atenderam a demandas dessa população privilegiada, regulamentam a preservação de certos atributos ambientais e estabelecem parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo mais restritivos que respaldam o privilégio desta zona em detrimento de outras da cidade. A lei mais recente, do ano de 2001, delimitou a ARU, composta por doze bairros, e tinha por intenção a desaceleração do processo de adensamento construtivo e verticalização em vigor na cidade nestes bairros, enquanto que outras áreas da cidade seguiram regidas por leis com parâmetros mais permissivos e atrativos para o investimento do mercado imobiliário. Esses bairros adjacentes à ARU tornaram-se, assim, focos das atividades do setor imobiliário, aproveitando-se o *status* dos vizinhos como estratégia de *marketing*, mesmo sem oferecer as mesmas desejadas propriedades ambientais daqueles

doze mais privilegiados. Nos demais bairros da zona noroeste recifense, portanto, dá-se um processo de adensamento construtivo de novas edificações residenciais multifamiliares verticalizadas em substituição ao tradicional padrão de casas e quintais, sendo incompatível com a infraestrutura do local e com as características históricas das localidades. As vias que delimitam o perímetro dos “doze bairros” representam a diferença de tratamento dada a estas duas áreas pela legislação e por diversos atores sociais – moradores, agentes do setor imobiliário e poder público – onde cada um dos seus lados é regulado por normas distintas, se diferenciando tanto nas características da morfologia edilícia quanto na velocidade do processo de construção de novos empreendimentos e preservação de edificações construídas em períodos diferentes. Entendendo que a configuração espacial impacta no movimento potencial e nos usos do solo (Hillier et al., 1993; Hillier, 1996) e considerando a relação potencial entre atributos configuracionais e localização de classes sociais (Vaughan, 2007), foram realizadas análises da malha urbana para compreender a inserção da zona noroeste no contexto do Recife, a sua articulação e relações com a estrutura viária da cidade e as particularidades da malha da zona noroeste. Foram também analisados aspectos do ambiente construído das vias selecionadas, sendo estudados 606 lotes, categorizados em função dos usos do solo, gabaritos e anos de construção, relacionando às leis em vigor; e, a partir de faces de quadras selecionadas, identificou-se como o processo de renovação edilícia por meio dos parâmetros construtivos das leis reflete nos perfis das ruas.

Através das análises realizadas, observa-se que continuidades morfológicas viárias ou reminiscências edilícias passíveis de preservação da zona noroeste não foram fatores primordiais para o traçado do zoneamento da ARU, tendo os fatores socioeconômicos sendo os motivos mais evidentes que podem ter guiado a delimitação desta área. Atenta-se para o fato de que o traçado da poligonal que define este zoneamento, com arestas localizadas em eixos viários na maior parte de sua extensão, gera uma ruptura nos padrões morfológicos edilícios ao atribuir, para cada lado de uma rua, distintos parâmetros construtivos estabelecidos por diferentes leis. Observa-se, também, que os efeitos do tratamento exclusivo dado para uma porção específica da cidade, pautado principalmente pelo poder socioeconômico, tornam-se excludentes ao restringir a ocupação de uma área.

Palavras-chave: malha urbana, morfologia, Recife, legislação, status.

Referências

Hillier, B. (1996) *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Cambridge, Cambridge University Press.

Hillier, B., Penn, A., Hanson, J., Grajewski, T. e Xu, J. (1993) Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement, *Environment and Planning B: Planning and Design*, 20(1), 29-66.

Pontual V. (2001) *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950*. Recife, UFPE.

Vaughan, L. (2007). The spatial syntax of urban segregation. *Progress in Planning*, 67(3), 199-294.

Villaça, F. (2001) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel

Impactos da Verticalização na Cidade de Goiânia/Brazil

Murilo Chagas¹, Eduardo Souza², Ninfa Canedo³

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia (GO) Rua 1 n° 188 Ed. Villa dos Buritis Apto 2102, Telefone/fax: (62) 99620-5150
murilosimoncini22@gmail.com, eduardoaraujobarbosa@gmail.com, canedoninfa@gmail.com

A saída abrupta do homem do campo na industrialização e a crescente necessidade de comércio e serviço trouxeram uma nova perspectiva da ocupação urbana. A literatura urbana aponta que a distribuição e a forma construída afetam o desempenho da cidade (VILLAÇA, 2001; HOLANDA, 2002; MEDEIROS, 2013). No contexto global, o processo de urbanização perfaz em claro reflexo da concentração populacional na necessidade de maximização do solo urbano. O estudo do adensamento envolve a discussão de questões econômicas, ambientais, sociais e urbanas, sendo que o estudo das centralidades complementa a análise. Caracterizada como uma área capaz de gerar e manter significativos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais etc., as centralidades urbanas englobam características intrínsecas de sua formação, concentrando uma série de atrativos às demais regiões do tecido urbano (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008).

A pesquisa busca entender e analisar os impactos da verticalização na cidade de Goiânia/Brazil, na última década, tomando como estudo de caso duas centralidades: os setores Oeste e Marista, caracterizando historicamente os principais processos e momentos relacionados a essa verticalização. O estudo de caráter descritivo exploratório tem como variáveis o padrão, a localização e a infraestrutura, e estrutura-se em duas etapas: 1) levantamento bibliográfico e 2) estudo de caso. Desenvolveu-se através da compilação do conhecimento histórico (BELLORIO, 2013) e dos dados coletados junto à Secretaria de Planejamento de Goiânia e ADEMI-GO, além de pesquisas *in loco* na realização de mapeamentos e levantamentos.

Os resultados demonstram que a verticalização afeta diretamente o cotidiano da sociedade urbana, constatando que ela ocorre em regiões que despertam o interesse dos agentes imobiliários. No recorte temporal (2008 a 2017) realizado nos bairros selecionados, foi observado um aumento significativo no número de empreendimentos lançados, justificado pela procura por parte da população de média e alta renda, que busca boa infraestrutura e comodidades relacionadas à proximidade de suas moradias.

Evidencia-se ainda que os setores Oeste e Marista apresentam características pouco divergentes, intrínsecas aos parâmetros do tempo de implantação e infraestrutura. O primeiro apresenta uma estrutura mais consolidada e rígida, explicada pela verticalização mais antiga (década de 1980); o segundo, teve sua verticalização possibilitada somente pela recente mudança do Plano Diretor da cidade (2007), também com localização privilegiada, possuindo boa infraestrutura, suprimindo às necessidades da população local; sua verticalização é impulsionada pela possibilidade de substituição das grandes casas por altos edifícios de luxo, pela modernidade expressa no setor e qualidade de vida “vendida” pelo mercado imobiliário. A partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Goiânia, foram analisados três parâmetros: atividades comerciais, mobilidade e acessibilidade, e quantidade de áreas verdes. Percebe-se na última década um aumento no número de atividades comerciais nos setores, motivados pela boa infraestrutura física, pelo aumento populacional e pela migração de equipamentos e serviços de qualidade com distinção. Tal aumento reflete também na população circulante demandada pelos novos postos de serviços criados. Observa-se, então, que considerando o presente contexto histórico mundial, a respeito da pandemia causada pela COVID-19, permeado de características negativas e o fechamento de estabelecimentos, os impactos percebidos nos setores do estudo relacionaram-se de maneira prioritária em dimensionamento ou remanejamento de local.

A quantidade de áreas verdes permeadas nos setores possui relação direta com a quantidade de empreendimentos lançados e, dessa forma, contribui para a intensificação da verticalização nas suas proximidades.

Referente à mobilidade e acessibilidade urbana, no período, o investimento no sistema de transporte coletivo foi pouco significativo, com pequeno aumento da frota veicular de ônibus e micro-ônibus. Por outro lado, observou-se aumento na frota particular, resultando em um *deficit* na acessibilidade e mobilidade, percebida no aumento de motocicletas e nos engarrafamentos frequentes. Tal realidade faz parte do cotidiano das grandes cidades do século XXI, onde a ineficácia de políticas públicas que contemple a população mais numerosa e muitas vezes vulnerável impactam negativamente a todos.

Outro aspecto comum entre os bairros, que diz respeito a paisagem urbana, é a perda do horizonte. O forte crescimento vertical reduz a perspectiva de visão natural da cidade, transformando a consciência coletiva do espaço urbano compartilhado (SANTOS, 2015).

A pesquisa confirma que a verticalização possui profunda ligação com a localização, reforçando que quanto mais extensa for a rede de infraestrutura, maior será a capacidade de atender suas demandas; e é caracterizada pela organicidade, ou seja, a capacidade de se moldar diante das necessidades da sociedade, justificando a importância do estudo de sua formação e desenvolvimento (TOURINHO, 2006).

Considera-se, portanto, a verticalização como um processo inevitável no contexto histórico urbano na qual a sociedade está inserida, apresentando impactos positivos e negativos, refletindo diretamente na vida das pessoas. O seu estudo subsidia ações de planejamento para o bem coletivo, devendo ser consideradas as principais características relacionadas à sua formação e desenvolvimento.

Palavras-chave: *impactos, verticalização, cidade, localização, infraestrutura.*

Referências

- ADEMI-GO (2020) – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás. Goiás.
- Bellorio, G B (2013) *Adensamento e verticalização em Goiânia nos Planos Diretores (1968 2007)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Medeiros, V (2013) *Urbis Brasiliae: o Labirinto das Cidade Brasileiras*. Brasília: EdUnB.
- Holanda, F (2003) *Arquitetura & urbanidade*. São Paulo: Próeditores Associados Ltda.
- Oliveira Junior, G A (2008) Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. *Soc. nat. (Online)*, Uberlândia, 20(1), 205-220.
- SANTOS, L A (2015) Impactos socioambientais resultados do processo de verticalização. *IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, Porto Alegre.
- Tourinho, A O (2006) Centro e centralidade: uma questão recente. In: Oliveira, A. U.; Carlos, A. F. A. (Org). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto.
- Villaça, F (2001) *Espaço intra-urbano no Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.

A produção do espaço urbano na cidade de Goiânia-GO: espraiamento urbano e seus desdobramentos

Lorena Brito, Celene Barreira, Erika Kneib

Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos SocioAmbientais/ Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG)

Avenida Esperança, s/n, Campus Samambaia, Goiânia/GO, CEP: 74690-900

lorena@lorenacavalcante.com

A forma que a metrópole assume, de maior escala territorial, ao expandir sua região, é centrada para a acumulação porque ela vem acompanhada da possibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas, uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole, se constitui numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, já que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. A sua forma descontínua, por assim dizer, é a expressão, no limite, da força desmedida do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital (Lencioni, 2017).

Com todas estas realidades recentes e, com a disposição de perímetros urbanos totalmente inadequados, as cidades vão se expandindo de forma anômala, em um processo que recebe a denominação de “*urban sprawl*” ou espraiamento urbano, em português. Esse fenômeno, por sua vez, ocasiona em importantes vazios urbanos em áreas centrais já infraestruturadas, mantidas ociosas pelos seus proprietários no intuito de sua supervalorização. Como consequência, tem-se a segregação que resulta dos interesses de consumo das classes de alta renda que, comandando o setor imobiliário urbano, decidem a escolha/ produção de suas localizações residenciais. Para Villaça (2001) a segregação é a força intra-urbana que mais poderosamente influencia a estruturação do espaço metropolitano e que por tabela relega por exclusão as classes de baixa renda às áreas periféricas e, portanto, menos valorizadas da cidade. O recorte espacial que será objeto deste artigo é a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, localizada na região Centro-Oeste do Brasil e alçada em 1999 à condição de metrópole (Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999). Em 2010 a população total da RMG alcançou o contingente de mais de dois milhões de habitantes (Borges, 2017). A realidade atual é a de uma cidade metropolitanizada, com as suas estruturas urbanas tradicionais desconectadas no território em função de uma complexa rede de áreas periféricas destinadas às classes de baixa renda, já as classes de média e alta renda encontram-se segregadas nos subúrbios (condomínios horizontais fechados) e conectadas através de uma

malha rodoviária complementada por uma rede de vias que vão sendo abertas para atender as frentes imobiliárias. O objetivo é discutir o processo de metropolização da capital do Estado de Goiás sob a ótica da dicotomia entre centro e periferia, com enfoque no espraiamento do seu tecido urbano. O recorte temporal é o da década de 2000 à década de 2020. Como objetivos específicos, pretende-se: i) analisar como se deu o processo de espraiamento urbano e consequente descentralização do centro tradicional rumo às áreas periféricas da capital; ii) analisar historicamente a produção da habitação goianiense onde as classes de mais alta renda escolhem as suas áreas de ocupação; iii) analisar historicamente a ocupação das áreas menos valorizadas e integradas ao tecido urbano via programas habitacionais; iii) Levantar a produção dos novos empreendimentos habitacionais no território da cidade de Goiânia das classes de baixa renda (periferias) média e alta renda (subúrbios). A proposta é a de realizar o mapeamento preliminar da produção habitacional goianiense, tanto dos empreendimentos de baixa renda quanto os de média e alta renda no recorte temporal de 2000/2020. Como resultado desse estudo, verificou-se que a maior concentração de empreendimentos relacionados à habitação de interesse social, coincide com a periferia da cidade e está localizada nas regiões sudoeste, oeste, noroeste e norte da capital. Já os empreendimentos relacionados às classes de alta renda, estão localizados no subúrbio da cidade, na região leste, mais notadamente o tramo à sudeste. O resultado evidencia a influência negativa do espraiamento urbano na capital goianiense, onde os investimentos foram notoriamente canalizados para o subúrbio, tornando ainda mais escassos os provimentos à periferia da cidade. Como desdobramento da pesquisa, pretende-se a ampliação deste levantamento da produção habitacional para todos os municípios da Região Metropolitana de Goiânia.

Palavras-chave: Compatação urbana; Espraiamento urbano; Vazios urbanos.

Referências

- Borges, E (2017) *Habitação e Metrópole: transformações recentes na dinâmica urbana de Goiânia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Brito, L (2015) *A Expansão Urbana de Goiânia e Instrumentos de Gestão: Um Enfoque sobre a Região Sudeste*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Lencioni, S (2017) *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro, Consequência Editora.

- Limonad, E (2007) Urbanização dispersa: mais uma forma de expressão urbana?. *Revista Formação (online)*, v.1, n. 14. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/ Pres. Prudente.
- Ojima R (2007) Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 277-300.
- Reis, N (2006) *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo, Vias das Artes.
- _____ (2009) *Sobre dispersão urbana*. São Paulo, Via das Artes.
- Villaça F (2001) *Espaço intra-urbano*. São Paulo, Studio Nobel.
- UFG SECIMA (2017) *Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia*. Universidade Federal e Secretaria do Meio Ambiente, Recursos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, Goiânia.

Distribuição Socioespacial das Áreas Verdes Urbanas de Vila Velha-ES: Análise com ênfase na Sintaxe Espacial

Julia Martins e Larissa Ramos

Arquitetura e Urbanismo - Universidade Vila Velha
Avenida Délio Silva Britto, número 55 Ed. Caledônia apto. 801 - Coqueiral de Itaparica, Vila Velha – ES
E-mail: juliacmartins775@gmail.com Telefone: (27) 9 9984-7271

As áreas verdes atuam positivamente no ecossistema urbano, nas condições do solo, no ciclo hidrológico, na fauna silvestre, contribuindo para a redução da poluição atmosférica e para melhoria no microclima local. Também auxiliam no controle da poluição do ar e da acústica, na estabilização de superfícies por meio de fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna e equilíbrio do índice de umidade do ar. Além dos fatores ambientais, estão os fatores sociais, que influenciam na saúde física e mental da população, na medida em que asseguram espaços para a prática de esportes, relaxamento, encontros sociais, lazer e o conforto psicológico (LIMA; AMORIM, 2006).

Contudo, observa-se, em especial na cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, uma redução e uma falta de integração e conectividade das áreas verdes urbanas, derivadas das falhas no ordenamento urbano e do crescimento acelerado do município nos últimos anos. À vista disso, acrescentando os diversos benefícios proporcionados pelas áreas verdes, tornam-se fundamentais pesquisas que buscam investigar a distribuição socioespacial desses espaços no cenário urbano contemporâneo, de modo a garantir que tais áreas sejam acessíveis e disponíveis de forma democrática à população. Logo, o objetivo geral deste artigo é apresentar uma análise da distribuição socioespacial das áreas verdes de Vila Velha, a partir de um estudo investigativo que utiliza da teoria da sintaxe espacial, como ferramenta para a verificação da conectividade, integração, escolha e a profundidade das áreas verdes urbanas, associando com a configuração da malha urbana do município. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa, subdividida em quatro etapas metodológicas: 1) Contextualização das áreas verdes e da Teoria da Sintaxe Espacial; 2) Identificação e Mapeamento das áreas verdes urbanas com auxílio do software de georreferenciamento QGis; 3) Aplicação da Sintaxe espacial através do software DepthMapX; e 4) Análises espaciais das áreas verdes. O estudo possui como recorte espacial as Regionais Administrativas mais centrais e adensadas do município (Grande Centro, Ibes, Aribiri e Cobilândia). A sintaxe espacial busca compreender as relações

sociais através da abordagem configuracional da malha urbana, em especial os fluxos e movimentos dos usuários, sendo uma ferramenta que busca qualificar o grau de acessibilidade de cada via (HILLIER; HANSON, 1994). Os métodos de análise abordados pela sintaxe, em torno das configurações viárias da cidade, correm através do entendimento dos aspectos de conectividade, integração profundidade e escolha das vias. A conectividade é uma propriedade representada a partir da quantidade de conexões que cada núcleo ou eixo captura. Já a integração analisa como as vias reagem quando são unidas ao entorno. A profundidade é calculada a partir das vias que tem um maior caminho a percorrer para chegar até elas. E por fim, a escolha que avalia as vias que permitem a maior dinâmica global dos fluxos, sendo a via que corta o mapa por completo (CARMO; RAIA; NOGUEIRA, 2013). No âmbito deste trabalho, tendo como base em SBAU (1999), Macedo (1995) e Nucci (2001), considera-se como áreas verdes, aquelas livres de construção, de propriedade pública e privada, que permite acesso a toda a população, composta principalmente por vegetação independente do porte, e que apresenta funções de estética, lazer, ecológico-ambiental e social, e com a permeabilidade do solo acima de 50%. Na identificação das áreas verdes foram mapeadas Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Proteção Permanente (APP), além de áreas verdes que não são classificadas no Plano Diretor Municipal como Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs). Grande parte das áreas verdes identificadas estão distribuídas na porção norte do município, ao longo da baía de Vitória, em afloramentos rochosos característicos da topografia do município. Em relação a Conectividade global, às áreas verdes situadas próximo ao Centro do município são aquelas melhores conectadas, enquanto as áreas mais afastadas do Centro são aquelas menos conectadas. Em relação a integração global, percebe-se dois grandes eixos contínuos, correspondentes as vias arteriais que cortam o município (Av. Lindemberg e Rodovia do Sol). Sendo assim, quanto mais próximas a esses eixos mais integradas são as áreas verdes, com destaque para a Unidade de Conservação do Morro da Manteigueira, que é potencialmente próxima aos eixos integradores. O mapa de escolha evidencia as vias arteriais que cortam os municípios, com destaque do trecho da Av. Lindemberg entre os bairros Ibes, Glória e Aribiri, evidenciando também o potencial da área verde do Morro da Manteigueira, situada nas proximidades. Por fim, no mapa de Profundidade observa-se que as vias que tangenciam o perímetro das áreas verdes apresentam um entorno de difícil acesso. Espera-se com esse trabalho estimular

estudos sobre a distribuição socioespacial das áreas verdes urbanas, por meio da Sintaxe Espacial. A pesquisa visa ainda contribuir em intervenções futuras e novas políticas de ordenamento urbano que visem a melhor distribuição, integração, acessibilidade e conectividade às áreas verdes urbanas.

Palavras-chave: áreas verdes, distribuição; sintaxe espacial, acessibilidade, conectividade

Referências

Carmo, C L; Raia Jr, A A; Nogueira, A D (2013). *Aplicações da Sintaxe Espacial no Planejamento da Mobilidade Urbana*.

Hillier, B., Hanson, J (1984) *The social logic of space*. Londres: Cambridge University Press, 1984.

Lima, V.; Amorim, M. C. De C. T (2006) A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. *Revista Formação*, No13, p. 139 - 165 A, 43.

SBAU- Sociedade Brasileira De Arborização Urbana (1999) *Boletim Informativo*. Ano VII, nº3 – jul/ago/set de 1999. Rio de Janeiro, RJ.

Macedo, S S (1995) Espaços livres. *Paisagem e ambiente*, n. 7, p. 15–56.

Nucci, J C (2001) *Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília, MSP. São Paulo*. Humanitas, FFLCH/USP.

Railway territories in metropolitan contexts – two case studies

Inês Isidoro¹, Vera Tângari², Teresa Marat-Mendes³

¹Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINAMIA'CET-IUL, Lisboa, Portugal

² Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro ³Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINAMIA'CET-IUL, Lisboa, Portugal ¹Avenida das Forças Armadas 1649-026 LISBOA Portugal

²Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária da UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485, Brasil ³Avenida das Forças Armadas 1649-026 LISBOA Portugal

Telefone: 00 351 910395125 ines.azevedo.isidoro@iste-iul.pt

Cartographic analysis of railways, their lines and infrastructure do provide important information about the process of evolution and development of a mode of transport, which since the beginning of the industrial age, was determinant for the urban and economic development of many territories. Furthermore, the correlation of their intrinsic physical elements with the economic and political agents involved in the railroad construction process, allows to visualize the outcomes of the economic growth plans which have orientated their development. This is important as it exposes a possibility to better link morphological analysis to the social and economic dimensions of the urban form transformations. The shaping and transformation of railway territories, understood here as (essentially urban) areas crossed by railways are therefore an opportunity to realize such exercise. On the field of urban morphology, elements as railway infrastructures have not been yet considered relevant for the understanding of our cities . Thus, this presentation suggests a review on this issue and concludes, throughout the evaluation of comparative analyses on case studies, that the research on railways, their infrastructure and relationship with surrounding territories can provide relevant information and help access some of the issues related to these territories.

The main focus of this research is to characterize the morphological issues of metropolitan areas crossed by railways. Although the focus in on the actual situation, the discussion about how railways contributed to the shape of the XIXth century cities is relevant to recognize diachronically the evolution and transformation of these spaces. To study this process, the relationship between railway lines, landscape and urban tissues that have expanded along the line was taken into account, in order to respond to the research question which supported this study: how to characterize territories crossed by railways through an urban morphological approach.

Thus, this paper highlights the relationship between (1) public investments and private interests over land use as agents of transformation, and (2) the combination of physical and urban factors such as landscape, urban layout, building types and open spaces, in the shaping process of railway territories. Considering urban areas crossed by the railways, this paper hypothesis that spatial segregation, or configuration of borders through railways may not necessarily be an effect of this infrastructure.

This presentation exposes the analysis and assumptions described above throughout a detailed

examination of two metropolitan contexts in international scale: Sintra Suburban Railway Line (Lisbon, Portugal) and the Japeri Suburban Railway Line (Rio de Janeiro, Brazil). A multi-scale approach, which involved national, metropolitan and urban scales of analysis, was undertaken, to provide insights about the morphological elements which were present and dominant for the characterization of railway territories, at each scale. The morphological elements that this paper aims to present and discuss were observed on the metropolitan and urban scales of analysis, and for this reason this paper will analyze these two scales. Through a detailed study about the railway infrastructure and surrounding margins, the elements that give continuity to the railway line were identified and analyzed according to their relationship with the urban tissue, including the characteristics of the landscape which strongly contributed to shape the railway line. The main aspects taken into consideration included: the different kinds of railway domain borders; the planialtimetric condition of the railway tracks position in relationship to its margins (if they were deeper or higher than the margins); the different types of railway infrastructure equipment; the characteristics and integrative qualities of railway stations. Through a spatial partitioning of the railway territories, these aspects provided information to understand how the two margins were articulated with each other, or how the presence of the railways could be perceived as a barrier in surroundings territories.

As a result, this analysis exposes new categories of urban elements, such as spatial implementation of the railway domain, different types of access and crossings, physical and visual barriers, railway stations characteristics, positioning to neighborhood private and public areas, among others. The presentation suggests their application for further morphological analysis on different urban and metropolitan contexts, since they can provide a systematic understanding of urban areas crossed by railways and their domains.

Keywords: urban morphology; urban elements; railway territories; railway landscapes; Lisboa; Rio de Janeiro

References

- Alves, R.M.V. (2015) *Arquitetura, Cidade e Caminho de Ferro. As transformações urbanas planeadas sob a influência do Caminho de Ferro*. PhD thesis in Architecture, Universidade de Coimbra.
- Conzen, M.R. (1998 [2004]) *Morphogenesis, Morphological regions, and Secular Human Agency in the Historic Townscape, as exemplified by Ludlow*, in Conzen, MP *Thinking about urban form. Papers on urban morphology, 1932-1998*, Oxford, Peter Lang. 116-142.
- Isidoro, I., Marat-Mendes T, Tañgari V. (2018) *The Portuguese railway in time and space – mapping phases of growth, stagnation, and decline (1845–2015)*, *Planning Perspectives*, 33:3, 363-384, DOI: 10.1080/02665433.2017.1348975
- Isidoro, I. (2017) *O Papel do Sistema Ferroviário na Estruturação e Configuração do Território e da Paisagem. Abordagens comparativas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Lisboa*, PhD thesis in Architecture, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pereira Costa, S.A., Netto, M.M.G. (2015) *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora

Transformações do tecido urbano em São Paulo: o caso da Vila Prudente

Gastão Sales

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU),
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Rua Itambé, 367/ ap. 82B- São Paulo/SP - Brasil - CEP 01239-001, Telefone/fax: +55 11 994 916 655

gastao.sales@mackenzista.com.br

Adilson Macedo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PGAUR), Universidade São Judas Tadeu (USJT)

Rua Taquari, 546, São Paulo/SP - Brasil - CEP 03166-000, Telefone/fax: +55 11 981 113 797

prof.acmacedo@usjt.br

Angélica Alvim

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU),
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Rua da Consolação, 896 - Prédio 09 - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01302-907, Telefone/fax: + 55 11 2114 8313

angelica.alvim@mackenzie.br

A cidade de São Paulo tem área urbanizada de aproximadamente 900 km² e cerca de doze milhões de habitantes. Apesar de sua dimensão, a mobilidade urbana é problemática; o sistema de transporte público de alta capacidade, trem e metrô, vem sendo expandido e modernizado recentemente e alia-se a expansão e transformação urbana. A ampliação da rede de transportes deflagra a necessidade da abertura de novos espaços urbanos e de alargamentos de vias existentes, que acontece por processos que, em geral, não se relacionam com os traçados pré-existentes. Recursos que bons urbanistas do final dos anos 1990 entendiam como 'fazer cicatrizes na cidade', pode vir a ser entendido como parte de processos menos traumáticos. A incisão do novo, quando for bem feita e costurada, poderá desaparecer em pouco tempo, sem gerar uma cicatriz, e sim complementar os espaços existentes para se tornarem lugares qualificados para atividades de moradia, comércio e serviços. Ambientes agradáveis para ver, viver e conviver, obtidos mediante aplicação de um planejamento multidisciplinar e transdisciplinar. O estudo de tipos dos espaços da cidade e sua (re)construção a partir da ampliação das redes de mobilidade é parte de um conjunto de investigações que envolvem os autores. As transformações do tecido urbano enquanto parte de pesquisa exploratórias são consideradas pela ótica da análise da forma resultante de camadas históricas, que deixaram como legado os fatos urbanísticos que configuram a cidade atual: 'o presente das coisas passadas'. São Paulo tem sido subdividida em quatro quadrantes em relação ao seu núcleo central, critério observado em textos de diferentes autores. O consenso, obtido em torno dos anos 2000, aponta o quadrante Sudoeste como possuidor de aspectos socioambientais e econômicos altos, com ampla oferta de infraestrutura, diversidade de serviços urbanos, altos níveis de renda etc. Desde o final do

século passado, todavia, observa-se a consolidação de núcleos urbanos onde residem população de rendas média-alta e alta em todos os quadrantes da cidade. O desenvolvimento urbano vem sendo capitaneado pela ação de promotores imobiliários, pela expansão das redes de transporte e pela adaptação gradativa dos tipos edílios pré-existentes. Em partes estruturantes do traçado tradicional, identificam-se os corredores com seus imóveis lindeiros remanescentes, quase sempre convertidos em comércio, serviços e instituições privadas, além das residências de per se que se concentram nos 'miolos de bairro'. Na acepção do pensamento de autores contemporâneos como Kriken (2010), Calthorpe (2011), Farr (2013) e Barnett (2016), mesmo as porções de território que em São Paulo são consideradas de padrão elevado se caracterizam, de fato, por atributos físico-espaciais aquém de patamares sociotécnicos com o desenvolvimento sustentável. Este artigo busca identificar elementos fundamentais para procedimentos que amparem futuros processos de transformação urbano-ambiental de territórios de problemática similar, ou seja, tardiamente atingidos pela expansão da rede de mobilidade de alta capacidade. Tendo como estudo de caso o distrito da Vila Prudente, zona leste da capital, região que vem sendo transformada a partir da extensão da Linha 2-Verde do Metrô e de outras infraestruturas de mobilidade, o artigo, mediante apoio teórico de leituras e interpretações derivadas de estudos de campo, elegeu três questões para análises: o estágio de urbanização, o processo de verticalização e a vacância na malha urbana. O estágio de urbanização está relacionado à implantação incompleta de planos que caracterizou a segunda metade do século XX e ao papel do poder público, que deixou de ser o promotor direto de uma urbanização 'mais integral', restringindo seu papel ao de agente (pseudo) controlador da atuação do mercado imobiliário. O processo de verticalização se relaciona com o estudo do lote na quadra e dela por inteiro. O projeto na escala da quadra representa uma escala de atuação pouco experimentada por arquitetos e urbanistas brasileiros. Um campo de ação intermediário entre o Planejamento Urbano e o Projeto de Arquitetura, em que a regulação coletiva da forma urbanizada se revela possível (NOTO, 2017). Aponta-se para identificação de alternativas de arranjo do convívio, por meio da articulação social de vizinhos e da disponibilização de espaços livres ao acesso público quando isto for conveniente associados ao adensamento urbano. A vacância na quadra, dependendo da sua dimensão, da quantidade de lotes vazios e das restrições do zoneamento pode dar alternativas para novos usos e tipos de ocupação. Possibilita alternativas de projeto

urbano para discussão aberta com as partes interessadas. O objetivo geral é, portanto, a ampliação da base teórica para pesquisa aplicada e para programas de Projeto Urbano (Urban Design).

Palavras-chave: Urbanização, Morfologia urbana, Planejamento urbano, Infraestrutura de mobilidade, Economia urbana.

Referências

- Barnett J (2016) *City design: modernist, traditional, green and systems perspectives*, Routledge, New York.
- Calthorpe P (2011) *Urbanism in the age of climate change*, Island Press, Washington, DC.
- Farr D (2013) *Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza*, Bookman, Porto Alegre.
- Kriken J (2010) *City building: nine planning principles for the 21st century*, Princeton Architectural Press, New York.
- Noto F (2017) *O quarteirão como suporte da transformação urbana de São Paulo*. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

O (des)governo da forma urbana na Área Metropolitana de Lisboa

Jorge Gonçalves¹, Pedro Pinto², Sofia Bizarro³, Margarida Santos⁴

¹Centro para a inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura (CiTUA), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-UL), Av. Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa, Portugal, telef. +351218418312, email: jorgemgoncalves@tecnico.ulisboa.pt

²CiTUA, IST-UL, email: pedrojpto@tecnico.ulisboa.pt

³CiTUA, IST-UL, email: s_bizarro@hotmail.com

⁴CiTUA, IST-UL, email: margaridassantos@tecnico.ulisboa.pt

A complexidade que nos oferece hoje o território da Área Metropolitana de Lisboa (AML), com assimetrias claras entre centro-periferia e margens norte-sul, parece perpetuar-se no espaço e no tempo pela ausência de uma visão integrada de gestão e de organização deste espaço. Tendo em consideração que as dinâmicas de uso e ocupação do solo, que não poderão ser dissociadas de condicionantes naturais, políticas, sociais e económico-financeiras, explicam muito do que se foi sucedendo e muito do que hoje se observa, a pergunta de investigação que se coloca é se o resultado poderia ter sido diferente caso o nível metropolitano/intermunicipal tivesse sido dotado dos mecanismos e poder para desempenhar um papel de coordenação de políticas urbanas e ambientais no território da AML, constituindo a análise e respetiva resposta um oportuno contributo para enfrentar o futuro da AML. Se, por um lado, a dinâmica da contratualização sub-regional dos financiamentos comunitários, com a indução de processos de planeamento estratégico, veio estimular o desenvolvimento da cooperação e articulação intermunicipal, reforçando a escala metropolitana como interlocutor-chave no processo, por outro veio alargar o âmbito temático das intervenções, exigindo a integração de novos atores - públicos, associativos e privados - no processo de desenvolvimento do território. Ora, no contexto de fragilidade institucional da escala metropolitana/intermunicipal, e num quadro de descentralização de competências iminente, vemos reforçada a pertinência de uma reflexão acerca das funções do estado e o papel que os vários atores envolvidos desempenham para o sucesso das políticas urbanas. A descoordenação entre instrumentos territoriais estratégicos (exemplo da tardia alteração do PNPT e da protelada revisão do PROT AML), aliada à ausência de uma estrutura político-institucional legitimada à escala metropolitana, criou um quadro onde a integração de estratégias de escala nacional/internacional e planeamento de escala local é deficiente, e onde decisões setoriais ou locais raramente são objeto de coordenação. Sectores como a energia, a acessibilidade, o ambiente, a habitação, a economia, entre outros, acabaram por

desencadear unilateralmente políticas e estratégias desarticuladas, mas com implicações territoriais significativas. A implementação incremental de medidas avulsas refletiu-se num território que apenas ia acomodando o empilhamento sucessivo de infraestruturas e equipamentos e onde se salpicava de modo avulso áreas de expansão urbana de diferente dimensão.

A história deste (des)governo é, no presente trabalho, reconstituída através da análise cronológica de documentação produzida - programas de governo, políticas de coesão, marcos legais, planos e políticas urbanas - e sistematizada nos seus objetivos e orientações estratégicas para a lógica de governança setorial e territorial. É, assim, mais um contributo para a compreensão deste território metropolitano herdado e para o reconhecimento da dificuldade que existe na sua recuperação enquanto espaço com qualidade de vida e com capacidade competitiva à escala internacional. O futuro que se adivinha exige este levantamento e avaliação para acautelar o agravamento das condições já existentes e que potenciam a ineficiência, a injustiça espacial e uma frágil coesão metropolitana. O novo aeroporto, os brownfields e grayfields, as zonas ribeirinhas expectantes, a 3a travessia do Tejo, a enorme pressão imobiliária sinalizada nos novos loteamentos ou nas anunciadas promoções imobiliárias de grandes dimensões (Campus do Mar, Arco Ribeirinho Sul, ...) vão correr o risco de encontrar um contexto de fragmentação institucional, de ausência de cooperação municipal e sectorial e de fragilidade legal e administrativa incapaz de gerir as enormes pressões financeiras e imobiliárias que para aqui irão convergir. Dito de outro modo ainda, a uma forma urbana pesada, ineficiente economicamente e penalizadora ambiental e economicamente, é real o seu risco de agravamento pelo potencial impacto dos investimentos referidos, pela ausência de um marco territorial regulador e ainda, pela chegada próxima de um novo quadro de financiamento comunitário complementado pela “bazuca” financeira de resposta à crise gerada pela pandemia em curso. É todo um capital territorial que arrisca continuar a desvalorizar-se com a degradação da forma urbana e, com ele, uma economia de aglomeração que suporta a locomotiva económica e social nacional.

Palavras-chave: Área Metropolitana de Lisboa; forma urbana; desarticulação institucional; pressão imobiliária; capital territorial.

Reflexões sobre forma urbana e natureza: estudo de caso municipais na Bacia do Rio Verde/ MG.

Adriana Nascimento, Luziany Oliveira, Hugo Nogueira.

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas (DAUAP), Programa Interdepartamental de Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)
Rua João XXIII, 251, Centro, Ritópolis, Minas Gerais. Telefone: +5531995005244, email: adrianan@ufsj.edu.br.
Programa Interdepartamental de Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS),
Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)
Rua Allan Kardec, 576 - Bom Pastor, Varginha - MG, 37014180, Telefone: +553599199907, email:
luzianycontato@gmail.com.

Curso de Arquitetura e Urbanismo - Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas (DAUAP), Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), Rua Fiscal Antônio Dâmaso, 125, Centro - São João del Rei- MG
Telefone: +5535992494767, email: hugoarq26@gmail.com.

Pretende-se com este artigo trazer reflexões acerca de entendimentos da forma urbana em relação com a natureza e o meio ambiente em dois municípios e sedes urbanas. Abrange-se para tanto, a relação da posição das sedes urbanas dentro de delimitações diversas: a municipal, a micro e a mesorregional e dentro dos limites da bacia hidrográfica. No que tange ao recorte da bacia hidrográfica delimita-se o estudo à Bacia do Rio Verde, que integra a Bacia do Rio Grande, e está localizada no sul de Minas Gerais, abrangendo 16 municípios. As sedes urbanas e municípios estudados são Varginha e Caxambu, ambos média e pequena escalas com populações estimadas em torno de 136 mil e 21 mil habitantes respectivamente. Ressalta-se que a bacia estudada possui características geomorfológicas que a difere de outras bacias em nível mundial, seja pela localização no denominado circuito das águas, e também como importante área de reposição hidrográfica, no contexto da Serra da Mantiqueira. A relação temporal e histórica das formas urbanas, neste estudo, se articulam às questões ambientais quando associadas ao uso, à ocupação e à gestão do solo urbano, seja enquanto espaços considerados como matrizes ecológicas - vulgarmente definidos como 'residuais', entre outras definições. O residual pode ser compreendido como o que sobra, sem uso e função social. Já o conceito de matriz ecológica compreende espaços vagos como potenciais sustentáveis, como também as áreas de proteção e de preservação ambiental, arborizadas e próximas aos cursos e reservas de água. Esta temática é vista como fundante, sobretudo em tempos de mudanças climáticas e em momentos como o da crise sanitária via COVID-19. As abordagens utilizadas neste estudo buscam articular conhecimentos interdisciplinares que auxiliem na compreensão sobre áreas urbanas tanto na sua relação de integração com a paisagem, quanto em seus conflitos, observados em diferentes escalas. Ainda que haja estudos de planejamento urbano, territorial e regionais, entende-se que as lacunas em compreensão, imaginários e articulações em gestão que extrapolam os formatos existentes permanecem necessários. Dizemos isso pelo modo como a gestão regional acontece, segundo entendimentos intra e interurbanos. Se a gestão de equipamentos e serviços

integrados intermunicipalmente muitas vezes ocorre na forma de parcerias municipais, a gestão ambiental e territorial não necessariamente ocorre da mesma forma. Essa incongruência nos processos de gestão acaba por comprometer áreas que deveriam ser protagonistas e ter maior relevância nos processos e tomadas de decisões mais amplas. O entendimento de que as ações, planos e estratégias territoriais, geridas em um município influenciam de forma direta as demais unidades municipais pertencentes à mesma bacia hidrográfica, revela a importância de que a unidade, neste contexto de bacia, seja vista de forma ampla e integrada. Este entendimento visa facilitar a organização e a participação popular por meio de um melhor entendimento de consequências relacionais e de impactos mútuos positivos e negativos. Ao nos debruçarmos mais especificamente em dois municípios e respectivos tecidos das sedes urbanas, observa-se a relação entre a configuração espacial e os processos de expansão urbanas, ao longo do tempo. Verifica-se também reflexos das políticas públicas territoriais, nacional brasileira, estadual mineira e municipais locais, observadas convergências e divergências, também influenciadas pela economia dos municípios. Em cada um dos municípios são estudadas as relações da forma urbana, seus processos de expansão em relação às características originais e naturais do território. Ao trabalharmos a estruturação espacial de cada uma das sedes estudadas, busca-se verificar sua relação com as características topográficas e geomorfológicas e suas qualidades formais. Dentre os resultados avaliam-se impactos e possíveis diretrizes no sentido de difusão e aplicação real com orientações e fins participativos desses conhecimentos pelas gestões públicas junto às populações das cidades envolvidas.

Palavras-chave: morfologia urbana; geomorfologia, bacia hidrográfica; cidade-natureza.

Referências

- Nascimento, Adriana.; Carvalho, A. L. R. (2020) Relação entre cheios e vazios urbanos e rurais In: X SIMBRAS. Anais de palestras / X Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável. Viçosa: Os Editores. v.1. p.135 - 150
- Oliveira, L. M.; Nogueira, H.; Nascimento Adriana. (2021) A relação entre os vazios urbanos, as ações e as políticas públicas: abordagens sócio-ambientais In: VI ENANPARQ & Diálogos Internacionais: "Liminaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo", Brasília.
- Panerai, P.; Depaule, J-C.; Demorgon, M. (2009) Analyse urbaine. Paris: Éditions Parenthèse, França.

Densidade e morfologia dos projetos de expansão urbana de Brasília: Como fica a urbanidade?

Paula Anderson de Matos Eustáquio, Mônica Fiuza Gondim

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Brasília, Brasil. Telefone/fax: 55 61 999700863

arqpaula.anderson@gmail.com

monica.gondim@gmail.com

Há um razoável consenso de que as baixas densidades populacionais associadas à produção de extensas áreas públicas ociosas podem ter efeitos perversos para a vida urbana. Diversos estudos apontam a relação entre densidade, estruturação do tecido urbano e tipologias edilícias para promoção da urbanidade que ocorre quando há a construção de espaços públicos atrativos para a permanência e convivência social. Mesmo com valores idênticos de densidades populacionais, os diferentes arranjos e configurações dos edifícios, lotes e arruamentos dos parcelamentos podem produzir efeitos diversos na construção de uma vida urbana mais intensa nos espaços públicos das cidades.

Este estudo parte do pressuposto que a densidade, apesar de não ser suficiente para garantir espaços públicos convidativos ao uso é um aspecto fundamental, na estruturação da vitalidades das cidades . Partindo dessa premissa, investiga-se a existência de relação entre as densidades definidas na legislação urbanística e o percentual de áreas públicas (equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres públicos) dos projetos de parcelamento de expansão urbana localizados em Brasília. O estudo tem dois macro objetivos, quais sejam: (i) identificar como as disposições do Plano Diretor relativas às áreas públicas afetam a produção dos projetos de novos parcelamentos do solo urbano quanto à urbanidade; e (ii) associar padrões de forma urbana e densidades em diferentes contextos urbanos em Brasília e seu rebatimento quanto à promoção de urbanidade nos parcelamentos. O estudo está estruturado em três partes e contempla a análise de 5 projetos de parcelamentos do solo aprovados nos últimos dez anos, os quais encontram-se vazios, parcialmente implantados ou na iminência de ocupação. A primeira seção explora as questões relativas à associação da densidade com a promoção da urbanidade. A segunda seção aborda a realidade de Brasília quanto à produção de novos bairros periféricos e compreende a avaliação dos estudos de caso a partir de dados retirados dos Memoriais dos respectivos projetos, além dos dispositivos da legislação urbanística referentes às áreas públicas, de forma a identificar a relação entre densidades demográficas previstas e o

percentual de espaços de uso público (praças, áreas verdes e Equipamentos Comunitários) definidos em cada projeto.

Por fim, conclui-se que os parcelamentos do solo em áreas de expansão urbana em Brasília são caracterizados por extensivo consumo de solo urbano, gerando áreas públicas ociosas. Apesar das baixas densidades populacionais previstas nos projetos de urbanismo contribuir para o baixo desempenho na promoção da urbanidade, outros atributos morfológicos, como a existência de ruas largas, excesso de áreas públicas e lotes com baixa ocupação edilícia colaboram para intensificar o distanciamento das pessoas no espaço e, conseqüentemente, para a promoção de pouca ou nenhuma urbanidade. Ao se considerar que o poder público assume um papel importante na definição de parâmetros de ocupação que influenciam diretamente na elaboração de projetos dos novos bairros são recomendadas alterações nos regramentos e legislação urbanística vigentes relativos à densidades e configuração espacial dos espaços públicos de novos projetos de parcelamento urbano de forma a contribuir para a qualidade e a futura apropriação destes espaços por suas comunidades.

Palavras-chave: urbanidade, expansão urbana, espaços públicos, densidade urbana.

Referências

- AGUIAR, Douglas et al. (2012). *Urbanidades*. Letra e Imagem Editora e Produções LTDA.
- Campoli, J; Maclean, A. S. (2007). *Visualizing density*. Lincoln Institute of Land Policy.
- GEHL, J. (2014) *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- HOLANDA, F. R. B. (2015). *10 mandamentos da Arquitetura*. FRBH Edições.
- HOLANDA, F. R. B. (2018) *Modernidade e urbanidade*. Representações, subjetividades e saberes sobre a cidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
- JACOBS, J., 2011[1961]. *Morte e vida de grandes cidades*. 3a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- MEDEIROS, V.A. S. (2013) *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Brasília: EdUnB.
- NETTO, V. M. et al. (2006) *O efeito da Arquitetura*.
- PROJECT FOR PUBLIC SPACES (2005). *How to turn a place around - A handbook for creating successful public spaces*. Nova York: Project for Public Spaces.
- Sim, D. (2019). *Soft City: Building Density for Everyday Life*. Island Press.
- Tenório, G.S. (2012). *Ao desocupado em cima da ponte*. Brasília, arquitetura e vida pública. Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.
- Whyte, W.H. (2009) *The social life of small urban spaces*. Nova York: Project for Public Spaces.

A prática, o significado e a representação de um território periférico para valorização da prática de turismo: Metodologia de diagnóstico

Marianna Monte, Madalena Corte-Real, Maria João Gomes, Luis Manata

CICS.NOVA, NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa
Colégio Almada Negreiros | Campus de Campolide, 3.º piso - Sala 333, 1070-312 Lisboa.
Telefone: 00 351 918832000 | 918832023
cics.nova@fcsh.unl.pt

O crescimento exponencial da mobilidade aérea, associado ao acesso a informação abundante em meios tecnológicos, impulsiona o crescimento do turismo de forma global. As cidades e territórios de características variadas concorrem como destinos turísticos constituindo um cenário com destinos principais e complementares que se alteram de acordo com as características e interesses dos visitantes.

Para promoção dum produto turístico, que tenha impacto positivo no território e na comunidade, importa ter em conta os elementos distintivos que constituem a identidade do lugar que possam ser valorizados como atração turística e em consonância com o desenvolvimento local.

Com o objetivo de se realizar um diagnóstico que identifique os elementos distintivos e contenha informação crítica para a dinamização da atividade turística em território periférico, utilizou-se uma abordagem multimétodo centrada em analisar a perceção e caracterização do território a partir de diferentes formas de apropriação e proximidade.

O estudo de caso piloto para a aplicação da metodologia desenvolvida, incidiu no território compreendido pelo Eixo Cacilhas - Almada Velha - Cristo Rei em Almada, concelho vizinho a Lisboa, na margem sul do rio Tejo. Este território constitui um eixo com forma urbana variada, integrando a zona central mais antiga da cidade, e apresentando funções diversas, compreende um centro multimodal, uma zona comercial de usufruto gastronómico, serviços administrativos do poder local, equipamentos culturais e o Santuário Nacional do Cristo Rei, ponto turístico intensamente visitado. Estando o território na área periférica de Lisboa, é um destino complementar que atrai visitantes estrangeiros.

O trabalho realizado propôs-se responder a quatro dimensões de análise, nomeadamente perceber como é que o local é abordado na academia, na comunicação social e nos social media; aferir os valores identitários; caracterizar a forma como o território é vivenciado por quem o utiliza regularmente; e, por último, compreender quem são e que experiência têm os visitantes que se deslocam a esta zona.

A metodologia seguida privilegiou uma diversidade de mecanismos de recolha de informação.

- Levantamento e análise dos estudos académicos sobre o território, tendo em conta as áreas de investigação variadas.
- Observação da forma como o território é apresentado nos social media no sentido de fazer um levantamento de narrativas influenciadoras da conceção do lugar.
- Análise de conteúdos na média tradicional, tendo em conta diferentes relatos jornalísticos (desde a imprensa a guias de lazer) para captar a imagem projetada pela comunicação social em relação ao território.
- Dinâmicas de focus groups, com técnicos municipais e atores locais com o objetivo de aferir o significado e os aspetos identitários do território, as potencialidades turísticas e os impactos positivos e negativos que o turismo pode trazer.
- Entrevistas semiestruturadas a atores do território a fim de obter informações sobre o significado do lugar e a relação estabelecida com o território em estudo, a vivência do espaço no passado e presente assim como a perspetiva relativamente ao desenvolvimento futuro. A condução das conversas apoiou-se em perguntas relativamente abertas. A interpretação da informação foi feita através da análise de conteúdo das temáticas abordadas.
- Dois inquéritos de interceção de rua foram aplicados, um a locais, e outro a visitantes. Optou-se por uma abordagem pessoal direta em que o questionário é apresentado e preenchido pelo entrevistador. A informação foi analisada e cruzada entre si.
- Observação direta ao visitar o território de forma regular, fotografando e registando as diferentes dinâmicas no espaço público, assistindo a eventos e reuniões.

Os resultados obtidos revelam como o turismo no território é visto pelos locais, residentes ou utilizadores habituais. Estes manifestam os impactos e potencialidades do turismo no território, nomeadamente do ponto de vista económico, urbanístico e demográfico, assim como os possíveis efeitos que devem ser mitigados. Ao nível local, através dos diferentes níveis de auscultação, são reconhecidas como ativos, as mais valias associadas à paisagem, à história, às memórias, à cultura e aos fatores diferenciadores em relação a cidade principal. Através da metodologia aplicada, sobretudo pelos inquéritos, foi possível caracterizar os interesses do visitante e o que o atraiu ao território, assim como quais são suas críticas sobre a visita, nomeadamente conectividades entre áreas de interesse e espaço urbano.

Observa-se que entre os elementos indicados como distintivos nos diferentes meios de auscultação está a forma urbana, como consequência do desenho da cidade, das camadas de história sobrepostas e da geografia do território.

Palavras-chave: turismo, território periférico, planeamento urbano, análise do significado, multi-método.

A Transformação da Paisagem em um Bairro Periférico do Rio de Janeiro

Elizabeth Nogueira

Centro de Letras e Artes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rua República do Peru 72-620 22021-040 Rio de Janeiro-RJ Brasil, Telefone: 55 21 981195884 - 55 21 25486322
elizabethsabarreto@gmail.com

Palavras-chave: Periferia, Santa Cruz, Rio de Janeiro, Morfologia.

O presente trabalho é parte da tese de doutorado do curso de pós graduação em Arquitetura do PROARQ, da FAU-UFRJ, cujo foco de estudo é a caracterização do território da Região Administrativa de Santa Cruz, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Uma cidade que historicamente não foi construída para o bem-estar de todos e que teve a distribuição de seus recursos e investimentos de forma desigual no seu território. A participação do poder público limita-se, na maioria das vezes, à construção do sistema viário, redes precárias de infraestrutura e áreas verdes, nem sempre projetadas para uso de toda a população. As respostas das políticas públicas urbanas são, quase sempre, de caráter rodoviário com o objetivo de dar condições para se acessar às zonas pouco ocupadas e viabilizar novos mercados de venda de imóveis às classes de renda média e baixa. As condições socioeconômicas reduzidas da população levam muitas famílias a procurar habitações em bairros com precária qualidade de vida.

Santa Cruz é um bairro periférico do ponto de vista geográfico, por se situar no limite oeste do município e pelo seu aspecto sociocultural e econômico e, também, por não figurar nas estratégias urbanas de desenvolvimento central, recebendo usos e funções consideradas não pertencentes à regiões valorizadas (CARVALHO, 2011). Dentre esses usos, destacam-se indústrias e programas de habitação de interesse social, que incluem loteamentos e conjuntos residenciais de diversas épocas e resultantes de diferentes programas públicos. Santa Cruz tem uma grande diversidade de usos, além dos serviços e habitação abriga uma importante zona industrial e ainda tem uma grande extensão de terra com uso agrícola.

O estudo do bairro revela que teve sua origem nas aldeias indígenas, tornou-se uma grande fazenda jesuítica e, posteriormente, imperial; foi celeiro e abatedouro da cidade; e que sua ocupação foi impulsionada pela implantação da linha férrea. Em que pese sua forte expressão histórica, converteu-se ao longo das últimas décadas em uma das tantas localidades à margem das estratégias urbanas e dos investimentos públicos.

A metodologia adotada possibilita determinar e sistematizar a evolução urbana da paisagem, assim como entender as tendências de seu crescimento num dos bairros mais populosos da Cidade, mas que apresenta pouca densidade habitacional em virtude de sua grande extensão territorial. Um bairro com uma grande potencialidade de expansão urbana, em virtude de sua grande extensão de espaços livres de edificação e urbanização.

Ela permite discutir os conceitos de paisagem urbana, identidade e lugar periférico em função de sua situação geográfica e distanciamento econômico e sociocultural do Centro. Esse estudo considera também as possibilidades de recuperação da área, identificação dos elementos formadores e estruturadores da identidade da paisagem, além de identificar uma relação histórica e afetiva entre os moradores e o lugar. A relevância do presente trabalho se dá por explorar uma área da cidade constantemente negligenciada tanto pelo Estado quanto pelos estudos acadêmicos.

Os conjuntos habitacionais nos anos de 1970 e os mais recentes, todos construídos com financiamento público, tiveram grande importância na modificação da paisagem. Os novos conjuntos estão ocupando os espaços livres verdes que eram agrícolas, assim como as áreas verdes. Eles têm características de condomínios fechados e não têm relação direta e espacial com as ruas de acesso. Estão dissociados dos serviços do bairro e são carentes de infraestrutura pública. As praças e campos de futebol, obrigatórios para a aprovação dos loteamentos, são hoje lugares abandonados e negligenciados. Não existe uma estruturação maior no território que possa interligar esses fragmentos espaciais.

Prevê-se uma grande expansão do bairro nos próximos anos, principalmente com a ocupação de seus vazios urbanos, tendo em vista a conexão do BRT Trans-Oeste com a Barra da Tijuca, a chegada do Arco Metropolitano ao município vizinho e contíguo, de Itaguaí, e uma expansão comercial e industrial, através do desenvolvimento econômico da Zona Industrial de Santa Cruz.

Esse trabalho tem como objetivo promover um novo direcionamento das políticas públicas para a região de Santa Cruz. Pretende trazer para o debate a compreensão do seu sistema geobiofísico e o processo de ocupação da região.

Referências:

Carvalho S (2011) Entre o rio e a serra, forma urbana e sistemas de espaços livres na região norte do município de São Paulo. Dissertação FAU-USP, São Paulo.

- Lago L (2012) Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições, Letra Capital, Rio de Janeiro.
- Macedo, S (1995) Espaços livres. *In Paisagem e ambiente - Ensaio*. Nº 7, Fau/USP, São Paulo.
- Santos M (1988) *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*, Hucitec, São Paulo.
- Souza M (2013) *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 319.
- Tangâri V, Schlee Mônica Bahia; Andrade R (2009) *Sistema de espaços livres: o cotidiano, ausências e apropriações*, Fau/UFRJ-Proarq, Rio de Janeiro.

A construção do Espaço Público no assentamento amazônicos

Giselle Pinho, Kamila Oliveira, Ana Cláudia Cardoso

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Univ.Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110, Tel: (91) 32017301,
fogiselle@gmail.com; kamiladinizoliveira@gmail.com; aclaudiacardoso@gmail.com

A compreensão seminal genérica sobre organização dos aglomerados rurais na Amazônia advém da interpretação de Hébette e Moreira (2004) sobre a organização mínima dos pequenos aglomerados amazônicos que, em sua maioria, são compostos basicamente de residências, edificações para usos religiosos e educacionais. Tal arranjo é compatível com o mínimo estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o reconhecimento de uma comunidade - a existência de uma área construída com edificações permanentes e adjacentes ao longo de arruamentos reconhecíveis havendo ou não instituições comerciais ou prestação de serviços públicos (IBGE, 2014). Contudo, existe uma complementaridade entre os aglomerados rurais que os diferencia, conforme a distância da cidade mais próxima, e a posição na rede constituída por aglomerados de diferentes portes. Pequenos aglomerados com maior centralidade foram dotados de equipamentos e serviços para o suprimento de necessidades básicas próprias e dos aglomerados mais isolados (Hébette & Moreira, 2004). Contemporaneamente, observa-se um transbordamento de estruturas espaciais e de práticas sociais da cidade para tais aglomerados, sem reconhecimento de suas peculiaridades. Este artigo propõe uma aproximação do conceito de urbanidade com o planejamento de intervenções em vilas, ainda consideradas aglomerados rurais, por meio do diálogo com a literatura sobre urbanidade e espaços públicos. A urbanidade é uma qualidade importante para os campos do desenho e planejamento urbano, e fundamental para a construção de lugares e placemaking (DEL RIO, 2016), que pode ser apreendida através de diversas lentes, dependendo do enfoque adotado. Discussões recentes no âmbito político e acadêmico propõem a definição de espaços públicos como ambiente social, que privilegia o encontro, a interação de diferenças, a possibilidade de apropriações diversas, a copresença, o conflito e dissenso, e que manifesta um sistema simbólico colectivamente erigido (Crestani & Pontes, 2016). As discussões sobre urbanidade buscam resgatar estas características do espaço público, e caracterizar espaços com urbanidade como espaços hospitaleiros (Aguiar, 2012). A manifestação da urbanidade depende da relação entre as pessoas e delas com o espaço ao redor, onde duas ou mais

residências compartilham um espaço público e onde moradores podem se encontrar entre si e com forasteiros. Enquanto o espaço público tem a possibilidade de realização dessas definições cada vez mais enfraquecida na cidade contemporânea (Crestani & Pontes, 2016), neste artigo procura-se analisar se e como os espaços públicos de comunidades rurais manifestam urbanidade, na medida em que historicamente têm sido capazes de aglutinar usos políticos, religiosos, recreativos e civis. Tal objetivo baseia-se na observação de configurações que revelam um transbordamento das funções “cidades” para estes pequenos aglomerados, conforme seu posicionamento na rede que articula hierarquicamente cidades, vilas e comunidades rurais. A investigação parte de uma revisão de literatura sobre espaço público (Lefebvre, 2006) e urbanidade (Aguar, 2012), em obras assumidas como referências universais, e da comparação de seus resultados com literatura sobre influências indígena e africana (WEIMER, 2012) na construção da dimensão pública no espaço rural brasileiro e amazônico, para construção de lentes de análise. Em seguida, os dados primários coletados em pesquisas de campo realizadas entre 2016 e 2019, sobre arranjos espaciais e configurações observadas em vilas e comunidades rurais localizadas em áreas de várzea e terra firme sob influência dos rios Tocantins e Moju, foram tomados como referência para análise da morfologia de assentamentos rurais amazônicos. A pesquisa exploratória identificou que os espaços públicos das comunidades foram gradativamente constituídos como espaços multifuncionais, que incorporaram elementos de diferentes cosmovisões (do colonizador branco, dos indígenas e dos africanos escravizados), e que passaram a orientar o desenvolvimento e expansão desses núcleos. O arranjo espacial entre espaço sagrado (edificado ou aberto) e espaço público (praça, arraial, terreiro), ainda hoje destaca-se como origem de novas centralidades dentro das comunidades, ainda que híbridas e empobrecidas pelas referências crescentes aos arranjos espaciais praticados em cidades, ainda expressam o sentido universal de espaço público e urbanidade, já desvanecido nas cidades. Espera-se contribuir para a compreensão das múltiplas temporalidades das estruturas morfológicas observadas na Amazônia, e subsidiar políticas públicas mais adequadas à preservação da urbanidade em vilas e comunidades rurais cada vez mais conectadas com o modo de vida urbano/metropolitano.

Palavras-chave: Espaço Público, Urbanidade, Assentamento Rural Amazônico, Morfologia Urbana, Espaço Multifuncional.

Referências

- Aguiar, D. (2012). Urbanidade e a qualidade da cidade. In *Urbanidades* (pp. 61-80). Folio Digital: Letra e Imagem.
- Crestani, A. M. Z.; Pontes, B. B (2016). O espaço público (in)visível ao olhar de Jacobs. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.4, n.2, p.107 – 126, ago./dez, 2016, from <https://doi.org/10.23900/2359-1552.2016v4n2px>
- Del Rio, V. (2016). Perambulando pelo centro histórico de Lisboa: urbanidade, o flâneur e as qualidades visuais da cidade. In *Qualidade do lugar & cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades* (pp. 248-270). Sulina.
- Hébette, J., & Moreira, E. S. (2004). Situação social das áreas rurais amazônicas. In *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. (Vol. 4, pp. 43-61). Ed.UFPA.
- Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l' espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 2006.
- IBGE. (2014). Noções básicas de cartografia. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Retrieved 12 18, 2014, from http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html
- Weimer, G. (2012). *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes.Ltda, 2ª edição.

Reestruturação urbana e fragmentação socioespacial: um estudo de caso em cidades médias brasileiras

Júlia Guimarães

Universidade Federal do ABC - UFABC
Presidente Prudente, Telefone/fax: 55-018-997506119
julia.guimaraes@ufabc.edu.br / juliafgau@hotmail.com

O processo de reestruturação do capital que se intensifica no Brasil em meados do anos 70 tem reflexos no fortalecimento de cidades no interior dos estados que passam a desempenhar papéis importantes na rede urbana configurando-se a partir de então como cidades médias não apenas pelo caráter demográfico mas, agora também pela sua relevância e atratividade em relação às cidades do entorno. Dentro desse contexto, três cidades do estado de São Paulo - Araçatuba, Presidente Prudente e Ribeirão Preto – que possuem semelhanças em suas origens, passam a ser pólos de atração regional a partir de mudanças relacionadas principalmente à ampliação da rede de comércios e serviços locais desses municípios bem como, pela descentralização produtiva metropolitana que incentivou a mudança de grandes empresas e indústrias para as cidades mencionadas. Esse conjunto de mudanças, assim como a influência do modelo americano de *“urban-sprawl”*, a concentração de renda ampliada pela atividade do mercado imobiliário, o aumento populacional e a urbanização acelerada resultaram na redefinição da relação centro periferia e em mudanças na estrutura intraurbana que aprofundam a segregação social das cidades, sendo então necessário pensar nesses espaços a partir da articulação entre escalas distintas. O cenário também se altera, quando se insere na análise a intensificação do uso do automóvel e o preço da terra urbana, mais barato nas periferias, o que contribuiu para o processo de dispersão urbana que tem como resultante a dissolução da unidade morfológica das cidades e sua descontinuidade territorial com densidades alternantes. A dispersão urbana, podemos dizer que no Brasil, ocorre dentro de dois movimentos distintos, o primeiro quando vemos surgir nas cidades uma grande concentração de vazios urbanos com fins especulativos ao mesmo tempo em que parte da área central é verticalizada com incentivos do mercado imobiliário. O segundo movimento, mais recente, ocorre no momento em que alguns grupos sociais optam pela auto-segregação ao decidirem habitar locais cercados e em sua maior parte distantes das áreas centrais. Atualmente

esse movimento de auto-segregação atinge grupos sociais bastantes distintos e diversos. A mudança centro periferia que outrora que se vislumbrava de forma bastante definida com pobres nas bordas e ricos ao centro se complexifica uma vez que o ritmo das mudanças não é mais o mesmo e há dificuldades na identificação daquilo que é material e daquilo que é imaterial, bem como o que é permanente, regular e homogêneo nas continuidades e descontinuidades. Assim, o que tem se desenhado prefigura um novo fenômeno urbano – a fragmentação socioespacial - que tem sido descrita e conceituada como uma intensificação das desigualdades ou diferenciações socioespaciais. Esse processo pode ser entendido como polissêmico e multidimensional abarcando questões espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas. Nesse trabalho de forma específica, o objetivo é a apresentação dos resultados iniciais da análise das formas espaciais e sociais desse processo buscando o seu entendimento a partir das métricas da dispersão urbana e de que maneira isso se relaciona com a fragmentação. Também objetiva-se entender se nas cidades médias é possível visualizar um padrão no processo de fragmentação socioespacial.

A medida da dispersão urbana proposta para esse fim engloba o uso de um sistema de informação geográfica que leve em conta a análise da expansão urbana (a partir da espacialização dos loteamentos ao longo dos anos) incluindo a contagem de vazios urbanos e que se complementa ao fazermos a conexão com os dados populacionais, os dados da densidade demográfica e a densidade de domicílios obtidos dos Censos Demográficos em uma séria histórica dos anos 2000 e 2010 (complementado futuramente com o censo de 2021) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, especificamente no contexto dos setores censitários. Além disso, a análise também abarca o delineamento dos eixos de expansão a partir da inserção de dados de mobilidade urbana como a pesquisa origem destino nas camadas do SIG.

Esse estudo empírico e ainda em fase inicial, intenta que os resultados apresentados e discutidos possam auxiliar a pensarmos de que forma as intervenções de planejamento e gestão do território podem incorporar em suas decisões essa mudança do padrão centro periferia para o padrão disperso possibilitando um melhor entendimento do processo de formação urbana e as condicionantes sociais envolvidas.

Palavras-chave: Reestruturação urbana, Fragmentação Socioespacial, Dispersão Urbana.

Referências

- BRANDÃO, P. R. B. (2012) Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. *Geotextos (Salvador)*, v. 8, p. 167-185.
- BRENNER, N. (2018) *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Letra Capital Editora LTDA, 2018.
- CORRÊA, R. L. (2007) *Construindo o conceito de cidade média*. In: SPOSITO, M E B. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular.
- GOTTDIENER, M. (1997) *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2ª edição.
- HARVEY, D.; SOBRAL, A. U. (2017) *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, 26º edição.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros 2009*, Rio de Janeiro.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.(2008) *Regiões de Influência das Cidades 2007*, Rio de Janeiro.
- LEFEBVRE, H. (2001) *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 3ª edição.
- OJIMA, R. (2005) A Dicotomia centro-periferia em discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão das aglomerações urbanas metropolitanas. In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia*.
- OJIMA, R. et al. (2007) Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*.
- PESCATORI, C. (2015) Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 2, p. 40.
- SANTOS, M. (1977) Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de geografia*, n. 54, p. 81-100.
- SANTOS, M. (1996) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. EDUSP.
- SCHAPIRA, M. F. P.(2001) Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles latinoamericanos: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Sede México, n. 19, p. 33-56.
- SOJA, E. (1993) *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- SPOSITO, M. E. B. (2004) Nuevos contenidos en las periferias urbanas de las ciudades intermedias del Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones geográficas*, n. 54, p. 114-139.
- SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., SOBARZO, O. (organizadores). (2006) *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional /1*. ed. São Paulo: Expressão Popular, 376 p.: il.

SPOSITO, M. E. B. (2009). *Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas*. In: REIS, N. G. (org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo, Via das Artes/FAUUSP, pp. 38-54.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. (2013) *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora UNESP.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.(2020) *Fragmentação Socioespacial. Mercator* (Fortaleza), v. 19.

Reinventar a cidade informal: modelos de intervenção em assentamentos informais para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Fábia Pina Swart¹, Isabel Loupa Ramos², Jorge Batista e Silva³

1. IST – Instituto Superior Técnico (MSc Student); fabia_pina@hotmail.com
2. CITUA- Centre for Innovation in Territory, Urbanism and Architecture; Instituto Superior Técnico; isabel.ramos@tecnico.ulisboa.pt
3. CITUA- Centre for Innovation in Territory, Urbanism and Architecture; Instituto Superior Técnico; jbsilva@tecnico.ulisboa.pt

Atualmente cerca de 883 milhões de pessoas vivem em assentamentos informais. Dar resposta aos problemas e às necessidades desta população é um dos principais desafios globais e uma das ideias centrais dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Estes assentamentos informais decorrem sobretudo do crescimento das cidades e da população urbana que procura aceder a infraestruturas básicas e à melhoria da sua condição de vida. Por essa razão as áreas periféricas das cidades formais, pela sua dimensão e dinâmica tornaram-se centrais na urgência de intervir. Nesta acepção a periferia não é necessariamente só espacial, mas também relativa à condição de estar na margem da qualidade de vida e do desenvolvimento.

Neste artigo dá-se conta de uma pesquisa efetuada na cidade de Luanda sobre como reinventar a realidade do Musseque no sentido de poder dar, no futuro, alguma qualidade de vida às populações que o habitam. Na cidade de Luanda, a “periferia” urbana desqualificada, por ser desprovida de infraestruturas e serviços básicos e de habitação que ofereça segurança e condições dignas, acaba por ocupar a maior parte da área urbana total da cidade de Luanda, albergando cerca de 80% da população total da capital, o que é muito significativo sobre a dimensão do problema.

Face às características do contexto, em termos socioeconómicos, políticos e institucionais e face à dimensão do problema urbanístico em questão, a reinvenção do Musseque precisa ser encarada como uma mudança progressiva, mas correspondendo a um esforço sistemático, enquadrada num paradigma de planeamento adaptativo ágil e flexível – conceber, experimentar, aprender, melhorar – e assim sucessivamente.

A reflexão que foi levada a cabo vai no sentido de criar uma versão melhorada destes bairros baseada em modelos de intervenção, ou abordagens, que possam contribuir para dar

qualidade de vida à população que neles vive tentando resolver os problemas urbanos em linha com os ODS. Para tanto, é necessário perceber a estrutura de ocupação do território, as suas origens e as principais características deste tipo de assentamento, analisar as estratégias para alcançar os ODS, apresentar os modelos de intervenção para os assentamentos informais, identificar a ligação entre as metas dos ODS e as abordagens dos modelos de intervenção; compreender como os modelos podem suportar as várias metas de desenvolvimento sustentável. A investigação aplicada incide sobre o Bairro da Madeira do município do Cazenga, em Luanda, que é caracterizado por: alta densidade populacional e construtiva, habitações precárias, escassez de infraestruturas básicas (água, esgotos, saneamento básico, eletricidade) e arruamentos; ausência de espaços verdes e arborização pública; poluição ambiental; espaços públicos pouco apelativos à socialização; degradação dos edifícios de lazer e entretenimento; diversas tipologias construtivas habitacionais, algumas em zonas de risco. Face a esta situação, identificaram-se 5 abordagens, autónomas ou susceptíveis de se combinarem entre si e que são: Risco; Infraestruturas; Espaço Público; Habitação; Ambiental.

Da análise efectuada pode concluir-se existir uma teia de contributos directos e indirectos, para alcançar 35 metas em 16 dos 17 ODS, as quais são interpretadas à luz do contexto político, administrativo, económico, social, ambiental e territorial da cidade de Luanda – Angola. Os contributos foram averiguados por via de 88 ligações, fortes e fracas, estabelecidas entre as abordagens e as metas dos ODS, sendo a “Infraestruturas” a abordagem com uma maior relação às metas (22 ligações) e o “Risco” a abordagem com menos relação (11 ligações).

Face aos resultados, este exercício permitiu aferir a aplicabilidade das abordagens de intervenção tipo propostas, e o seu potencial para a elaboração de políticas que garantam uma transição efectiva para o desenvolvimento sustentável, em Luanda, e porventura noutras cidades com periferias internas.

Palavras-chave: Musseques; Luanda; Abordagens; Modelos, ODS

Referências

- Amado, M. (2018). Wall-Up: Method for the regeneration of settlements and housing in the Developing World. *Sustainable Cities and Society*, 41, pp. 22-34. Acedido em 25 de 09 de 2018, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210670718300039#bib0130>
- Banco Mundial . (2016). *Africa's Cities – Opening Doors*. World Bank Group , Washington, DC Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0. Acedido em 02 de 07 de 2018 em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25896/211044ovPT.pdf>
- Brandão, P. (2008). *A Identidade dos lugares e sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – DGOTDU
- Cities Alliance. (2017). *About Slum Upgrading*. Cities Alliance, Cities Without Slums. Acedido em 15 de 12 de 2017 em: <http://www.citiesalliance.org/About-slum-upgrading>
- Development Workshop Angola. (2017) *Urban Debate: Angola e a Implementação da Nova Agenda Urbana*. Governo e ONGs. Acedido em 31 de 10 de 2017 em <https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/20171031-urban-debateangola-e-a-implementao-da-nova-agenda-urbana-antonio-gameiro>
- ONU News. (2018). Cerca de 883 Milhoes de Pessoas Vivem em Assentamentos Informais. Acedido em 19 de 02 de 2020 em <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1643782>
- Swart, Fábria Pina. (2019). *Musseques 2.0: Abordagens para a Reconversão do Espaço Urbano*. Tese de Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território. IST – Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Yaldiza, E., Aydınb, D., & Sıramkayac , S. B. (22 de agosto de 2014). Loss of City Identities in the Process of Change: The City of Konya-Turkey. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 140,, 221–233. Acedido em 05 de 10 de 2017 em https://www.researchgate.net/publication/270846289_Loss_of_City_Identities_in_the_Process_of_Change_The_City_of_Konya-Turkey
- Habitat III. (2015). Assentamentos Informais. Documentos Temáticos da Habitat III, A Conferência das Nações Unidas Sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável , Nova York. Obtido em 15 de 09 de 2018, de http://habitat3.org/wp-content/uploads/22-Assentamentos-Informais_final.pdf
- United Nations. (2015). Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Acedido em 5 de janeiro de 2018, em <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

A morfologia da periferia: uma análise da conformação morfológica de loteamentos periféricos em São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Jefferson Tomaz de Araújo, Eloisa Carvalho de Araujo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense

Rua Passo da Pátria, 156 – Bloco D Sala 541 – CEP: 24210-240 – São Domingos, Niterói, RJ – Brasil, Telefone: (21) 2629-5490

jeffersontomaz@id.uff.br; eloisacarvalhoaraujo@id.uff.br

A urbanização brasileira, sob a ótica da produção capitalista do espaço, produziu cidades marcadas pelos mais diversos âmbitos de desigualdades e padrões de segregação socioespacial. Na segunda metade do século XX, a celeridade do processo de metropolização no Rio de Janeiro dispersou a ocupação urbana em diversas cidades polarizadas ao núcleo central da metrópole e produziu uma periferia metropolitana deficiente urbanisticamente em muitos aspectos. Nesse sentido, pelo viés dos espaços livres urbanos, a paisagem dessa periferia é marcada pela debilidade dos sistemas de espaços livres em sua conformação morfológica, em função da urbanização periférica. Não muito distante da realidade de outras cidades periféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a paisagem da cidade de São Gonçalo é marcada de forma latente pela desigualdade na conformação do seu espaço urbano. As condições históricas da sua urbanização proporcionaram uma paisagem árida e repleta de fragilidades na conformação dos escassos espaços livres públicos da cidade, em contraponto ao seu expressivo quantitativo populacional de pouco mais de um milhão de habitantes. Tal realidade é constantemente marcada por transformações que vem se expressando na paisagem, cujas formas estão ligadas por uma orientação comum a um ou mais subcentralidades. Convive-se com um crescimento oriundo de uma decisão de ordem especulativa, determinando modificações que ocorrem no plano das relações entre forma e função. No clímax da tardia industrialização brasileira, o desmembramento de diversas fazendas citricultoras com o objetivo de produzir uma série de loteamentos populares foi responsável pela acentuação das desigualdades intraurbanas na cidade nas últimas décadas do século passado. Nesse contexto, diversos bairros populares da cidade foram fruto de um parcelamento do solo regido pelos interesses de acumulação de renda de grandes proprietários fundiários. Na literatura, diversos estudos têm promovido discussões referentes aos sistemas de espaços livres de cidades brasileiras

em diferentes linhas de abordagem. Entretanto, ainda permanecem lacunas referentes à exploração minuciosa de determinadas condicionantes sociais, espaciais, políticas, econômicas e culturais na conformação dos sistemas de espaços livres das periferias urbanas e metropolitanas brasileiras. Desse modo, este artigo tem como objetivo apresentar uma análise morfológica de bairros da cidade de São Gonçalo, formados a partir de sucessivos loteamentos periféricos ao longo do século XX na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, sob a ótica do sistema de espaços livres como elemento de análise dos processos de urbanização. O trabalho explora essa lacuna da literatura por meio de uma metodologia composta por revisão bibliográfica, pesquisa documental e percepções de campo. O método valoriza a revisão da literatura sobre morfologia urbana buscando identificar as relações morfológicas entre espaços livres públicos no arranjo geral dos tecidos urbanos periféricos. Em suas contribuições científicas, a pesquisa aponta as expressivas desigualdades sociais, espaciais e ambientais; as deficiências urbanísticas; e a monotonia da paisagem presentes no espaço urbano das periferias metropolitanas brasileiras. Em São Gonçalo, as cicatrizes da urbanização periférica revelam a produção de tecidos urbanos moldados por sistema de espaços livres fragmentados, debilidades no desempenho ecológico-ambiental e espaços livres públicos deficientes em qualidade projetual. A produção intencional de espaços livres públicos na periferia como resíduo dos processos de urbanização implica um quadro complexo de vulnerabilidades e resistências, que reforça a necessidade de se considerar a periferia como organismo vivo na dinâmica metropolitana em uma agenda de pesquisa e planejamento democrático.

Palavras-chave: Loteamento periférico; Sistema de espaços livres; Parcelamento do solo; Periferia; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Referências

- Abreu, M. (1987) *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, IplanRio, Rio de Janeiro.
- Magnoli, M. (2006) Em busca de outros espaços livres de edificação. *Paisagem e Ambiente*, 21, 143-173.
- Maricato, E. (2001) *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Vozes, Petrópolis/RJ.
- Monteiro, E., Pina, S., Freire, R., Turczyn, D. (2020) O estudo da morfologia urbana na Região Metropolitana de Campinas. *Urbe-Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, 1-14.

- Oliveira, L., Menezes, W. (2018) Morfologia urbana e sistema de espaços livres: estudo de caso das unidades de vizinhança em Palmas-TO. *Paisagem e Ambiente*, 41, 109-124.
- Santos, C. N. F. (Coord.) (1982) *Processos de crescimento e ocupação da periferia*, IBAM, Rio de Janeiro.
- Santos, M. (1993) *A urbanização brasileira*, Hucitec, São Paulo.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, Hucitec, São Paulo.
- Schlee, M., Nunes, M., Rego, A., Rheingantz, P., Dias, M, Tângari, V. (2009) Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. *Paisagem e Ambiente*, 26, 225-247.
- Villaça, F. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel, São Paulo.

As dinâmicas dos espaços livres públicos periféricos: reflexões acerca de praças da cidade de São Gonçalo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro

Jefferson Tomaz de Araújo, Eloisa Carvalho de Araujo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense

Rua Passo da Pátria, 156 – Bloco D Sala 541 – CEP: 24210-240 – São Domingos, Niterói, RJ – Brasil, Telefone: (21) 2629-5490

jeffersontomaz@id.uff.br; eloisacarvalhoaraujo@id.uff.br

Os espaços livres são elementos compositivos da forma urbana responsáveis por prestar diversos serviços sociais, culturais e ambientais à sociedade. Os espaços livres públicos, por sua vez, são fundamentais às expressões socioculturais e políticas dos cidadãos no espaço urbano. As dinâmicas que neles ganham forma assumem o papel de organismo articulador da diversidade que compõe a trama urbana. Dessa maneira, é nos espaços livres públicos que a sociedade tem a possibilidade do encontro, do lazer, das festividades populares, da manifestação política, da construção de espaços de democracia. Entretanto, diante da agenda urbana neoliberal, esses espaços são imersos em condições complexas que comprometem seu papel na democratização da cidade contemporânea. Na cidade de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os processos de urbanização historicamente excludentes, as práticas oportunistas do Estado e as dinâmicas mercadológicas acentuam a precariedade dos seus escassos espaços livres públicos. Nesse sentido, os recorrentes casos de sucateamento, supressão e privatização de praças públicas sugerem a construção de múltiplas subjetividades no espaço urbano periférico. Estudos anteriores de epistemologias distintas demonstram a precariedade dos espaços livres públicos nas periferias brasileiras, bem como, a espontânea reinvenção do espaço pelos sujeitos periféricos, assumindo aqueles espaços livres como elementos repletos de simbolismo e complexidade na periferia. Contudo, a literatura apresenta lacunas referentes à investigação das ações arbitrárias do Estado, das dinâmicas neoliberais e da influência dos processos históricos da urbanização periférica como condicionantes de possíveis especificidades nos modos de apropriação social dos espaços livres públicos. Diante disso, como os espaços livres públicos são apropriados no espaço urbano periférico? Quais os reflexos das práticas políticas na materialidade destes espaços livres e no tecido social que neles interage? Existem dinâmicas particulares inerentes aos espaços livres públicos nas periferias brasileiras? Este artigo, portanto, debruça-se sobre essas lacunas a partir de um

estudo de caso empírico que analisa sete praças da cidade de São Gonçalo, a partir de uma metodologia composta por revisão bibliográfica, observações de campo e entrevistas estruturadas. Como resultados, a pesquisa aponta que espaços livres públicos periféricos refletem a manifestação política das necessidades básicas de sujeitos oprimidos pelo poder simbólico do Estado, no âmbito de uma urbanização historicamente excludente. O espaço livre público é muito mais que um simples elemento compositivo da morfologia urbana da cidade, ele é, por excelência, um espaço de expressão das urgências e desigualdades enfrentadas pela sociedade. Por sua vez, o espaço livre público periférico é, múltipla e simultaneamente, alvo de intencionalidades político-econômicas, símbolo de reinvenção socioespacial e resistência sociopolítica na cidade neoliberal. Espaços livres públicos periféricos são produto das práticas sociais dos agentes invisibilizados pelo capital, os quais ressignificam as limitações da técnica pela riqueza da sua subjetividade. Eles compõem uma paisagem que continua a se modificar e a se diversificar visivelmente frente aos novos fatos impostos pela realidade metropolitana periférica e reforçam a ideia de que partilham da grande competição pelo espaço e se colocam à disposição desta. Os espaços livres públicos na periferia possuem múltiplos significados em constante redefinição por meio das práticas resistentes cotidianas, das diferenças de interesses políticos e dos conflitos latentes na produção de subjetividades. Na era neoliberal, o espaço livre público periférico é configurado por uma multiplicidade de ações, intencionalidades, apropriações e resistências particulares que o transformam em um espaço polissêmico e polivalente diante da fase atual do capitalismo na cidade contemporânea.

Palavras-chave: Espaço livre público; Periferia; São Gonçalo; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Referências

- Abreu, M. (1987) *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, IplanRio, Rio de Janeiro.
- Macedo, S., Queiroga, E., Campos, A., Galender, F., Custódio, V. (Org.) (2018) *Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*, EdUsp, São Paulo.
- Magnoli, M. (2006) Em busca de outros espaços livres de edificação. *Paisagem e Ambiente*, 21, 143-173.
- Maricato, E. (2001) *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Vozes, Petrópolis/RJ.
- Queiroga, E. (2011) Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. *Resgate*, 21, 25-35.

- Santos, C. N. F. (Coord.) (1982) *Processos de crescimento e ocupação da periferia*, IBAM, Rio de Janeiro.
- Santos, M. (1993) *A urbanização brasileira*, Hucitec, São Paulo.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, Hucitec, São Paulo.
- Schlee, M., Nunes, M., Rego, A., Rheingantz, P., Dias, M, Tângari, V. (2009) Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. *Paisagem e Ambiente*, 26, 225-247.
- Villaça, F. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel, São Paulo.

Os subúrbios cariocas como questão simbólica: o lugar na leitura de Lima Barreto

Juliane Medeiros

PPG, FAU, UnB

SQN 105, bloco H, apt 502, Asa Norte, Brasília/DF, Telefone/fax: 00 55 (61) 3349-6798

julianeacruz@gmail.com

O artigo explora a diferenciação que as áreas suburbanas na cidade do Rio de Janeiro receberam em relação às demais áreas da cidade no contexto das grandes reformas urbanas cariocas do início do século XX. A análise é feita com suporte na leitura espacial da obra de Lima Barreto (1881-1922) - escritor carioca e grande crítico das ostensivas remodelações urbanas - e correlacionada com aspectos da forma suburbana a partir da análise configuracional por meio da Sintaxe Espacial.

A questão que se discute é o porquê de algumas áreas localizadas fora do centro do Rio de Janeiro terem sido denominadas arrabaldes, acarretando um *status* social privilegiado, enquanto outras áreas foram denominadas subúrbios, com clara aplicação pejorativa do termo. A leitura configuracional aponta que os subúrbios cariocas do início do século XX estão muito mais próximos a uma realidade multiforme urbana do que a uma realidade suburbana, que na concepção originária do termo representa um espaço localizado na periferia da cidade, mas que não se confunde com ela por sua localização, tipo e forma de uso (Fernandes, 2011). A leitura comparativa de mapas axiais indica inclusive como o crescimento urbano carioca em direção à zona suburbana é capaz de atrair o eixo de integração global da cidade. Em relação aos usos e à forma, os subúrbios têm feições urbanas. A suburbanização carioca é, portanto, uma construção ideológica, parte de uma estratégia política de afastar as classes trabalhadoras de seu direito à cidade.

No início do século XX, o intuito de construir um novo Brasil, pautado pelos ideais de civilização e progresso, deveria necessariamente passar pela transformação física e social do Rio de Janeiro. A reformulação do centro significava a imposição de uma política de governo que transformaria a cidade em um cartão-postal para as elites de todo mundo, com a conseqüente expulsão da população mais pobre para áreas afastadas. Lima Barreto faz forte crítica às reformas urbanas em sua crônica *Megalomania*, de 1920: "Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós

nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas” (Lima Barreto, 2004, p. 207). Para Lefebvre (2001), o remanejamento da cidade é fruto de uma estratégia de classe. Quando unidas, as classes operárias questionam e desestruturam estruturas de poder, ameaçando a elite dominante. Como a cidade é o ambiente propício para encontros e interações sociais, a estratégia para dissolução da união da classe trabalhadora é deslocá-la do ambiente citadino.

No caso carioca, Fernandes (2011) aponta como o uso da palavra subúrbio para designar áreas urbanas implica um esvaziamento do sentido da palavra e perda de sua correlação com a realidade, assim, “[...] o conceito carioca de subúrbio pode ser compreendido como uma necessidade ideológica, definindo não apenas um lugar, mas sobretudo, o lugar que passou a ser ideologicamente destinado ao proletariado do Rio de Janeiro” (Fernandes, 2011, p. 48). A construção do subúrbio no Rio de Janeiro tem como intenção relegá-lo ao lugar das classes subalternas da cidade e torná-lo menor em relação ao centro urbano e arrabaldes. A construção de um pensamento que atribui características específicas ao subúrbio, mesmo em uma paisagem claramente urbana, reforça a segregação.

A leitura da configuração urbana carioca a partir da análise comparativa de mapas axiais aponta como o potencial de integração da cidade desloca-se em direção aos subúrbios cariocas, indicando que a fragmentação espacial é também resultado das políticas urbanas adotadas ao longo dos anos, que priorizaram investimentos em áreas pouco acessíveis, em detrimento do potencial de permeabilidade que ao longo do tempo move-se da região central em direção à Zona Norte. A leitura e análise do espaço urbano carioca, correlacionada a dos textos de Lima Barreto, evidencia o caráter ideológico na conformação da cidade e aponta como a segregação espacial afeta sua narrativa. Além disso, por meio da transformação ideológica da palavra subúrbio é possível perceber também como o discurso é um elemento ativo na construção do espaço.

Palavras-chave: Subúrbios, Rio de Janeiro, Lima Barreto

Referências

- Fernandes N (2011) *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*, Apicuri, Rio de Janeiro.
- Hillier B, Hanson J (1984) *The social logic of space*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Lefebvre H (2001) *O direito à cidade*, Centauro, São Paulo.
- Lima Barreto A (2004) *Toda crônica: Lima Barreto*, Organizado por Beatriz Resende e Rachel Valença, Agir, v. II, Rio de Janeiro.
- Medeiros J (2020) *Ler a cidade: o Rio de Janeiro na obra de Lima Barreto*, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília.

"Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. E, contudo, entre eles há uma relação."

Italo Calvino in *Cidades Invisíveis*

Agradecemos ao Professor Rogério Colaço, Presidente do Instituto Superior Técnico, ao Professor Jorge de Brito, Presidente do Departamento de Civil, Arquitectura e Georrecursos, à Professora Teresa Heitor, Presidente do CiTUA, ao Presidente do PNUM, Professor Vitor Oliveira e aos *keynote speakers* das sessões plenárias e temáticas, Professor João Rafael Santos, Professor Jorge Correia, Professor Pedro George, Professor Professor Victoriano Sainz, Arquitecto Carlos Veloso e Arquitecto Paulo Martins Barata.